



Redação Científica



EDITORA ATLAS S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
01203-904 São Paulo (SP)
Tel.: (0__11) 3357-9144 (PABX)
www.EditoraAtlas.com.br

João Bosco Medeiros



Redação Científica

*A Prática de Fichamentos,
Resumos, Resenhas*

- Estratégias de estudo e leitura
- Como redigir monografias, teses, dissertações
- Normas para publicações científicas
- Normas técnicas para a elaboração de referências bibliográficas
- Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

8ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2006

EDITORA ATLAS S.A.

1. ed. 1991; 2. ed. 1996; 3. ed. 1997; 4. ed. 1999;
5. ed. 2000; 6. ed. 2004; 7. ed. 2005; 8. ed. 2006

Capa: Roberto de Castro Polisel
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Medeiros, João Bosco

Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas / João Bosco Medeiros. – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2006.

Bibliografia

ISBN 85-224-4442-0

1. Redação técnica I. Título

91-1673

CDU-808.0665

Índices para catálogo sistemático:

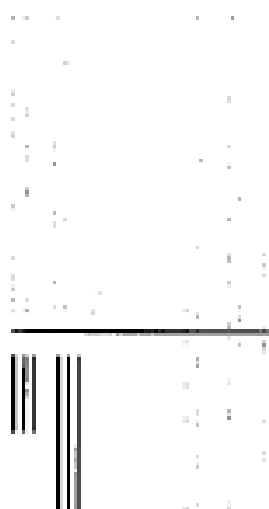
1. Escritos científicos : Redação 808.0665
2. Redação : Trabalhos científicos 808.0665
3. Trabalhos científicos : Redação 808.0665

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Ninguém é capaz de escrever bem, se não sabe bem o que vai escrever (CAMARA JR., 1978, p. 58).

A comunicação lingüística é internamente clara, quando nela aparece límpidamente o pensamento. A linguagem pode então ser comparada a um copo cristalino através do qual se vê nitidamente o líquido que o enche. Torna-se um vidro de perfeita transparência, e, sem sentir-lhe a interposição, recebemos as idéias de outrem (CAMARA JR., 1978, p. 149).



Sumário

Introdução, 13

1 Como tornar o estudo e a aprendizagem mais eficazes, 17

1 Eficácia nos estudos, 17

2 Anotação, 20

2.1 Anotações corridas, 21

2.2 Anotações esquemáticas, 22

2.3 Anotações resumidas, 24

3 Sublinha, 25

4 Vocabulário, 28

5 Seminário, 30

5.1 Roteiro do seminário, 32

Exercícios, 34

2 Pesquisa científica, 40

1 Pesquisa geral, 40

2 Método, 41

2.1 Métodos dedutivo e indutivo: o rigor lógico, 42

2.2 Métodos de procedimento, 43

3 Etapas da pesquisa, 44

4 Técnicas de pesquisa: pesquisa documental e bibliográfica, 46

5 Acesso à bibliografia, 47

- 6 Pesquisa bibliográfica, 49
- 7 Passos da pesquisa bibliográfica, 50
- 8 Identificação do material bibliográfico, 51
- 9 Seleção de leitura, 51
- Exercícios*, 52

3 Qualidade das fontes da pesquisa, 54

- 1 Consulta bibliográfica, 54
- 2 Acervo, 55
 - 2.1 Tipos de publicação, 58
 - 2.2 Tipos de informação, 58
 - 2.3 Quanto à utilização, 59
- 3 Uso da biblioteca, 59
- 4 Biblioteca informatizada, 61
- Exercícios*, 63

4 Prática da leitura, 65

- 1 Conceito, 65
- 2 Leitor e produção da leitura, 66
- 3 Fatores que constituem as condições de produção da leitura, 68
- Exercícios*, 71

5 Estratégias de leitura, 76

- 1 Leitura e suas técnicas, 76
 - 1.1 Visão geral do capítulo, 78
 - 1.2 Questionamento despertado pelo texto, 78
 - 1.3 Estudo do vocabulário, 79
 - 1.4 Linguagem não verbal, 83
 - 1.5 Essência do texto, 83
 - 1.6 Resumo do texto, 84
 - 1.7 Avaliação, 84
- 2 Tipos de leitura, 85
- 3 Aproveitamento da leitura, 86
 - 3.1 Eficiência e eficácia na leitura, 87
 - 3.2 Ambiente, 87
- 4 Objetivo da leitura, 88
- 5 Compreensão do texto, 88
 - 5.1 Segmentação textual, 89
 - 5.1.1 Segmentação por tempo, 89

5.1.2	Segmentação por espaço, 92
5.1.3	Segmentação por personagens, 93
5.1.4	Segmentação por temas, 95
6	Leitura interpretativa, 99
7	Leitura crítica, 100
8	Análise do texto, 101
8.1	Tipos de análise, 102
9	Leitura na prática da redação, 104
	<i>Exercícios</i> , 107
6	Fichamento, 110
1	Regras do jogo, 110
2	Fichas de leitura, 113
2.1	Fichamento de transcrição, 116
2.2	Fichamento de resumo, 121
2.3	Fichamento de comentário, 125
3	Fichamento informatizado, 125
	<i>Exercícios</i> , 126
7	Resumo, 132
1	Conceito de texto, 132
2	Contexto, 133
3	Intertexto, 134
4	Elementos estruturais do texto, 135
5	Resumo: a norma NBR 6028:2003, 137
6	Regras de apresentação, 139
7	Técnicas de elaboração de resumo, 141
	<i>Exercícios</i> , 149
8	Resenha, 153
1	Que é resenha?, 153
2	Resenha descritiva e crítica, 157
2.1	Resenha descritiva, 157
2.2	Resenha crítica ou científica, 162
3	Comentários sobre os elementos estruturais da resenha, 167
	<i>Exercícios</i> , 170
9	Paráfrase e citações diretas e indiretas (NBR 10520:2002), 175
1	Conceito de paráfrase, 175
2	Tipos de paráfrase, 177

3 Citações, 180

3.1 Regras gerais de apresentação das citações diretas e indiretas, 181

Exercícios, 192

10 Como elaborar referências bibliográficas (NBR 6023:2002), 196

1 Conceito, 196

2 Elementos essenciais e complementares, 197

2.1 Citação de monografias (livros, separatas, dissertações), 201

2.2 Citação de artigos de periódicos (jornais e revistas), 207

2.3 Trabalhos apresentados em congresso, 210

2.4 Legislação, 210

2.5 Observações técnicas gerais, 211

3 Ordenação das referências, 222

Exercícios, 223

11 Publicações científicas, 225

1 Introdução, 225

2 Artigo científico, 225

3 Comunicação científica, 227

4 Ensaio, 228

5 Informe científico, 229

6 Trabalhos científicos, 229

6.1 Monografia, 230

6.2 Dissertação, 233

6.3 Tese, 234

6.4 Paper, 235

6.5 Trabalho de conclusão de curso (TCC), 236

7 Projeto de pesquisa, 236

8 Pesquisa-piloto, 237

9 Relatório de pesquisa, 237

Exercícios, 238

12 Estrutura do texto dissertativo, 239

1 Escrever: atividade social imprescindível, 239

2 Estrutura da monografia (dissertação científica ou trabalho acadêmico), 241

2.1 Introdução, 243

2.1.1 Objetivo, 244

2.1.2 Problema/problematização, 246

2.1.3 Hipóteses e variáveis,	246
2.1.4 Justificativa,	247
2.1.5 Metodologia de pesquisa,	248
2.2 Desenvolvimento,	248
2.3 Conclusão,	249
2.4 Bibliografia,	249
3 Plano de trabalho escrito,	249
4 Formas de expansão do parágrafo,	251
4.1 Desenvolvimento do parágrafo explorando características espaciais,	252
4.2 Desenvolvimento do parágrafo explorando características temporais,	253
4.3 Desenvolvimento do parágrafo por enumeração de pormenores ou fatos,	254
4.4 Desenvolvimento do parágrafo por apresentação de contrastes,	254
4.5 Desenvolvimento do parágrafo por apresentação de analogia,	254
4.6 Desenvolvimento do parágrafo por causa e consequência,	254
4.7 Desenvolvimento do parágrafo por explicitação,	255
5 Articuladores textuais,	255
5.1 Articuladores de conteúdo proposicional,	256
5.2 Articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos,	256
5.3 Articuladores meta-enunciativos,	256
<i>Exercícios,</i>	<i>257</i>
13 Apresentação gráfica da monografia (NBR 14724:2002),	267
1 Margem, espaçamento e formato,	267
2 Títulos e seções,	270
3 Tipos e corpos: itálico, bold (negrito), sublinha, letras maiúsculas,	274
4 Ordem de apresentação de trabalhos acadêmicos,	275
5 Capa,	276
6 Folha de rosto,	278
7 Lombada,	280
8 Verso da folha de rosto,	281
9 Folha de aprovação,	282
10 Dedicatória,	284
11 Inscrição e epígrafe,	285
12 Sumário,	286
13 Agradecimentos,	287
14 Prefácio e introdução,	287
15 Desenvolvimento,	287
16 Conclusão da monografia,	288

17 Bibliografia da monografia, 288

18 Apêndice e anexo, 288

19 Índices, 288

20 Numeração das folhas da monografia, 289

21 Considerações finais sobre a apresentação da monografia, 289

21.1 Parágrafo, 289

21.2 Revisão, 289

Exercícios, 289

Bibliografia, 291

Índice remissivo, 299



Introdução

O sentido está sempre no viés. Ou seja, para se compreender um discurso é importante se perguntar: o que ele não está querendo dizer ao dizer isto? Ou: o que ele não está falando, quando está falando disso? (ORLANDI, 1987, p. 275).

Ao ingressar num curso superior, freqüentemente o aluno revela desconhecimento de normas de elaboração de trabalhos de grau, bem como despreparo para a leitura de textos científicos, literários ou teóricos de variadas modalidades.

Professores de todas as disciplinas salientam as dificuldades do alunado na elaboração de fichamentos, resumos, resenhas, monografias, e manifestam-se favoravelmente à leitura como base de toda criação de um texto, literário ou técnico. Ler, ler muito, ler bem, ler sempre para solidificar o estilo, ampliar o conhecimento, alterar comportamentos, dominar a articulação lingüística.

Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas apresenta os mais variados instrumentos para a realização de trabalhos de pesquisa, objetivando levar ao conhecimento do leitor informações que possam favorecer-lhe no estudo, tornar sua leitura eficiente e eficaz, indicar-lhe caminhos para a pesquisa e a redação de trabalhos com embasamento científico, elaborados segundo técnicas de pesquisa bibliográfica.

Este texto constrói-se a partir do tema básico da necessidade de leitura para superar dificuldades quanto à realização de trabalhos escritos. Não se refere aqui à leitura apressada, mas àquela feita com observação da estrutura do texto. Leitura pausada, com anotações, com releitura exaustiva e com a busca ao dicionário dos vocábulos desconhecidos.

Recomenda-se que a identificação do livro para futura leitura seja feita a partir da observação do título, da data de publicação da obra, da ficha catalográfica, da leitura atenta da orelha, do sumário, da introdução, do prefácio ou apresentação, da bibliografia. Rápida folheada em todo o livro antes de dar início à leitura também é procedimento recomendável.

De forma genérica, os textos podem ser divididos em obras de leitura e de consulta; os primeiros favorecem a aquisição de conhecimentos atuais e específicos; os segundos fornecem bases, fundamentos, conceitos necessários à exposição de uma teoria.

As informações básicas e as específicas advêm de leituras atentas, que, por sua vez, têm um objetivo predeterminado. Daí uma série de exigências, como ler unidades inteiras de pensamento, aumentar ou diminuir a velocidade de leitura, conforme o interesse e a natureza do texto, avaliar o que se lê, discutir com colegas aquilo que se leu.

A leitura exige objetivo preestabelecido, análise, síntese, reflexão, aplicação do que se leu. Além disso, recomendam-se concentração, constância na leitura e rejeitam-se a passividade, o excessivo espírito crítico, a preguiça, a deslealdade, a distorção das idéias do autor.

Os livros de metodologia científica, em geral, partem do pressuposto de que o estudante e o estudioso, ou pesquisador, já sabem ler e escrever como se deve. Quando tratam dos assuntos abordados neste texto, fazem-no de uma forma que desconsidera as dificuldades iniciais. Evidentemente, procedem dessa maneira porque seria desejável que o estudante ingressasse no curso superior já dominando técnicas de leitura e de pesquisa. Em geral, esses textos tratam de assuntos relevantes para a pesquisa, para a elaboração de um trabalho científico. Diferentemente, pois, da literatura da área, este livro preocupa-se com os primeiros passos do estudante numa faculdade: Como converter uma leitura em fichamento? Como obter maior aproveitamento de uma leitura? Como resenhar uma obra? Como *parafrasear* um texto? (Hoje, a *parafrase* é considerada uma técnica, tanto para o aprimoramento da redação como para a realização de uma pesquisa.) Como *resumir*? Como elaborar uma pesquisa bibliográfica? Qual a estrutura de um texto dissertativo? Que é um ensaio, uma monografia, uma tese? A resposta a essas questões pode ser encontrada adiante.

Este livro proporciona ao leitor conhecimentos sobre como usufruir de uma biblioteca, ensinando a obter informações por meio dos arquivos de fichas de autor, de títulos de obras, de assuntos.

No Capítulo 12, apresenta a estrutura do texto dissertativo e um plano de idéias para elaboração de um trabalho científico, bem como para a análise de textos das mais variadas espécies.

Ao final de todos os capítulos, há exercícios sobre a matéria exposta, levando o estudante a praticar o conteúdo aprendido. Evidentemente, os exercícios

propostos podem ser adaptados segundo a área de interesse do estudante: um resumo de um texto literário interessa mais a um estudante de Letras; um texto de sociologia poderá substituí-lo no caso de um curso de Sociologia, por exemplo; um levantamento bibliográfico proposto pode também ser substituído conforme o interesse específico. Enfim, o livro propõe; não estabelece regras fixas, sugere exercícios de aprendizagem, práticas que podem levar à aquisição de um instrumental adequado à pesquisa.

João Bosco Medeiros

Como Tornar o Estudo e a Aprendizagem mais Eficazes

Lembremos a recomendação de Bacon ao leitor: “Leia, não para contradizer ou refutar, nem para acreditar ou aceitar como verdade indiscutível, nem para ter assunto para conversa e discurso, mas para pensar e considerar” (ADLER; DÖREN, 1990, p. 117).

1 Eficácia nos estudos

Que se entende por estudo?

A resposta vai desde uma elaboração sucinta de algumas linhas até a realização de um ou mais volumes extensos. *Grosso modo*, estudar é realizar experiências submetidas à análise crítica e à reflexão com o objetivo de apreender informações que sejam úteis à resolução de problemas.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda, em seu *Novo dicionário da língua portuguesa*, estudo é aplicação zelosa do espírito para aprender; aplicar a inteligência para apreender; dedicar-se à compreensão de fatos, fenômenos, seres, ações.

Além da análise e do exame sistemático, o estudo inclui: organização de trabalhos, busca de informações, anotações, leitura, elaboração de resumos, memorização.

É muito comum hoje professores reclamarem que seus alunos não são capazes de reter um mínimo de informações. Infelizmente, a capacidade humana de guardar informações para resolver problemas futuros tem caído em desprestígio. No *Fedro* de Platão, Sócrates chama a atenção de Fedro sobre os perigos da escrita:

Chegou, por fim, a vez de falar dos caracteres da escrita: Eis, ó Rei, disse Theuth, um conhecimento que terá por efeito tornar os egípcios mais instruídos e mais aptos a memorizar: a memória e a sabedoria encontraram seu remédio. Replicou o Rei: Incomparável e supremo artista, ó Theuth, aquele que é capaz de inventar uma arte não sabe, porém, ver qual o malefício ou a utilidade que tal invenção pode trazer aos homens que dela se vierem a aproveitar. Neste momento, eis que, na qualidade de progenitor das letras, a elas atribuis o contrário do seu verdadeiro efeito. Porque este conhecimento terá por resultado, naqueles que o adquirirem, tornar-lhes as almas esquecidas, pois deixarão de exercer a memória: pondo confiança no escrito, graças às duradouras letras, será do exterior e não do interior e graças a si próprios que se lembrarão das coisas. Não foi, pois, para a memória, mas para a rememoração que tu encontraste um remédio.

O desinteresse por memorizar advém de múltiplos fatores, entre os quais se destaca o fato de que acreditam alguns ser possível aprender sem reter informações relevantes. Evidentemente, não se trata de decorar discursos parnasianos ou textos sem nenhuma importância para o estudante; não se trata de decorar maçantes e intermináveis textos verborrágicos destituídos de qualquer interesse, mas de guardar essências. Pessoas desacostumadas a reter na memória informações por mínimas que sejam acabam reduzindo sua capacidade memorativa e dificultando a aprendizagem. Recomendam-se alguns exercícios para a ampliação da memória, como guardar nome de pessoas com as quais se relaciona, guardar nomes de ruas das proximidades do local onde se reside, nomes de livros e suas respectivas editoras, e assim por diante, até se adquirir segurança para memorizar informações maiores.

O estudo é fruto da experiência direta ou indireta. É direta a experiência da qual o indivíduo participa. Indireta, se o exame é feito pela observação de filmes, mapas, leitura de relatórios, fotografias, participação em conferências, congressos, colóquios, conversas.

É relevante no estudo a atitude de análise, reflexão, avaliação e aplicação dos conteúdos aprendidos.

O rendimento nos estudos parece estar ligado a certa organização, assiduidade, adequação do ambiente, utilização de técnicas de leitura para maior eficiência.

Antes de tudo, é preciso ter *motivação* para o estudo. Indivíduos desmotivados para aprender, por exemplo, uma língua qualquer dificilmente chegarão a falar e a escrever nessa língua. É a motivação relaciona-se com interesses internos ao indivíduo, independentemente de estímulos externos. Se ela existe, a influência externa positiva pode favorecê-la; no entanto, a um indivíduo motivado dificilmente influências externas, ainda que negativas, o demoverão de buscar atingir seu objetivo. Portanto, cabe ao estudante motivar-se interiormente antes de pôr-se a estudar qualquer assunto.

Em segundo lugar, a organização do estudo é fundamental. Estabelecer um cronograma de estudos, reservando determinadas horas do dia para o estudo e a revisão de uma matéria, é passo relevante para a prática do estudo eficaz. E, ao realizar um cronograma de estudos, evidentemente não se reservam as piores horas do dia para tal. Quem empurra o estudo para o fim do dia, quando se está muito cansado, ou adia indefinidamente a hora de se colocar à mesa para dar início ao estudo talvez não esteja suficientemente motivado para estudar e, conseqüentemente, o grau de aproveitamento será quase nulo. Além disso, há pessoas que se dizem sem tempo para estudar. Ora, essas mesmas pessoas muitas vezes podem ser vistas despendendo tempo à toa. É possível encontrar tempo, se somos organizados, se estabelecemos horário para iniciar e concluir determinadas tarefas. É possível encontrar tempo, economizando-o nas situações mais diversas do dia. Podem-se abreviar determinadas ações, determinadas conversas, seleccionando melhor a leitura de jornais, revistas e livros. Estabeleça-se, pois, um cronograma de estudos, compreendendo de domingo a sábado.

Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Das ... às ... horas: <i>Estudo de Língua Portuguesa</i>	Das ... às ... horas: <i>Estudo de Química</i>	Das ... às ... horas: <i>Estudo de Sociologia</i>	Das ... às ... horas:	Das ... às ... horas:	Das ... às ... horas:	Das ... às ... horas:

Isto não é suficiente se o estudante não dispuser de material de consulta e pesquisa. É preciso ter sempre à mão bons dicionários, enciclopédias, livros de consulta, livros-textos. Além disso, um ambiente favorável ao estudo é sempre arejado, de temperatura amena, confortável.

Se o estudioso se habitua a examinar rapidamente seu material de leitura, é provável que eliminará muito desperdício com leituras injustificáveis. Esse exame compreende a análise do título e subtítulo de uma obra: o assunto interessa à pesquisa que está sendo realizada? O título é excessivamente amplo? Há adjetivos restringindo a abordagem do texto? Outras informações também devem ser objeto de rápida verificação, como tabelas, quadros, sumários, índice. Quem é o autor? O passo seguinte é relacionar o tema a ser estudado com outros. O texto oferece alguma contribuição temática? Que objetivos tem em vista? Se o leitor já realizou um esquema, um plano de idéias do texto que vai desenvolver, então é só verificar em que tópico o livro oferece alguma informação nova.

O rendimento pode ser ampliado se o estudioso tem um objetivo definido, bem como se estabeleceu um tempo para o estudo que tem em vista.

O estudo depende ainda de técnicas de anotação, de esquematização de um texto, da transformação do texto em um roteiro, da realização de resumos, do fichamento das idéias relevantes.

Os manuais que tratam do estudo, como o de Magdalena del Valle Gomide (1988, p. 36), recomendam que o estudioso deve buscar informações não só em enciclopédias, dicionários e livros especializados, mas também em revistas, jornais, aulas, seminários, arquivos, catálogos, bibliografias. Saber utilizar essas fontes de informação revela-se procedimento valioso para a prática do estudo.

2 Anotação

Define-se anotação como processo de seleção de informações para posterior aproveitamento. As notas devem permitir redação a partir delas, ou seja, não devem ser tão sintéticas que dificultem o entendimento e não possam ser convertidas em texto. As anotações podem ser de palestras, aulas, consultas bibliográficas.

Numa exposição oral, o ouvinte se preocupará com palavras-chaves e com expressões que dividem o discurso. Exemplo: *"Determinado fato pode ser analisado segundo três pontos fundamentais: primeiro..., segundo..., terceiro..."* O ouvinte atento deve ocupar-se de anotar os três pontos fundamentais segundo o orador. A atenção se concentrará também nos gestos do falante e, se possível, a anotação deve fazer referência a eles: *"nesse momento, o expositor ergueu o braço e indicou..."*; *"nesse momento, o expositor sorriu"*. Ao ouvinte cabe buscar compreender o significado específico dos vocábulos usados na exposição. Registrem-se também dúvidas e respostas surgidas durante conferência, aula, palestra.

As anotações de textos escritos, como livros e artigos de periódicos, devem ser posteriores a uma leitura rápida e completa do texto e após sublinha das idéias principais.

Apontamentos rigorosos, claros, completos evitam a perda de tempo futuro na busca de livros em bibliotecas, ou emprestados de terceiros, mesmo quando estejam próximos.

As notas podem ser de três tipos: corridas, esquemáticas ou em forma de resumo. As primeiras registram palavras-chaves que deverão ser transformadas em texto tão breve quanto possível. As esquemáticas ordenam hierarquicamente as partes principais do conteúdo de uma comunicação. O resumo procura sintetizar informações colhidas em livros, ou exposições orais.

Feitas as anotações, há necessidade de registrar as informações da fonte: autor, título da obra, lugar, editora, ano da publicação e número das páginas consultadas. Se a nota é resultado de aula ou palestra, anunciam-se o autor das idéias, o local, o mês e o ano em que ocorreu a exposição.

As informações são registradas em fichas, que possibilitam a organização e o manejo dos dados com eficiência. Utilize uma ficha para cada anotação; numere-as, se a anotação ocupar mais de uma ficha; dê título a cada ficha e registre a fonte consultada.

2.1 Anotações corridas

Apresenta-se a seguir um texto de Benedito Nunes, que será objeto de anotações corridas. Para fazer esse tipo de anotação, recomendam-se vários procedimentos, como:

- ☐ leitura total do texto, sem interrupção;
- ☐ releitura do texto, levando em consideração palavras desconhecidas: localizar verbete no dicionário e escrever à margem do texto estudado o significado mais aproximado da palavra que se procurou;
- ☐ busca em enciclopédias e almanaques de outras informações relevantes para a compreensão do texto, como históricas, geográficas, gerais;
- ☐ destaque de trechos e palavras-chaves somente após ter compreendido o texto;
- ☐ redação da anotação corrida e submetê-la a uma avaliação própria; se houver necessidade de correções, refazer a redação.

Veja-se um exemplo:

Indo mais longe que Platão, Plotino entende que a imitação dos objetos visíveis é um pretexto para a atividade artística, que tem por fim intuir as essências ou idéias. Mais do que atividade produtiva, a Arte é também um meio de conhecimento da Verdade.

As obras de arte são transitivas. Feitas de matéria, é imaterial o que representam; exteriores e sensíveis, possuem significado interior e inteligível. O que importa a Plotino é a Arte como obra do espírito. Os produtos artísticos são signos de uma outra arte, imaterial. Acima da música audível, ondulam harmonias inteligíveis, que o artista deve aprender a ouvir. E, assim, a verdadeira Arte, que não se esgota em nenhuma de suas realizações exteriores, identifica-se com o princípio espiritual que a todos vivifica e supera. Cada obra é apenas um veio provisório aberto no perene manancial da inteligência e da beleza universais, em que a mente do artista se banha, e onde vai encontrar a musicalidade pura, que precede e alimenta a criação musical sensível.

O acesso à Beleza proporcionado pela Arte, entendida como atividade espiritual, não é diferente do conhecimento intuitivo do ser e da contemplação da realidade absoluta (NUNES, 1989, p. 31).

Antes de fazer a anotação do texto de Benedito Nunes, há necessidade de procurar no dicionário o significado de algumas palavras, como, por exemplo:

- ☐ pretexto;
- ☐ intuir;
- ☐ transitivo;
- ☐ inteligível;
- ☐ signo;
- ☐ vivificar;
- ☐ veio;
- ☐ perene;
- ☐ manancial;
- ☐ contemplação.

Evidentemente, essa lista pode variar conforme o conhecimento que o leitor tenha do vocabulário da língua. É preciso lembrar ainda que, muitas vezes, se pode conhecer a palavra, mas não o sentido exato que ela tem no texto.

Feito o estudo do vocabulário, é preciso localizar numa enciclopédia o verbete que trata de Platão e de Plotino. Se se dispõe de um livro de História da Filosofia, pode-se enriquecer a consulta, observando que ambos têm concepções diferentes sobre a arte: enquanto para Platão a arte é imitação da realidade (que é uma sombra do Mundo das Idéias), para Plotino a Arte é obra do espírito e um caminho para se chegar ao Absoluto.

Agora, pode-se passar à etapa da redação da anotação corrida:

Arte para Plotino: conhecimento da verdade; imaterial; obra do espírito. Permite o acesso à beleza e à realidade absoluta.

2.2 Anotações esquemáticas

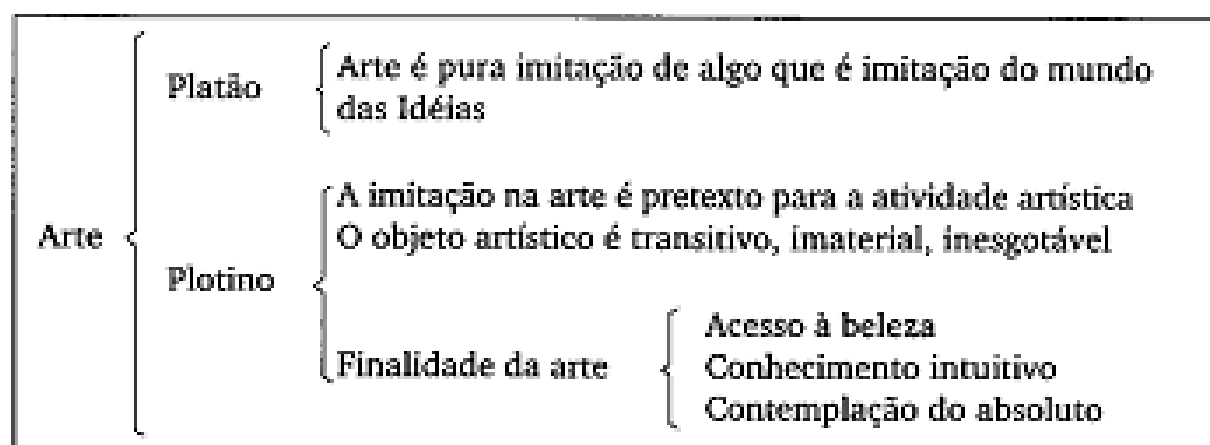
A anotação esquemática deve ser produzida somente após realizado o estudo do texto e feitas as anotações corridas. Quando se queima a etapa anterior, corre-se o risco de perder alguma informação importante. Aqui, a pressa não conduz a resultado positivo.

Para fazer anotações esquemáticas, é preciso transformar num esquema vertical as idéias do autor que estão distribuídas horizontalmente no texto. São necessários atenção e rigor para hierarquizar corretamente as idéias.

Considerando o texto de Benedito Nunes, pode-se anotar esquematicamente:

- 1 Imitação na arte para Plotino
 - 1.1 Pretexto para a atividade artística
- 2 Finalidade da atividade artística
 - 2.1 Arte como meio de conhecimento da verdade
- 3 Transitividade da obra de arte
 - 3.1 Imaterialidade do objeto artístico
 - 3.2 A arte como objeto do espírito
- 4 Significado interno e inteligível
 - 4.1 Harmonias inteligíveis
 - 4.2 Inesgotabilidade do objeto artístico
 - 4.3 Obra de arte como veio provisório
 - 4.4 Inteligência e beleza universais
- 5 Atividade espiritual da arte
 - 5.1 Acesso à beleza
 - 5.2 Conhecimento intuitivo
 - 5.3 Contemplação da realidade absoluta

Podem-se também esquematizar as idéias do texto por meio de chaves ou diagramas:



2.3 Anotações resumidas

O resumo é feito após as duas etapas anteriores: a anotação corrida e a realização de um esquema das idéias do texto. Inútil o procedimento de tomar nota de algumas palavras ou expressões como se isto fosse um resumo. O resumo não é uma colcha de retalhos (trechos ou expressões), mas um todo coeso e coerente. Também não se pode fazer um resumo correto após ler o texto apenas uma vez. É preciso reconhecer o assunto (a referência), a idéia que o autor quer defender e que está por todo o texto (tema), como o texto está estruturado. No caso do fragmento de Benedito Nunes:

- ☐ o assunto é arte;
- ☐ o tema é valorização da arte em Plotino;
- ☐ o texto está estruturado pelo contraste entre as idéias de Platão e as de Plotino.

Com estas informações iniciais, pode-se redigir o resumo, sempre com as próprias palavras:

Diferença entre a concepção artística de Platão e a de Plotino. A atividade artística para Plotino visa intuir as essências ou idéias e, assim, se torna um meio de conhecimento da Verdade. A obra de arte tem um significado que vai além da aparência. Ao artista cabe apreender o artístico que está acima da realidade sensível. O objeto artístico é transitório, e por intermédio dele o artista entra em contato com realidades supra-sensíveis, essenciais. A arte é atividade espiritual que proporciona acesso à Beleza e à realidade absoluta.

Reproduzir, parafraseando ou resumindo, o texto que foi objeto da leitura é prática consistente para assimilação de conhecimentos.

As anotações, em geral, são feitas a partir de um esquema que se percebe no texto. Se as idéias principais não tiverem sido grifadas (sublinhadas) criteriosamente, a elaboração do resumo ficará prejudicada.

Na produção do esquema, o leitor deverá manter fidelidade ao texto, bem como ater-se ao tema. Assim sendo, depois de identificado o assunto (a referência), deverá o leitor preocupar-se com o tema, com o fio condutor da exposição das idéias, com as idéias que dão unidade ao texto.

Na elaboração de resumos, o redator preocupar-se-á em subordinar idéias e fatos. Não é suficiente, pois, reuni-los apenas.

Em que consiste o resumo? Consiste na condensação de um texto, reduzindo-o a suas idéias principais, respeitando-se sua estrutura e a inter-relação das idéias. Note-se que o resumo deve ser composto de um parágrafo em que seja patente a exposição de todo um pensamento, e não de fragmento dele. Portanto, não é recomendável a elaboração de um resumo apenas com os tópicos do texto original e a distribuição dele em vários parágrafos.

A elaboração de resumos proporciona melhores resultados para a leitura, bem como para a própria redação. Afinal, só consegue fazer um bom resumo quem realmente assimilou as idéias principais do texto.

3 Sublinha

O ato de sublinhar, destacando apenas as idéias principais, revela-se consistente e eficaz quando é realizado com parcimônia, distinguindo-se o essencial do acessório. Esse processo facilita as revisões de leitura ao término de um parágrafo, de um tópico, de todo o texto. Para um procedimento adequado, recomenda-se não sublinhar à primeira vista, à medida que se faz a leitura inicial. Não se pode determinar o número de leituras de um texto para sua compreensão, mas pode-se afirmar que somente a leitura exaustiva colhe melhores resultados. A divisão do texto em blocos, distinguindo partes dentro de um mesmo texto, a verificação da articulação dessas partes, a esquematização das idéias, a sublinha são todos procedimentos para a prática da leitura eficaz.

Não há um código único para sublinhar; não há uma simbologia rigorosa, convencional. Cada pessoa tem sua própria metodologia. Pode-se, no entanto, recomendar aos iniciantes:

- ☐ sublinhar palavras-chaves apenas depois de feitas várias leituras;
- ☐ sublinhar somente as idéias principais, as palavras-chaves. Atenção com os instrumentos de coesão que criam idéia de oposição (*mas, embora e outros*): eles devem ser destacados;
- ☐ reconstruir o parágrafo a partir das palavras e expressões sublinhadas. Outra não seria a finalidade de sublinhar que possibilitar visualização imediata das idéias principais;
- ☐ colocar um traço vertical à margem do texto para indicar passagens mais significativas;
- ☐ havendo passagens obscuras, falhas na exposição dos argumentos, dúvidas, discordâncias, colocar à margem do texto um ponto de interrogação;
- ☐ para chamar a atenção para uma expressão tópica de todo o texto, usar dupla sublinha.

Exemplo:

Quanto à invenção temática, o conto tem exercido, ainda e sempre, o papel de lugar privilegiado em que se dizem situações exemplares vividas pelo homem contemporâneo.

Repito a palavra-chave: situações. Se o romance é um trançado de eventos, o conto tende a cumprir-se na visada intensa de uma situação, real ou imaginária, para a qual convergem signos de pessoas e de ações e um discurso que os amarra.

É provável, também, que o “efeito único” exigido por Edgar Allan Poe de todo conto bem feito não resida tanto na simplicidade do entrecho ou no pequeno número de atos e de seres que porventura o habitem; o sentimento de unidade dependerá, em última instância, de um movimento interno de significação, que aproxime parte com parte, e de um ritmo e de um tom singulares que só leituras repetidas (se possível, em voz alta) serão capazes de encontrar.

Diz Poe: “Um escritor hábil construiu um conto. Se foi sábio, não afeiçoou os seus pensamentos para acomodar os seus incidentes, mas, tendo concebido com zelo deliberado um certo efeito único ou singular para manifestá-lo, ele inventará incidentes tais e combinará eventos tais que melhor o ajudem a estabelecer esse efeito preconcebido. Se a sua primeira frase não tender à exposição desse efeito, ele já falhou no primeiro passo. Na composição toda, não deve estar escrita nenhuma palavra cuja tendência, direta ou indireta, não se ponha em função de um desígnio preestabelecido” (Graham’s Magazine, maio de 1842).

A invenção do contista se faz pelo achamento (*invenire* – achar, inventar) de uma situação que atraia, mediante um ou mais pontos de vista, espaço e tempo, personagens e trama. Daí não ser tão aleatória ou inocente, como às vezes se supõe, a escolha que o contista faz do seu universo. Na história da escrita ficcional, esta nega (conservando) o campo de experiências que a precede. Da dupla operação de transcender e reapresentar os objetos, que é própria do signo, nasce o tema. O tema já é, assim, uma determinação do assunto e, como tal, poda-o e recorta-o, fazendo com que rebrote em forma nova. Toda determinação é, como ensina a velha Lógica, um modo de pôr termos às coisas: demarcá-las de tal sorte que avance para o primeiro plano simbólico só aquele aspecto, ou aqueles aspectos, que interessa tratar (BOSI, 1989, p. 8).

O resultado da sublinha é:

[A] invenção temática [no] conto [compreende] situações exemplares. [Enquanto] o romance é trançado de eventos, o conto [compreende] uma situação. [Para] Allan Poe, o “efeito único” [do] conto bem feito [repousa] no sentimento de unidade, [que] depende de um movimento interno de significação de um ritmo e de um tom. [No conto, o] escritor inventa incidentes [para alcançar] o efeito preconcebido. A invenção é o andamento de uma situação; [daí] não ser inocente, [mas resultado de uma] escolha. O tema é determinação do assunto.

As palavras entre colchetes indicam adaptações.

Veja-se agora um segundo exemplo:

Portanto, para que haja alguma esperança de obter a iniciativa de seus trabalhadores, o administrador deve fornecer-lhes incentivo especial, além do que é dado comumente no ofício. Esse incentivo pode ser concedido de diferentes modos, como, por exemplo, promessa de rápida promoção ou melhoria; salários mais elevados, sob a forma de boa remuneração por peça produzida, ou por prêmio, ou por gratificação de qualquer espécie a trabalho perfeito e rápido; menores horas de trabalho, melhores condições de ambiente e serviço do que são dadas habitualmente etc., e, sobretudo, este incentivo especial deve ser acompanhado por consideração pessoal e amistoso tratamento que somente pode derivar de interesse verdadeiro, posto a serviço do bem-estar dos subordinados. E somente quando é dado estímulo especial ou incentivo desse gênero é que o patrão pode esperar obter a iniciativa de seus empregados. Sob o sistema comum de administração, tem sido de tal modo reconhecida a necessidade de oferecer ao empregado um estímulo especial que grande número de interessados no problema considera a adoção de alguns modernos esquemas de pagamento, por exemplo, remuneração por peça, plano de prêmios, ou de gratificações como sendo, praticamente, todo o sistema de administração. Sob a administração científica, entretanto, o sistema particular de pagamento que é adotado constitui apenas um elemento subordinado (TAYLOR, 1994, p. 39).

O resultado da sublinha é:

A iniciativa de trabalhadores [depende de] incentivo especial: promoção, salários mais elevados, prêmio, gratificação, [redução de] horas de trabalho, ambiente, consideração pessoal, tratamento amistoso. [Resalte-se]: a administração científica [não se reduz à prática de incentivos especiais].

Veja-se ainda um terceiro exemplo:

Com esse enfoque, o tema motivação passa a ser encarado a partir de uma das suas mais importantes características, que é a da gratuidade ou da sua independência perante a recompensa vinda de fora do próprio indivíduo. Aquilo que importa e que, assim sendo, mais energiza um comportamento motivacional é a busca da felicidade pessoal, pois o homem procurará estar sempre fazendo aquilo que o torna pessoalmente feliz, caso se possa oferecer a ele a oportunidade de escolher livremente o seu programa de vida!

Depoimentos de pessoas que se dizem sentir altamente motivadas são unânimes ao acusar que elas sentem que o tempo para elas passa depressa demais, que sempre

lhes falta maior disponibilidade para executarem tudo aquilo que planejaram para si mesmas. Em resumo, para as pessoas motivadas, a vida parece ser sempre curta demais. De maneira oposta, aqueles que acusam possuir baixo nível de satisfação motivacional queixam-se de que estão muito freqüentemente fazendo coisas que os aborrecem e que isso lhes rouba um tempo demasiadamente longo – e, como se diz no jargão popular, eles experimentam um sentimento de culpa por sentirem que passam a vida “matando o tempo”, especialmente em atividades que nada têm a ver consigo mesmos (BERGAMINI, 1993, p. 126-127).

O resultado da sublinha é:

Motivação [é o estado de] gratuidade e independência [de] recompensa [externa ao] indivíduo. [O que] importa, energiza [o] comportamento é a busca da felicidade. Pessoas motivadas sentem [que] a vida [é] curta para executarem [o que] planejaram. [É] baixo [o] nível de satisfação [das] pessoas [que] executam atividades [que não] têm nada que ver consigo mesmas.

4 Vocabulário

A qualidade da leitura depende do conhecimento que se tem do vocabulário. O domínio do sentido exato que a palavra assume no contexto possibilita maior compreensão do texto e maior eficácia da leitura.

A ampliação do vocabulário caminha paralelamente ao desempenho da leitura. Em geral, quem pouco lê tem vocabulário reduzido.

Em princípio, pode-se recomendar buscar no dicionário toda palavra desconhecida que aparece num texto. Outro procedimento é experimentar descobrir o sentido da palavra no contexto. Às vezes, o significado de uma palavra desconhecida vem logo a seguir por um termo de sentido equivalente. O esforço, portanto, para descobrir o sentido de um vocábulo parece constituir-se em valioso exercício para a ampliação do vocabulário.

Não é suficiente, porém, procurar esclarecer apenas as palavras. As referências históricas, geográficas, bibliográficas e outras merecem igual tratamento. Daí a necessidade de textos de referência para consulta, como dicionários, enciclopédias e outros.

Quanto aos dicionários, lembramos ao leitor que os há das mais variadas espécies: Administração, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Arte, Religião, Geografia, História, símbolos. Os estudantes costumam fazer pouco uso dessas ferramentas.

Para Othon M. Garcia (1986, p. 184), vários são os meios de enriquecer o vocabulário: "O mais eficaz, entretanto, é aquele que se baseia na experiência, isto é, numa situação real, como a conversa, a leitura ou a redação." Salienta que grande parte de nosso léxico ativo é formada pela língua falada, incluindo aí programas de rádio e televisão. E, para ampliar o vocabulário, ensina que o melhor processo é fazer leitura atenta, de lápis na mão para anotar palavras desconhecidas e depois consultar o dicionário, registrando o significado delas. Para transformar tais palavras em vocabulário ativo, é preciso empregá-las, o que é feito por meio de exercícios de redação, como paráfrases, composição livre, amplificação, resumo, tradução, alteração de estruturas fraseológicas (mudança do torneio da frase), adaptação de textos, ruptura de clichês (substituindo-os por expressões novas).

Veja-se a seguir um texto de um psicólogo, em que aparecem várias palavras que talvez sejam desconhecidas de um leitor não acostumado com esse tipo de informação:

A criança desajustada que, no final da idade escolar, ainda se encontra inadequada, dirige-se espontaneamente para a gang. Esse grupo patológico é muito vasto e deve chamar a atenção do psicólogo ou do educador. O grupo patológico é um imenso ancoradouro onde vêm aportar os tipos mais diversos de inadequados aos grupos normais. Acolhe o débil mental definitivamente desadaptado, o esquizofrênico em vias de desadaptação, o adolescente que o escotismo e os movimentos juvenis foram incapazes de integrar. Pode acolher até mesmo o infantil prolongado, de que falamos atrás, durante sua crise tardia de revolta. Mas todos esses elementos diversos acham-se reunidos por um vínculo comum: a inadequação desde a idade escolar, na maioria dos casos, e a inadequação somente ao grupo ou somente ao trabalho escolar. Uns se dirigem para a gang, ao final da idade escolar, outros, mais tarde, depois de ingentes esforços de adaptação ao grupo social que marcou sua adolescência. Mas, em suma, tudo se passa como se, tanto nas crianças como nos adolescentes, a necessidade de ser aceito pelos outros seja tão imperiosa que, na impossibilidade de aceitação por um grupo normal, a evolução para um grupo patológico se torna inevitável (MINICUCCI, 1991, p. 221).

A primeira etapa do estudo do vocabulário consiste em anotar as palavras desconhecidas, que podem ser:

- ☐ gang;
- ☐ patológico;
- ☐ ancoradouro;
- ☐ aportar;
- ☐ esquizofrênico;
- ☐ escotismo;

A finalidade do seminário é motivar para a pesquisa, é ensinar a aprender sem dependência do professor, monitor, orientador e outros que tais. Outra finalidade sua é desenvolver a capacidade de pesquisa, de análise textual, de análise dos fatos. Exige habilidade dos participantes para o diálogo, o debate, a reflexão. É técnica básica para a elaboração de trabalhos científicos (monografias), ensaios.

A organização do seminário inclui:

- ☐ *primeira sessão*: distribuição das tarefas;
- ☐ *segunda sessão*: planejamento das atividades;
- ☐ *terceira sessão*: reuniões para discussão do que já foi pesquisado; todos devem colaborar com alguma informação; evite-se o monólogo;
- ☐ *quarta sessão*: resumo e avaliação dos trabalhos realizados.

Para evitar desperdício de tempo, dispêndio de energia e desorganização dos trabalhos, o número ideal de participantes é cinco, podendo chegar a 12 no máximo. O organizador apresenta sugestões aos grupos formados, estabelece uma agenda e a duração dos trabalhos.

Todo grupo tem um coordenador, um relator e um secretário. Enquanto o coordenador propõe o assunto, indica a bibliografia e estabelece um cronograma, o relator expõe o resultado da pesquisa elaborada; também pode-se optar pela exposição de todo o grupo. O relator tem a função de estudar o material, antes da apresentação, e fazer críticas. Ao secretário cabe a tarefa de anotar as idéias discutidas nas reuniões, elaborando uma ata, bem como o relato das conclusões parciais e finais do estudo.

A duração do seminário é determinada pela extensão e profundidade que o assunto ou estudo exige.

A exposição só acontece depois de várias reuniões e discussões do grupo.

Quanto ao assunto do seminário, ele pode ser de todo tipo. Os mais comuns são: assuntos oriundos de uma disciplina, assuntos constantes de periódicos, assuntos da atualidade.

Há várias formas de seminário. As mais comuns são: clássico, clássico em grupo, em grupo. No primeiro caso, um aluno se responsabiliza pelo estudo e exposição do conteúdo, do resultado do estudo realizado; no segundo, um grupo de cinco a doze elementos se responsabiliza pelo estudo e exposição do assunto. Finalmente, na modalidade em grupo, todos os alunos de uma classe são participantes, e não meros espectadores. O procedimento é o seguinte: faz-se uma exposição do resultado das idéias pesquisadas e previamente discutidas, e vários grupos se responsabilizam pelo aprofundamento delas.

5.1 Roteiro do seminário

Após o organizador do seminário determinar o objeto do estudo a ser realizado em grupo, para futura apresentação, e depois de formados os grupos, o coordenador deverá marcar uma primeira reunião em que será estabelecido um plano de trabalho. Para a realização do plano, recomendam-se, inicialmente, a criação de idéias e o registro delas, conforme forem aparecendo. Evite-se nesse momento o juízo crítico, que pode atrapalhar ou causar obstáculo à realização do plano. É hora de criar livremente (processo de *brainstorming* ou “tempestade cerebral”, em sentido literal).

Suponha-se que o objeto do seminário seja o estudo da greve. Estabelece-se uma *delimitação desse assunto*, que é muito vasto: ora, greves já ocorreram centenas de vezes e nos mais variados lugares. Portanto, é preciso limitar a extensão do assunto. Talvez se possa optar por greves de bancários, ou de metalúrgicos, ou de motoristas de ônibus. Suponha-se que a opção seja por greve de bancários. Também aqui é preciso limitar a extensão do assunto. Bancários fazem greves há muito tempo e em muitos lugares. Daí se poder optar por “greves de bancários em São Paulo”. Ora, aqui também a extensão é considerável, há muito assunto, muitos aspectos a considerar. E o acúmulo de fatos poderia resultar num tratamento pouco profundo da matéria. Para delimitar mais ainda, poder-se-ia considerar: “a mais recente greve de bancários em São Paulo” ou, precisamente, “a greve dos bancários em São Paulo, em março de 1996”. Quanto mais se delimita um assunto, maior a possibilidade de um estudo mais profundo.

Cumprida esta etapa, passa-se ao que se chamou de criação de um plano de idéias, cujo primeiro momento é o registro de idéias, conforme forem surgindo na cabeça dos componentes do grupo. Suponha-se:

1. Estratégias de atuação
2. Comunicação
3. Organização
4. Motivos da greve
5. Reivindicações
6. Assembléias
7. Piquetes
8. Negociação
9. Passeatas
10. Repressão policial

Como se pode verificar, as idéias registradas não obedecem a nenhuma hierarquia. Portanto, a segunda fase do planejamento das idéias é organizá-las, colocando-as numa ordem de importância ou de acordo com a estratégia de comu-

nicação. O que se deseja colocar em primeiro lugar? O que pode ser colocado no final do estudo? Por exemplo, podem-se organizar as idéias apresentadas da seguinte forma:

1. Organização
2. Motivos da greve
3. Reivindicações
4. Comunicação
5. Assembléias
6. Estratégias de atuação
7. Negociação
8. Repressão policial

Dois tópicos constantes do primeiro plano podem ser classificados como sub-tópicos:

6. Estratégias de atuação
 - 6.1 Piquetes
 - 6.2 Passeatas

O tópico 2 também pode ser objeto de subdivisões:

2. Comunicação
 - 2.1 Mídia eletrônica
 - 2.1.1 Rádio
 - 2.1.2 Televisão
 - 2.2 Mídia impressa
 - 2.2.1 Jornais
 - 2.2.2 Revistas
 - 2.2.3 Folhetos
 - 2.2.4 Faixas
 - 2.2.5 Cartazes
 - 2.3 Caminhões equipados com alto-falantes

Como se pode verificar, qualquer dos tópicos pode ser objeto de subdivisões, e este procedimento é necessário para aprofundamento do estudo.

Recomenda-se rigor na elaboração do plano de idéias para que o seminário possa representar resultado satisfatório.

Realizado o plano, passa-se à etapa da busca da bibliografia. O levantamento bibliográfico deve ser exaustivo, considerando livros, enciclopédias, periódicos. Nos tempos modernos, é possível contar com informações provenientes de vídeos ou mesmo por meio da Internet. Finalmente, não se pode esquecer a entrevista com líderes do movimento, ou com *experts* no assunto. Evidentemente, o coordenador terá escalado algumas pessoas para a pesquisa e outras para as entrevistas.

Após a pesquisa, o coordenador reúne o grupo, sempre seguindo o cronograma estabelecido desde o primeiro momento, para debate e organização do material recolhido. Então, é hora de o relator (comentarista) preparar-se para a apresentação do seminário. A classe, ou grupo, não deve ser participante espectral; deverá propor perguntas, refutar afirmações, se for o caso, buscar esclarecimentos.

Se houver tempo disponível, recomenda-se, antes da apresentação propriamente dita, a discussão do plano de idéias do seminário. Todo o grupo, ou classe, deve aprender a ler o plano e a tecer comentários, críticas, e a pedir esclarecimentos sobre ele. Por exemplo, examinando um plano de idéias, podem-se detectar incoerências, ausências, insuficiências. Em seguida, passa-se à apresentação do seminário. Observar que um seminário deve encerrar-se com conclusões previamente estabelecidas e indicação da bibliografia consultada.

Exercícios

1. *Fazer a anotação corrida dos seguintes textos:*

O Neoclassicismo é o estilo de uma burguesia que está surgindo na Europa setecentista, como fruto de transformações econômicas, políticas e sociais. Sendo já uma classe favorecida, a burguesia silencia seus privilégios e se opõe a qualquer reforma que possa estender suas vantagens às classes dominadas. Classe em ascensão que, com Voltaire, critica, à luz do conhecimento, a servidão, e, em nome desse mesmo conhecimento, preconiza que a solução dos problemas sociais não depende de uma revolução social, mas do poder confiado a um soberano esclarecido, a burguesia começa a se apoderar dos meios de cultura: escreve os livros e os lê; pinta os quadros e os adquire. Enquanto no século anterior significava uma parcela muito pequena do público interessado em arte e cultura, passa a ser, no século XVIII, a classe que mantém a cultura (CADEMARTORI, 1987, p. 34).

Uma das funções primordiais da literatura é entreter, distrair o leitor, e parece justo que assim seja. Não conheço um só bom argumento capaz de negar essa verdade meridiana. Mas – há que distinguir – determinadas obras se prestam bem, quando não exclusivamente, a esse propósito, outras não. Certas obras geram dúvidas, causam perplexidade ou conduzem a

surpreendentes revelações; certas obras inquietam, em suma, e não chegam a propiciar entretenimento propriamente dito.

Por outro lado, a distração ou a inquietação, além de constituírem atributos intrínsecos de uma obra literária, dependem também da postura assumida pelo leitor. As variáveis não chegam a ser infinitas, mas são em grande número. Nos limites extremos, digamos que algum leitor se distraia com *A metamorfose*, de Kafka, e que um ou outro se deixe inquietar, metafisicamente, pela dinheirama, o sexo profuso e a ação empolgante deste ou daquele *best seller*. É pouco provável, mas... De qualquer modo, será exceção, a confirmar que a postura do leitor é sempre decisiva.

Aí reside um dos encantos básicos do hábito da leitura. Nada nos obriga a ler tal ou qual obra, desse ou daquele modo. Na verdade, nada nos obriga a ler... Se o fazemos é porque encontramos aí o que buscávamos: entretenimento, só, ou indagações e perplexidade. Estou excluindo do quadro, evidentemente, a leitura a que podemos ser eventualmente forçados, seja por obrigação escolar ou profissional, seja por obrigação “social”: ler o último livro de fulano de tal, para não passar vexame na próxima reunião mundana a que comparecermos. Consideremos apenas aqueles dois modos básicos de ler, o diletante e o mais exigente, determinados pela livre escolha do leitor.

Quem lê para se distrair, virada a última página, esquece o que leu, justamente porque esteve distraído o tempo todo; a cada possível releitura será obrigado a *recommencer à zero*. Já quem lê à procura de inquietação tende a projetar sobre o livro lido a perplexidade e as iluminações propiciadas pelas leituras precedentes. Ler, assim, transforma-se numa indagação incessante, insaciável, constantemente realimentada. (Deixo para a introdução, “Passageiro clandestino”, o desenvolvimento desse tema, o da leitura como deambular exploratório e infundável, índice da *clandestinidade* comum a leitores e escritores.) O fato é que essa forma de leitura é habitualmente entendida como ocupação precípua do crítico literário, do professor de literatura, do especialista, enfim. Não seria tarefa para o leitor comum. Neste ponto, permito-me discordar da idéia corrente. A meu ver, nada impede que o leitor comum, se estiver disposto a isso, leia da mesma forma. Basta querer. A falta de “preparo” – alegação usual – pode ser compensada pela firmeza da decisão, pelo bom senso (todos temos um pouco, não é mesmo?) e pela persistência em... seguir lendo, quaisquer que sejam as dificuldades encontradas. Tirante o jargão arrevezado do especialista, onde reside a diferença? (C. E. MOISÉS, 1996, p. 11-12).

2. Esquematizar as idéias contidas nos seguintes textos:

Compreende-se, assim, que as naus cabralinas, aportando em terras de Santa Cruz em abril de 1500, nos trouxessem uma visão do mundo de tipo medieval, amparada em padrões correspondentes de cultura. Como mais

adiante se procurará mostrar, os navegantes portugueses, falando na voz do seu cronista oficial, Pêro Vaz de Caminha, interpretaram de modo pré-renascentista o mundo novo que acabavam de revelar, precisamente porque ainda homens da Idade Média, por ideologia e formação. Guiava-os uma cosmovisão em que a tônica incidia sobre Deus, não sobre o homem, como postulava o Humanismo e como em Portugal já se principiava a conceber. Lançados na aventura transoceânica, enfrentavam mil perigos e superstições motivados por uma crença humanística muito relativa: seus estereótipos mentais permaneciam medievais, religiosos e “espirituais”; lutavam antes pelo reino de Deus que do Homem; seu dinamismo expansionista levava como endereço certo a “*dilatação da Fé e do Império*”. Conquistar, explorar, dominar, apresar escravos, comerciar gananciosamente, eram verbos que conjugavam em nome de Cristo. Desse modo, a difusão do Catolicismo, tornada, à primeira vista, ideal único, justificava perante a consciência dos navegantes e exploradores todos os atos, ainda os mais desumanos (M. MOISÉS, 1985b, p. 18-19).

O próprio conceito de texto depende das concepções que se tenha de língua e de sujeito.

Na concepção de língua como representação do pensamento e de sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto é visto como um produto – lógico – do pensamento (representação mental) do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão “captar” essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo.

Na concepção de língua como código – portanto, como mero instrumento de comunicação – e de sujeito como (pre)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito. Também nesta concepção o papel do “decodificador” é essencialmente passivo.

Já na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação.

Adotando-se esta última concepção – de língua, de sujeito, de texto – a compreensão deixa de ser entendida como simples “captação” de uma representação mental ou como a decodificação de mensagem resultante de uma codificação de um emissor. Ela é, isto sim, uma *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente,

com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução deste no interior do evento comunicativo.

O sentido de um texto é, portanto, *construído* na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não algo que preexistia a essa interação. Também a *coerência* deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, passando a dizer respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos (KOCH, 2002, p. 16-17).

3. *Resumir os seguintes textos:*

Duas estorinhas-informação: Oswald afirmou diversas vezes que nunca, em toda a sua vida, soube contar sílabas, acentos, pés e coisas que tais. Isso não o impediu de tornar-se um grande poeta. Já Mallarmé nunca se permitiu sair do verso de tradição francesa. Nunca fez versos brancos (sem rima), nem experimentou com o chamado verso-livre (que hoje é o normal, mas que no seu tempo constituía a grande novidade). No entanto, no poema que publicou em 1897, um ano antes de sua morte, foi além de qualquer verso branco ou livre: estraçalhou o verso francês e o distribuiu pelo branco da página. Esse poema *Un coup de dés* (Um lance de dados) está na base das maiores radicalizações poéticas de nosso tempo. Ele corresponde, na poesia, à Lei da Relatividade, na física (PIGNATARI, 1983, p. 23).

O poeta que surgiu em 1930 e acabou se tornando a figura emblemática da poesia moderna no Brasil construiu uma grande obra em que tudo acontece por conflito. Desde muito cedo, Carlos Drummond de Andrade experimentou dificuldades e contradições para forjar o denso lirismo meditativo que o caracteriza.

A meditação parece fruto dos seus tempos de madureza, mas vem de antes, da origem mineira. Já no princípio, o poeta coaduna a discórdia com a reflexão.

Recusa silenciosa, idéia calada, a cisma tem uma história, que pode não ter datas nem fatos perceptíveis de imediato, mas faz diferença, pelo processo interior em busca de expressão. É só através daquela estrada de Minas, pedregosa, que conduz à "máquina do mundo" e ao enigma – estrada imaginária que a mente desenha –, se pode buscar a unidade de estrutura da obra como um todo, cujos traços de coerência profunda vão apontando mesmo nos poemas breves, de corte humorístico, do início.

Seu lirismo, sem prejuízo da mais alta qualidade, nunca foi puro, mas mesclado de drama e pensamento. Por força da memória e da experiência, a

certa altura incursiona também pela narrativa – memória em versos, como disse dele Pedro Nava, referindo-se a *Boitempo*. E ainda se podia lembrar a ficção em prosa, sobretudo o conto e a crônica, a que o escritor também se dedicou com assiduidade.

Mas no plano da poesia, que aqui importa, nota-se desde o começo a mistura de gêneros, com a presença de traços estilísticos dramáticos e narrativos que se integram perfeitamente, como acontece com frequência no poema lírico, à subjetividade dominante própria do gênero principal. Eventuais traços dramáticos ou narrativos apenas matizam o que enuncia a voz central que fala ao leitor. A questão se acha, porém, na forma reflexiva que a lírica assume nesse caso.

É que o pensamento desempenha um papel decisivo no mais íntimo dela, pois define a atitude básica do sujeito lírico, interferindo na relação que este mantém com o mundo exterior, ao mesmo tempo que cava mais fundo na própria subjetividade: o resultado desse processo é o adensamento do lirismo pelo esforço meditativo, que casa um esquema de idéias à expressão dos sentimentos. Os românticos foram nesse caminho há muito tempo; é preciso ver o que fez dele um dos modernos, Drummond.

O xis do problema é o modo como a reflexão, que espelha na consciência o giro do pensamento refletindo-se a si mesmo, se une ao sentimento e à sua expressão poética, determinando a configuração formal do poema, num mundo muito diferente daquele dos primeiros românticos e da poesia meditativa que inventaram (ARRIGUCCI JR., 2002, p. 15-16).

4. Com base no tópico sobre sublinha, destaque no texto seguinte as palavras e expressões-chaves, sublinhando-as:

Convencionou-se considerar como período medieval os dez séculos que se interpuseram entre a queda de Roma, em poder dos bárbaros de origem germânica, e a de Constantinopla, em poder dos turcos. É o período que vai desde o Século V até o Século XV. Nesse período a civilização greco-romana dominou a Europa ocidental e meridional, o Oriente Próximo e o norte da África. Era ela organizada em uma formação econômico-social que se baseava no uso da mão-de-obra escrava onde socialmente a população se dividia em classes, com grandes diferenças de direitos e de bens. Ela se desmoronou ante o impacto de migrações sucessivas de povos oriundos do leste, de economia predominantemente agrícola que, a princípio, se estabeleceram pacificamente nos territórios do império, mas depois, com maior belicosidade, enfrentaram e venceram as tropas imperiais.

O novo sistema pôs em choque, destruindo praticamente os fluxos comerciais, fazendo com que as grandes vias, as estradas da época, fossem abandonadas e se deteriorassem. Com ele, o campo passou a ter maior importância do que a cidade e os grupos humanos se fixaram em determinadas

áreas rurais, sob a direção dos chefes militares que os conduziam à guerra e os governavam nos curtos períodos de paz. Surgia, assim, o feudalismo, com o campo dividido em unidades de dimensões as mais diversas, sob a direção de um nobre, e onde se procurava produzir para o auto-abastecimento. O nobre ou senhor fazia construir, em lugar estrategicamente escolhido, o seu castelo-fortaleza, onde vivia com os seus familiares e dependentes, cercado por homens de guerra – os cavaleiros. O povo formava os servos que ficavam ligados ao feudo, à terra, com o controle dos instrumentos de produção, fornecendo uma parte ponderável ao senhor, em troca da proteção e da administração que o mesmo exercia. Além do fornecimento de mercadorias produzidas, eram ainda obrigados a prestar serviços nas culturas e na casa do senhor e, em períodos de guerras ou de festas, contribuir com elas. As cidades que sobreviveram às invasões tiveram, em sua maioria, pequena população, decaíram de importância e se tornaram o lugar onde viviam os artífices, ligados às corporações, e os burgueses, dedicados ao comércio. Os artífices formavam grupos fechados em suas corporações especializadas em produzir para um mercado pouco amplo. A circulação de pessoas e de mercadorias era pouco expressiva, em face das dificuldades de transporte, da insegurança nas estradas e da multiplicidade de moedas.

Nos fins da Idade Média começou a haver maior intercâmbio comercial, tanto no mar Mediterrâneo como no mar do Norte, o que permitiu que algumas cidades passassem a ter maior expressão em função deste intercâmbio (Veneza, Gênova, Pisa e Florença na Itália e as cidades hanseáticas no norte da Europa, como Lübeck e Bremen). O comércio pelo interior do continente, ligando essas duas áreas, passou a ter maior importância, fortalecendo cidades localizadas em pontos geograficamente favoráveis como Augsburg, Salzburgo e Liège. As duas últimas eram governadas por príncipes bispos, chefes que, ao poder político, juntavam o poder religioso, o que permitia que enfrentassem muitas vezes com vantagens aos senhores feudais. Também tiveram maior desenvolvimento algumas cidades que se tornaram capitais dos novos reinos, em decorrência de alianças feitas pelos reis com os burgueses, para enfrentarem os nobres que contestavam a sua autoridade, como Paris na França, Londres na Inglaterra, Estocolmo na Suécia e Moscou na Rússia (ANDRADE, 1992, p. 270-272).

5. *Considerando o texto da questão 4, anote as palavras desconhecidas e procure num dicionário o significado mais aproximado delas.*
6. *Faça um plano de idéias para um seminário sobre Ecologia, ou outro assunto de interesse da classe.*



Pesquisa Científica

Não é no espaço que devo buscar minha dignidade, mas na ordenação de meu pensamento. Não terei mais, possuindo terras; pelo espaço, o universo me abarca e traga como um ponto; pelo pensamento, eu os abarco (PASCAL, 1973, p. 128).

1 Pesquisa geral

Um primeiro conceito de ciência diz que ela se identifica com um conjunto de procedimentos que permite a distinção entre aparência e essência dos fenômenos perceptíveis pela inteligência humana. As peculiaridades de seu método diferenciam a ciência das muitas formas de conhecimento humano. E uma de suas particularidades é aceitar que nada é eternamente verdadeiro. O dogma não encontra na ciência lugar nenhum.

É, portanto, a ciência um campo de conhecimentos com técnicas especializadas de verificação, interpretação e inferência da realidade. A ciência compreende a teoria, a análise e a política. A teoria caracteriza-se como conjunto de princípios de uma ciência, ou conjunto de tentativas de explicação de um número limitado de fenômenos. Apenas a mente humana que possui teorias é capaz de distinguir, entre inúmeros fatos, aqueles que são relevantes. A análise, por sua vez, ocupa-se da aplicação da teoria. Visa distinguir fenômenos não contemplados no desenvolvimento da teoria. Busca interpretar fatos e fazer previsões. Já a política ocupa-se da transição entre o que é para o como deve ser.

Além disso, a comunidade científica de um ramo do conhecimento possui características comuns quanto aos métodos que utiliza para investigar a realidade.

A ciência divide-se inicialmente em dois segmentos: as lógicas e as empíricas. As ciências lógicas compreendem a Lógica e a Matemática. As ciências empíricas subdividem-se em naturais e sociais.

A pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, da ciência pura, ou aplicada; da matemática ou da agricultura, da tecnologia ou da literatura. Ora, tais pesquisas são sistematicamente planejadas e levadas a efeito segundo critérios rigorosos de processamento das informações. Será chamada pesquisa científica se sua realização for objeto de investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pela ciência.

Os trabalhos de graduação e pós-graduação, para serem considerados pesquisas científicas, devem produzir ciência, ou dela derivar, ou acompanhar seu modelo de tratamento. Melhor seria denominar os trabalhos de graduação ou colegiais de trabalhos de iniciação à ciência, passo necessário para se alcançar o estágio da pesquisa científica. Esta se caracteriza como procedimento racional e sistemático que objetiva alcançar resposta para problemas que o pesquisador se coloca.

Objetivamente, a pesquisa científica divide-se em pura e aplicada, e sua finalidade principal é concorrer para o progresso da ciência.

A classificação tipológica das ciências, utilizada também para a classificação da pesquisa, divide-as em formal e factual. A primeira ocupa-se da lógica e da matemática, enquanto a segunda cuida dos objetos factuais, que se subdividem em naturais e culturais. As ciências naturais são: Física, Química, Biologia, Psicologia Individual; as ciências culturais são: Psicologia Social, Sociologia, Economia, Política, História.

Outra classificação da pesquisa considera seus objetivos, dividindo-a em *exploratória* (estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto da pesquisa e orientar a formulação de hipóteses); *descritiva* (estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador; são exemplos as pesquisas mercadológicas e de opinião); *explicativa* (pesquisa que registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas).

Quanto ao objeto, a pesquisa pode ser de campo (ciências sociais), de laboratório (quase sempre experimental) e bibliográfica (utilização de textos para a pesquisa).

2 Método

A pesquisa em Literatura, Linguística, Filologia, Pedagogia e ciências humanas de modo geral exige a aplicação de metodologia e técnicas apropriadas. Na

Linguística, é muito comum a utilização de gravação de fala colhida nas mais diversas situações, bem como o uso de uma teoria de base e de farta bibliografia. Na Literatura, o pesquisador deve antes de tudo conhecer seu objeto, o autor e a obra que serão o foco de sua pesquisa. Sem o levantamento e a leitura exaustiva das obras de crítica literária relativas a sua área de atuação, sua pesquisa corre riscos sérios de fracasso.

O método será semelhante ao utilizado em outras ciências sociais: **a observação, a interpretação, a comparação**. A interpretação leva o pesquisador de literatura a considerar os dados colhidos pela pesquisa. Poderá utilizar a interpretação sociológica, a psicanalítica, a genética, a estilística, a dos formalistas russos, ou um conjunto de teorias que dêem embasamento suficiente para abarcar e explicar seu objeto de estudo. De Platão à atualidade, vários são os estudiosos que se debruçaram sobre conceitos fundamentais à literatura, como *mimesis*, *gênero*, *lírico*, *épico*, *estesia*. Fazer pesquisa em literatura sem conhecimento de várias teorias literárias também não conduz a bons resultados.

O pesquisador deve voltar sua atenção para os fatos literários ou linguísticos, desprezando o anedótico e o individual. Essa comparação deve abranger os planos temporal e espacial.

2.1 Métodos dedutivo e indutivo: o rigor lógico

A realização da pesquisa científica exige a utilização de métodos que são classificados em dedutivo e indutivo.

O raciocínio dedutivo parte de enunciados gerais dispostos em ordem, como premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular:

Todo homem é mortal. (*premissa geral*)

José é homem. (*premissa particular*)

Logo, José é mortal. (*conclusão particular*)

A Matemática, bem como a Filosofia, utiliza-se do método dedutivo. A função básica é demonstrar aquilo que implicitamente já se encontra no antecedente.

Deduzir é, pois, inferir.

Lei fundamental do raciocínio dedutivo: a conclusão não pode ter extensão maior que as premissas.

Já o método indutivo é um raciocínio em que, de fatos particulares, se tira uma conclusão genérica. Indução é levar para dentro. É um processo inverso ao dedutivo. A indução caminha de fatos singulares para chegar a uma conclusão ampla:

Arame conduz calor.

Ouro conduz calor.

Ferro conduz calor.

Logo, todo metal conduz calor.

Variados são os tipos de indução. Entre eles se destacam: a indução vulgar, a indução formal e a indução científica.

Segundo a indução vulgar, a tendência humana é generalizar propriedades, características ou qualidades comuns, a partir de alguns fatos observados superficialmente. Este tipo de indução leva facilmente ao erro. Exemplo:

Conheço dez universitários que não levam a sério seus estudos.

Os universitários não levam a sério seus estudos.

Pela indução formal chega-se a uma conclusão que resulta da enumeração de todos os fatos de uma série completa. A conclusão nada acrescenta à enumeração do antecedente.

Este primeiro universitário é estudioso.

Estes segundo e terceiro universitários são estudiosos.

Estes quarto e quinto universitários são estudiosos.

Logo, estes cinco universitários são estudiosos.

Para Ruiz (1995, p. 114), “a indução científica parte do fenômeno para chegar à lei geral. Observa, experimenta, descobre a relação causal entre dois fenômenos e generaliza esta relação em lei, para efeito de predições”.

Ora, no raciocínio dedutivo, se as premissas são verdadeiras e a forma é correta, a conclusão será verdadeira. Na indução, mesmo que todas as proposições do antecedente sejam verdadeiras, a conclusão pode não o ser. Sem ela, no entanto, a ciência não apresentaria progresso.

2.2 Métodos de procedimento

Modernamente, fala-se em dois outros métodos: o hipotético-dedutivo e o dialético. Esses métodos dizem respeito ao raciocínio utilizado. Outros métodos, diretamente relacionados com as etapas do trabalho, são conhecidos como de procedimentos, e subdividem-se em histórico, comparativo e estatístico. Assim, enquanto o método histórico busca nos acontecimentos passados explicações, causas para a ocorrência de determinados fatos, o comparativo visa explicar semelhanças e diferenças por meio de observações de duas épocas, ou dois fatos. Já o método estatístico vale-se das probabilidades da teoria estatística para

explicar a realidade. O estudo de caso, ou método monográfico, é outro método utilizado na pesquisa científica. Parte de acontecimentos particulares (empresas, instituições, grupos sociais) para obter generalizações. Finalmente, fala-se em *método estruturalista* que, partindo de observações concretas, chega a um nível abstrato da realidade e, depois, retorna à realidade para compreendê-la, ou seja, o método parte do concreto, chega ao abstrato (estrutura, ou fase em que obtém um modelo para a explicação da realidade) e retorna ao concreto.

Além dos métodos, importa estudar as técnicas de pesquisa, que são conjuntos de normas utilizadas especificamente pelas mais diversas ciências. A técnica de pesquisa está relacionada com a parte prática da pesquisa. Divide-se em documentação direta e indireta. A primeira inclui observação direta e sistemática da realidade, a entrevista, os questionários, os testes, as histórias de vida. A segunda inclui a pesquisa bibliográfica e a documental.

3 Etapas da pesquisa

De modo geral, são as seguintes as etapas de uma pesquisa: a escolha de um assunto, a coleta de informações, o fichamento, a formulação de problemas, a elaboração e a execução do plano.

Escolhido o assunto, passa-se a sua delimitação e explicação dos objetivos da pesquisa.

Ao seleccionar um assunto, o estudioso leva em consideração seu gosto pessoal, de valor relevante, teórico ou prático, para o grupo a que pertence. O assunto deverá estar em acordo com a formação intelectual do pesquisador, que deverá verificar a existência de material de pesquisa (bibliografia) suficiente sobre o assunto. Questões como tempo de pesquisa e recursos financeiros não são irrelevantes.

A delimitação do assunto leva em consideração a extensão da pesquisa. Para que o assunto não seja excessivamente abrangente, recomenda-se determinar circunstâncias especificadoras (tempo e espaço), bem como a definição dos *termos e conceitos*. Deve-se informar o enfoque (sociológico, psicológico, filosófico, crítico-literário) que será dado à pesquisa logo à introdução dela.

O planejamento de uma pesquisa compreende a formulação de problemas. Estes podem ser descritivos ou explicativos:

Quais são as propriedades do assunto?	}	Problemas descritivos
Quais são as características do assunto?		
Metodologicamente, como a questão será explanada?	}	Problemas explicativos
Por dedução ou indução?		
Como se procederá na análise dos fatos?		
Como se fará a demonstração?		

Formulados os problemas, passa-se à elaboração do plano. Também se pode administrar o tempo, realizando para isso um cronograma com certa flexibilidade.

Passa-se então à etapa da coleta de informações, de pesquisa bibliográfica, de elaboração do primeiro rascunho, de revisão e redação final.

Esquemáticamente, pode-se dividir uma pesquisa em quatro fases:

- | | | |
|----|---|---|
| 1ª | { | Estabelecimento do problema:
Escolha do assunto
Formulação do problema
Revisão bibliográfica sobre o problema a ser resolvido |
| 2ª | { | Organização da pesquisa:
Descrição do objeto da pesquisa
Formulação de hipóteses
Descrição dos métodos empregados
Construção dos instrumentos para a coleta de dados
Definição da população da pesquisa (<i>corpus</i>) ¹
Planificação da coleta de dados |
| 3ª | { | Execução da pesquisa de campo:
Estabelecimento de um plano de trabalho
Coleta de dados
Análise dos resultados |
| 4ª | { | Redação:
Redação preliminar
Revisão gramatical e de conteúdo
Redação final
Bibliografia |

O êxito da pesquisa está ligado a vários fatores; entre eles se destacam:

- ☐ indagação minuciosa do assunto;
- ☐ capacidade para selecionar o material bibliográfico e documental;
- ☐ transcrição correta das informações;
- ☐ anotações claras e objetivas;

1 No caso de uma tese ou dissertação na área de literatura, o *corpus* é formado pelas obras que se tem em vista examinar.

- ☐ desenvolvimento ordenado e lógico dos fatos;
- ☐ apresentação ordenada e clara das conclusões ou dos resultados alcançados; e
- ☐ desenvolvimento do processo de pesquisa, em harmonia com os objetivos propostos no projeto.

Como a pesquisa pressupõe trabalho rigoroso de levantamento de dados, certos critérios devem ser seguidos:

- ☐ percepção do problema;
- ☐ definição do problema;
- ☐ formulação de uma hipótese;
- ☐ seleção do método que será empregado na pesquisa, que poderá variar conforme o caso;
- ☐ escolha da técnica a ser empregada para compilação e análise dos dados;
- ☐ busca de provas, propriamente ditas;
- ☐ conclusões sobre a hipótese formulada originalmente; e
- ☐ exposição e discussão das conclusões, resultados, medidas propostas, recomendações que devem ser adotadas.

4 Técnicas de pesquisa: pesquisa documental e bibliográfica

A pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em arquivos de instituições religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias, ou coleções de fotografias.

A documentação direta compreende ainda a observação direta intensiva, cuja modalidade mais utilizada é a entrevista. Faz parte da observação direta extensiva o uso de formulários, testes, questionários, história de vida (estudo de caso).

Na utilização de documentos científicos, o pesquisador depara com dois tipos: documentos primários e secundários. Os primários englobam resultados novos de pesquisa; os secundários apresentam repetição de informações. Entre estes últimos, destacam-se: listas bibliográficas sobre certa especialidade, revisões com análise de trabalhos sobre determinado assunto, *papers* (documento sobre o resultado de uma pesquisa que apresenta visão pessoal), relato de casos.

Os textos utilizados numa pesquisa podem ainda ser classificados em:

- ☐ *primários*: livros, jornais, periódicos, artigos, relatórios;
- ☐ *secundários*: bibliografias, resumos, traduções, textos produzidos pelos serviços de documentação;
- ☐ *terciários*: estudos recapitulativos.

A pesquisa bibliográfica inclui-se nos procedimentos de documentação indireta.

Pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar. A pesquisa bibliográfica apresenta quatro etapas: identificação, localização, compilação e fichamento.

- ☐ *identificação*: cuida do recolhimento bibliográfico que existe a respeito do assunto em questão. Esse levantamento é feito por meio de catálogos de editoras, livrarias, de órgãos públicos, de entidades de classe, de universidades, de bibliotecas;
- ☐ *localização*: é a fase posterior ao levantamento bibliográfico e significa a localização das obras específicas, a fim de conseguir as informações necessárias;
- ☐ *compilação*: caracteriza-se como fase da obtenção e reunião do material desejado;
- ☐ *fichamento*: é a transcrição dos dados em fichas, para posterior consulta e referência, devendo-se anotar os elementos essenciais ao trabalho. Portanto, essas anotações devem ser completas, claramente redigidas e fiéis ao original.

5 Acesso à bibliografia

Graças ao enorme avanço da tecnologia, notadamente da informática, os diversos centros e serviços de documentação conseguem, hoje, alcançar índices bastante elevados de eficiência. Realmente, o processamento de dados, ao reduzir substancialmente a margem de erro da pesquisa e oferecer maior precisão na coleta de informações, veio facilitar, agilizar e otimizar o trabalho do pesquisador, contribuindo dessa maneira para o estímulo e o incremento de novas e relevantes pesquisas.

Como não é possível guardar em casa tudo o que se publica sobre todos os assuntos, cada vez mais a pesquisa em bibliotecas se transforma numa necessidade do dia-a-dia.

Observa-se, atualmente, aumento sensível do hábito ou necessidade de realizar pesquisas em bibliotecas. Dificilmente, um estudante passará muito tempo sem precisar dirigir-se à biblioteca de sua cidade. Às vezes terá de fazer levan-

tamento bibliográfico sobre determinado assunto, consulta a alguma obra esgotada, verificar e talvez tirar cópia de um artigo ou matéria jornalística, procurar uma lei ou decreto, importante para seu estudo, em *Diários Oficiais* de algum período, por exemplo. Enfim, são inúmeras as ocasiões em que a pesquisa pode acontecer. Por isso, cada vez mais o uso de bibliotecas torna-se fundamental no dia-a-dia do pesquisador, ou estudante.

Como exemplo de acesso às bibliotecas públicas, seguem modelos de fichas de requisição de obras da Biblioteca Mário de Andrade (Figuras 2.1 e 2.2), na cidade de São Paulo.

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE		Nº DE CHAMADA (EM VERMELHO NA FICHA)
REQUISIÇÃO DE OBRAS		
Autor: Título da obra: Idioma: Para cada obra preencha uma requisição (duas vias). É permitida a requisição de três obras de cada vez. Toda requisição não atendida em 15 minutos deve ser reclamada. Ao sair, o consulente deve devolver os livros requisitados ao encarregado na sala de leitura.		
Nome do Consulente: Residência:		DATA / /
ESTUDANTE: 2º Grau ☐ Supletivo, outros ☐ Universitário ☐	Bancário ☐ Comerciante ☐ Func. Público ☐ Prof. Liberal ☐	Professor ☐ Outros ☐
		CADEIRA Nº
		HORÁRIO

Figura 2.1 *Ficha de requisição de obras.*

BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE SUBDIVISÃO DE PERIÓDICOS					REQUISIÇÃO DE OBRAS		
NOME DO JORNAL OU REVISTA					IDIOMA	LOCALIZAÇÃO (EM VERMELHO NA FICHA)	
DATA DA OBRA			PASTA Nº	FOLHETOS			
DIA	MÊS	ANO					
ASSUNTO			XEROX	MICROFILME			
						DATA / /	
NOME DO CONSULENTE RESIDÊNCIA						HORÁRIO	
ESTUDANTE:		BANCÁRIO		☐	PROFESSOR	FICHA CADEIRA Nº	
2º GRAU		COMERCIÁRIO		☐	OUTROS		☐
SUPLETIVO, OUTROS		FUNC. PÚBLICO		☐			
UNIVERSITÁRIO		PROF. LIBERAL		☐			

Figura 2.2 *Ficha de requisição de periódicos.*

6 Pesquisa bibliográfica

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a pesquisa se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade. Exige pensamento reflexivo e tratamento científico. Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa.

Utiliza, por isso, métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido.

A pesquisa procura dados em variadas fontes, de forma direta ou indireta. No primeiro caso, levantam-se dados no local em que os fenômenos ocorrem (pesquisa de campo ou de laboratório); no segundo, a coleta de informações pode dar-se por documentação. A pesquisa bibliográfica caracteriza-se como documentação indireta. Além da pesquisa bibliográfica, pode-se também realizar uma investigação de documentos de primeira mão, que ainda não foram objeto de estudo. A documentação direta abrange a observação da própria realidade e a entrevista.

Constituem fonte primária os documentos adquiridos pelo próprio autor da pesquisa. Esses documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, par-

ticulares, anuários estatísticos. São ainda considerados fontes primárias: fotografias, gravações de entrevistas, de programas radiofônicos ou provenientes da televisão, desenhos, pinturas, músicas, objetos de arte.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse.

A pesquisa bibliográfica é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se despendar tempo com o que já foi solucionado.

O êxito nos estudos depende em grande parte da leitura que o estudioso realiza. A leitura feita segundo regras elementares favorece a tomada de notas, de apontamentos, a realização de resumos e o estudo, propriamente dito.

Logo ao início de qualquer curso, o professor indica livros de leitura. Alguns deles são básicos, outros complementares. Há ainda os livros de referência, os dicionários, as enciclopédias, e há os especializados em um ou outro assunto.

Qualquer curso ficaria comprometido sem a necessária complementação com leituras básicas ou especializadas. Daí a necessidade de consulta à biblioteca ou até mesmo formação de uma própria, segundo a área de interesse de cada pessoa.

Parece inegável que a leitura proporciona ampliação e integração de conhecimentos, enriquece o vocabulário e melhora a comunicação. Outra grande contribuição da leitura é melhorar o desempenho nas argumentações e nos juízos.

7 Passos da pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica compreende: escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação.

O assunto será delimitado e preciso; ao geral, amplo, será preferido o restrito. Exige, portanto, que seja escolhido assunto condizente com a capacidade do pesquisador, de acordo com suas inclinações e gosto pessoais. Outros fatores que devem ser considerados: tempo para realizar a pesquisa e existência de bibliografia pertinente ao assunto.

Evitem-se assuntos pouco aprofundados ou sobre os quais pouco foi escrito, isto é, cujo conhecimento é ainda duvidoso e superficial.

Depois de escolhido o assunto, passa-se a sua delimitação, o que vem a constituir-se no tema. Favorecem a delimitação do assunto: o uso de adjetivos explicativos e restritivos, de complementos nominais, de adjuntos adverbiais. Exemplos:

Redação Escolar no Ensino Fundamental

Experiências no Ensino de Redação para o Ensino Médio

Normas Gerais para os Trabalhos Científicos nos Cursos de Graduação

Após o estabelecimento do tema, que é o assunto devidamente delimitado, passa-se à fase de leitura e fichamento. Há autores que recomendam como passo seguinte o estabelecimento de um plano provisório. Evidentemente, com o transcorrer da pesquisa, o plano pode ser alterado.

Para a elaboração do plano, leve-se em conta que deverá ter: introdução (formulação do tema, importância dele, justificativa da pesquisa, metodologia a ser empregada); desenvolvimento (fundamentação lógica do trabalho, explicação do tema, discussão, demonstração). O desenvolvimento deve ser dividido em tópicos. Finalmente, a conclusão exige que tudo seja sintetizado.

8 Identificação do material bibliográfico

É a fase de conhecer o assunto pertinente ao tema em estudo. Em primeiro lugar, buscam-se catálogos de relação de obras. Com o livro na mão, pode-se fazer uma análise melhor do sumário e um levantamento dos assuntos abordados no texto.

Os *abstracts* (resumos) são outra fonte de informações. Eles apresentam um resumo analítico do texto.

A bibliografia constante no final dos livros também é fonte básica para a pesquisa bibliográfica. Consultando-a, podem-se encontrar obras que interessam à pesquisa que se está realizando.

Documentos, obras, teses podem ser localizados por meio de consulta ao Catálogo Coletivo Nacional do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, que atende a consultas por carta ou telefone e presta informações sobre a existência de trabalhos em diferentes bibliotecas do Brasil. Vejam-se ainda: *Oficina de livros: novidades catalogadas na fonte*, da Câmara Brasileira do Livro (SP) e *Bibliografia brasileira*, da Biblioteca Nacional.

As faculdades costumam oferecer para consulta um catálogo das teses defendidas.

9 Seleção de leitura

Inicialmente, analise-se o título da publicação. O título é amplo, restrito, preciso? Que classe gramatical prevalece no título: verbos ou substantivos? Há algum adjetivo ou advérbio emanando carga semântica subjetiva? O que o título sugere?

Em seguida, passa-se à verificação do sumário. Há alguns autores que recomendam exame das qualificações do autor, de seu *curriculum vitae*. Talvez, um resquício do argumento de autoridade de Aristóteles. A orelha, a quarta-capá, a apresentação, o prefácio, todos devem ser objeto de leitura atenta. Um exame rápido da bibliografia também favorece a seleção criteriosa.

A seleção de textos é imperativo do objetivo que se tem em vista. Além da seleção, a confiabilidade da obra é fator procurado.

Em geral, a seleção parte do livro escolhido, ou seja, título, autor, edição a que se deve dar preferência; se de um mesmo autor, as edições mais recentes. Assim, a décima edição de um livro de economia provavelmente será mais precisa que a quinta, já ultrapassada em suas informações estatísticas e outras. Em alguns casos, o leitor buscará edições críticas, principalmente quando a obra sofreu alterações através do tempo.

A primeira impressão de *Os lusíadas*, de Camões, é considerada autêntica e foi realizada pela casa de Antônio Gonçalves, em 1572. Tem na portada (frontispício) um pelicano com a cabeça virada para a esquerda. A edição inautêntica traz um pelicano com a cabeça virada para a direita. A primeira edição designou-se *Ee*; a segunda *E*, que são, respectivamente, as primeiras letras dos versos:

E entre gente remota edificaram (1ª – autêntica).

Entre gente remota edificaram (2ª – inautêntica).

A edição "dos Piscos", a 2ª de *Os lusíadas*, foi expurgada pela Censura Inquisitorial.

No caso de traduções, a escolha será por obras que revelem fidelidade ao texto do autor. Para ficar no clichê: tradutor, traidor.

Nas bibliotecas, encontram-se três tipos de arquivo: por assunto, por título de obras e por nome dos autores. Se o estudante dispõe apenas do assunto, poderá, por meio da consulta a um arquivo de assunto, levantar uma série de obras que tratam da matéria objeto de sua pesquisa. Dispondo do nome do autor ou do título de uma obra, a consulta revela-se ainda mais fácil.

Exercícios

1. Fazer levantamento bibliográfico levando em consideração a área de seu interesse. Consultar arquivos de uma biblioteca e transcrever as informações bibliográficas. O resultado deve ser uma lista de livros.
2. Faça levantamentos bibliográficos e liste obras sobre:
 - ☐ teoria literária;
 - ☐ Romantismo;

- ☐ Modernismo brasileiro;
 - ☐ Futurismo;
 - ☐ leitura.
3. Quem escreveu *Prosopopéia*; *Menina e moça*; *O Ateneu*; *O suicídio*; *A teoria geral do emprego, dos juro e da moeda*; *O capital*; *O espírito das leis*; *Tableau économique*; *O contrato social*; *Curso de lingüística geral*; *O mundo como vontade e representação*; *O fenômeno humano*; *Desobediência civil*; *Curso de filosofia positiva*; *A origem das espécies*; *Discurso do método*; *O príncipe*; *A utopia*; *Ensaio*; *Leviatã ou a matéria: a forma e o poder de uma comunidade eclesiástica e civil*; *O abolicionismo*; *Casa grande e senzala*; *Raízes do Brasil*; *Os donos do poder*? *Transcreva as informações bibliográficas completas.*
 4. Que obras de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre indicaria a um amigo seu? *Transcreva as informações bibliográficas completas.*
 5. Que obras escreveu Ingedore G. Villaça Koch?
 6. Que obras escreveu Eni Pulcinelli Orlandi?
 7. Saberia indicar uma obra de Bernandim Ribeiro? Apresente o nome da editora, o local da publicação, o ano, a edição.
 8. Você precisa localizar obras sobre o Romantismo brasileiro para realizar uma pesquisa. Que livros utilizará?
 9. Umberto Eco, autor de *Obra aberta* e *A estrutura ausente*, escreveu alguma obra de metodologia científica? Apresente as referências bibliográficas.
 10. Saberia indicar quem escreveu “Judas-Ahsverus”? Em que livro encontrar esse conto?
 11. “Noite de almirante” é um conto de Machado de Assis. Em que livro localizá-lo?
 12. Alves e Cia. é de autoria de quem? Informe todos os elementos bibliográficos.
 13. Delimitar os seguintes assuntos:
 - A educação.
 - A greve.
 - O esporte.
 14. Faça o planejamento de uma possível pesquisa.
 15. Quais são os critérios para a realização de uma pesquisa científica? (veja seção 2.)

3



Qualidade das Fontes da Pesquisa

Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve refletir. (É evidentemente algo sobre o que, por alguma razão, dificilmente se reflete) (WITTGESTEIN, 1979, p. 49).

1 Consulta bibliográfica

Em primeiro lugar, a elaboração de um trabalho científico, um *paper*, ou um artigo científico exige o apoio das próprias idéias em fontes reconhecidamente aceitas. Não há como citar um texto ruim, exceto para mostrar sua precariedade.

A busca de informações exige técnica apurada para seu registro.

O trabalho técnico, ou científico, pressupõe vasta consulta bibliográfica que, muitas vezes, somente se esgota com a frequência assídua à biblioteca pública ou particular, para consulta exaustiva de obras que sirvam de sustentação às idéias que se pretende expor.

Há quem afirme que o estudioso lê e só depois inicia sua redação, e há quem diga que um escritor de obras científicas, técnicas, didáticas lê e escreve concomitantemente. Num caso e noutro a decisão de escrever pressupõe reflexão demorada sobre o assunto.

Ilusoriamente, acredita-se na novidade de um texto. Quando muito, é nova a forma. Na maioria das vezes, os autores parafraseiam textos, resumem obras, resenham livros, com o objetivo de esclarecer, elucidar e chegar a resultados previamente estabelecidos.

A biblioteca tem sido, portanto, o passo obrigatório para os estudiosos que desejam apresentar textos bem fundamentados. E aqui não há como abreviar o tempo de consulta, que deve ser levada à exaustão. Quem pouco gosta de consultar provavelmente não se amoldará à pesquisa e ao estudo. O trabalho redigido isoladamente pode revelar insuficiência de idéias ou de fundamentos.

A familiarização com serviços de bibliotecas públicas, bem como com o acervo aí existente, pode proporcionar benefícios extraordinários à obra que se quer realizar.

O estudioso, de modo geral, aprende a tirar proveito das bibliotecas que existem a sua disposição, e não se limita aos acervos restritos. Encontrar as fontes de informação que servem de base para uma exposição clara e lógica exige do estudioso certa intimidade com essas instituições que armazenam obras, classificam títulos, oferecem informações aos pesquisadores. Daí a necessidade de habilidades para trabalhar com autores, livros, revistas, jornais, enfim, com todo o acervo de uma biblioteca.

Há dois tipos de biblioteca: as especializadas e as gerais. Estas guardam textos de todas as espécies; aquelas interessam-se apenas por proteger obras de um ramo do conhecimento. Assim, há biblioteca de Administração, biblioteca de Contabilidade, biblioteca de Economia, e outras.

Há dois tipos de biblioteca pública: as municipais e a nacional. Esta é caracterizada por receber o depósito legal estabelecido pelo Decreto nº 1.807, de 1907. Portanto, a uma biblioteca nacional cabe reunir toda a bibliografia produzida num país. Teoricamente, deveria ser uma biblioteca completa quanto à produção nacional.

Segundo o Decreto de 1907, "os administradores de oficinas de tipografia, litografia, fotografias ou gravuras são obrigados a remeter à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem". Depósito legal é, pois, a doação, que se faz à Biblioteca Nacional, de uma obra produzida.

A biblioteca pública, por sua vez, especializa-se no atendimento ao público. Seu objetivo é a educação extra-escolar.

2 Acervo

Que é um acervo bibliográfico?

É um conjunto de obras que formam o patrimônio de uma biblioteca, ou conjunto de documentos abrigados e organizados por uma biblioteca.

As bibliotecas abrigam milhares de obras, classificadas ou pelo sistema de Melvil Dewey (*Classificação Decimal de Dewey* – CDD) (Figuras 3.1 e 3.2) ou pelo Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU).

Ambas as classificações são decimais, isto é, as obras publicadas são distribuídas em dez classes. Exemplo:

000 – OBRAS GERAIS, GENERALIDADES	
010 – Bibliografia	530 – Física
020 – Biblioeconomia	540 – Química
030 – Enciclopédias gerais	550 – Geologia
040 – Coleções gerais de ensaios	560 – Paleontologia
050 – Periódicos gerais	570 – Biologia, Antropologia
060 – Associação em geral, Museus	580 – Botânica
070 – Jornalismo, Jornais	590 – Zoologia
080 – Poligrafia, Colêrneas	
090 – Livros raros, Manuscritos, Ex-libris	
100 – FILOSOFIA	600 – CIÊNCIAS APLICADAS, TECNOLOGIA
110 – Metafísica	610 – Medicina
120 – Metafísica especial	620 – Engenharia
130 – Ramificações da psicologia, Metapsíquica	630 – Agricultura
140 – Doutrinas e sistemas filosóficos	640 – Economia doméstica
150 – Psicologia	650 – Organização e administração do comércio, da indústria e dos transportes
160 – Lógica	660 – Tecnologia química, Indústrias químicas
170 – Ética	670 – Manufaturas
180 – Filósofos antigos e medievais	680 – Profissões mecânicas
190 – Filósofos modernos	690 – Materiais e processos de construção
200 – RELIGIÃO	700 – ARTES E DIVERTIMENTOS
210 – Teologia natural	710 – Urbanismo
220 – Bíblia	720 – Arquitetura, Arte monumental
230 – Dogmas, Doutrinas	730 – Escultura, Artes plásticas
240 – Moral e prática religiosa	740 – Desenho, Decoração
250 – Teologia pastoral	750 – Pintura
260 – Igreja cristã: instituições e trabalho	760 – Gravura, Estampa, Ilustração
270 – História cristã da Igreja	770 – Fotografia
280 – Igrejas cristãs e seitas	780 – Música
290 – Igrejas não cristãs	790 – Divertimentos, Jogos, Esportes, Teatro, Coreografia
300 – CIÊNCIAS SOCIAIS, SOCIOLOGIA	800 – LITERATURA
310 – Estatística	810 – Americana
320 – Ciência política	820 – Inglês
330 – Economia, Organização econômica	830 – Alemã e outras germânicas
340 – Direito	840 – Francesa, Provençal, Catalã
350 – Administração pública, Direito administrativo	850 – Italiana, Romana, Romanche
360 – Serviço social, Associação e instituições	860 – Espanhola
370 – Educação	869 – Portuguesa
380 – Serviços de utilidade pública	869.9 – Brasileira
390 – Usos e costumes, Folclore	870 – Latina e outras itálicas
400 – FILOLOGIA (LINGÜÍSTICA)	880 – Grega e outras helênicas
410 – Filologia comparada	890 – Outras literaturas
420 – Filologia inglesa e anglo-saxônica	
430 – Filologia alemã e de outras línguas germânicas	900 – HISTÓRIA
440 – Filologia francesa, provençal, catalã	910 – Geografia política, Viagens, Explorações
450 – Filologia italiana e romana, Romanche	920 – Biografias coletivas
460 – Filologia espanhola	930 – História Antiga em geral
469 – Filologia portuguesa, Galega	940 – Europa
470 – Filologia latina e de outras itálicas	950 – Ásia
480 – Filologia grega e de outras helênicas	960 – África
490 – Filologia de outras línguas	970 – América do Norte
500 – CIÊNCIAS PURAS	980 – América do Sul
510 – Matemática	981 – Brasil
520 – Astronomia	990 – Oceania, Regiões Árticas e Antárticas

Figura 3.1 *Classificação de obras segundo o método de Melvil Dewey.*

800 – LITERATURA 801 – Filosofia. Teoria. Estética 802 – Compêndios. Miscelânea 803 – Dicionários, enciclopédias 804 – Ensaios, conferências, palestras 805 – Periódicos 806 – Sociedades: relatórios, atas etc. 807 – Estado e ensino 808 – Retórica. Composição de formas literárias específicas 808.1 – Poesia 808.2 – Teatro 808.3 – Ficção 808.4 – Ensaios, crônicas, memórias, críticas 808.5 – Oratória 808.6 – Cartas 808.7 – Sátira. Humor 808.8 – Coleções de diversos gêneros literários 809 – História 810 – Literatura americana 811 – Poesia 812 – Teatro 813 – Romance 814 – Ensaios, crônicas, memórias, críticas 815 – Oratória 816 – Cartas 817 – Sátira. Humor 818 – Miscelânea 819 – Literatura canadense Com as mesmas subdivisões da literatura americana. Ex.: Poesia canadense = 819.1 820 – Literatura inglesa e de línguas anglo-saxônicas 821 – Poesia 822 – Teatro 823 – Romance 824 – Ensaios, crônicas, memórias, críticas 825 – Oratória 826 – Cartas 827 – Sátira. Humor 828 – Miscelânea 829 – Literatura anglo-saxônica (Dividir como a literatura inglesa) 830 – Literatura alemã. Literatura de línguas germânicas 831 – Poesia 832 – Teatro 833 – Romance 834 – Ensaios, crônicas, memórias, críticas 835 – Oratória 836 – Cartas 837 – Sátira. Humor 838 – Miscelânea 839 – Outras literaturas germânicas (Dividir como a literatura alemã) [...]	869 – LITERATURA PORTUGUESA 869.01 – Filosofia, utilidade da ... 869.02 – Compêndios 869.03 – Dicionários 869.04 – Ensaios, memórias, saudações, discursos, palestras, conferências, crônicas, críticas. 869.05 – Revistas, periódicos 869.06 – Associações literárias 869.07 – Ensino da ... 869.08 – Coleção de obras literárias 869.09 – História da literatura portuguesa 869.1 – POESIA PORTUGUESA 869.101 – Poesia portuguesa 869.102 – Poesia dramática 869.103 – Poesia romântica e épica 869.104 – Poesia lírica 869.105 – Poesia didática 869.106 – Poesia descritiva 869.107 – Poesia satírica e humorística 869.108 – Coleção de poemas. Florilégios 869.109 – História da poesia portuguesa 869.11 – Período primitivo (1140-1495) 869.12 – Idade dourada (1495-1580) [...] 869.9 – LITERATURA BRASILEIRA 869.901 – Filosofia, utilidade da ... 869.902 – Compêndios 869.903 – Dicionários 869.904 – Ensaios, memórias, saudações, discursos, palestras, conferências 869.905 – Revistas, periódicos 869.906 – Associações literárias 869.907 – Ensino da ... 869.908 – Coleções de obras literárias 869.909 – História da literatura brasileira [...] 869.92 – TEATRO BRASILEIRO 869.9208 – Coleções de peças teatrais 869.9209 – História do teatro brasileiro 869.921 – Período de formação (1500-1750) 869.922 – Período de desenvolvimento (1750-1830) 869.923 – Período romântico (1830-1870) 869.924 – Período de reação (1870-) 869.925 – Contemporâneos 869.93 – ROMANCE BRASILEIRO 869.9308 – Coleções de romance e contos 869.9309 – História do romance brasileiro 869.931 – Período de formação (1500-1750) 869.932 – Período de desenvolvimento (1750-1830) 869.933 – Período romântico (1830-1870) 869.934 – Período de reação (1870-) 869.935 – Contemporâneos
---	--

Figura 3.2 Subdivisão da classificação de Dewey para literatura.

As bibliotecas, além dessas classificações, valem-se de uma divisão em tipos de publicação, tipos de informação e uso. Quanto à publicação, as bibliotecas públicas dividem seus livros em: coleção geral de livros, livros de referência e periódicos (boletins, revistas e jornais).

2.1 Tipos de publicação

A coleção de livros gerais abarca livros científicos, didáticos, literários.

Os livros de referência englobam enciclopédias, dicionários, índices, atlas, bibliografias.

Os periódicos são as publicações que apresentam artigos atuais. Também é possível consultar jornais e revistas antigas. A divisão correspondente, que classifica os periódicos, chama-se *hemeroteca*.

2.2 Tipos de informação

As informações contidas numa publicação podem ser primárias ou secundárias. Primário é o texto original, mas tanto pode ser baseado em pesquisa, como ser fruto exclusivo da criação do autor. O material primário compreende periódicos de todas as formas, monografias, relatórios, ensaios, dissertações, teses, livros. As publicações secundárias compreendem obras de referências, como enciclopédias, dicionários, anuários, livros bibliográficos.

A diferença principal entre material primário e secundário reside no fato de que o material secundário apresenta informações de segunda mão, isto é, retiradas de outras fontes.

Ao estudioso recomenda-se a busca, sempre que possível, de fontes primárias, isto é, isentas de interpretação. Não lhe é vedada a consulta de enciclopédias, mas esta só lhe deverá servir como primeira etapa, em que recolherá informações iniciais.

O uso de manuais, compêndios, introduções, livros-textos também deve ser limitado, isto é, o estudioso deve ter consciência de que tais livros só lhe servem para uma primeira abordagem.

Embora seja comum encontrar trabalhos científicos (monografias, artigos) que veiculam informações de dicionários, como conceitos e definições, tal prática não é bem vista por examinadores de bancas de mestrado e doutorado. Dicionários, ainda que específicos (Sociologia, Psicologia, História, Psicanálise), não substituem a fonte original, primeira. Eles, assim como as enciclopédias, são considerados fornecedores de informações secundárias. Se necessário apenas como ponto de partida e para mostrar diferenças, insuficiências e falhas com relação ao que se quer provar, tal uso se justifica. O que pode ser reprovável é admitir como certeza absoluta (ou verdade incontestada, ou ponto máximo a que se chegou o conhecimento) um conceito extraído de um dicionário, ainda que técnico.

2.3 Quanto à utilização

Aqui, a divisão do acervo bibliográfico baseia-se em obras de consulta e obras de leitura corrente. Estas compreendem obras literárias e obras de divulgação científica e técnica.

3 Uso da biblioteca

Na procura das obras de que terá necessidade, o usuário de uma biblioteca vale-se da consulta ao catálogo do acervo bibliográfico. Em geral, esse catálogo encontra-se em fichários ordenados por autor, título, assunto.

Constam de uma ficha os seguintes dados básicos:

- ☐ Número da classificação decimal de Dewey ou CDU, classificação decimal universal.
- ☐ Números de tabela "Pha", cercados de letras pelo lado direito e esquerdo. A letra à esquerda (em maiúscula) indica a inicial do sobrenome do autor, a letra à direita (em minúscula) a inicial da obra.
- ☐ Sobrenome e nome do autor da obra.
- ☐ Título da obra.

A arrumação dos livros nas estantes das bibliotecas se faz por assuntos e, dentro do mesmo assunto, por autores. Para isso é necessário o uso de uma tabela que individualize os autores segundo números de classificação. Essa classificação é feita nas bibliotecas pequenas pela tabela "Pha". Exemplo

809.923	809.923	Número de classificação de acordo com o Sistema Decimal de Melvil Dewey.
S39n	S	Inicial do sobrenome do autor (Robert Scholes).
	39	Número encontrado na tabela "Pha" abreviada, para o sobrenome Scholes.
	n	Inicial do título da obra (Natureza da narrativa).

As grandes bibliotecas podem valer-se da tabela "Cutter", que funciona à semelhança da tabela "Pha". Para maiores informações, remetemos o leitor para a obra de Heloisa de Almeida Prado, *Organização e administração de bibliotecas*.

Além do fichário, o usuário pode valer-se de informações obtidas dos bibliotecários.

Exemplo de ficha de classificação por autor

501.8 R884m	Ruiz, João Álvaro, 1928- Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2002. 182 p.
----------------	--

Exemplo de ficha de classificação por título

501.8 R884m	Metodologia científica Ruiz, João Álvaro, 1928- Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2002 182 p.
----------------	---

Exemplo de ficha de classificação por assunto

501.8	Métodos de estudo: Educação
R884m	Ruiz, João Álvaro, 1928-
	Metodologia científica : guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2002.
	182 p.

Ao localizar determinado assunto, o pesquisador fará exame de variadas possibilidades de palavras-chaves para um mesmo assunto. Assim, para metodologia científica, poderia localizar o livro de João Álvaro Ruiz, mas também se encontra esse livro citado, no arquivo por assunto, com outra expressão: método de estudo: educação.

4 Biblioteca informatizada

Atualmente, falar em arquivos de fichas de papel tornou-se antiquado. Nas grandes cidades, as bibliotecas já estão equipadas com computadores que registram todo o acervo de que dispõem em arquivos eletrônicos. Dessa forma, já não há que se manipular fichários de autores, títulos de obras ou assunto, mas arquivos eletrônicos que apresentam com muito maior rapidez e precisão a informação de que se necessita. Basta o operador do terminal do computador indicar alguns elementos de pesquisa para que o computador inicie a procura do documento.

A Universidade de São Paulo criou um Banco de Dados Bibliográficos, o Dedalus, um instrumento oficial que “reúne informações sobre os acervos das bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP-SIBi/USP, assim como registros da produção intelectual da Universidade” (*Manual do usuário*. Dedalus: banco de dados bibliográficos da USP <<http://www.usp.br/sibi>>, 1998).

O Manual ainda esclarece:

Com a implantação do Banco pelo software Aleph, a recuperação das informações do DEDALUS pode ser feita com maiores facilidades via Internet. O acesso pode ser obtido de qualquer computador "plugado" na mais famosa rede internacional de comunicação. O usuário da USP pode consultar o Banco de Dados nas bibliotecas dos diferentes "campi", ou através de seus computadores pessoais.

O *Manual do usuário Dedalus* apresenta na página 15 exemplos de busca por índice e busca por palavras:

1. Verificar todos os descritores sobre o assunto Direito Econômico, existentes no DEDALUS.

Procedimento:

- efetuar a busca por índice
- selecionar o índice "Assunto"
- selecionar "Todas as bases"
- digitar direito econômico

Resultado:

- direito econômico
- direito econômico administrativo
- direito econômico constitucional
- direito econômico internacional
- direito econômico penal.
-

2. Procurar todos os livros sobre literatura comparada, publicados entre os anos de 1990 e 1998.

Primeira etapa:

- efetuar a busca por palavras
- selecionar o campo "Assunto"
- selecionar a base "Livros"
- digitar literatura comparada

Resultado parcial:

48 documentos

Segunda etapa:

- “clique” sobre o AND
- escolher o campo “Ano” no Índice para a Busca
- digitar “1990 TO 1998” no campo apropriado

Resultado final:

11 documentos

(Como o Dedalus é alimentado diariamente, os resultados das pesquisas podem apresentar diferenças.)

Alguns endereços de Bibliotecas do SIBI/USP

Escola de Comunicação e Artes

e-mail:rebeca@edu.usp.br

Escola Politécnica

e-mail:bibepcen@org.usp.br

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

e-mail:bibfau@edu.usp.br

Faculdade de Direito

e-mail:bibfd@org.usp.br

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

e-mail:bibfea@edu.usp.br

Faculdade de Educação

e-mail:bibfe@edu.usp.br

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

e-mail:bibfflch@org.usp.br

Instituto de Psicologia

e-mail:bibip@edu.usp.br

Exercícios

1. *Relacione as bibliotecas públicas e privadas que conhece em sua cidade.*
2. *Que se entende por acervo bibliográfico?*

3. *Como são classificadas as obras numa biblioteca?*
4. *Quantos tipos de publicação conhece?*
5. *De quantos tipos podem ser as informações contidas numa obra?*
6. *Que opinião tem a respeito do uso de enciclopédias na elaboração de uma pesquisa?*
7. *Como é organizado o fichário de obras numa biblioteca?*
8. *Vá a uma biblioteca e copie uma ficha de classificação por autor, uma por título de obra e uma por assunto.*
9. *Que procedimento adota quando, ao procurar um assunto numa biblioteca, não o encontra?*
10. *Os assuntos romantismo, realismo e futurismo podem ser localizados em que livros? Por meio de quais expressões buscaria localizar as obras que tratam desses assuntos?*
11. *Faça uma pesquisa na Internet e localize obras sobre:*
 - ☐ *História do Brasil;*
 - ☐ *Geografia do Brasil;*
 - ☐ *Psicologia Educacional;*
 - ☐ *Sociologia Educacional.*
12. *Descreva os procedimentos para localizar obras na biblioteca de sua faculdade.*

Prática da Leitura

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive (GNERRE, 1987, p. 3).

1 Conceito

Partimos do ponto de vista de que a linguagem não pode ser estudada separadamente da sociedade que a produz e de que para sua constituição entram em jogo processos histórico-sociais. Daí que a linguagem não pode ser considerada um produto. E a leitura é produzida, uma vez que o leitor interage com o autor do texto. Esta noção leva em consideração que o texto é o lugar de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor. Além disso, ao dizer algo, ou ao escrever algo, essa pessoa o diz ou escreve de algum lugar da sociedade para alguém que ocupa algum lugar na sociedade. E isto faz parte do sentido. Segundo Eni Pulcinelli Orlandi (1987, p. 180):

O texto não é uma unidade completa, pois sua natureza é intervalar. Sua unidade não se faz nem pela soma de interlocutores nem pela soma de frases. O sentido do texto não está em nenhum dos interlocutores especificamente, está no espaço discursivo dos interlocutores; também não está em um ou outro segmento isolado em que se pode dividir o texto, mas sim na unidade a partir da qual eles se organizam. Daí haver uma característica indefinível no texto que só pode ser apreendida se levarmos em conta sua totalidade.

Uma reflexão sobre *leitura* deve levar em conta aspectos da linguagem que se podem observar pela análise do discurso. Esta, por sua vez, pode ser vista como forma de conhecimento da linguagem, ou uma forma específica de ver a linguagem.

Considerando-o dessa forma, o texto não é objeto pronto, acabado. É aparentemente acabado (tem começo, meio e fim). A análise do discurso traz à tona sua incompletude, suas condições de produção. Ora, como o texto se relaciona com a situação (contexto sociocultural, histórico, econômico, com os interlocutores) e com outros textos (intertextualidade), isto lhe dá um caráter de incompletude, de não acabado.

A legibilidade de um texto depende não só da coesão gramatical de suas frases, da coerência das idéias com relação ao contexto de situação (consistência lógica das idéias), da sinalização de tópicos, mas também da relação do leitor com o texto e com o autor. Orlandi (1987, p. 183) afirma:

De um lado, a legibilidade não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de graus, e, de outro, gostaríamos de dizer que a legibilidade envolve outros elementos além da boa formação de sentenças, da coesão textual, da coerência. Ou, dito de outra forma, um texto pode ter todos esses elementos em sua forma optimal e não ser compreendido. Do nosso ponto de vista, então, é preciso considerar, no âmbito da legibilidade, a relação do leitor com o texto e com o autor, a relação de interação que a leitura envolve.

2 Leitor e produção da leitura

Em primeiro lugar, considere-se que a leitura é seletiva e que há vários modos de realizá-la, como:

- ☐ o que é relevante para o leitor é a relação do texto com o autor (o que o autor quis dizer?);
- ☐ relação do texto com outros textos (leitura comparativa);
- ☐ o que é relevante é a relação do texto com seu referente;
- ☐ relação do texto com o leitor (o que você entendeu?).

Ora, o texto é uma unidade que organiza suas partes; e o contexto é a situação do discurso, ou conjunto de circunstâncias entre as quais se dá um ato de enunciação (oral ou escrito). Essa situação envolve tanto o ambiente físico, como o social em que se realiza o ato referido; da mesma forma, entendem-se por situação os acontecimentos que precederam o ato da enunciação, a troca de palavras em que se insere a enunciação. Por isso é que se diz que, isoladas, as palavras são praticamente neutras, vazias de conteúdo, mas junto com outras ganham sentido. Assim, o contexto é o ambiente lingüístico de um elemento (uma palavra, por

exemplo) dentro de um enunciado, isto é, o conjunto de elementos que o precedem e o seguem nesse enunciado; o que vem antes de uma frase e o que vem depois dela. Por essa razão, pode-se afirmar que a maior parte dos atos de enunciação é de interpretação praticamente impossível se não se conhece a situação em que ocorrem. Se faltam os elementos que unificam o processo de leitura, falta o distanciamento necessário para a leitura, o leitor perde o acesso ao sentido. Tal fato ocorre quando o leitor lê palavra por palavra, sentença por sentença e não alcança o sentido global do texto. Se não há distância mínima (conhecimento das condições de produção do texto), o leitor não é capaz de prever, antecipar. Vejam-se outras informações sobre *contexto* no Capítulo 7, seção 2.

Para a compreensão de um texto, levem-se em conta o processo de interação, a ideologia.¹ Por um lado, há um interlocutor constituído no ato da escrita (leitor virtual). Por outro lado, há o leitor real. Há, portanto, um debate de idéias, um jogo entre o leitor virtual e o real. A leitura constitui-se, portanto, em um momento crítico da constituição do texto: momento de interação. Os interlocutores identificam-se como interlocutores e como tais desencadeiam o processo de significação do texto.

O leitor real pode distanciar-se pouco ou muito do leitor virtual, ou podem vir a coincidir. Além disso, podem distanciar-se ou não com relação a determinados posicionamentos. Assim, pode-se dizer que autor e leitor têm sua relação afetada pela distância entre o leitor virtual e o real.

Observe-se, por exemplo, o caso do discurso dos que ensinam em sala de aula. Tal discurso tem como interlocutor um aluno considerado padrão: levam-se em conta a idade, o grau de instrução, a instituição, o curso, a classe. O leitor ideal (virtual) e o aluno real coincidem. De modo geral, a escola pouco se preocupa com a compreensão. Se o aluno não dispõe das condições favoráveis à leitura, é levado à imitação, ou ao ato de decorar, posições indesejáveis para um leitor que a escola deveria fazer crítico.

Finalmente, para a legibilidade de um texto a gramaticalidade e o nível de coesão textual não são suficientes. A relação autor/leitor precisa ser conhecida. O autor não será sujeito absoluto de seu discurso nem o leitor estará isento de formações ideológicas. As condições de produção de leitura devem ser consideradas, bem como se deve ter presente que o texto é constituído da interação do autor/leitor, que relativiza a noção de sujeito de ambas as partes. A leitura é caracterizada como um discurso que exige, portanto, interação.

¹ Para Orlandi (1993, p. 102): "O homem faz história mas a história não lhe é transparente. Por isso, acreditamos que uma metodologia de ensino consequente deve explicitar para o processo de leitura os mecanismos pelos quais a ideologia torna evidente o que não é e que, no contrário, resulta de espessos processos de produção de sentido, historicamente determinados. A 'naturalidade' dos sentidos é, pois, ideologicamente construída."

Na interação do leitor com o texto, podem ocorrer variadas leituras, com significados diferentes; pode ocorrer um simples reconhecimento de um sentido único até leituras que permitam uma variação de sentidos de maneira bastante ampla.

3 Fatores que constituem as condições de produção da leitura

O sentido de um texto provém de sua formação discursiva, que, por sua vez, nos remete a uma formação ideológica. A formação ideológica é constituída por um conjunto de atitudes e representações que não são individuais, mas reportam às posições de classe. Por seu lado, a formação discursiva, que se relaciona diretamente com formação ideológica, é constituída por aquilo que pode ser dito ou não diante de determinada situação.³ Assim, ilusoriamente se pode falar em sujeito, uma vez que aquilo que ele diz é determinado pela classe de que faz parte e sua interpretação daquilo que lê é realizada segundo a ideologia da classe a que pertence. Quando passam de uma formação discursiva para outra, as palavras ganham novos sentidos, ou mudam de sentido. Fiorin (1990, p. 28) afirma: “Para entender com mais eficácia o sentido de um texto, é preciso verificar as concepções correntes na época e na sociedade em que foi produzido.”

As condições de produção da leitura são a relação do texto com outros textos, com a situação, com os interlocutores. Enquanto se explicita o funcionamento do discurso, enquanto se mostra como um texto funciona, apresentam-se subsídios metodológicos para a prática da produção da leitura.

Antes de tudo, a leitura é produzida. Ela é “o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo da interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação” (ORLANDI, 1987, p. 193). É pela interação que os interlocutores constituem o espaço da discursividade.

A noção de funcionamento do discurso exige que se levem em conta as condições de produção, o que nos remete à exterioridade do discurso, como a situação (contexto de enunciação e contexto sócio-histórico). Ora, tal fato nos leva a pensar o texto como algo incompleto. E essa incompletude que caracteriza qualquer discurso é resultado da multiplicidade de sentidos possível. Assim, o texto não resulta da soma de segmentos, de frases, nem é resultado da soma de interlocutores: o sentido de um texto resulta de uma situação discursiva. Por isso, a neces-

³ Para Fiorin (1988, p. 32), “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo”. Tema é definido como elemento semântico que indica seres do mundo não natural (exemplos: honra, poder, obediência, solidariedade). Já figura é o elemento semântico que designa seres do mundo natural (exemplos: casa, escola, fábricas, homem, mulher). Na história de Chapeuzinho Vermelho, por exemplo, a menina representa uma figura, enquanto a obediência é o tema.

sidade de preenchimento dos espaços que existem no texto; esta incompletude é gerada por toda espécie de implícitos (pressupostos e subentendidos). Um deles é a intertextualidade, que vem a ser a relação de um texto com outro. Em uns ele tem sua origem; para outros ele aponta. Ora, como um texto tem sua origem em outros, é necessário considerar também aquilo que poderia ter sido produzido em condições diversas daquela em que ele foi elaborado. Isto é, deve-se levar em conta aquilo que os textos poderiam ter dito e não disseram, sobre determinadas condições de produção.

Para Platão e Fiorin (1990, p. 241), **pressupostos** são “idéias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas na frase”. Assim, se o texto informa que “semana que vem ainda não teremos motivos de alegria”, a expressão *ainda* indica que o atual momento é de tristeza, de adversidades. Se nos dizem que continuará fazendo calor amanhã, o verbo *continuar* é um pressuposto de que a temperatura anda elevada. Há informações implícitas em todos esses exemplos. O leitor ou ouvinte pode questionar ou discordar da afirmação explícita, mas sobre o pressuposto não. Se o pressuposto é falso, não tem razão de ser a informação explícita. Em geral, os pressupostos advêm de advérbios (*ainda, já*), de verbos (*continuar, torna-se, chegar, fazer* e centenas de outros que nos informam implicitamente sobre fatos ou acontecimentos que o texto explícito silencia), adjetivos (se você diz, por exemplo, que “os políticos *honestos* se reelegerão”, está informando sobre a existência de corruptos que não se reelegerão).

Já os **subentendidos** são “insinuações contidas por trás de uma afirmação” (FIORIN, 1990, p. 244). Se o pressuposto não pode ser discutido, já o subentendido depende do ouvinte ou leitor. O emissor, ao subentender, coloca-se numa posição de segurança. Conforme a reação do leitor ou do ouvinte, poderá dizer que *o sentido de suas palavras era o literal e não o que foi entendido*. Suponha-se que alguém, numa festa de casamento, diga que *gosta muito de caipirinha quando está na praia*. A frase pode levar ao subentendido de que essa pessoa considera que lugar de caipirinha não é em festa de casamento. Se a audiência aborrecer-se, ela poderá acrescentar que também não desgosta de caipirinha nas demais situações: *“estava apenas afirmando que gosto de caipirinha quando estou na praia”*.

Outro fator de grande influência na leitura é o **viés**, que é o resultado da escolha dos fatos ou acontecimentos que se faz no momento da emissão de uma mensagem. Assim, quando o jornalista seleciona determinados fatos para noticiar, já aí nesse momento a neutralidade perde espaço para a subjetividade. A ênfase que se atribui a determinados fatos ou pormenores gera o viés. Por exemplo, quando se destacam apenas qualidades de um administrador e se escondem seus defeitos, a audiência pode ter uma informação distorcida, porque incompleta. E essa incompletude interfere na mensagem.

A incompletude do texto é intervalar, já que ele é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade. Ele é constituído pela relação de in-

teração que instala. Assim considerado, o texto não é lugar de informações, mas processo em que o significado vai-se formando, é um lugar de sentidos.

O conhecimento das condições de produção do discurso contribui para a reflexão sobre legibilidade: o tipo, o contexto e o sujeito, a leitura parafrástica e a leitura polissêmica.

A estratégia de leitura leva em conta o tipo de discurso (lúdico, polêmico, autoritário) que o leitor tem diante de si, pois o que é relevante em um tipo pode não sê-lo em outro. O discurso lúdico tende para a polissemia, o autoritário para a paráfrase e o polêmico para o equilíbrio, o jogo entre a polissemia e a paráfrase. Visto do prisma das funções da linguagem, o discurso autoritário é referencial, o lúdico é poético e o polêmico se volta para a referência e a verdade é disputada pelos interlocutores. No discurso autoritário, a verdade é imposta; no lúdico, não há preocupações com a verdade.

O leitor, portanto, deve ser capaz de reconhecer os tipos de discurso e estabelecer a relevância de certos fatores para a significação do texto objeto de sua leitura. Assim, um texto de ficção exige do leitor diferente atuação de leitura que teria em relação a um texto científico; um texto lúdico exige do leitor postura diferente da que teria em relação a um texto polêmico.

Quanto ao contexto, devem ser levados em conta: o sujeito do enunciado (sintático: sujeito da oração), o sujeito da enunciação (autor) e o sujeito textual (contexto social). No exame do sujeito oracional, o leitor deve ocupar-se da reflexão sobre se o sujeito é explícito ou oculto. Se oculto, por que o é? Se indeterminado, qual o motivo da indeterminação? Por que a ausência de sujeito? No caso do sujeito da enunciação, de que perspectiva ele narra os fatos, reflete sobre os fatos, descreve-os? De um ponto de vista neutro, favorável ou contrário àquilo que é objeto de sua produção textual? Para a percepção do sujeito textual, é necessário ver o texto como um todo. Aqui se deve levar em conta a incompletude do texto, sua relação com outros textos, a relação do texto com a experiência do leitor em relação à linguagem, seu conhecimento de mundo, sua ideologia. Não basta entender palavra por palavra, nem sentença por sentença. É preciso apreender o texto em sua unidade.

Aqui é, pois, preciso considerar que há variados tipos de leitor. Em primeiro lugar, um elemento que pode caracterizar o tipo de leitor é sua experiência com a linguagem: grau de escolaridade, conhecimento gramatical, capacidade de análise lingüística, capacidade de distinguir formas-padrão.

Dito isto, podemos afirmar com Orlandi (1987, p. 200) que diferentes níveis de sujeitos e diferentes tipos de discurso determinam "o grau de relação entre o que chamamos leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido dado pelo autor, e leitura polissêmica, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos do texto".

Assim, no discurso lúdico a leitura polissêmica pode ocorrer em maior grau; já no autoritário, a leitura polissêmica ocorrerá em menor grau. O discurso poético possibilita leitura polissêmica em maior grau, enquanto o discurso científico reduz a possibilidade de leitura polissêmica.

Da mesma forma, o sujeito do enunciado (sujeito da oração) permite grau mínimo de leitura polissêmica; já o sujeito textual (contexto político-socioeconômico) permite maior grau de polissemia à leitura. E mais uma vez podemos afirmar que a leitura é produzida, isto é, exige atuação do leitor, é um processo de interação. Destarte, não há por que falar em leitura como recepção (assimilativa) e leitura criativa, que exige alta capacidade de imaginação. Não há apenas recepção nem criatividade em sentido amplo, principalmente na escola. Há variados graus ou espécies de interferência que vão da paráfrase à polissemia. Os objetivos da leitura é que determinam qual leitura será mais adequada: a parafrástica ou a polissêmica.

Diferentemente desta postura que considera que não há nem criatividade nem recepção pura, Mary Kato (1990, p. 39-42), em *O aprendizado da leitura*, afirma a existência de três tipos de leitor:

1. Leitor que privilegia o processamento descendente: apreende facilmente as idéias gerais e principais do texto, é fluente e veloz. Ponto negativo: tenta excessivamente adivinhar idéias sem confirmá-las com o texto. Valoriza mais seus conhecimentos prévios que os do texto.
2. Leitor que privilegia o processamento ascendente: constrói o significado com base nas informações do texto. Dedica-se pouco à leitura da entrelinha. Tem dificuldades em sintetizar idéias. Não sabe distinguir idéias principais, relevantes, de idéias secundárias, ilustrativas.
3. Leitor maduro: utiliza ambos os processos anteriores complementarmen-
te. Tem controle consciente e ativo de seu comportamento.

Segundo o primeiro tipo de leitor, tem-se de contextualizar o autor, o texto, situá-lo no tempo e na corrente de idéias humanas. É o que faz uma leitura do tipo inspecional. Já ao comportamento do segundo tipo de leitor pertence a leitura cuidadosa, atenta às palavras desconhecidas e às ilustrações. Como já se afirmou, o terceiro é o que combina os dois modos de leitura.

Exercícios

1. Que significa “a leitura é produzida”? Quais são as condições de produção da leitura?
2. Quais são os três tipos de discurso? Caracterize-os. Apresente textos dos três tipos de discurso.

3. *Conceituar formação discursiva e formação ideológica.*
4. *Para Mary Kato, há três tipos de leitor. Quais são eles?*
5. *Identificar o tipo de discurso (lúdico, polêmico ou autoritário) do seguinte texto:*

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

A sucessão do Presidente Washington Luís se prenunciava profundamente agitada e difícil. Haveria uma nova ruptura no sistema dominante, como acontecera em 1910 com a Campanha Civilista de Ruy Barbosa e, em 1922, com a Reação Republicana, mas, desta vez, ao lado da ruptura política do sistema, haveria o recurso às armas; com o apoio das forças excluídas do sistema haveria a revolução.

Seguindo os ditames da política “café com leite”, Washington Luís deveria apresentar a candidatura do Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, à Presidência da República, tendo como candidato à Vice-Presidente um político de um Estado de menor importância. Não simpatizando com o político mineiro e convencido do seu poder e do controle da máquina política, Washington Luís fez seu protegido político, Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente de São Paulo, em 1928, e, logo após, candidato à Presidência da República. Antônio Carlos, com habilidade, convenceu o Presidente do Rio Grande do Sul que chegara a hora de um presidente gaúcho, e lançou a candidatura de Getúlio Vargas, tendo como companheiro de chapa João Pessoa, Presidente da Paraíba. Formada a chapa que recebeu o apoio de três Estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba –, passou a obter apoio popular nas grandes e médias cidades e também nos meios revolucionários de 1922 e de 1924, formando, assim, a Aliança Liberal. Grandes oradores percorreram o país defendendo a chapa da oposição; o situacionismo em São Paulo cindiu-se, surgindo o Partido Democrático que apoiava o candidato gaúcho.

Procedidas (SIC) as eleições, com fraudes dos dois lados, foi eleito Júlio Prestes com 58% dos votos apurados; os grupos radicais, porém, não se conformaram com as resoluções das urnas e, liderados por Juarez Távora, João Alberto, Oswaldo Aranha e, posteriormente, por Góis Monteiro, prepararam no Sul a Revolução. Esta eclodiu nos dias 3 e 4 de outubro nos três Estados liberais e se expandiu pelos demais, forçando os governadores a fugir ou abandonar o poder, enquanto os revolucionários marchavam em direção ao Rio e a São Paulo. A 24 de outubro Washington Luís era deposto por uma Junta Militar no Rio de Janeiro, onde Getúlio Vargas se apresentaria para assumir o Governo a 3 de novembro. As situações estaduais, que se julgavam muito sólidas, desmoronaram quase sem resistência, em vista da falta de apoio popular aos perrepistas, partidários de Júlio Prestes, enquanto os libe-

rais, revolucionários, encontravam grande apoio da oficialidade jovem das Forças Armadas e nas massas urbanas, havendo contado, inclusive, com um expressivo voluntariado.

A plataforma de Vargas, lida na Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro durante a campanha eleitoral, não era porém das mais avançadas, de vez que se limitava a oferecer o voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral e a necessidade de formulação de uma legislação trabalhista, respeitando os compromissos assumidos com o Bureau Internacional do Trabalho. Em uma época em que a Europa vivia uma grande luta entre comunistas e socialistas de um lado, às vezes até unidos em Frentes Populares, e fascistas e nazistas de outro, a plataforma de Vargas era pouco expressiva, e os grupos mais radicais, inclusive o próprio Luís Carlos Prestes, recusaram-lhe apoio.

Homem de temperamento maleável e desejoso do poder, compreendeu Vargas, ao assumir o Governo, que teria de jogar entre correntes opostas, de vez que os grupos que o apoiavam durante a campanha facilmente se desentenderiam no exercício do Poder. Assim, de um lado estavam os jovens oficiais, chamados geralmente “tenentes” e que formavam a corrente conhecida como o “tenentismo” que, embora sem formação político-filosófica definida e mesmo com algumas contradições, de vez que um grupo tendia para o socialismo e outro para o fascismo, exigia uma série de reformas, e de outro lado estava o grupo dos velhos políticos, anteriormente enquadrados no sistema da República Velha, que desejavam apenas uma substituição de homens e não de regime. Neste grupo figurava como expoente o Dr. Antônio Carlos, de quem se disse que certa vez afirmara “façamos a Revolução antes que o povo a faça”, e os ex-Presidentes da República Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, profundamente conservadores, que em seus governos reprimiram com grande energia os jovens oficiais.

Ao organizar o ministério e distribuir a administração dos Estados, procurou Getúlio Vargas aquinhoar as duas correntes, distribuindo os postos e provocando descontentamentos generalizados.

Passados os primeiros momentos, os partidos políticos que o apoiavam, o Libertador no Rio Grande do Sul, o Democrático em São Paulo e as áreas dissidentes do Partido Republicano nos demais Estados, passaram a pressionar o Governo no sentido de que fosse convocada uma Assembléia Constituinte, fazendo restaurar o Estado de Direito, enquanto os líderes radicais e os tenentistas pressionavam no sentido de que a Revolução se efetivasse, realizando uma série de reformas e punindo os políticos apeados do poder e chamados carcomidos (ANDRADE, 1982, p. 145-147).

6. *Quais são os pressupostos do texto de Andrade, transcrito na questão anterior? Quais são os subentendidos?*
7. *Localize num livro de História o assunto a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 e faça uma comparação com o texto de Andrade.*

8. *Quem é o sujeito dos enunciados do texto de Andrade? Quem é o sujeito da enunciação? Quem é o sujeito textual?*
9. *Faça uma leitura parafrástica do seguinte texto e apresente oralmente o resultado dela.*

A designação *realismo* abre espaço para muita confusão, leitores confusos! É uma *palavra-curinga* que vale para tudo! Em sentido largo, a literatura sempre foi, é e continua sendo realista. Por mais transformações ou transfigurações que imaginação e fantasia operem no real, esse real sempre esteve e continua a estar na literatura, para quem quer e sabe vê-lo. Aquele lance que já discutimos no capítulo sete de a linguagem ser mediação obrigatória entre nós e as coisas, lembra, leitora filósofa?

O que a chamada literatura realista propõe, então, como reação ao Romantismo é um novo conceito de realidade. Só é *real* o que é representado pela linguagem da ciência, o que foi testado em laboratório, ou apresentado como se tivesse sido...

Se fôssemos maliciosos, poderíamos desconfiar de todos. Tanto das lágrimas e suspiros que os autores românticos juravam ter derramado e suspirado enquanto escreviam suas novelas e seus versos, quanto dos testes e pesquisas que os autores realistas diziam que faziam, da familiaridade com biologia, fisiologia & outras *logias* às quais diziam pedir informações precisas e rigor absoluto. Era tudo convenção, e podia bem ser tudo *lorota*, leitor crédulo... O que Fernando Pessoa diz do poeta, que *o poeta é um fingidor*, não vale só para o poeta não, fingidor é ele e toda a galera de escritores...

De qualquer forma, o Realismo põe em circulação um figurino novo.

No afã de afirmar suas diferenças com o que vinha antes, os realistas – e a tribo mais radical deles, os naturalistas – prometiam fundir-se o mais possível à realidade, renegando o passado imediato, como, aliás, fizeram e continuam fazendo todas as vanguardas.

No caso das últimas décadas do século XIX, a rebeldia desfraldou várias bandeiras e seguiu vários caminhos: em alguns textos, as práticas e discussões de literatura se insurgem contra a linguagem à vontade e propõem o retorno à linguagem de fraque e cartola; em outras práticas e discussões, a marca do tempo traduz-se no abandono de ambientes idealizados, refinados e luxuosos e no mergulho no dia-a-dia dos pobres e dos miseráveis; para outras práticas e discussões, a ruptura com o passado se dá no enfoque quase obsessivo de personagens criadas com rigor, numa poética que tinha na ciência seu modelo máximo.

Às *personagens emoção-e-sentimento* do Romantismo seguem-se *personagens-instintos*, *personagens-classes-sociais*. Essa ânsia científica – lembre-se, leitor desinformado, de que nessa época a sociologia caprichava no modelito



Estratégias de Leitura

Este é, a nosso ver, o pecado capital da escola pública mal-direcionada: assume o compromisso de ensinar toda a população a ler, mas cumpre o compromisso pela metade. Os alunos chegam a ler, mas apenas decodificando os textos, sem alcançar a compreensão verdadeira nem, muito menos, a capacidade de crítica. Iludem-se com o que lêem, porque está impresso, aceitam tudo que vêem escrito, não são autônomos diante do texto (MOLINA, 1992, p. 11).

1 Leitura e suas técnicas

A pesquisadora norte-americana Dolores Durking afirma que pouca atenção é dada pelos professores às atividades que visam desenvolver a compreensão de textos escritos (MOLINA, 1992, p. 2). Isto talvez se deva ao fato de que, enganosamente, pais, professores e alunos consideram que o ensino da leitura é atividade restrita à alfabetização e à escola fundamental. Um engano de custo não dimensionável, pois que a leitura é a chave do conhecimento, quer se faça de um texto, quer de realidade mais ampla, o mundo. Para Freire (1985, p. 22), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

Segundo P. S. P. Williams, autora de “Reading: the key to independent learning” (Apud MOLINA, 1992, p. 19), “a capacidade em leitura é uma combinação de quatro habilidades: identificação de palavras, vocabulário, compreensão e habilidades de estudo”. Para W. J. Harker, em “Reading and study skills: an overview for teachers”, no mesmo lugar do livro citado de Molina, há três categorias de habilidades em leitura: identificação de palavras, compreensão e velocidade.

Um leitor competente reconhece a incompletude do discurso, leva em consideração pressupostos e subentendidos, o contexto situacional e histórico, a intertextualidade, explicita os processos de significação do texto, os mecanismos de produção de sentido; enfim, reconhece a formação discursiva (o que é possível dizer) e a formação ideológica. Por isso, tal tipo de leitor é crítico e não mero reproduzidor daquilo que o autor disse (leitura parafrástica); ele confronta as informações do texto com a realidade, constrói a leitura, porque sabe que a linguagem é lugar de confronto ideológico.

Segundo Molina (1992, p. 22), um bom leitor seria capaz de praticar os níveis de leitura propostos por Mortimer J. Adler e Charles van Doren, em *Como ler um livro*: leitura elementar, leitura inspecional, leitura analítica, leitura sintópica. São, pois, níveis de leitura informativa pragmática, funcional, ou seja, leitura que, não obstante possa ser agradável e prazerosa, é empreendida com finalidade prática, pois tem algum tipo de compromisso com o resultado que o leitor espera de seu esforço. Nesse caso, lê-se para aprender. Importa também questionar o que se lê. Vejamos, pormenorizadamente:

1. *Leitura elementar*: leitura básica ou inicial. Ao leitor cabe reconhecer cada palavra de uma página. Leitor que dispõe de treinamento básico e adquiriu rudimentos da arte de ler.
2. *Leitura inspecional*: caracteriza-se pelo tempo estabelecido para a leitura. Arte de folhear sistematicamente.
3. *Leitura analítica*: é minuciosa, completa, a melhor que o leitor é capaz de fazer. É ativa em grau elevado. Tem em vista principalmente o entendimento.
4. *Leitura sintópica*: leitura comparativa de quem lê muitos livros, correlacionando-os entre si. Nível ativo e laborioso da leitura.

Os quatro níveis de leitura são cumulativos. Um leitor competente transita à vontade pelos quatro níveis, com desenvoltura e autonomia. Esse tipo de leitor não se afasta da leitura porque reconhece nela fonte indispensável de novos conhecimentos, que estariam a sua disposição quando necessário. Leitor que aceita indicações de leitura, mas não se fixa nelas, é capaz de escolher, de buscar novos materiais de leitura, novas informações para fundamentar seus argumentos.

Além disso, ressalte-se que não há uma leitura tão-somente, mas diferentes leituras. Há um processo de interação de leitor e texto que possibilita a identificação de múltiplos significados. Também importa lembrar que textos diferentes exigem diferentes estratégias de leitura. Assim, um texto ficcional pede leitura diversa daquela que se realiza de um texto científico.

Um leitor competente tem familiaridade com diferentes tipos de texto, enquanto o leitor inexperiente manuseia com pouco desembaraço textos diversos. Dessa forma, quanto mais se lê, mais apto se torna para a leitura. Também se

pode dizer com F. Smith (Apud MOLINA, 1992, p. 17-18) que “o aprendizado da leitura começa com uma palavra e um texto de cada vez, continua com uma palavra e um texto de cada vez, e o aprendizado jamais cessa”.

Uma prática de leitura bastante difundida é a técnica **SQ3R**, de Morgan e Deese; ela compreende cinco etapas:

1. **Survey** (levantamento).
2. **Question** (pergunta).
3. **Read** (leitura).
4. **Recite** (repetição).
5. **Review** (revisão).

Molina (1992, p. 33), por sua vez, apoiando-se nessas técnicas, propõe que a leitura seja feita levando-se em consideração os seguintes passos:

- ☐ Visão geral do capítulo.
- ☐ Questionamento despertado pelo texto.
- ☐ Estudo do vocabulário.
- ☐ Linguagem não verbal.
- ☐ Essência do texto.
- ☐ Síntese do texto.
- ☐ Avaliação.

1.1 Visão geral do capítulo

O leitor verificará a estrutura do capítulo, os títulos e subtítulos. Observará ainda: grifos, itálico, tamanho e estilo dos caracteres, maiúsculas. Trata-se da leitura inspecional do capítulo.

O leitor nesta etapa busca resposta para as seguintes questões:

1. Qual o assunto tratado no capítulo?
2. Qual a ordem das idéias expostas?

1.2 Questionamento despertado pelo texto

Nesse estágio, faz-se um levantamento de perguntas, sem buscar respondê-las. Ensina Molina (1992, p. 36): “Para engajar-se numa leitura ativa é muito importante que o estudante saiba fazer perguntas, a fim de fortalecer a expectativa

que forma em relação ao que vai encontrar no capítulo." E acrescenta: "Questionar é um hábito, e como tal deve ser cultivado."

Em seguida, ensina a questionar. Por exemplo, deve-se começar transformando títulos e subtítulos em questões:

"Características do Sol" = "Quais são as características do Sol?"

Daí a chegar a uma conclusão é um passo:

"A base do pensamento crítico é a capacidade de interrogar a si próprio e ao mundo em geral" (MOLINA, 1992, p. 37).

1.3 Estudo do vocabulário

Para Molina (1992, p. 38), a melhor forma de despertar o prazer pela leitura e consolidar o hábito de ler é oferecer textos interessantes, não obstante mais difíceis, que levem o leitor a aceitar o desafio neles implícito como meio de alcançar uma recompensa maior.

Para ampliar o vocabulário, recomenda: a valorização do dicionário, o emprego de palavras novas e a análise de palavras.

O estudante não deve consultar o dicionário imediatamente e atropeladamente. Inicialmente, fará esforço para compreender a palavra desconhecida dentro do contexto. Às vezes, o próprio contexto oferece o significado, através de uma definição. Suponha-se um texto de estudos literários:

A palavra poesia vem do grego *poiesis*, de *poien*: criar, no sentido de imaginar. Os latinos chamavam a poesia de *oratio vincta*: linguagem travada, ligada por regras de versificação, em oposição a *oratio prosa*: linguagem direta e livre (MOISÉS, 1987b, p. 81).

E à página 94 o mesmo autor apresenta o conceito de poesia: "*é a expressão metafórica do 'eu', cujo resultado, o poema, pode ser em verso ou em 'prosa'*".

O leitor pode verificar que a palavra *poesia* vem explicitada no próprio texto.

Às vezes, o texto não define o vocabulário imediatamente; o leitor pode chegar a ele por meio da explanação que ajuda a elucidar o texto. Outras vezes, pode-se valer de pistas do texto, que aparecem em expressões como: *isto é*, *ou seja*, *ou*, *aposto*, ou expressões que aparecem entre parênteses.

Outra forma de conhecer o significado das palavras através do contexto é utilizar a inferência. Suponha-se:

A existência de uma única ação, ou conflito, ou ainda de uma única "história" ou "enredo", está intimamente relacionada com a concentração de efeitos e de

pormenores: o conto aborrece as digressões, as divagações, os excessos (MOISÉS, 1994, p. 41).

Ora, mesmo desconhecendo o significado de *digressões* é possível inferir seu significado: concentração de efeitos é reunião, concurso, convergência, centralização, condensação de efeitos. Se o conto exige que os efeitos estejam concentrados, condensados, é possível inferir que *digressão* tem efeito contrário (pois ele aborrece a digressão). Então, *digressão* será desvio da concentração, divagação. Em vez de um efeito concentrado, há vários, ou efeito disperso.

O significado de uma palavra pode também ser deduzido de um texto, atendendo-se para o contraste de idéias que o texto salienta. Suponha-se:

De onde se segue que a primeira característica estrutural da novela é sua pluralidade dramática: ao invés do conto, que gira em torno de um conflito, a novela focaliza vários. E cada um deles apresenta começo, meio e fim (MOISÉS, 1994, p. 113).

Que é pluralidade dramática? Ora, se o conto focaliza um conflito único, a novela contempla vários núcleos dramáticos. Pluralidade dramática é, portanto, diversidade de dramas, de conflitos.

Se o contexto e a análise das palavras não explicitam o significado, corre-se ao dicionário, lembrando-se de que é preciso ler o verbete até o final dele e escolher uma acepção que se encaixa no contexto em que a palavra aparece. Recuse-se, pois, o comportamento da consulta mecânica e da utilização inadvertida da primeira palavra do verbete pesquisado.

O estudante deve ter conhecimento sobre como consultar o dicionário. Examinem-se primeiramente as páginas introdutórias, a lista de abreviaturas e outras. Considere-se ainda que as palavras estão em ordem alfabética e que as páginas do dicionário têm em seu topo um cabeço. As palavras que aparecem destacadas (negrito) à esquerda e à direita são indicadoras, respectivamente, da primeira palavra da página e da última. Por meio delas se chega rapidamente à palavra que se deseja procurar. Desenvolver, pois, habilidade classificatória é procedimento indispensável. Por incrível que possa parecer, há pessoas que desconhecem a ordem das letras do alfabeto.

Cabe ainda destacar que se deve distinguir *termo* de *palavra*. Enquanto uma palavra desconhecida deve ser procurada no dicionário, o termo já aparece definido no próprio texto; ele não oferece possibilidade de ambigüidade. Veja-se:

A palavra *papel* tem significado variado: folhas finas usadas para escrever, imprimir, desenhar, embrulhar, limpar...; documento; personagem representada por um ator; dinheiro em notas. Em Sociologia, é empregada como *termo*: as maneiras de se comportar que se esperam de qualquer indivíduo que ocupe certa posição constituem o *papel* associado com aquela posição (NEWCOMB, apud LAKATOS, 1995a, p. 98).

Outro exemplo:

Testemunha é a pessoa que, perante a autoridade judiciária, declara o que sabe a respeito do fato criminoso e de suas circunstâncias (MIRABETE, 1995, p. 254).

E ainda outro:

Cultura organizacional é um conjunto de valores, expressos em elementos simbólicos e em práticas organizacionais, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como expressam e instrumentalizam relações de dominação (FLEURY; FLEURY, 1995, p. 27).

Ao estudar um texto, é preciso estar atento aos termos empregados. Este procedimento desenvolve o vocabulário técnico. Em geral, os termos técnicos são grafados em *itálico*, negrito (**bold**), em caracteres maiúsculos, ou entre aspas, ou com outro destaque. Finalmente, os autores de livros técnicos costumam, em geral, definir ou conceituar os *termos técnicos*.

O estudo do vocabulário não é atividade que se restringe a estudantes de Letras que o fazem com base em textos literários. Qualquer livro, de ciências humanas ou exatas, de arte ou de religião, pode oferecer um sem-número de dificuldades vocabulares. E vocabulário desconhecido é sério empecilho para a aprendizagem.

Em seguida, o leitor buscará a palavra do dicionário, lendo todo o verbete e anotando aquela palavra de sentido mais aproximado para o texto. Finalmente, não deve limitar-se à procura de uma palavra tão-somente: verificará as palavras que são da mesma família etimológica. Suponha-se que o estudante deseja saber o que é *neurologia*. Não deve reduzir sua procura a esse vocábulo, mas ampliar sua pesquisa, consultando os outros verbetes:

Neurologia: parte da medicina que estuda as doenças do sistema nervoso; nevrologia.

Próximo a essa palavra, encontram-se:

neural	neurografia
neurite	neurologia
neurocirurgia	neurônio
neurocirurgião	neuropata
neurofisiologia	neuropatologia
neurogênese	neuropsiquiatria
neurogenia	neurorradiologia

A listagem da família de palavras aqui não é completa; visa apenas mostrar que é muito mais fácil aprender palavras em conjunto que isoladamente. Acrescente-se que não se trata de memorizar todas as palavras e que algumas das que estão aí na lista aparecem em conversas; não são, portanto, palavras esdrúxulas.

Outro procedimento adequado para a ampliação do vocabulário é pesquisar a etimologia da palavra:

neuro = do grego *neûron* = nervo

logia = do grego *lógos* = tratado, estudo, ciência

Aprendida a nova palavra, é preciso empregá-la em novos contextos, em frases construídas pelo estudante. Ensina Molina (1992, p. 39): “Para que as palavras novas se transformem em vocabulário ativo, é preciso empregá-las, incorporá-las aos nossos hábitos lingüísticos.”

E acrescenta: “O primeiro passo para conhecer novas palavras e vir a empregá-las depende de se desenvolver um genuíno interesse pelas palavras.”

Esse estudo pode ser complementado pela pesquisa sobre formação de palavras, constante das gramáticas de Língua Portuguesa. Paralelamente ao estudo da etimologia de sufixos, afixos e radicais, podem-se estudar processos semânticos de formação de novos significados, como sinédoque, metonímia, metáfora, eufemismos, hipérbole, prosopopéia, perífrase.

Rever a história da formação das palavras é também um processo interessante para realizar o estudo das palavras. Por exemplo:

Pachecada, *pachecal*, *pachequice*, *pachequismo*, *acacianismo* e *acaciano* são vocábulos derivados de duas personagens de Eça de Queirós:

Pacheco é um tipo de figurão ridículo; aparece numa carta de *A correspondência de Fradique Mendes*.

Acácio é personagem que caracteriza uma pessoa ridícula, que se exprime por sentenças convencionais, vazias de sentido; aparece em *O primo Basílio*.

Há outros exemplos, como *tartufo*, *tartuficar*, *tartufice*, *tartufismo*, palavras derivadas da imortal personagem de Molière, Tartufo.

O próprio Eça deu origem à palavra *eciano*.

Há outras palavras assim formadas, como:

hessiano (Hess)

hertziano (Hertz)

machadiano (Machado)

marxista (Marx)

proustiano (Proust)

weberiano (Weber)

Molina (1992, p. 39) aponta *diesel* (de Rudolf Diesel) e *sanduíche* (de Conde de Sandwich, cujo nome era John Montagne). O conde, para não parar de jogar, pediu que lhe servissem fatias de carne fria entre duas fatias de pão.

Ainda quanto ao vocabulário, é relevante verificar que há palavras que são preferidas em determinadas regiões em detrimento de outras. No sul do Brasil, é mais comum *mandioca*, enquanto no Nordeste se fala em *macaxeira*; *mexerica* é mais usada em São Paulo, enquanto *bergamota* é preferida pelos gaúchos.

1.4 Linguagem não verbal

Um texto, porém, oferece outras informações apresentadas por ilustrações (fotos, mapas, quadros, gráficos, tabelas). Ora, não se pode passar por elas superficialmente; é preciso observá-las com atenção para entendê-las.

1.5 Essência do texto

A busca do conteúdo profundo de um texto só se concretiza após realizados os passos anteriores; estudo da linguagem não verbal, questionamento do texto, visão geral do capítulo.

Neste passo, o leitor identifica as idéias principais do texto e situa o autor num contexto ideológico. A comparação de textos de autores diferentes permitirá a elaboração de juízos avaliativos e críticos.

São exigências desse estágio da leitura:

- ☐ apreender as principais proposições do autor;
- ☐ conhecer os argumentos do autor;
- ☐ identificar a tese do autor;
- ☐ avaliar as idéias expostas.

O estudante aplica-se na compreensão das idéias de todos os parágrafos, porque sabe que em cada um deles há uma idéia que foi desenvolvida. Para Molina (1992, p. 48), “quando o leitor é capaz de encontrar o tópico frasal de cada parágrafo, já tem bastante adiantada a tarefa de resumir, por sua própria conta, o texto lido”.

É nesta etapa que o leitor deve sublinhar o texto, e sempre com parcimônia, com economia. Antecipar a sublinha para fases anteriores, ou até mesmo para a primeira leitura, é correr o risco de fazê-lo exageradamente, como pode ser visto comumente em livros de estudantes que pintam páginas inteiras com canetas salientadoras (como Luminolor, Marcatexto). Ora, se tudo é relevante, não há por que utilizar a caneta para sublinhar.

A avaliação de um texto compreende: validade das idéias, completude delas, correção dos argumentos, coerência do argumento e suficiência das provas, consecução dos objetivos prometidos. Avaliar significa julgar o que se leu.

1.6 Resumo do texto

Resumo aqui tem o sentido de recriação do texto original, e só pode ser realizado por quem analisou o texto, dividiu-o em suas partes principais e sabe distinguir o essencial do não essencial. A análise exige compreensão profunda do texto.

Ora, o leitor poderá perceber que as etapas até aqui vistas levam ao aprimoramento do estudo, cujo objetivo é incorporar conhecimentos e avaliá-los.

A síntese, se feita oralmente e por escrito, alcança melhores resultados. Para Molina (1992, p. 51), “a exposição oral deve ser a oportunidade para que ele [o leitor] coloque em ordem suas idéias e teste esta ordenação ao passá-la para seus colegas”. Dois são os objetivos aqui: testar a retenção do texto estudado e treinar a linguagem oral.

Resumo de textos descritivos pede pensamento visual e espacial; resumo de textos narrativos exige atenção quanto aos aspectos causais ou sequenciais; o resumo de um texto dissertativo, no entanto, reclama atenção aos aspectos do pensamento lógico-abstrato. Dentro da dissertação, ainda, é preciso preocupar-se com a organização e hierarquização das idéias. Nesse caso, a atenção deve concentrar-se no uso de expressões comparativas ou contrastantes (de caráter adversativo: *mas, porém, contudo, todavia*); uso de expressões concessivas (*não obstante, embora, ainda que, mesmo que*), seqüência ou cronologia dos acontecimentos, causas e conseqüências dos fatos arrolados, resposta a perguntas feitas no texto.

1.7 Avaliação

A preocupação desta fase é salientar a necessidade de orientar o estudante para o exercício de sua capacidade crítica, levando-o à independência de seu pensamento crítico. Assim sendo, transforma-se o estudante em autor de sua aprendizagem.

A etapa de avaliação engloba tanto a resposta às questões feitas pelo leitor no início do estudo do texto quanto às oferecidas pelo próprio texto. Pergunte-se:

- Que perguntas permanecem sem resposta?
- Como o autor transmitiu suas idéias? A linguagem é direta (denotativa) ou indireta (metafórica, conotativa)?

A crítica é etapa subsequente ao entendimento das idéias de um texto. Jamais pode precedê-lo. Afirma Molina (1992, p. 56): "Se o leitor entendeu realmente o livro, nada impede que ele concorde ou discorde do autor." E continua, agora citando Adler e Van Doren: "Concordar sem entender é inépcia. Discordar sem entender é impertinência." E, se houver de discordar de um autor, não há por que fazer da discordância disputa ou querela. É preciso distinguir conhecimento de mera opinião. Pode-se, com base em fatos, provar desinformação, incoerência, ilogicidade das idéias, ou incompletude delas. Ser cuidadoso com a avaliação demonstra capacidade de raciocínio crítico.

O estudo de um texto completa-se quando se descobrem as idéias do autor e as teses que defende; quando o leitor enuncia suas próprias questões e avalia cuidadosamente o que o autor prometeu.

Assim, avança-se na busca do conhecimento.

Leitor competente, portanto, é aquele que:

- ☐ é autônomo na busca de novos conhecimentos, no estudo;
- ☐ tem interesse em aprender;
- ☐ tem prazer em estudar.

Molina (1992, p. 61) salienta que leitor competente é aquele que, diante de um texto de tipo dissertativo-informativo, é capaz de

antecipar suas próprias expectativas em relação ao conteúdo, compreender o conteúdo verbal e não verbal do texto, buscando, por seus próprios meios, sanar eventuais dificuldades de compreensão, analisar o texto em suas proposições básicas, sintetizá-lo e avaliá-lo.

Não basta saber ler um texto, é necessário entendê-lo.

2 Tipos de leitura

A leitura pode ser classificada em tipos: *skimming*; do significado; de estudo; crítica; *scanning*. A leitura de *skimming* procura captar a tendência geral da obra. Nesse caso, o leitor vale-se de uma leitura superficial de títulos, subtítulos, de alguns parágrafos. A leitura do significado procura obter uma visão geral do texto. Faz-se uma leitura rápida, sem se deter, nem retomar parágrafos anteriores já lidos. A leitura de estudo engloba ler, reler, anotar, resumir. A leitura crítica envolve reflexão, avaliação, comparação com o que se leu anteriormente. A leitura classificada como *scanning* caracteriza-se como aquela em que se procura certo tópico de uma obra.

- ❑ Esquematizar as idéias principais.
- ❑ Elaborar frases-resumos com base no que foi sublinhado.

A esquematização das idéias de um texto facilita a aprendizagem e a retenção de informações básicas (ver Capítulo 1, seção 2.2, anotações esquemáticas).

Cabe ressaltar que a profusão de obras impõe ao pesquisador uma seleção. Esta é imperativo do objetivo que se tem em vista. A seleção preocupa-se com obras a serem lidas, autores preferenciais, edições críticas, edições recentes. Às vezes, a última edição revista pelo autor é a preferida, como no caso das obras de Graciliano Ramos: as edições da José Olympio satisfazem ao pesquisador, enquanto as demais edições, que não foram revistas pelo autor, apresentam problemas de fidedignidade textual. Com o *Dicionário de Moraes* ocorre o mesmo problema: as edições revistas pelo autor são as preferidas.

No caso de traduções, a escolha será por obras que revelem fidelidade ao texto do autor. Por exemplo, a tradução de *Os trabalhadores do mar* feita por Machado de Assis goza de maior prestígio que as demais. A tradução de *A peste*, de Albert Camus, realizada por Graciliano Ramos também é a preferida. Há inúmeros casos desses, e o pesquisador geralmente está atento ao autor da tradução.

3.1 Eficiência e eficácia na leitura

Muitas pessoas dizem ter dificuldade de apreensão daquilo que lêem, e tal fato se deve principalmente à velocidade da leitura que imprimem ao texto que têm diante de si. Às vezes, retornam seguidamente ao parágrafo ou idéia precedente, o que prejudica a compreensão e amplia o dispêndio de tempo. Assim sendo, o primeiro obstáculo a vencer é superar a lentidão na leitura; fazer, portanto, uma leitura tão desobstruída quanto possível.

Outro extremo seria a leitura superficial, ultra-rápida. Evidentemente, a velocidade de leitura depende de cada um, bem como do gênero de texto que se está lendo. Um tratado de Direito Romano não pode ser lido com a mesma velocidade que um romance policial, por exemplo.

A leitura eficaz diz respeito à qualidade, enquanto a leitura eficiente se relaciona com a quantidade. Pela primeira se almeja a exaustividade; pela segunda se busca alcançar maior velocidade.

3.2 Ambiente

Fator que não pode ser desconsiderado por quem persegue maior eficiência e eficácia na leitura é o ambiente. Merecem consideração: iluminação, arejamento, ventilação, ausência de ruídos, ou pelo menos daqueles que prejudicam

a atenção, uma vez que a concentração se revela requisito básico para a prática da leitura.

Além do ambiente, outros fatores devem ser considerados para que a leitura se torne proveitosa: dicionários, livros de referência, enciclopédias, lápis, papel para anotações.

4 Objetivo da leitura

Os objetivos básicos da leitura são a assimilação, a busca de conhecimentos, a preparação intelectual para posicionamentos críticos diante da realidade circundante.

Para a concretização desses objetivos, é necessário que o leitor busque, em primeiro lugar, a idéia mestra, o tópico frasal, que indicará a direção das idéias expostas. Daí por que o leitor deve concentrar-se em sua procura, bem como na identificação da hierarquia das idéias expostas.

Inferre-se desse fato a necessidade de exercícios em que se pratique a identificação da idéia principal e a hierarquização das secundárias. Somente com essa prática é possível melhorar a qualidade da leitura, cujo objetivo não é outro que captar, reter, integrar conhecimentos para, posteriormente, reformulá-los, recriá-los, transformá-los.

Outro exercício recomendável para a prática da leitura qualitativa é a paráfrase, o rephrasear das idéias encontradas, o comentário, a crítica do texto.

5 Compreensão do texto

Analisando problemas relativos à leitura, Enilde L. de J. Faulstich, autora de *Como ler, entender e redigir um texto*, afirma a existência de textos inteiramente inteligíveis ao leitor e textos cujo conteúdo não é compreensível completamente pelo leitor. Neste último caso, o leitor buscará superar essas dificuldades mediante vários procedimentos.

Dito isso, a autora divide a leitura em informativa e interpretativa.

A leitura informativa compreende a seleção de idéias-chaves do texto e a crítica.

De modo geral, a expressão-chave de um parágrafo é compreendida pelo tópico frasal, ou seja, a frase inicial que expõe sinteticamente as idéias que serão desenvolvidas no parágrafo. Exemplo:

O assim chamado *best-seller* suscita todo tipo de indagação. Alguns fatos parecem suficientemente sólidos. Ele é produto de pelo menos três circunstâncias: a alfa-

betização quase universal nos países ricos, a industrialização editorial propiciadora de imensas tiragens, e uma necessidade, que, se não natural, é extremamente antiga, de narrativa, própria aos seres humanos (ASCHER, Nelson. Nunca tantas pessoas leram tanto à beira da piscina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 1991, p. 6-3).

Qual é a idéia-chave do parágrafo apresentado?

As idéias expostas giram em torno do conceito de *best-seller*. O autor busca esclarecer o fenômeno, expondo suas causas.

Segundo Faulstich (1988, p. 16), uma vez identificada a palavra-chave, buscam-se as palavras-chaves secundárias. Veja no texto de Nelson Ascher: as idéias secundárias são as causas, segundo o autor, do fenômeno *best-seller*: alfabetização massiva, os modernos processos de reprodução do livro e a necessidade que o homem revela de consumir narrativa.

A seleção de palavras-chaves deve ser feita em todos os parágrafos. Elas possibilitam a elaboração de um resumo do texto.

A leitura crítica, por sua vez, exige reconhecimento da pertinência dos conteúdos apresentados. Aqui cabe a verificação da unidade do texto, da coerência das idéias, do peso das argumentações.

5.1 Segmentação textual

A segmentação de um texto pode ser feita segundo quatro possibilidades: por espaço, por tempo, por personagens ou por temas. A divisão visa tão-somente tornar mais claras as relações que se estabelecem entre as partes de um texto e é técnica recomendada para ampliar a eficácia da leitura.

5.1.1 Segmentação por tempo

A divisão do texto levando em consideração a cronologia dos acontecimentos permite que o leitor tenha domínio sobre as transformações ocorridas. Nas narrativas, é relevante perceber como as personagens se transformam, pois reside aí um de seus significados. Observação: o que determina a aplicação de uma forma de segmentação (espaço, tempo, personagens, temas) é o próprio texto.

[Era esse dia domingo do Espírito Santo.] [Como todos sabem, a festa do Espírito Santo é uma das festas prediletas do povo fluminense. Hoje mesmo que se vão perdendo certos hábitos, uns bons, outros maus, ainda essa festa é motivo de grande agitação; longe porém está o que agora se passa daquilo que se passava nos tempos a que temos feito remontar os leitores. A festa não começava no domingo marca-

1º Segmento: marcado pelo pretérito imperfeito-*era*.

2º Segmento: marcado pela oposição de hoje, agora e nos tempos a que temos feito remontar os leitores.

do pela folhinha, começava muito antes, nove dias cremos, para que tivessem lugar as novenas.] [O primeiro anúncio da festa eram as Falias. Aquele que escreve estas Memórias ainda em sua infância teve ocasião de ver as Falias, porém foi já no seu último grau de decadência, e tanto que só as crianças como ele davam-lhe atenção e achavam nelas prazer; os mais, se delas se ocupavam, era unicamente para lamentar a diferença que faziam das primitivas. O que dantes se passava, bem encarado, não estava muito longe de merecer censura; porém era costume,] [e ninguém vá lá dizer a alguma velha desse tempo que aquilo devia ser por força muito feio, porque leva uma risada na cara, e ouve uma tremenda filípica contra as nossas festas de hoje.

Entretanto digamos sempre o que eram as Falias desse tempo, apesar que os leitores o saberão pouco mais ou menos.] [Durante os 9 dias que precediam ao Espírito Santo, ou mesmo não sabemos se antes disso, saía pelas ruas da cidade um rancho de meninos, todos de 9 a 11 anos, caprichosamente vestidos à pastora: sapatos de cor de rosa, meias brancas, calção da cor do sapato, faixas à cintura, camisa branca de longos e caídos colarinhos, chapéus de palha de abas largas ou forrados de seda, tudo isto enfeitado com grinaldas de flores, e com uma quantidade prodigiosa de laços de fita encarnada. Cada um destes meninos levava um instrumento pastoril em que tocavam, pandeiro, machete e tamboril. Caminhavam formando um quadrado, no meio do qual ia o chamado imperador do Divino, acompanhados por uma música de barbeiros, e precedidos e cercados por uma chusma de irmãos de opa levando bandeiras encarnadas e outros emblemas, os quais tiravam esmolas enquanto eles cantavam e tocavam.

O imperador, como dissemos, ia no meio, ordinariamente era um menino mais pequeno que os outros, vestido de casaca de veludo verde, calção de igual fazenda e cor, meias de seda, sapatos afivelados, chapéu de pasta, e um enorme e rutilante emblema do Espírito Santo ao peito: caminhava pausadamente e com ar grave.]

[Confessem os leitores se não era coisa deveras extravagante ver-se um imperador vestido de veludo e seda, percorrendo as ruas cercado por um rancho de pastores, ao toque de pandeiro e machete.] [Entretanto, apenas se ouvia ao longe a fanhosa música dos barbeiros, tudo corria à janela para ver passar a Folia: os irmãos aproveitavam-se do ensejo, e iam colhendo esmolas de porta em porta.

Enquanto caminhava o rancho, tocava música de barbeiros; quando parava, os pastores, acompanhando-se com seus instrumentos, cantavam; as cantigas eram pouco mais ou menos no gênero e estilo desta:

3º Segmento: opção de período recorre a passado distante. O período que ficou na memória é o da decadência da Festa do Divino.

4º Segmento: o narrador dialoga com o leitor presente.

5º Segmento: volta ao passado e reflete os acontecimentos que precediam a festa.

6º Segmento: presente; diálogo com o leitor.

7º Segmento: volta ao passado; observar o uso do presente imperfeito: *cantava*.

O Divino Espírito Santo
É um grande folião,
Amigo de muita carne,
Muito vinho e muito pão.]

[Eis aí o que era a Folia, eis aí o que o compadre e o afilhado encontraram no caminho.

A este episódio da Folia seguiam-se outros de que vamos em breve dar conta aos leitores. Por agora porém voltemos aos nossos visitantes.]

[Chegaram eles à casa de D. Maria, e acharam ainda todos à janela, porque acabava de passar a Folia. D. Maria recebeu-os com a sua costumada amabilidade. Leonardo ao entrar lançou logo os olhos para a sobrinha de D. Maria; porém, sem saber por que, não teve desta vez mais vontade de rir-se; entretanto a menina continuava a ser feia e esquisita; nesse dia estava ainda pior do que nos outros. D. Maria tinha tido pretensões de asseá-la; vestira-lhe um vestido branco muito curto, pusera-lhe um lenço de seda encarnada ao pescoço, e penteara-a de bugres.] [Por isso, agora que tendo ela tirado a costumada viseira de cabelos, lhe podemos ver o rosto, digamos, em abono da verdade, que se estava nesse dia mais esquisita quanto ao todo, podia-se-lhe notar que não era tão feia de cara como de princípio pareceu.]

[O caso foi que o Leonardo começou a olhar para ela sem mais vontade de rir-se; olhou uma, duas, três, quatro, muitas vezes enfim, sem que nunca satisfizesse ao que ele interiormente chamava curiosidade de apreciar aquela figura.

A menina por sua parte continuava no seu inalterável silêncio e concentração, de olhos baixos e queixo no peito. Entretanto quem tivesse hábito de observador fino poderia ter visto algum levantar de pálpebras rápido, e algum olhar fugaz dirigido para o lado do Leonardo.

D. Maria e o compadre conversaram segundo o costume.]

[Na ocasião da saída, D. Maria, dirigindo-se ao compadre, disse-lhe:

– Olhe, escute: nós hoje vamos ao Campo ver o fogo, bem podíamos ir todos juntos; que diz?

– Sim, podíamos, respondeu o compadre: eu tinha de ir só com o meu rapaz; mas uma vez que me oferece, iremos todos juntos. E leva a senhora a sua menina, não é?

8º Segmento: retorno ao presente: diálogo com o leitor.

9º Segmento: o texto se volta para a ação da novela *Memórias de um sargento de milícia*.

10º Segmento: novamente, diálogo com o leitor marcado pelo presente poderoso.

11º Segmento: retorno à ação narrativa.

12º Segmento: ação narrativa posterior à que se passa no segmento anterior.

– Oh! leve, coitada; ela nunca viu fogo; no tempo do pai nunca saía...

Sem pensar, o Leonardo estremeceu de contente: pareceu-lhe que desse modo teria mais ocasião de satisfazer a sua curiosidade. A menina nem se mexeu; pareceu-lhe aquilo absolutamente indiferente.

– Pois então estamos ajustados, acrescentou o compadre, e à noite cá as viremos buscar.

E saíram] (ALMEIDA, 1990, p. 51-53).

5.1.2 Segmentação por espaço

A segmentação por espaço destaca diferenças ou semelhanças de acontecimentos em variados lugares. A divisão permite ao leitor comparar o que ocorre num lugar com o que ocorre em outro.

A multidão que foi ontem ao Ibirapuera participar dos eventos do Dia da Criança encontrou muita diversão, mas amargou filas, engarrafamentos e passou sede. Os cerca de dez parques que promoveram festas para as crianças ficaram lotados. Com sol quente, e na falta de praia, o paulistano quase levou os parques ao colapso.

Foi um feriado de recordes no parque. Entre 300 mil e 400 mil pessoas passaram pelo Ibirapuera ao longo do dia, segundo a Guarda Civil Metropolitana e os organizadores do evento – a prefeitura e o Estado. O número é três vezes superior ao da média de outros domingos. “Nunca vi esse lugar tão lotado”, disse o subinspetor da Guarda, Ariovaldo dos Santos Buso, responsável pela segurança do Ibirapuera.

No Ibirapuera, no meio da tarde, quando o calor era mais forte, o único local para se conseguir água eram os banheiros. Mais de 40 mulheres com crianças esperavam na fila dos sanitários.

No caixa da lanchonete, onde o sorvete tinha acabado, a espera era de 50 minutos. Caminhões-pipa que vieram reabastecer as caixas de água dos sanitários foram cercados pelas pessoas que queriam matar a sede e se refrescar.

Quem foi ao parque teve de estacionar o carro a mais de 500 metros. O trânsito em torno do obelisco ficou engarrafado ao longo da tarde. Às 16 h, mais de 300 pessoas se amontoavam no ponto de ônibus junto ao portão de saída.

A multidão também lotou os outros quatro parques onde foi realizado o projeto Recreança. Antonio Carlos Pereira, um dos coordenadores do projeto, calcula que 1,5 milhão de pessoas passaram pelos parques. “Foi um recorde em todos eles”, afirmou.

1º Segmento: relata fatos que ocorreram no Ibirapuera e informa sobre a festa em dez parques da cidade.

2º Segmento: relata fatos sobre as dificuldades em se conseguir água.

3º Segmento: dificuldades de trânsito e estacionamento.

4º Segmento: outros quatro parques.

A Cidade Universitária recebeu ao longo do dia cerca de 120 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 out. 1993, p. 3-1).

5º Segmento: Cidade Universitária.

Pode-se também dividir o texto em três segmentos: Parque Ibirapuera (segmentos 1º a 3º), “outros quatro parques” (segmento 4º) e Cidade Universitária (segmento 5º).

5.1.3 Segmentação por personagens

As personagens e suas ações são elementos essenciais numa narrativa. Se ao leitor escapam as caracterizações delas, ele ficará privado de seu significado. Daí este tipo de divisão que tem em vista destacá-las.

– Bom dia, mestre Zé – foi dizendo o pintor Laurentino a um velho, de aparência doentia, de olhos amarelos, de barba crescida.

– Está de passagem, Seu Laurentino?

– Vou ao Santa Rosa. O Coronel mandou me chamar para um serviço de pintura na casa-grande. Vai casar filha.

1º Segmento: diálogo entre José Amaro e Laurentino.

O mestre José Amaro, seleiro dos velhos tempos, trabalhava na porta de casa, com a fresca da manhã de maio agitando as folhas da pitombeira que sombreava a sua casa de taipa, de telheiro sujo. Lá para dentro estava a família. Sentia-se cheiro de panela no fogo, chido do toicinho no braseiro que enchia a sala de fumaça.

2º Segmento: descrição José Amaro e sua casa.

– Vai trabalhar para o velho José Paulino? É bom homem, mas eu lhe digo: estas mãos que o senhor vê nunca cortaram sola para ele. Tem a sua riqueza, e fique com ela. Não sou criado de ninguém. Gritou comigo, não vai.

– Grita, mas é bom homem, mestre Zé.

– Eu sei. A bondade dele não me enche a barriga. Trabalho para homem que me respeite. Não sou um traste qualquer. Conheço estes senhores de engenho da Ribeira como a palma da minha mão. Está aí, o Seu Álvaro do Aurora custa a pagar. É duro de roer, mas gosto daquele homem. Não tem este negócio de grito, fala manso. É homem de trato. Isto de não pagar não está na vontade dele. Também aquele Aurora não ajuda a ninguém.

3º Segmento: oposição entre José Paulino e seu Álvaro.

– Muito trabalho, mestre Zé?

– Está vasqueiro. Tenho umas encomendas de Gurinhém. Um tangerino passou por aqui e me encomendou esta sela e uns arreios. Estou perdendo o gosto pelo ofício. Já se foi o tempo em que dava gosto trabalhar numa sela. Hoje estão comprando tudo feito. E que

porcarias se vendem por aí! Não é para me gabar. Não troco uma peça minha por muita preciosidade que vejo. Basta lhe dizer que o Seu Augusto do Oiteiro adquiriu na cidade uma sela inglesa, coisa cheia de arrebiques. Pois bem, aqui esteve ela para conserto. Eu fiquei me rindo quando o portador do Oiteiro me chegou com a sela. E disse, lá isto disse: "Por que Seu Augusto não manda consertar esta bicha na cidade?" E deu pela sela um preço. Se eu fosse pedir o que pagam na cidade, me chamavam de ladrão. É, mestre José Amaro sabe trabalhar, não rouba a ninguém, não faz coisa de carregação. Eles não querem mais os trabalhos dele. Que se danem. Aqui nesta tenda só faço o que quero.

– É verdade, mestre Zé. Ouvi outro dia, na feira do Pilar, um figurão de Itabaiana gabando o seu trabalho.

Lá de dentro da casa ouviu-se uma voz:

– Pai, o almoço está na mesa.

– Espera que já vou – gritou o velho. – Não estou mauco. Seu Laurentino, não faça cerimônia. A casa é sua.

– Muito obrigado, mestre Zé, tenho que ir andando.

– Fique para comer com a gente. Tem pouca coisa, mas dá.

O pintor Laurentino aceitou o convite. O velho José Amaro foi já dizendo para dentro de casa:

– Sinhá, tem gente para o almoço.

Enquanto se ouviu rumor de vozes no interior da casa o mestre foi falando.

– Estou velho, estou acabado, não tive filho para ensinar o ofício, pouco me importa que não me procurem mais. Que se danem. O mestre José Amaro não respeita lição de ninguém.

Dentro de casa o cheiro de sola fresca recendia mais forte que o da comida no fogo. Viam-se, por toda a parte, arreios velhos, selas arreventadas, e pelo chão, pedaços de sola enrolados. Uma mulher, mais velha do que o mestre, apareceu.

– Bom dia, Seu Laurentino. O senhor vai desculpar. O Zeca tem cada uma! É almoço de pobre.

– Nada, D. Sinhá, só fiquei porque não sou homem de cerimônia. Pobre não repara.

O mestre José Amaro, arrastando a perna torta, foi se chegando para a mesa posta, uma pobre mesa de pinho sem toalha. E comeram o feijão com a carne-de-ceará e tocinho torrado. Para o canto estava

4º Segmento: ao falar da encomenda de um "targorino", Mestre José Amaro opõe interesse à indústria.

5º Segmento: fala da filha de José Amaro.

6º Segmento: diálogo entre José Amaro e Laurentino e aparecimento da personagem Sinhá.

7º Segmento: José Amaro fala de sua vida e de sua família.

8º Segmento: diálogo de D. Sinhá e Laurentino.

a filha Marta, de olhos para o chão, com medo. Não deu uma palavra, só falava o mestre:

– Sou pobre, Seu Laurentino, mas não faço vergonha aos pobres. Está aí minha mulher para dizer. Aqui nesta minha porta tem parado gente rica, gente lorde, para me convidar para isto e aquilo. Não quero nada. Vivo de cheirar sola, nasci nisto e morro nisto. Tenho esta filha que não é um aleijão.

– Zeca tem cada uma... Deixa a menina.

– O que é que estou dizendo demais? Tenho esta filha, e não vivo oferecendo a ninguém.

A moça baixou mais a cabeça. Era pálida, com os seus trinta anos, de pele escura, com os cabelos arregaçados para trás. O mestre José Amaro olhou firme para ela e continuou:

– Não se casa porque não quer. É de calibre, como a mãe.

– Cala a boca, Zeca! A gente não está aqui para ouvir besteira.

– Eu não digo besteira, mulher. Se não quiser me ouvir que se retire. Estou falando a verdade. É só isto que me acontece, ouvir mulher fazer má-criação (REGO, 1977, p. 3-5).

9º Segmento: caracterização de José Amaro e interior de casa durante o abraço. José Amaro fala sobre sua filha Marta.

5.1.4 Segmentação por temas

A segmentação por temas visa distinguir idéias para que o leitor possa hierarquizá-las ou perceber como se estruturam.

Temos sempre insistido nesta coluna que a chamada teoria econômica é um tipo de conhecimento que pretende entender o comportamento das pessoas em alguns dos seus aspectos reais. No mundo econômico valem as leis da física. Um país não pode consumir e investir mais do que produz, a não ser que o “resto do mundo” lhe financie a diferença. Se esse financiamento é prolongado, acumula-se uma dívida externa física (a soma de bens e serviços consumidos pelo país, mas não produzidos por ele). Essa dívida tem que ser paga fisicamente, com bens e serviços que ele produz e exporta. Além disso, ela tem que ser servida fisicamente pelo pagamento de bens e serviços adicionais (juros).

Da mesma forma, no sistema econômico, nenhum recurso pode ser usado simultaneamente pelo setor privado e pelo setor público. O chamado “déficit orçamentário” é um fato físico: ele representa a quantidade de recursos extraídos pelo governo do setor privado, quer

1º Segmento: teoria econômica: consumo e produção.

2º Segmento: sistema econômico: uso de recursos.

com a sua concordância (através da lei orçamentária que estabelece a receita e fixa a despesa ou de empréstimos públicos) ou sem ela (através do seigniorage).

Todos esses fenômenos físicos têm uma representação monetária à qual, freqüentemente, se dá um significado real e autônomo, confundindo a aparência com a essência, como dizia o velho Marx e, antes dele, Aristóteles.

A função da teoria econômica é mostrar que por baixo desses valores monetários (déficit em contas correntes, déficit público etc.) existe um mundo físico, onde os homens tentam reproduzir suas vidas. Onde os fatores são escassos e os problemas de distribuição são críticos e ubíquos. Toda medida de política econômica (variação do câmbio, variação dos tributos, variação do déficit público, variação das tarifas alfandegárias, variação do salário mínimo, variação dos preços mínimos, variação da taxa de inflação etc.) modificam os preços e, simultaneamente, a distribuição da renda.) [A política econômica que parece estar mexendo apenas nos preços está, na realidade, alterando o comportamento do mundo físico de cada um de nós. Está aumentando ou diminuindo a nossa "quota parte" no produto nacional.

É exatamente por isso que a correção de qualquer desequilíbrio econômico é um problema político. Político no sentido de um processo civilizado pelo qual pessoas ou grupos com interesses divergentes chegam a uma solução coletiva que, sem o uso da força, obriga a todos.

A eliminação do déficit orçamentário, por exemplo, é uma decisão política que estabelece quanto recurso das gerações presentes e futuras vai ser entregue ao Estado para que ele satisfaça sua restrição orçamentária. O problema é complexo, porque o aumento dos impostos pode causar efeitos alocativos perniciosos e reduzir o crescimento econômico. A utilização, como consumo do governo, de recursos privados que seriam investidos reduz a formação de capital e prejudica todas as operações futuras. Por outro lado, o corte das despesas em educação, por exemplo, reduz a formação de capital humano e produz o mesmo efeito. A falta de investimento público, por outro lado, diminui a produtividade do investimento privado e assim por diante...

O que nos falta não são economistas. São políticos (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1993, p. 1-2).

3º Segmento: função da teoria econômica.

4º Segmento: política econômica e decisões políticas.

5º Segmento: economistas e políticos.

Veja-se outro exemplo prático de segmentação textual por tema.

A hierarquização de idéias depende da habilidade do leitor para diferenciá-las. A leitura fica mais trabalhosa se o leitor não é capaz de perceber a importância delas, nem de ordenar os fatos do raciocínio, nem de analisar as ligações entre as idéias.

Inicialmente, o leitor distingue as idéias principais das secundárias; em seguida, distingue as secundárias entre si. Analisa o nexos coesivo das idéias e ordena a seqüência delas.

Façamos a segmentação temática do texto:

Há que de anos escreve ele o mesmo conto? Com pequenas variações, sempre o único João, a mesma bendita Maria. Peru bêbado que, no círculo de giz, repete sem arte nem graça os passinhos iguais. Falta-lhe imaginação até para mudar o nome dos personagens. Aqui o eterno João: "Conhece que está morta". Ali a famosa Maria: "Você me paga, bandido."

1º Segmento: o nome repetitivo dos contos. Temas.

Quem leu um conto já viu todos. Se leu o primeiro já pode antecipar o último – antes mesmo que o autor. É a sua sagrada família de barata leprosa com caspa na sobrancelha, rato piolhento com gravata de bolinha, corruíra nanica com dentinho de ouro. Trincando broinha de fubá mimoso e bebendo licor de ovo?

2º Segmento: as figuras.

Mais de oitenta palavras não tem o seu pobre vocabulário. O ritmo da frase, tão monótona quando o único tema, não é binário nem ternário, simplesmente primário. Reduzida ao sujeito sem objeto, carece até de predicado – todos os predicados.

3º Segmento: o vocabulário e a frase.

Presumindo de erótico, repete situações da mais grosseira pornografia. No eterno sofá vermelho (de sangue?) a última virgem louca aos loucos beijos com o maior tarado de Curitiba. Explica-se: não foi ele fabricante de tradicionais vasos de barro? E seus contos, o que são? Miniaturas de bispotes em série, com florinha e filete dourado.

4º Segmento: a moralidade dos contos.

Um talento não se lhe pode negar: o da promoção delirante. Com falsa modéstia, não quer o retrato no jornal – e o jornal sempre a publicá-lo. Nunca deu entrevista – e quantas já foram divulgadas, com fotos e tudo? Negar o retrato ao jornal é uma forma de vaidade, a outra face diabólica do cabotino.

5º Segmento: a vaidade do autor e o contraste com a crítica.

Mestre, sim, no plágio descarado: imita sem talento o grafite do muro, a bula do remédio, o anúncio da sortista, a confissão do assassino, o bilhete do suicida. Sinistro espião de ouvido na porta e olho na fechadura. Não é o pastiche a falsa moeda desse mercador sovina de gerúndios?

6º Segmento: fontes.

Exibicionista, aí desgraçado, quer o nome sempre em evidência. Já ninguém fala ou escreve sobre seus livros – e quem os suporta, um por ano, todo ano? Na fúria de ressentido, busca atingir as nossas glórias sacrossantas; Emílio, a poesia Mossurunga, a música, Viaro, a pintura. Tudo em vão: a grotesca imagem do vampiro já desvanecida aos raios fúlgidos da história.

7º Segmento: a produção.

Pérfido amigo, usará no próximo conto a minha, a tua confidência na secreta mesa de bar. Cafetão de escravas brancas da louca fantasia, explora a confiança da nossa gente humilde. O maldito galã de bigodinho e canino de ouro, por que não desafia os poderosos do dia: o banqueiro, o bispo, o senador, o general? (TREVISAN, Dalton. Quem tem medo do vampiro que escreve sempre o mesmo conto? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 1991).

8º Segmento: as fontes. O retratamento.

No texto apresentado, a divisão pode ser feita pelos parágrafos, mas nem sempre é assim. Às vezes, um mesmo assunto é tratado em muitos parágrafos. No caso do artigo de Dalton Trevisan, o primeiro segmento compreende o tema de seus livros; o segundo trata das figuras, dos seres concretos que desfilam; o terceiro aborda o vocabulário e as frases; o quarto cuida das situações, do espaço de seus contos; o quinto, da relação do autor com a imprensa; o sexto, das fontes utilizadas; o sétimo fala de sua produção e, finalmente, o oitavo trata novamente da mimese de sua arte. Nem sempre, porém, a divisão aparece delimitada pelos parágrafos.

Pode-se também dividir o texto nos seguintes blocos: o primeiro (1º parágrafo) trata do conteúdo; o segundo (2º e 3º), da forma; o terceiro (4º parágrafo) cuida da moralidade; o quarto e último bloco (5º – 8º parágrafos) trata do autor.

Veja-se outro exemplo:

[A idéia de que é possível salvar o ensino superior do país com a privatização das universidades públicas não se sustenta nem como enunciação de um problema.] [Na verdade, o sistema educacional brasileiro já é privado. Quase sete em cada dez brasileiros que frequentam escolas em busca de um diploma de curso superior estudam numa faculdade particular. São escolas, em alguns casos, de certa eficiência – caso de meia dúzia de faculdades católicas, como a PUC do Rio de Janeiro e a PUC de Porto Alegre, e de exemplos isolados, como a Escola de Engenharia Mauá e a Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Mas são escolas que cumprem apenas um dos objetivos – o menor – de uma universidade, que é a formação de profissionais.]

1º Segmento: tese.

2º Segmento: argumentos para comprovar a tese. Oposição escola pública e privada.

[No geral, elas se organizam como empresas, fazem do ensino superior um negócio lucrativo e costumam formar profissionais como advogados, comunicólogos, bacharéis em Letras. Essa opção se explica: é muito mais caro formar um médico do que um semiólogo.] [O mais conhecido empresário do ensino, João Carlos Di Gênio, dono do Colégio Objetivo e da Universidade Paulista, a Unip, reconhece a dificuldade que a escola privada tem de manter certos cursos. “Demorei vinte anos para conseguir as condições necessárias para criar uma universidade”, afirma. “E tem gente achando que pode abrir cursos e ensinar da noite para o dia.”] [A Unip é um exemplo de sucesso

3º Segmento: escola privada: empresas de educação.

4º Segmento: o depoimento de Di Gênio.

do ensino superior privado, e o máximo que ela consegue é formar dentistas e engenheiros. Nenhuma faculdade de Di Gênio se dedica à pesquisa básica, a pedra angular da ciência. E raríssimas faculdades privadas produzem qualquer tipo de saber acadêmico.] (Dos quase 600 trabalhos apresentados na última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), apenas oito são de autoria de faculdades privadas isoladas. São trabalhos de uma fragilidade absoluta e que nada acrescentam à ciência brasileira. A Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes, por exemplo, mostrou um trabalho intitulado "Das medidas assecuratórias: uma abordagem sociossemiótica". Só se compara em estranheza ao "Resgate do texto bíblico na paródia infantil contemporânea", apresentado por professores da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras (Veja, São Paulo: Abril, p. 70-71, 8 maio 1991).

5º Segmento: a ausência de pesquisa básica. O saber acadêmico.

6º Segmento: a fragilidade dos trabalhos acadêmicos.

O primeiro segmento vai de "A idéia de que..." até "enunciação de um problema".

O segundo vai de "Na verdade, o sistema..." até "formação de profissionais".

O terceiro segmento vai de "No geral, elas se organizam..." até "formar um médico do que um semiólogo".

O quarto segmento vai de "O mais conhecido empresário..." até "da noite para o dia".

O quinto segmento vai de "A Unip" até "saber acadêmico".

O sexto segmento vai de "Dos quase..." até "Ciências e Letras".

Assim, inicialmente o texto refuta a idéia de privatização como solução para o ensino superior no Brasil. Em seguida, comenta a eficiência de algumas instituições de ensino superior privado. O segmento seguinte ocupa-se da análise do restrito leque de opções de cursos que as universidades particulares oferecem. O quarto segmento trata das observações feitas por Di Gênio. O quinto cuida do saber acadêmico das faculdades particulares. O sexto aborda a produção acadêmica das faculdades privadas apresentada à SBPC.

Pode-se também dividir o texto em dois grandes blocos: o primeiro cuida do confronto quantitativo de universidade pública e privada (1º parágrafo); o segundo trata da irrisória produção científica (portanto, abordagem qualitativa) da universidade privada.

6 Leitura interpretativa

Para Faulstich, a leitura interpretativa exige o domínio da leitura informativa. E ainda diz ser necessário o reconhecimento de determinadas capacidades de conhecimento, como a compreensão, a análise, a síntese, a avaliação, a aplicação.

A *compreensão* caracteriza-se como capacidade de entendimento literal da mensagem. O leitor preocupa-se em ver o texto segundo a óptica do autor e busca responder às perguntas: que tese o autor do texto defende? De que trata o texto?

A *análise* envolve capacidade do leitor para verificar as partes constitutivas do texto, de tal forma que possa perceber os nexos lógicos das idéias e sua organização. Nesse estágio, é necessário responder à pergunta: quais são as partes que constituem o texto?

A *síntese* implica capacidade para apreender as idéias essenciais do texto. Nesse caso, o leitor busca reconstruir o texto, eliminando o que é secundário. Responde-se às perguntas: quais são as idéias principais do texto? Como elas se inter-relacionam?

Por *avaliação* entende-se a capacidade de emissão de um juízo valorativo a respeito do texto. Nesse estágio, responde-se às questões: o texto é passível de crítica? Há pontos fracos? Há falhas na argumentação?

Finalmente, a etapa de *aplicação* caracteriza-se como capacidade para, com base no texto, resolver situações semelhantes. O entendimento do texto possibilita a projeção de novas idéias e a obtenção de novos resultados. Responde à pergunta: as idéias expostas no texto são passíveis de ser aplicadas em que contexto?

São, pois, cinco as etapas da leitura interpretativa propostas por Faulstich.

7 Leitura crítica

Esse tipo de leitura exige que o leitor tenha algum conhecimento do assunto. Inicialmente, o leitor faz um levantamento de todos os tópicos frasais de todos os parágrafos. A partir daí, busca estabelecer falhas ou fundamentos na hierarquização das idéias. Assim, ler criticamente é, acima de tudo, perceber a consistência das idéias apresentadas, a coerência e harmonia do texto.

Ao leitor crítico é fundamental diferenciar idéias, saber hierarquizá-las, analisar a pertinência delas, bem como o nexos que as une. Ao hierarquizá-las, é necessário:

- ☐ separar as idéias principais das secundárias;
- ☐ relacionar os pormenores que servem de apoio às idéias secundárias;
- ☐ arrolar idéias paralelas;
- ☐ inventariar idéias opostas;
- ☐ reconhecer orações coordenadas;
- ☐ observar as orações subordinadas;

- ❑ ordenar a sequência das idéias;
- ❑ examinar os nexos lógicos para perceber a agudeza e o pensamento do autor.

Como a leitura não é atividade mecânica de simples decodificação de signos, ela não pode ser passiva. Daí a necessidade de perceber as relações entre texto e contexto, de traduzir os significados das palavras e desvendar o que se oculta por trás delas.

A leitura crítica só é possível se o leitor tem conhecimento das condições de produção do discurso e de seu funcionamento. Remetemos o leitor, para explicitação de tais condições, ao Capítulo 4 deste livro; o leitor crítico refaz, em geral, o percurso de etapas proposto por Morgan e Deese, constante da seção 1 do Capítulo 5. Recomendamos também os passos de leitura propostos por Molina, expostos no mesmo tópico.

8 Análise do texto

Outra técnica de leitura bastante difundida é a análise do texto.

Esclarecemos aqui o significado de dois termos que, em geral, despertam curiosidade: *análise* e *interpretação*. **Análise** é o fundamento para a elaboração de reflexões que mostrem a organização dos elementos identificados no texto e seu aproveitamento reflexivo e argumentativo. A leitura é um processo de incorporação do texto à vida, de aceitação ou negação dele, estabelecendo um diálogo pelo qual o leitor se constitui em sujeito da leitura, um ato criativo e não reprodutor. Feita a leitura, o leitor volta-se para comparações que envolvem o texto e outras situações semelhantes de outras épocas, para estabelecer relações de semelhança e diferença. Ao comparar, relacionam-se conteúdos e opina-se sobre os fatos arrolados. **Interpretação** é processo, num primeiro momento, de dizer o que o autor disse, parafraseando o texto, resumindo-o; é reproduzir as idéias do texto. Num segundo momento, entende-se interpretação como comentário, discussão das idéias do texto.

Analisar significa, portanto, decompor, examinar sistematicamente os elementos que compõem o texto. Essa dissecação tem como objetivo penetrar nas idéias do autor e compreender como o todo foi organizado.

A análise, porém, não deve ater-se apenas à compreensão. É necessário que se estenda e chegue à crítica. Por isso, mais importante que reproduzir a estrutura do plano é indicar os tipos de relação existentes entre as idéias expostas.

Como desenvolver a análise?

A análise é desenvolvida por meio da explicação, da discussão que os temas abordados ensejam, da avaliação.

São objetivos da análise do texto: aprender a ler, escolher textos significativos, reconhecer a organização do texto, interpretá-lo, procurar o significado de suas palavras, desenvolver a capacidade de distinguir fatos, opiniões, hipóteses, detectar idéias principais e secundárias, chegar a uma conclusão.

O procedimento de leitura analítica inicia-se pela escolha do texto; em seguida faz-se uma leitura dele; depois se relê o texto, esclarecendo com o dicionário palavras desconhecidas. Nova leitura é feita, com a preocupação de compreender o todo. A idéia principal do texto é detectada com nova leitura, que também deve preocupar-se em localizar outras idéias, comparando-as, buscando semelhanças e diferenças.

8.1 Tipos de análise

Há vários tipos de análise: dos elementos, das relações, da estrutura do texto.

A análise dos elementos compreende referências bibliográficas, estrutura do plano do livro ou texto, vocabulário, modelo teórico, doutrinas, idéias principais e secundárias, juízos de valor expostos, conclusões.

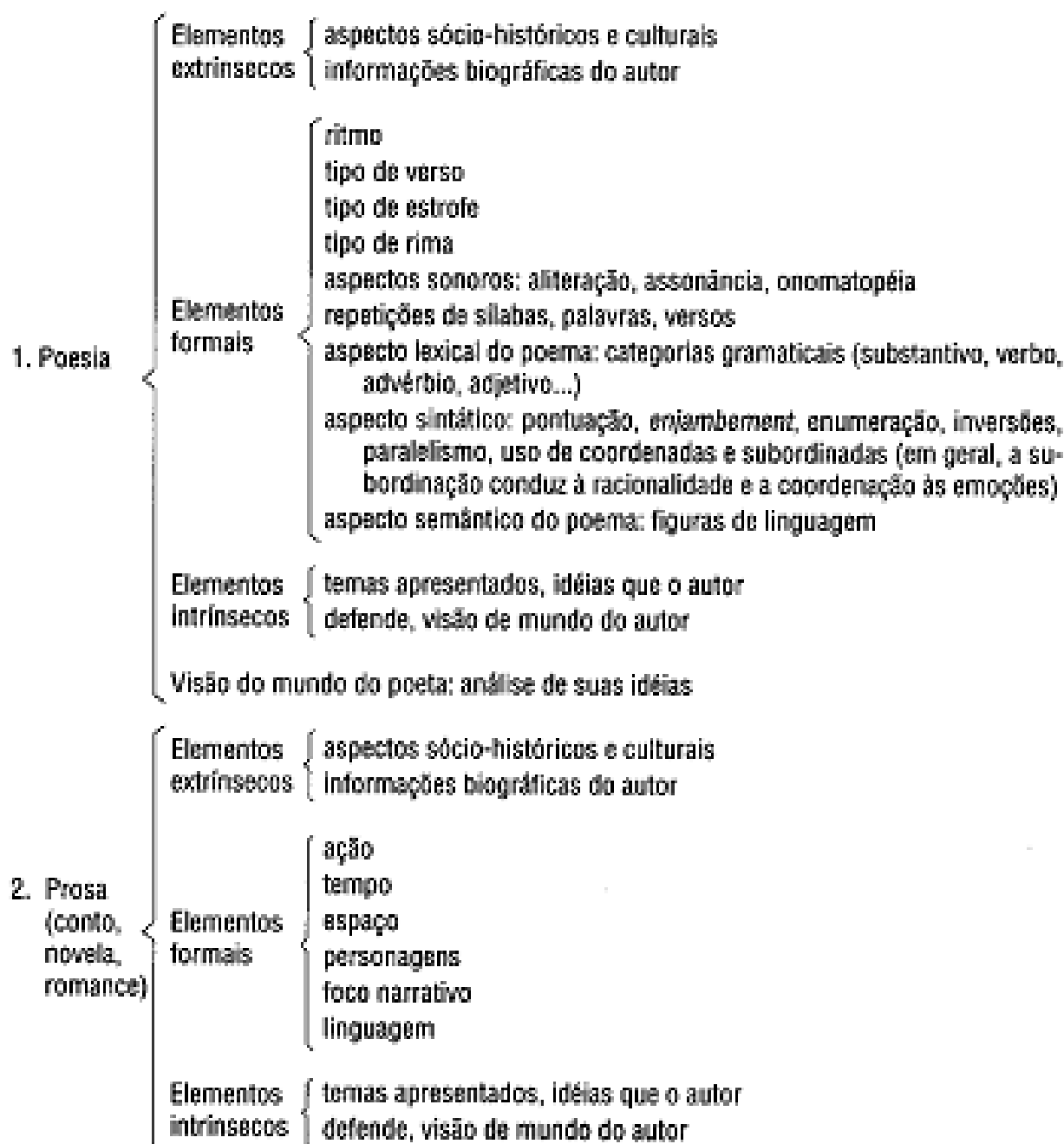
A análise das relações engloba a busca de relações entre as hipóteses e as provas e conclusões. Esta análise possibilita verificar a coerência dos elementos das várias partes do texto. Em geral, um texto oferece relações entre idéias principais e secundárias, fatos que confirmam as opiniões exaradas, as causas e as conseqüências.

A análise da estrutura compreende o estudo das partes, buscando-se as relações delas com o todo. Aqui se percebe a intenção do autor, suas posições diante dos fatos. A análise da estrutura preocupa-se com a posição do autor, conceitos adotados, seu modo de estabelecer ilações, forma de trabalhar o material exposto.

Há ainda outros tipos de análise, como textual, temática, interpretativa, de problematização, de síntese. Enquanto a textual busca o levantamento de todos os elementos do texto, desde que sejam importantes, a análise temática busca a apreensão do conteúdo, ou seja, dos problemas alinhados, das idéias expostas, da qualidade da argumentação. A análise interpretativa, por sua vez, busca explicitar a posição do autor, detectar influências, e também faz uma exposição crítica e avalia o conteúdo da obra. Já a análise de problematização levanta os problemas do texto e discute-os, e a de síntese elabora um novo texto, após reunir os elementos do texto e refletir sobre eles.

Além da análise textual, temática e interpretativa, é possível estabelecer um roteiro de análise, que compreende: verificação das fontes e bibliografia, metodologia utilizada, dificuldades relatadas pelo autor, reflexão sobre o texto, abrangendo análise e interpretação da obra; finalmente, devem constar do roteiro de leitura as sugestões que o texto proporciona em matéria de temas para discussão.

No estudo da literatura, é comum a análise literária que parte de questões elementares, como gênero do texto (poesia e/ou prosa) para chegar às questões compreendidas pelos elementos extrínsecos, formais, intrínsecos. Em geral, são objeto de exame:¹



¹ Frequentemente, a análise inicia-se pela descrição dos elementos levantados para, em seguida, passar-se à interpretação. Não basta dizer, por exemplo, que o poema utiliza particularmente orações coordenadas; é preciso dizer o que seu uso significa no poema.

9 Leitura na prática da redação

A leitura é seguramente um dos meios mais indicados para o aprimoramento da redação. No entanto, para seu aproveitamento, a observação de alguns pontos conduz a melhores resultados.

Como já se disse, a leitura pode ser de dois tipos: informativa e interpretativa. A informativa compreende, por sua vez, seleção e crítica.

Seleção aqui se refere à identificação da palavra-chave de cada parágrafo, e não à escolha do material de leitura. É em torno da palavra-chave que o autor desenvolve sua idéia principal, que, em geral, se identifica com o tópico frasal. Tomemos um exemplo transcrito de Paulo Freire (1985, p. 66-67):

Tinha chovido muito toda a noite. Havia enormes poças de água nas partes mais baixas do terreno. Em certos lugares, a terra, de tão molhada, tinha virado lama. Às vezes, os pés apenas escorregavam nela. Às vezes, mais do que escorregar, os pés se atolavam na lama até acima dos tornozelos. Era difícil andar. Pedro e Antônio estavam transportando numa camioneta cestos cheios de cacau para o sítio onde deveriam secar. Em certa altura perceberam que a camioneta não atravessaria o atoleiro que tinham pela frente. Pararam. Desceram da camioneta. Olharam o atoleiro, que era um problema para eles. Atravessaram os dois metros de lama, defendidos por suas botas de cano longo. Sentiram a espessura do lamaçal. Pensaram. Discutiram como resolver o problema. Depois, com a ajuda de algumas pedras e de galhos secos de árvores, deram ao terreno a consistência mínima para que as rodas da camioneta passassem sem se atolar. Pedro e Antônio estudaram. Procuraram compreender o problema que tinham a resolver e, em seguida, encontraram uma resposta precisa. Não se estuda apenas na escola. Pedro e Antônio estudaram enquanto trabalhavam. Estudar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema.

Observe-se que o tópico frasal, em vez de aparecer logo no início do parágrafo, é apresentado no fim. O autor, habilmente, mantém a atenção do leitor, reservando para o final a conclusão, que dará sentido a todo o texto. Em vez de se utilizar do raciocínio dedutivo, utilizou o indutivo, relacionando diversos aspectos, para chegar à idéia principal.

Há no texto as seguintes idéias expostas:

Pedro e Antônio transportavam cestos de cacau e tiveram dificuldade para atravessar o atoleiro causado pela chuva. Este fato provocou as seguintes ações:

- ☐ pararam;
- ☐ desceram da camioneta;
- ☐ olharam o atoleiro;
- ☐ deveriam resolver como atravessar o obstáculo;
- ☐ atravessaram a pé dois metros de lama;

- ☐ sentiram a espessura do lamaçal;
- ☐ pensaram;
- ☐ discutiram como resolver o problema;
- ☐ esparramaram pedras e galhos secos no terreno;
- ☐ estudaram, ou seja, procuraram compreender o problema que tinham pela frente;
- ☐ encontraram uma resposta precisa;
- ☐ estudaram enquanto trabalhavam.

Até “ajuda de pedras e galhos secos”, o texto apresenta sempre informação nova. Em seguida, o autor passa a repisar as idéias para que a conclusão se torne clara e consistente. O ato de estudar, brilhantemente exposto na conclusão, tematiza o texto, dando-lhe unidade e precisão. A conclusão afasta-se da linha ortodoxa que isola o indivíduo da vida, quando tem de estudar.

Um texto, porém, não se estrutura apenas com idéia-chave, tópico frasal, idéia principal; ele também apresenta idéias secundárias cuja apreensão é necessária para a compreensão total da mensagem.

Reconhecida a palavra-chave do tópico frasal, passa-se à identificação das palavras-chaves secundárias, que constituem os fundamentos do tópico frasal.

Para a compreensão das idéias do autor, o leitor também pode lançar mão do exame da área semântica explorada. No exemplo seguinte, transcrito de Millôr Fernandes (1978, p. 35-36), a interpretação torna-se mais fácil se o leitor atentar para o acúmulo de palavras do mundo capitalista:

E as fábulas jamais morreram. Neste verão mesmo, dois mil anos depois, a fábula da cigarra e da formiga se repetiu. Enquanto a formiga dava duro danado, trabalhando dia e noite pra juntar reservas pro inverno, a cigarra, voando de galho em galho, cantava e cantava e cantava. Mas o verão passou e chegou o inverno, terrível. A formiga, com a sua prudência, estava lá na sua casa bem quentinha, contente de não ter vagabundeado no verão e até pensado cristãmente no sofrimento por que devia estar passando a cigarra. Nesse momento bateram violentamente na porta: “Deve ser aquela maluca, morta de fome” – pensou a formiga. Mas, se ela acha que vou ter compaixão, aqui ó, nunquinha. Está muito enganada. Não cantou no verão? Pois dança agora! Batida violenta na porta outra vez. A formiguinha abriu a porta e quem vocês pensam que ela viu? A própria cigarra, sim senhores. Mas não morta de fome! Pelo contrário, a cigarra estava envolvida num tremendo casaco de peles, reclinado num belíssimo carro, sorrindo um sorriso feliz e superior. A formiga quase perdeu a fala. Conseguiu dizer apenas: “ué!” E logo depois: “Que é que você deseja?” “Nada, nada, minha amiga – disse a cigarra – não desejo nada não. Pelo contrário, vim saber o que você deseja.” “Como assim?” disse a formiguinha engolindo a frustração. “É que, você sabe” – explicou a cigarra – “como assinei um esplêndido contrato pra cantar no Olímpia, em Paris, eu queria saber se a minha velha amiga deseja alguma

coisa da França". "Ah, da França?" fez a formiguinha perplexa. "Ah, sim, desejo sim, cigarra. Você, por favor, assim que chegar lá, procura pra mim um tal de La Fontaine e diz que eu mandei ele à puta que o pariu!"

Se na fábula de La Fontaine é visível o tema da conformidade aos padrões sociais, castigando-se durante todo o tempo aquele que os transgride, no texto de Millôr percebe-se a subversão não só da historinha, como também da moralidade.

A referência do texto (*assunto*) são as fábulas, particularmente da cigarra e da formiga, mas revestida de linguagem nova para que o leitor perceba a ideologia da original.

Algumas palavras que aparecem no texto são:

- ☐ verão;
- ☐ repetiu;
- ☐ dar duro, trabalhar;
- ☐ juntar reservas;
- ☐ inverno;
- ☐ voando e cantando;
- ☐ vagabundeando;
- ☐ sofrimento;
- ☐ maluca;
- ☐ morta de fome;
- ☐ compaixão;
- ☐ casaco de peles;
- ☐ reclinadona;
- ☐ belíssimo carro;
- ☐ sorrindo;
- ☐ frustração;
- ☐ contrato;
- ☐ velha amiga.

A introdução, na fábula original, de algumas palavras do mundo consumista moderno torna muito mais perceptível a ideologia do texto de La Fontaine. O texto de Millôr tem em vista revelar o que no texto francês está encoberto: as fábulas jamais morreram; elas sempre serviram aos mais variados interesses.

Exercícios

1. Segmentar (dividir o texto em blocos temáticos) o seguinte fragmento:

Dos teóricos conhecidos, Aristóteles é o primeiro a tocar nesse problema. Ao discutir as manifestações da poesia lírica, épica e dramática, esse pensador grego levantou alguns aspectos importantes, que marcaram e marcam até hoje o conceito de personagem e sua função na literatura.

Um aspecto relevante desses estudos é o que diz respeito à semelhança existente entre personagem e pessoa, conceito centrado na discutida, e raras vezes compreendida, *mimesis* aristotélica. Durante muito tempo, o termo *mimesis* foi traduzido como sendo “*imitação do real*” como referência direta à elaboração de uma semelhança ou imagem da natureza. Essa concepção, até certo ponto empobrecedora das afirmações contidas no discurso aristotélico, marcou por longo tempo as tentativas de conceituação, caracterização e valorização da personagem.

Na verdade, o que alguns críticos contemporâneos têm procurado demonstrar é que uma leitura mais aprofundada e menos marcada do conceito de arte, e, conseqüentemente, do conceito de *mimesis* contidos na *Poética*, revela o quanto Aristóteles estava preocupado não só com aquilo que é “imitado” ou “refletido” num poema, mas também com a própria maneira de ser do poema e com os meios utilizados pelo poeta para a elaboração de sua obra.

Aristóteles aponta, entre outras coisas, para dois aspectos essenciais:

- ☐ a personagem como reflexo da pessoa humana;
- ☐ a personagem como construção, cuja existência obedece às leis particulares que regem o texto (BRAIT, 1985, p. 28-29).

2. Esquematizar as idéias do seguinte texto:

A tradição científica tem contribuído com conhecimentos fragmentários a respeito da concepção de Homem e do processo de aprendizagem, e pouco tem contribuído para a compreensão do histórico fracasso escolar.

Nesse sentido, citamos os conhecimentos da psicanálise diante das pesquisas sobre o sintoma “fracasso escolar”. Alertamos para a necessidade de ampliar a espacialidade e a temporalidade do trabalho psicanalítico, bem como a importância atribuída ao sintoma. O sintoma na aprendizagem escolar faz apelo ao psicanalista, a fim de considerar seus efeitos em face do universo sociocultural no qual é gerado. Sua especificidade coloca em crise conceitos centrais da teoria e interroga a prática. O trabalho analítico, teoricamente calçado, deve, entre outras coisas, levar-nos para além dos discursos ideológicos.

Segundo Cordié (1996, p. 17):

O fracasso escolar é uma patologia recente. Só pôde surgir com a instauração da escolaridade obrigatória no fim do século XIX e tomou um lugar considerável nas preocupações de nossos contemporâneos, em consequência de uma mudança radical na sociedade [...] não é somente a exigência da sociedade moderna que causa os distúrbios, como se pensa muito freqüentemente, mas um sujeito que expressa seu mal-estar na linguagem de uma época em que o poder do dinheiro e o sucesso social são valores predominantes. A pressão social serve de agente de cristalização para um distúrbio que se inscreve de forma singular na história de cada um.

Compartilhamos da posição de Cordié e buscamos, neste trabalho, por meio de sucessivas aproximações teóricas, compreender as condições que possibilitam uma forma de subjetividade que produz esse sintoma culturalmente determinado, de forma a repensar a prática clínica de orientação psicanalítica, bem como a própria escola.

Analisando esse sintoma do ponto de vista social, podemos dizer que, embora muito se tenham estudado e discutido os problemas da educação brasileira, o fracasso escolar ainda se impõe de forma alarmante e persistente. O sistema escolar ampliou o número de vagas, mas não desenvolveu uma ação que o tornasse eficiente e garantisse o cumprimento daquilo que se propõe, ou seja, que desse acesso à cidadania.

A escola que surge com o objetivo de promover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna acaba por produzir na contemporaneidade a marginalização e o insucesso de milhares de jovens. Ao longo deste trabalho, veremos que, na verdade, essa instituição está fundada em um ideal narcísico da humanidade e, como tal, está fadada ao fracasso. Embora os pressupostos de igualdade do Iluminismo há muito sejam concebidos como ideologia da classe dominante, ainda hoje estão presentes na essência da escola. Temos, então, de um lado, as idéias de liberdade herdadas do século XIX e, de outro, os princípios de disciplina decorrentes da tradição religiosa. Assim, a criança escolar vê-se aprisionada entre a sedução e a punição.

Vivemos em um país em que a distribuição do conhecimento como fonte de poder social é feita privilegiando alguns e discriminando outros. Precisamos buscar soluções para que a escola seja eficaz no sentido de promover o conhecimento e, assim, vencer problemas cruciais e crônicos de nosso sistema educacional: evasão escolar, aumento crescente de alunos com problemas de aprendizagem, formação precaríssima dos que conseguem concluir o ensino fundamental, desinteresse geral pelo trabalho escolar. Para tanto, é necessário superar os paradigmas científicos da modernidade e produzir conhecimentos que permitam maior compreensão desse fenômeno que desafia nossa clínica e preocupa educadores do mundo todo.

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que os rodeia. A escola, que deveria formar jovens capazes de analisar criticamente a realidade, a fim de perceber como agir no sentido de transformá-la e, ao mesmo tempo, preservar as conquistas sociais, contribui para perpetuar injustiças sociais que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro. É curioso observar o modo como os educadores, sentindo-se oprimidos pelo sistema, acabam por reproduzir essa opressão na relação com os alunos. [...]

Assim, buscando apreender o fracasso escolar segundo uma concepção pós-moderna, que o considere em sua rede de determinações, recorreremos à ótica da psicanálise, para abordá-lo de seu lugar de sintoma. Embora o referencial teórico de base do nosso trabalho não seja a abordagem lacaniana, inspiramo-nos na visão do autor acerca da responsabilidade da psicanálise em relação à compreensão dos fenômenos humanos (BOSSA, 2002, p. 18-22).

3. *De que trata o texto do exercício 2?*
4. *Relacionar as palavras-chaves do texto do exercício 2.*
5. *Resumir o texto do exercício 2.*
6. *Como se desenvolve a análise textual?*
7. *Qual o objetivo da análise de texto?*
8. *Quais são os procedimentos da leitura analítica?*
9. *Quantos tipos de análise de texto conhece?*
10. *Com que se preocupa a análise temática?*

6



Fichamento

O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala (FIORIN, 1988, p. 35).

1 Regras do jogo

Os manuais de metodologia apresentam muitas orientações ao estudioso que deseja escrever uma tese. Para citar um exemplo, veja-se *Como se faz uma tese*, de Umberto Eco.

Para Eco (1989, p. 87), a situação ideal seria dispor em casa de todos os livros de que se tem necessidade, mas reconhece que “essa condição ideal é muito rara mesmo para um estudioso profissional”.

Ao estudioso pede-se, diante da necessidade de realização de um trabalho de grau, que faça um levantamento bibliográfico, utilizando-se de fichas bibliográficas.

O armazenamento dessas informações será realizado num arquivo de fichas ou pelo computador. Outros arquivos igualmente importantes durante a fase de coleta de informações são: o arquivo de leitura, de idéias, de citações.

O arquivo de leitura consiste no registro de resumos, opiniões, citações, enfim tudo o que possa servir como embasamento para a tese, ou idéias que defenderá por ocasião da redação do texto que tem em vista.

O arquivo bibliográfico registra os livros que devem ser localizados, lidos, examinados.

As referências devem ser realizadas com critério e segundo as normas da ABNT, NBR 6023:2000. O intelectual que desrespeita as normas estabelecidas para a realização de um texto corre o risco de ser desconsiderado pela comunidade científica. Eco (1989, p. 48) faz analogia entre o estudioso que desrespeita as normas funcionais de um trabalho e um jogador inexperiente que emprega mal as expressões-chaves do jogo. Tanto um quanto outro serão olhados com suspeita, "como uma espécie de intruso".

Como se faz uma tese distingue variados tipos de ficha: de leitura, temáticas, por autores, de citações, de trabalho. Esta última compreende problematizações, sugestões, ligação entre idéias e seções do plano de idéias.

As fichas constituem valioso recurso de estudo de que se valem os pesquisadores para a realização de uma obra didática, científica e outras.

Freqüentemente, há obstáculos a vencer no início da utilização das fichas como método de estudo e de redação. Uma dessas dificuldades é relativa ao dispêndio inicial de tempo, à metodologia de transcrição de texto, às anotações bibliográficas (autor, título da obra, local da publicação, editora, ano, página). Para quem não pratica ou não está acostumado a fazer fichamento, essa prática parece demorada, desgastante, aborrecível, entediante.

Os procedimentos descritos, que garantem a prática eficaz do fichamento, assustam o estudante que depara pela primeira vez com tal metodologia; a prática contínua, no entanto, poderá levá-lo a alterar ponto de vista e julgamento, fazendo-o perceber que o pequeno trabalho inicial reverte-se em ganho de tempo futuro, quando precisar escrever sobre determinado assunto. Não se recomenda, porém, o armazenamento de assuntos pelos quais não se tem nenhum interesse. O fichário, antes de tudo, precisa ser funcional. Um redator esportivo necessita, mais que qualquer outro, recolher informações sobre esportes; um cientista recolherá informações sobre sua área específica, e assim por diante.

As anotações que ocupam mais de uma ficha têm o cabeçalho da primeira ficha repetido.

As fichas compreendem cabeçalho, referências bibliográficas, corpo da ficha e local onde se encontra a obra. O cabeçalho engloba título genérico ou específico e letra indicativa da seqüência das fichas, se for utilizada mais de uma. Veja um exemplo na Figura 6.1.

Todo o trabalho de fichamento é precedido por uma leitura atenta do texto. Leitura que se afasta da categoria do emocional (subjativa) e alcança o nível da racionalidade, e compreende: capacidade de analisar o texto, separar suas partes e examinar como se inter-relacionam e como o texto se relaciona com outros, e competência para resumir as idéias do texto. O primeiro nível desse tipo de leitura é denotativo, parafrástico. Cuida do vocabulário, das informações sobre o

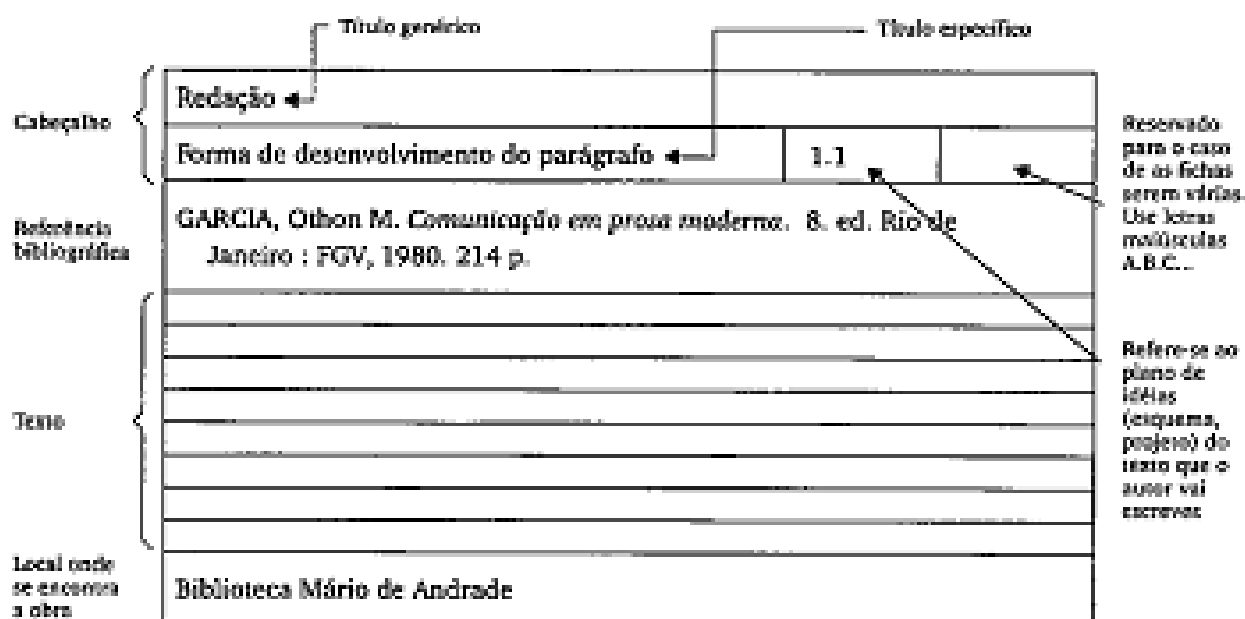


Figura 6.1 Elementos estruturais de uma ficha.

autor, do contexto socioeconômico-histórico e objetivo do texto. Atenta também para a teoria desenvolvida ou conceitos apresentados. Examina as idéias centrais, procurando identificar de que trata o texto. Procura também observar como se desenvolve o raciocínio do autor, quais suas teses e provas, enfim, verifica-se o encadeamento das idéias apresentadas. No *segundo nível*, o leitor interpreta os significados não transparentes: a leitura aqui é polissêmica. A pergunta a responder é: "O que o autor quis demonstrar?" Verifica-se a relação do texto com a realidade de seu tempo. Há originalidade nas idéias? O nível seguinte é o da crítica, que não será subjetiva, impressionista, do tipo gosto/não gosto. O autor atingiu os objetivos estabelecidos? É claro, coerente? O texto apresenta alguma contribuição para a comunidade científica? O passo final é o da *problematização*, em que se indaga sobre as possibilidades de aplicação do texto a outras situações, sobre sua contribuição para nova leitura do mundo.

A competência na leitura, evidentemente, não se esgota aí nem nos elementos focalizados nos Capítulos 4 e 5. É de ressaltar que há variados fatores que interferem na prática da leitura, como ironia, metonímia, metáfora, litotes¹. A título de exemplificação, veja-se o poema "Não há vagas", de Ferreira Gullar, todo composto pelo processo de litotes.

¹ Figura de linguagem que consiste em afirmar por meio da negação do contrário. Em "Não há vagas", Ferreira Gullar não afirma que o preço do feijão não cabe no poema, mas justamente o contrário: a poesia é feita com os fatos do cotidiano.

"Não há vagas

O preço do feijão
 não cabe no poema. O preço
 do arroz
 não cabe no poema.
 Não cabem no poema o gás
 a luz o telefone
 a sonegação
 do leite
 da carne
 do açúcar
 do pão

O funcionário público
 não cabe no poema
 com seu salário de fome
 sua vida fechada
 em arquivos.
 Como não cabe no poema
 o operário
 que esmerila dia de aço
 e carvão
 nas oficinas escuras

– porque o poema, senhores,
 está fechado:
 'não há vagas'

Só cabe no poema
 o homem sem estômago
 a mulher de nuvens
 a fruta sem preço

O poema, senhores,
 não fede
 nem cheira" (GULLAR, 1975, p. 224)

2 Fichas de leitura

São assim designadas as fichas em que se registram informações bibliográficas completas, anotações sobre tópicos da obra, citações diretas, juízos valorativos a respeito da obra, resumo do texto, comentários. Enquanto a ficha bibliográfica

fica contém apenas as informações bibliográficas, necessárias para localizar um livro, as fichas de leitura contém todas as informações sobre um livro ou artigo.

De modo geral, a ficha de leitura pode ter o seguinte tamanho:

Tipo pequeno: 7,5 × 12,5 cm

Tipo médio: 10,5 × 15,5 cm

Tipo grande: 12,5 × 20,5 cm

As fichas de cartolina são facilmente manuseadas, mas o estudioso poderá optar pelas fichas mais simples, confeccionadas de papel comum: dobra-se uma folha de papel tamanho ofício (31,5 × 21,5 cm) ao meio e obtêm-se duas fichas. O outro tamanho de papel do qual é possível obter fichas é o A4 (21,0 × 29,7 cm): dobra-se o papel ao meio, como no caso anterior, e obtêm-se duas fichas, cortando o papel, evidentemente.

Eco (1989, p. 96) diz ser muitas as formas de fichar um livro. Entre elas cita:

- ☐ indicações bibliográficas precisas;
- ☐ informações sobre o autor;
- ☐ resumo (ou de conteúdo);
- ☐ citações diretas (transcrições);
- ☐ comentários apreciativos (ou analítica).

Para facilitar a realização do trabalho de redação e consulta ao arquivo, pode-se escrever no alto da ficha a especificação dela: ficha de comentário, ficha de resumo, ficha de citação direta.

Ficha de indicação bibliográfica

Andrade, Maria Margarida de

Comunicação em língua portuguesa : para os cursos de jornalismo, propaganda e letras / Maria Margarida de Andrade, João Bosco Medeiros. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia.

ISBN 85-224-2682-1

1. Português – Estudo e ensino 2. Português – Gramática 3. Português – Redação I. Medeiros, João Bosco, 1954- II. Título.

97-0953

CDD-469-07

A indicação das referências bibliográficas é feita segundo normas da ABNT (NBR 6023:2002). Pode-se valer o pesquisador da ficha catalográfica, que consta das primeiras páginas de um livro, para a transcrição das referências, ou dos elementos constantes da folha de rosto. Periódicos apresentam indicações dos elementos identificadores na primeira página, ou na capa (por exemplo: *Vêja*, São Paulo: Abril, ano 26, nº 41).

Ficha de assunto

ESTRUTURA SINTÁTICA DA FRASE

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980. p. 6-112.

Ficha de título de obra

Problemas de redação

PÉCORA, Alcir. *Problemas de redação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Os modelos de fichas vistos até aqui são encontráveis em fichários de bibliotecas. Serão vistos agora variados tipos de fichamentos de leitura, necessários para a prática da redação de trabalhos científicos. Em primeiro lugar, é comum a expressão “*fazer um fichamento sobre tal assunto ou livro*”. Ora, tal expressão é insuficiente, não esclarecedora, pois um fichamento pode ser de variados tipos: de transcrição direta, de resumo, de comentários avaliativos. Por isso, recomenda-se que se indique sempre a modalidade de fichamento que se deseja.

2.1 Fichamento de transcrição

A transcrição direta de até três linhas deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples servem para indicar citação no interior de citação. Exemplo:

“A utilização da ‘exceção’ à regra conduz...”

Indica-se o número da página de onde foi transcrito o texto. Se houver erros de grafia ou gramaticais, copia-se como está no original e escreve-se entre parênteses (*sic*). Por exemplo: “Os autores deve (*sic*) conhecer...”

A supressão de palavras é indicada com três pontos entre colchetes. Exemplo:

“Completude, referência, tematização, coesão, unidade são conceitos que definem o texto como tal. [...] Assim, o autor apresenta critérios que orientam o processo da escrita.”

Supressões iniciais e finais não precisam ser indicadas:

“[...] Completude, referência, tematização, coerência, coesão, unidade são conceitos que definem o texto como tal [...].”

Prefira:

“Completude, referência, tematização, coerência, coesão, unidade são conceitos que definem o texto como tal.”

Citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.

Veja outras informações na seção 3 do Capítulo 9.

Ficha de transcrição sem cortes

Transcrição

A PEDAGOGIA LIBERAL: IMPLANTAÇÃO

PORTO, Maria do Rosário Silveira. Função social da escola. In: FISCHMANN, Roseli (Coord.). *Escola brasileira*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 39-42.

Conforme dissemos no item anterior, a pedagogia liberal que marca o desenvolvimento das escolas do século passado e que ainda influencia a prática escolar no Brasil é consequência de uma doutrina liberal, que defendia a liberdade e os interesses individuais numa sociedade cuja organização se direcionava para a posse da propriedade privada e dos meios de produção; portanto, como justificção do sistema capitalista.

Para a pedagogia liberal, a escola tem a função de preparar o indivíduo para desempenhar papéis sociais, tendo em vista sua aptidão individual, seu talento inato e seus interesses. Na verdade, o que ela tenta fazer é adaptar o indivíduo às normas e valores vigentes numa sociedade de classes, por meio do seu desenvolvimento cultural.

Fichamento de transcrição com corte intermediário de algumas palavras

Transcrição

LEGADO DE AUGUSTO

ENGEL, Jean-Marie; PALANQUE, Jean-Rémy. O império romano. São Paulo: Atlas, 1978. p. 9-10.

Augusto morreu satisfeito. Meses antes da morte havia redigido um resumo de seus feitos, as *Res gestae*, destinado a ser gravado em bronze e exposto publicamente. Lisonjeava-se de ter instituído "o regime mais venturoso", de ter dado ao Império limites definitivos e de "morrer com a esperança de que os fundamentos do Estado permaneceriam inabaláveis". [...] Augusto deixou um legado que bastaria simplesmente preservar.

O que sobreveio a tais promessas? Não foram mantidas, mas também não foram renegadas e, até o fim do século 11, a Roma imperial guardou uma aparência tão elegante que, por comparação, a tradição deu aos séculos seguintes o nome, talvez injustamente pejorativo, de "Baixo Império". Dessa forma, cortou-se na evolução de Roma um período que principia com a morte de Augusto, mas cujo término é muito difícil determinar. [...] Todo limite é ao mesmo tempo arbitrário e necessário. Aderindo ao costume geral, optaremos por 192.

No trabalho científico, as citações com até três linhas são incluídas no parágrafo em que se faz a referência a seu autor e são contidas por aspas. Já as transcrições com mais de três linhas devem ser destacadas, ocupando parágrafo próprio e observando-se recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas. Para chamar a atenção do leitor, pode-se usar entrelinhamento reduzido, corpo menor que o utilizado no texto, ou itálico, ou bold (Figuras 6.2 e 6.3).

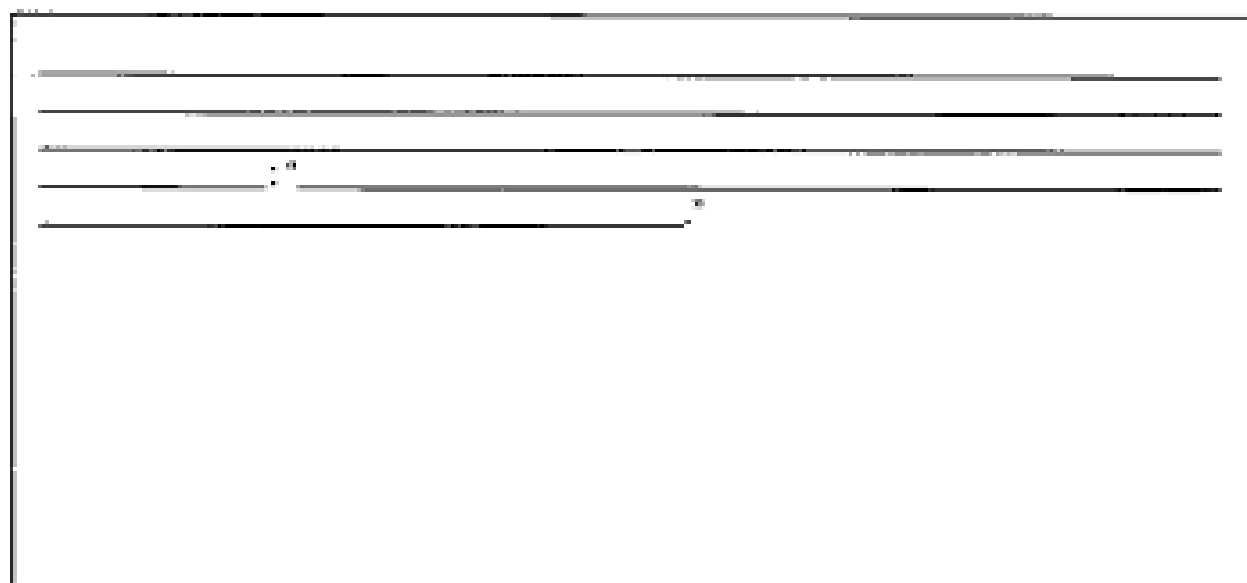


Figura 6.2 Citação direta com até duas linhas.

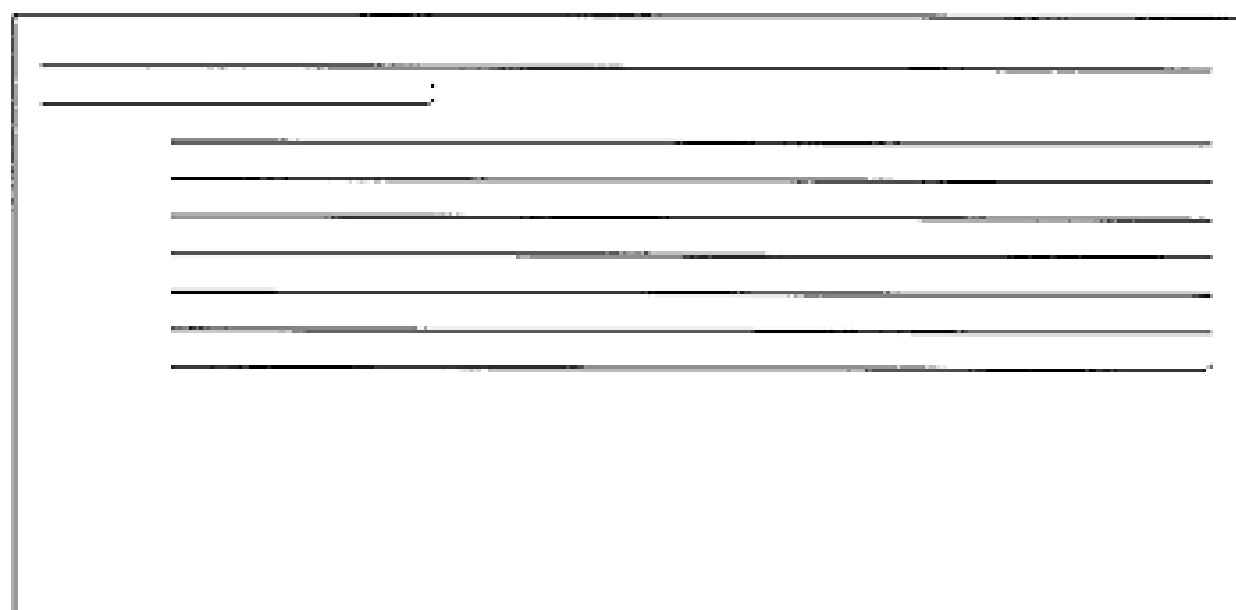


Figura 6.3 *Modelo para citação direta com até três linhas e citação direta com mais de três linhas.*

A supressão de um ou mais parágrafos intermediário(s) é indicada por uma linha pontilhada.

Fichamento de transcrição com corte de parágrafo intermediário

Transcrição	PALEOLÍTICO (de 500.000 a 10.000 anos)
MARÇONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. <i>Antropologia: uma introdução</i> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 92.	
Há milhões de anos, o <i>Homo habilis</i> (segundo Leakey) predava a natureza para sobreviver, o que perdurou do Pré-paleolítico ou Eolítico até o final do Paleolítico. Só no caso do Pleistoceno, no Mesolítico, é que ocorreram mudanças mais acentuadas. O homem predador passa a produtor de alimentos, gerando a primeira grande revolução da história da humanidade, no setor da economia. É o começo da produção, quando ele cria os seus próprios recursos [...]. Apesar da evidência contida nestes dados, isso não quer dizer que a vida humana se desenvolveu de forma idêntica em todos os lugares habitados. Os vestígios culturais mais antigos da presença do <i>Homo</i> parecem ser os encontrados no Oriente e no Sul da África, junto a fontes naturais, lagos, planícies etc., em terrenos antigos, sempre associados a restos fósseis, animais e humanos.	

Ao transcrever textos, é preciso rigor, observando aspas, itálicos, maiúsculas, pontuação etc. Não se deve alterar o texto de nenhuma forma, como, por exemplo, trocando palavras por outras de sentido equivalente. O exemplo seguinte de fichamento de transcrição sem cortes apresenta esses cuidados:

Transcrição

IMPRESSIONISMO

SERULLAZ, Maurice. *O impressionismo*. São Paulo: Difel, 1965. p. 8.

Representando aquilo que é, por definição, passageiro, os pintores vão ser levados ulteriormente a executar "séries" onde acompanhamos as transformações de um local às várias horas do dia. Mas essas séries, onde o artista quer demonstrar essas transformações impostas pela luz, não tardarão a tornar-se um sistema de que a espontaneidade – uma das qualidades fundamentais do Impressionismo nascente – está logo ausente.

Seria desonestidade intelectual substituir, suponhamos, a palavra *passageiro* por *fugaz*, ou colocar depois da palavra *dia* a expressão "como a Catedral de Rouen, de Monet".

No exemplo seguinte, de transcrição direta com corte de parágrafo intermediário, chamamos a atenção do leitor para não interferir na forma do texto. Embora os dois parágrafos finais sejam de extensão reduzida, eles não devem ser transformados num só. E repetindo: supressões de uma linha ou várias que intermedeiem um texto devem ser marcadas com três pontos entre colchetes.

Transcrição

RESUMO

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*. São Paulo: Salinunte, 1990. p. 59.

O processo usado para sumarizar um texto é muito semelhante ao que se usa para, por exemplo, relatar uma partida de futebol a alguém que não pôde assistir a ela. Selecionam-se os lances principais, ou os melhores, geralmente os que se referem ao ataque. Assim, uma partida – que teve 90 minutos de duração – fica resumida a cinco ou dez minutos de relato, haja vista os compactos que a televisão apresenta. [...]

Para que esse recurso seja feito com adequação, é necessário determinar qual a referência e como está tematizada.

Além disso, é importante recuperar as relações lógicas existentes entre as partes.

2.2 Fichamento de resumo

Resumo é um tipo de redação informativo-referencial que se ocupa de reduzir um texto a suas idéias principais. Em princípio, o resumo é uma paráfrase e pode-se dizer que dele não devem fazer parte comentários e que engloba duas fases: a compreensão do texto e a elaboração de um novo. A compreensão implica análise do texto e checagem das informações colhidas com aquilo que já se conhece.

A compreensão das idéias do texto deriva de dois métodos distintos: o analítico e o comparativo.

O método analítico recomenda atenção com os instrumentos lingüísticos de coesão e com os marcadores de tópicos discursivos (*logo, por isso, por conseguinte, em conclusão, em primeiro lugar, em segundo lugar, de um lado, de outro*). Deve, portanto, o leitor ocupar-se da inter-relação das idéias, sobre como elas se articulam no texto: por oposição (contraste)?, por semelhança?, por enumeração?, por causa e consequência? Segundo o mesmo método, faz-se o resumo parágrafo por parágrafo, que deverá refletir fielmente as idéias do texto original.

Já o método comparativo ocupa sua atenção com a estrutura geral do texto e com as informações que respondem às expectativas que o texto criou no leitor. O uso desse método subentende leitor possuidor de informações sobre o assunto. Para Serafini (1986, p. 148):

O texto é compreendido com base nas próprias expectativas, utilizando um ou vários "pacotes" de dados, a que chamamos registros, que constituem a memória. A memória não é de fato constituída por elementos separados entre si mas conserva as informações em grupos, por assuntos, segundo as nossas experiências pessoais, e seguindo generalizações ou registros. Para ler, compreender e resumir rapidamente é preciso juntar ao texto estes pacotes de informações que já estão na memória.

As informações da memória funcionam como orientadoras, como guias para a compreensão, que ficará facilitada se o leitor interroga o texto e transforma determinadas passagens ou tópicos em interrogações. Por exemplo, o tópico *fichamento de resumo* pode transformar-se numa pergunta:

"Que é fichamento de resumo?"

Como se trata de técnica de grande relevância para a redação científica, a explicitação do resumo é feita aqui e no Capítulo 7. A seguir, são vistas, passo a passo, regras de elaboração de sínteses, segundo Serafini (1986, p. 149), que compreendem: supressão, generalização, seleção, construção.

A **supressão** (apagamento) elimina palavras secundárias do texto. Em geral, atém-se a advérbios, adjetivos, preposições, conjunções, desde que não necessários à compreensão do texto. Por exemplo:

A bonita paisagem do Rio de Janeiro estava embaçada por uma neblina densa que impedia enxergar um palmo à frente do nariz e ver o bellissimo Pão de Açúcar.

Os adjetivos *bonita*, *densa*, *belíssimo* podem ser retirados do texto sem perda do conteúdo. Evidentemente, outras palavras que aparecem nele podem ser suprimidas: o artigo *a* e o pronome relativo *que*. Não precisamos parar por aí: podemos cortar paisagem *do Rio de Janeiro* (afinal, o Pão de Açúcar fica no Rio de Janeiro) e *um palmo à frente do nariz*.

Veja-se outro exemplo:

Os estereótipos tanto podem ser positivos quanto negativos; tanto podem valorizar quanto depreciar as pessoas. Se um estereótipo é positivo ou negativo, isto depende da categoria social que o adota (NOVA, 1995, p. 56).

A expressão *tanto podem valorizar quanto depreciar as pessoas* já está contida na idéia de positivo e negativo. Portanto, pode ser cortada. Assim, não se trata apenas de cortar adjetivos, advérbios, conjunções, artigos, preposições, mas também de eliminar expressões repetidas ou trechos parafrásticos. E teríamos como resultado, eliminando outras repetições do texto citado:

Os estereótipos tanto podem ser positivos quanto negativos, dependendo da categoria social que os adota.

A **generalização** permite substituir elementos específicos por outros genéricos. Por exemplo:

Fulano come manga, goiaba, banana, melão, melancia, pêssego, ameixa, caqui.

Generalizando, temos:

Fulano come frutas.

Ou:

Fulano gosta de ler Machado de Assis, João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade.

Resultado:

Fulano gosta de literatura.

A **seleção** cuida de eliminar obviedades ou informações secundárias e ater-se às idéias principais. Exemplo:

A leitura é atividade intelectual que exige, para a realização adequada, alguns procedimentos, como seleção do material, cuidando para que a unidade delimitada compreenda uma totalidade e não mero fragmento, contexto, ideologia.

Selecionando alguns elementos, temos:

A leitura exige procedimentos como seleção e delimitação de uma totalidade e [que não seja feita a partir de um] fragmento [destituído do contexto].

Finalmente, há a **construção** de uma nova frase (paráfrase), respeitando-se as idéias do texto original. Tomando o texto apresentado, tem-se como resultado:

A seleção e a delimitação de um texto são procedimentos de leitura que devem levar em consideração o contexto.²

Ainda segundo Serafini (1986, p. 150), “um resumo deve em geral conter uma informação tanto mais exaustiva sobre o texto original quanto mais rico for o vocabulário de seu autor”. Ou seja, as pessoas que dispõem de vocabulário amplo podem realizar um resumo mais exaustivo quanto às informações contidas num texto.

Suponha-se agora que o estudioso esteja realizando um texto sobre a arte impressionista e necessite de informação sobre o conceito desse movimento. Tomemos novamente o texto de Serullaz para elaborar a ficha de resumo:

Representando aquilo que é, por definição, passageiro, os pintores vão ser levados ulteriormente a executar “séries” onde acompanhamos as transformações de um local às várias horas do dia. Mas essas séries, onde o artista quer demonstrar essas transformações impostas pela luz, não tardarão a tornar-se um sistema de que a espontaneidade – uma das qualidades fundamentais do Impressionismo nascente – estará logo ausente (SERULLAZ, 1965, p. 8).

O texto apresentado pode ser transformado numa ficha de resumo, como segue (respeitando a supressão, a generalização, a seleção e a construção):

Resumo	IMPRESSIONISMO
SERULLAZ, Maurice. <i>O Impressionismo</i> . São Paulo: Difel, 1965. p. 8.	
Define o Impressionismo como movimento ocupado com o fugaz. O artista capta as transformações impostas pela luz. Esta característica espontânea inicialmente torna-se regra, fazendo o movimento posterior diferente do inicial.	

² Ver outras informações e exemplos no Capítulo 7.

Se a frase necessitar de explicações complementares, o autor pode valer-se da introdução de palavras suas, mas entre colchetes:

Define o Impressionismo como movimento ocupado com o fugaz [instantâneo].

A ficha de resumo ou de conteúdo apresenta uma síntese das idéias do autor. Saliente-se que não é um sumário ou índice das partes da obra. Devem-se expor abreviadamente as idéias do autor. Não se faz uso de citações.

2.3 *Fichamento de comentário*

Para a exemplificação de uma ficha de comentário, que também pode ser apreciativo, veja-se o texto seguinte de Tacca (1983, p. 152-153):

Na realidade, deveríamos admitir que, num sentido mais amplo, mais geral e mais profundo, todo o romance é uma mensagem interceptada por um criptanalista – que não é outro senão o leitor. Nada mais ilustrativo, a este respeito, do que nossa própria experiência de leitores. E, com efeito, quando começamos a leitura de um romance, avançamos, a princípio muito lentamente, com vacilações, incompreensões, releituras e retrocessos. Progredimos, em seguida, a velocidade regular, gostosamente. Depois, quando estamos já “dentro” dele, a grande velocidade, quase vertiginosamente (e com o risco inerente). Só ao fim, muito ao fim, quando os dedos e os olhos nos dizem que chegamos às últimas páginas, travamos, diminuimos a marcha, demoramos intencionalmente a leitura – tanto mais quanto melhor tiver sido o romance –, implicando essa demora, simultaneamente, um desejo de intensificação do prazer, visão fulgurante e sintética de todo o passado do romance (semelhante à que, segundo se diz, precede a morte), rechaço ou adiamento do des-encantamento final, pré-nostalgia de um passado que amamos, tristeza de qualquer despedida. Por outras palavras – e noutra plano –, ao começar a leitura de um romance, comportamo-nos como um criptanalista: à medida que vamos recebendo a mensagem, procuramos decifrar o seu código. (Cada romancista, por vezes cada romance de um mesmo romancista, possui um código particular.) Em tempo mais ou menos curto, segundo o caso, e na medida em que o vamos conseguindo decifrar, avançamos mais rapidamente, passamos de criptanalista a decodificador normal: tornamo-nos (parafraseando Jakobson) um membro da comunidade romanesca iniciada. Em suma, os passos do leitor reproduzem os passos do artista, “capaz de suscitar o nosso próprio esforço e de nos apresentar um mundo de relação ao qual sejamos, primeiramente, convidados, logo depois acolhidos e familiarizados, enfim, pouco a pouco, transfigurados”, segundo dizia Etienne Souriau.

Em que consiste um comentário? O que comentar de um texto? Francisco Gomes de Matos (1985, p. 183) ensina, em artigo publicado em *Ciência e Cultura*, que se devem analisar os aspectos quantitativos e depois os qualitativos. Assim, cabe responder pela extensão do texto, sobre sua constituição (ilustrações, exemplos, bibliografia, citações), conceitos abordados. Em aspectos qualitativos,

recomenda que se atenha à análise e detecção da hipótese do autor, objetivo, motivo pelo qual escreveu o texto, as idéias que fundamentam o texto. Deve o comentarista verificar se a exemplificação é genérica ou específica, se a organização do texto é clara, lógica, consistente, e o tom utilizado na exposição é formal ou informal, se há pontos fortes e fracos na argumentação do autor, se a terminologia é precisa. E ainda dizer se a conclusão é convincente e quem será beneficiado pela leitura do texto. Finalmente, deve fazer uma avaliação da obra.

Considerando o texto de Tacca, a ficha de comentário seria a seguinte:

Comentário	RELAÇÃO LEITOR/OBRA
TACCA, Oscar. <i>As vozes do romance</i> . Coimbra: Almedina, 1983. p. 152-153.	
Notam-se no texto de Tacca as seguidas transformações por que passa o leitor: inicialmente, convidado; depois, participante da família e, por fim, transfigurado. A comparação explicita o comportamento do leitor com a obra e a impossibilidade de permanecer distante, amorfo, inerte. A leitura possibilita a transfiguração, a transformação radical que leva a atingir um estado glorioso. E, neste caso, leva o leitor a um contato com realidades estranhas ao mundo sensível. Talvez se possa ver aí um resquício da filosofia de Plotino que dizia que a arte dá acesso à realidade absoluta. E a arte transforma-se numa atividade espiritual.	

3 Fichamento informatizado

Com a difusão dos microcomputadores e dos processadores de texto, hoje tornou-se muito fácil armazenar informações em arquivos eletrônicos, com a vantagem de que não há limite de linhas, como no fichamento em papel. Outra grande vantagem é que é possível copiar textos, transferir informações de um local para outro, pedir ao computador que localize expressões-chaves. Suponha-se o diretório "História". Ao abrir pastas para armazenar informações, podem-se criar:

Brasil

Portugal

EUA

França

Brasil pode ser subdividido em:

- ☐ Século XVI
- ☐ Século XVII
- ☐ Século XVIII
- ☐ Século XIX
- ☐ Século XX

ou:

- ☐ Colônia
- ☐ Independência
- ☐ República
- ☐ Nova República
- ☐ Estado Novo

Exercícios

1. *Fazer um fichamento de comentário com base em texto de seu interesse.*
2. *Elaborar uma ficha de título de obra.*
3. *Apresentar três fichamentos de transcrição de texto de seu interesse (transcrição sem cortes intermediários, com corte intermediário de algumas palavras e com corte intermediário de parágrafo).*
4. *Em caso de aspas dentro de aspas, como proceder numa transcrição? Na citação direta, é permitido ao pesquisador substituir palavras e interferir na forma do texto?*
5. *Como proceder no caso de supressão de algumas palavras internas a um texto?*
6. *Como proceder em caso de supressão de um ou mais parágrafos? E, se há erro gramatical, como proceder?*
7. *Elaborar um fichamento de resumo do seguinte texto de Gil (1990, p. 25):*

PERSPECTIVA EDUCACIONAL HUMANISTA

A perspectiva humanista constitui uma reação à rigidez da escola clássica. Ela considera que sob as formas tradicionais de educação o potencial dos

alunos é aproveitado apenas em parte. Por considerar que cada aluno traz para a escola suas próprias atitudes, valores e objetivos, a visão humanista centraliza-se no aluno. Assim, sua preocupação básica torna-se a de adaptar o currículo ao aluno.

Os adeptos da perspectiva humanista enfatizam mais a liberdade que a eficiência. Por isso são classificados por seus críticos como utópicos ou românticos.

As bases desta orientação podem ser encontradas nas obras de pensadores como Comenius (1592-1670), Locke (1632-1704) e Rousseau (1712-1788), e de educadores como Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852). Maria Montessori (1870-1952) constitui um bom exemplo de adoção desta postura, já que seu método se baseia no princípio de que as crianças devem ter liberdade de prosseguir segundo o seu próprio ritmo, escolhendo e orientando suas atividades. Seus trabalhos enfatizam que as crianças estão sempre prontas para aprender, sentem prazer com o aprendizado e estão prontas a ensinar a si mesmas se lhes for dada a oportunidade.

Um grande incentivo a esta orientação foi dado pelos psicólogos humanistas, sobretudo por Carl Rogers (1902-1987). Para ele, a escola constitui a instituição mais tradicional, conservadora, rígida e burocrática de nossa época. E propõe, como antídoto, o ensino centrado no aluno, em que o papel fundamental do professor é de facilitador da aprendizagem.

A perspectiva humanista mais recentemente vem sendo influenciada por educadores que enfatizam o aspecto político do ato de ensinar. Paulo Freire é uma das mais importantes expressões dessa tendência. Suas idéias, que começaram a ser propostas na década de 60, propõem um sistema completo de educação libertadora que iria desde a pré-escola até a universidade. Essa proposta se opõe aos sistemas tradicionais de educação e visa à transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais de opressão do povo.

8. *Fazer fichamento de comentário do seguinte texto de Garcia (1973, p. 147-148):*

Darwin, em *A origem das espécies*, distribui os seres em filos, classes, ordens, grupos, famílias, gêneros, espécies e variedades. Mas, fora da biologia, essa hierarquização não costuma ser assim tão rígida: normalmente designamos as coisas pelo gênero (ou classe) ou pela espécie. Quando temos de nomear um objeto ou ser, podemos servir-nos de um termo próprio, i.e., que se aplique apenas a cada um deles de maneira tanto quanto possível inconfundível – *palmeira*, *sabidá* –, ou indicá-los pela classe ou gênero que inclua também seus assemelhados – *árvore*, *pássaro*. Se, ao descrever ou evocar um aspecto da paisagem campestre, o autor se limita a uma referência generalizadora, falando apenas em “árvores onde cantam os pássaros”, terá assina-

lado somente traços indistintos, comuns a uma classe muito ampla de coisas ou seres. Sua referência é incaracterística. Mas, se fizer como o poeta que se serviu de termos específicos, terá caracterizado de maneira mais precisa aquele aspecto da paisagem: "palmeiras onde canta o sabiá". No primeiro caso, empregou palavras de sentido *geral*; no segundo, serviu-se de termos de sentido *específico*. Ora, quanto mais geral é o sentido de uma palavra, tanto mais vago e impreciso; reciprocamente, quanto mais específico, tanto mais concreto e preciso. Cabe aqui o testemunho valioso de Paulo Rónai: "Quanto ao conhecimento do vocabulário concreto, será preciso encarecer-lhe a importância num país como o Brasil, mostruário imenso de espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo que repositório de variado patrimônio sociológico e cultural, incessantemente ampliado pela contribuição das correntes migratórias e do intercâmbio comercial?" [...]. Se, pelo menos, os professores encarecêssemos bastante a importância do vocabulário concreto, nossos alunos talvez aprendessem a "dar nomes aos bois", evitando nas suas redações generalidades inexpressivas.

Há palavras que são mais específicas do que outras; *cão policial* é mais específico do que simplesmente *cão*; *mamífero*, mais do que *vertebrado*, e este, mais do que *animal*; *palmeira imperial* é mais específico que *palmeira*, e *palmeira* mais do que *árvore* e *árvore* mais do que *planta* ou *vegetal*. *Trabalhador* é termo de sentido geral, amplo: constitui uma classe; *operário* tem sentido mais restrito; adaptando-se à escala de Darwin, seria o gênero; *metalúrgico* seria a espécie, e *soldador*, a variedade. Ao descrever uma cena de rua, posso referir-me indistintamente a *transeuntes* (sentido geral), ou particularizar em escala descendente (do mais geral para o mais específico): homens, jovens estudantes, alunos do colégio tal. [...]

O grau de generalização ou de abstração de um enunciado depende do seu contexto. Na série de declarações que seguem, a primeira, por ser de ordem geral, encerra um juízo falso ou inaceitável em face da experiência; no entanto, os termos essenciais que a constituem são os mesmos da última que, por ser mais específica, se torna incontestável:

1. *A prática dos esportes é prejudicial à saúde.*
2. *A prática dos esportes é prejudicial à saúde dos jovens.*
3. *A prática dos esportes é prejudicial à saúde dos jovens subnutridos.*
4. *A prática dos esportes violentos é prejudicial à saúde dos jovens subnutridos.*
5. *A prática indiscriminada de certos esportes violentos é prejudicial à saúde dos jovens subnutridos.*

As especificações expressas pelos adjuntos *dos jovens, subnutridos, violentos, certos, indiscriminada* tornam absolutamente aceitável a última declaração.

A linguagem é tanto mais clara, precisa e pitoresca quanto mais específica e concreta. Generalizações e abstrações tornam confusas as idéias, traduzem conceitos vagos e imprecisos. Que é que expressamos realmente com o adjetivo “belo”, de sentido geral e abstrato, aplicável a uma infinidade de seres ou coisas, quando dizemos uma bela mulher, um belo dia, um belo caráter, um belo quadro, um belo filme, uma bela notícia, um belo exemplo, uma bela cabeleira? É possível que a idéia geral e vaga de “beleza” lhes seja comum, mas não suficiente para distingui-los, para caracterizá-los de maneira inconfundível. Praticamente quase nada se expressa com esse adjetivo aplicado indistintamente a coisas ou seres tão díspares. Seria possível assinalar-lhes traços singularizantes por meio de outros adjetivos mais especificadores: mulher atraente, tentadora, sensual, arrebatadora, elegante, graciosa, meiga...; dia ensolarado, límpido, luminoso, radiante, festivo...; caráter reto, ímpoluto, exemplar...; rapaz esbelto, robusto, guapo, gentil, cordial, educado... É certo que, ainda assim, o resultado não seria grande coisa, pois muitos dos adjetivos propostos são ainda bastante vagos e imprecisos, se bem que em menor grau do que “belo”. No caso, o recurso a metáforas e comparações teria maiores possibilidades de salientar os traços mais característicos e pitorescos do que a simples adjetivação.

9. *Quantos são os elementos de uma ficha de informações para fins de pesquisa?*
10. *Se alguém lhe pedir um fichamento, que faltará especificar? Quantas espécies de fichamento conhece?*
11. *Descrever os procedimentos utilizados para um fichamento eletrônico.*
12. *Comentar o seguinte texto:*

Teoria, nos estudos literários, não é uma explicação sobre a natureza da literatura ou sobre os métodos para seu estudo (embora essas questões sejam parte da teoria e serão tratadas aqui, principalmente nos Capítulos 2, 5 e 6). É um conjunto de reflexão e escrita cujos limites são excessivamente difíceis de definir. O filósofo Richard Rorty fala de um gênero novo, misto, que começou no século XIX: “Tendo começado na época de Goethe, Macaulay, Carlyle e Emerson, desenvolveu-se um novo tipo de escrita que não é nem a avaliação dos méritos relativos das produções literárias, nem história intelectual, nem filosofia moral, nem profecia social, mas tudo isso combinado num novo gênero”. A designação mais conveniente desse gênero misturado é simplesmente o apelido *teoria*, que passou a designar obras que conseguem

contestar e reorientar a reflexão em campos outros que não aqueles aos quais aparentemente pertencem. Essa é a explicação mais simples daquilo que faz com que algo conte como teoria. Obras consideradas como teoria *têm* efeitos que vão além de seu campo original.

Essa explicação simples é uma definição insatisfatória mas parece realmente captar o que aconteceu desde o decênio de 1960: textos de fora do campo dos estudos literários foram adotados por pessoas dos estudos literários porque suas análises da linguagem, ou da mente, ou da história, ou da cultura, oferecem explicações novas e persuasivas acerca de questões textuais e culturais. Teoria, nesse sentido, não é um conjunto de métodos para o estudo literário mas um grupo ilimitado de textos sobre tudo o que existe sob o sol, dos problemas mais técnicos de filosofia acadêmica até os modos mutáveis nos quais se fala e se pensa sobre o corpo. O gênero da “teoria” inclui obras de antropologia, história da arte, cinema, estudos de gênero, linguística, filosofia, teoria política, psicanálise, estudos de ciência, história social e intelectual e sociologia. As obras em questão são ligadas a argumentos nessas áreas, mas tornam-se “teoria” porque suas visões ou argumentos foram sugestivos ou produtivos para pessoas que não estão estudando aquelas disciplinas. As obras que se tornam “teoria” oferecem explicações que outros podem usar sobre sentido, natureza e cultura, o funcionamento da psique, as relações entre experiência pública e privada e entre forças históricas mais amplas e experiência individual.

Se a teoria é definida por seus efeitos práticos, como aquilo que muda os pontos de vista das pessoas, as faz pensar de maneira diferente a respeito de seus objetos de estudo e de suas atividades de estudá-los, que tipo de efeitos são esses?

O principal efeito da teoria é a discussão do “senso comum”: visões de senso comum sobre sentido, escrita, literatura, experiência. Por exemplo, a teoria questiona

- ☐ a concepção de que o sentido de uma fala ou texto é o que o falante “tinha em mente”,
- ☐ ou a idéia de que a escrita é uma expressão cuja verdade reside em outra parte, numa experiência ou num estado de coisas que ela expressa,
- ☐ ou a noção de que a realidade é o que está “presente” num momento dado.

A teoria é muitas vezes uma crítica belicosa de noções de senso comum; mais ainda, uma tentativa de mostrar que o que aceitamos sem discussão como “senso comum” é, de fato, uma construção histórica, uma teoria espe-

cífica que passou a nos parecer tão natural que nem ao menos a vemos como uma teoria. Como crítica do senso comum e investigação de concepções alternativas, a teoria envolve um questionamento das premissas ou pressupostos mais básicos do estudo literário, a perturbação de qualquer coisa que pudesse ter sido aceita sem discussão: O que é sentido? O que é um autor? O que é ler? O que é o “eu” ou sujeito que escreve, lê, ou age? Como os textos se relacionam com as circunstâncias em que são produzidos? (CULLER, 1999, p. 12-14).



Resumo

O texto bem organizado é refratário à ausência de regras, bem como ao infinito das possibilidades ou à liberdade total em relação a limites (GUIMARÃES, 1993, p. 21).

1 Conceito de texto

Texto é um tecido verbal estruturado de tal forma que as idéias formam um todo coeso, uno, coerente. A imagem de tecido contribui para esclarecer que não se trata de feixe de fios (frases soltas), mas de fios entrelaçados (frases que se inter-relacionam).

Para Orlandi (1987, p. 159), texto é uma “unidade complexa de significação”. E continua:

O texto pode ter qualquer extensão: pode ser desde uma simples palavra até um conjunto de frases. O que o define não é sua extensão mas o fato de que ele é uma unidade de significação em relação à situação.

E mais adiante, à página 180: “Texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor.”

Todas as partes de um texto devem estar interligadas e manifestar um direcionamento único. Assim, um fragmento que trata de diversos assuntos não pode ser considerado texto. Da mesma forma, se lhe falta coerência, se as idéias são contraditórias, também não constituirá um texto. Se os elementos da frase que possibilitam a transição de uma idéia para outra não estabelecerem coesão entre as partes expostas, o fragmento não se configura um texto. Essas três qua-

lidades – unidade, coerência e coesão – são essenciais para a existência de um texto. Vejamos um exemplo:

O carnaval carioca é uma beleza, mas mascara, com seu luxo, a miséria social, o caos político, o desequilíbrio que se estabelece entre o morro e a Sapucaí. Embora todos possam reconhecer os méritos de artistas plásticos que ali trabalham, o povo samba na avenida como um herói de uma grande jornada. E acrescenta-se: há manifestação em prol de processos judiciais contra costumes que ofendem a moral e agredem a religiosidade popular. O carnaval carioca, porque se afasta de sua tradição, está tornando-se desgracioso, disforme, feio.

Trata-se de um fragmento que não se constitui em um texto. Falta-lhe coerência entre a afirmativa inicial e a final. A oração subordinada que se inicia com *embora* não apresenta coesão em relação à oração principal; não é possível entender o que esse "texto" quer dizer. Como ele apresenta várias informações, várias direções (moral, política, social, religiosa, estética), acaba por não constituir um todo. Não há completude, inteireza, unidade.

Esse conjunto de idéias entrelaçadas para formar um enunciado, capaz de transmitir uma informação, ou mensagem, que é o texto, nem sempre aparece revestido de palavras: ele pode também ser constituído por um desenho, uma charge, uma figura. Neste ponto, pode-se lembrar da publicidade, que se vale da utilização de imagens para veicular idéias.

Um texto é mais ou menos eficaz dependendo da competência de quem o produz, ou da interação de autor/leitor, ou emissor/receptor. O texto exige determinadas habilidades do produtor, como conhecimento do código, das normas gramaticais que regem a combinação dos signos. A competência na utilização dos signos possibilita melhor desempenho na elaboração de um texto.

Deve-se levar em conta também a situação em que o texto foi produzido, ou seja, seu contexto.

2 Contexto

Define-se contexto como informações que acompanham o texto, cuja compreensão depende dessas informações. Assim, não basta a leitura do texto, é preciso retomar os elementos do contexto, em que ele foi produzido.

O contexto deve ser visto em suas duas dimensões: estrutura de superfície e estrutura de profundidade. A estrutura de superfície considera os elementos do enunciado, enquanto a estrutura de profundidade considera a semântica das relações sintáticas. Num caso, o leitor busca o primeiro sentido produzido pelas orações; no outro, vasculha a visão de mundo que informa o texto.

A produção e a recepção de um texto estão condicionadas à situação; daí a importância de o leitor conhecer as circunstâncias e o ambiente que motivaram a seleção e a organização dos signos.

O contexto pode ser imediato ou situacional.

O contexto imediato relaciona-se com os elementos que seguem ou precedem o texto imediatamente. São os chamados referentes textuais. O título de um poema pode despertar determinadas descodificações. Por exemplo: “Meu sonho”, de Álvares de Azevedo, já prenuncia uma visão de mundo centralizada no eu. Esta subjetividade e individualidade, características românticas por excelência, junto com o tema sonho, também de matiz romântico, endereçam o leitor para uma atmosfera estética romântica.

O contexto situacional é formado por elementos exteriores ao texto. Esse contexto acrescenta informações, quer históricas, quer geográficas, quer sociológicas, quer literárias, para maior eficácia da leitura que se imprime ao texto. Agora se exige uma postura ativa do leitor. O texto é então enriquecido, às vezes reinventado, recriado. O conhecimento, por exemplo, do choque provocado pelas revoluções políticas e sociais do século XIX permite, muitas vezes, uma leitura mais adequada de textos ditos pessimistas. O próprio escapismo romântico pode ser lido como um desencanto com relação às reformas propagadas, mas não concretizadas.

3 Intertexto

Além do contexto, a leitura deve considerar que um texto pode ser produto de relações com outros textos. Essa referência e retomada constante de textos anteriores recebe o nome de intertextualidade.

Os procedimentos intertextuais mais comuns são: paráfrase, paródia e estilização.

A **paráfrase**¹ pode ser ideológica ou estrutural. No primeiro caso, o desvio é mínimo: varia a sintaxe, mas as idéias são as mesmas. Há apenas uma recriação das idéias. Pode-se entender a paráfrase ideológica como simples tradução de vocábulos, ou substituição de palavras por outras de significado equivalente. Nesse caso, a paráfrase registra o menor desvio possível em relação ao texto original. No segundo caso, há uma recriação do texto e do contexto. O comentário crítico, avaliativo, apreciativo, o resumo, a resenha, a recensão são formas parafrásticas estruturais de um texto.

Didaticamente, para efeito de exercício de prática de redação, pode-se falar em graus de paráfrase: primeiro grau (simples substituição de palavras por ou-

¹ Ver outras informações no Capítulo 9.

tras de sentido equivalente); segundo grau (resumo); terceiro grau (comentários); quarto grau (exposição de apreciação, de juízo de valor).

A **estilização** exige recriação do texto, considerando sobretudo procedimentos estilísticos. O desvio em relação ao texto original é maior do que no caso da paráfrase.

Na **paródia**, o desvio é total; às vezes, invertem-se as idéias, vira-se o texto do avesso. Há uma ruptura, uma deformação propositada, tendo em vista mostrar a inocência do texto original, ou simplesmente apresentar outras idéias que o texto original omitiu ou não se interessou em expor. A paródia tanto pode ser séria como jocosa, e, em geral, ataca instituições e pessoas, como governo, políticos, clero, escola.

4 Elementos estruturais do texto

Os elementos estruturais do texto são: o saber partilhado, a informação nova, as provas, a conclusão.

Por saber partilhado entende-se a informação antiga, do conhecimento da comunidade. De modo geral, o saber partilhado aparece na introdução, um local privilegiado para a negociação com o leitor. Exemplificando:

Não é fácil escrever ou falar sobre seu próprio pai; no mínimo se correrá o risco de ser sentimental, especialmente quando o personagem teve a estatura que Julio de Mesquita foi aos poucos adquirindo mercê de sua ação e da difusão de seu pensamento, uma e outro sempre polêmico, marcando, como não poderia deixar de ser, todos nós que crescemos sob o influxo de seus ensinamentos, ou vivendo o afastamento imposto pelo exílio, ou a angústia de não saber quando suas incursões pela política, que muitas vezes tinham fronteira com a revolução, o levariam de novo à prisão (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1992, Suplemento Cultura, p. 2).

Não é difícil admitir que a informação que vai de "não é fácil escrever sobre seu próprio pai" até "sentimental" pertence ao saber partilhado. O emissor negocia com o leitor, coloca-se num nível de entendimento, estabelece um acordo, para, em seguida, expor informações novas.

A informação nova caracteriza-se como uma necessidade para a existência do texto. Sem ela, não há razão para o emissor escrever nada. Um texto só se configura texto quando veicula uma informação que não era do conhecimento do leitor, ou que não o era da forma como será exposta, o que implica, naturalmente, matizes novos e, conseqüentemente, uma nova maneira de ver os fatos. A informação nova não significa originalidade total, absoluta. É análoga ao contrato que o leitor faz com o ficcionista. Ninguém, ao ler *Dom Casmurro*, estará interessado em saber se os acontecimentos relatados são reais, se houve naquele

tempo e naquele espaço uma pessoa que se identificasse com a personagem do livro. O leitor entra em acordo com o narrador, admitindo como verossímeis os acontecimentos relatados. Da mesma forma, o leitor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* não contesta a possibilidade de um defunto narrador. Aceita o fato e dá prosseguimento à leitura.

No caso do exemplo apresentado, admitimos como informação nova os pormenores que o autor do texto expõe: o pai era homem de ação, que buscava difundir seu pensamento, era polêmico, foi exilado, era pessoa que atuava politicamente.

A informação nova serve para desenvolver o texto, expandi-lo. O autor considera-a como não sendo do conhecimento de todos e, portanto, capaz de estimular o leitor a continuar na leitura. A existência de um texto implica ter algo de novo para dizer.

O saber partilhado mais a informação nova não são suficientes para a realização de um texto. É preciso acrescentar provas, fundamentos das afirmações expostas. No caso do texto apresentado como exemplo, o próprio narrador (em primeira pessoa) constitui-se numa prova. Trata-se de alguém que conviveu com Julio de Mesquita Filho. E acrescenta mais à frente do artigo:

Julio de Mesquita Filho sempre foi um ser combativo; não apenas isso, no entanto. Foi desde cedo um rebelde. Esse traço de caráter poderia ter produzido apenas um revoltado a mais num meio social acanhado. Ele teve, porém, a sorte de ser rebelde demais. [...] O rebelde paulista, ao cruzar seus passos com os de Trotski, não se deixa influenciar pela personalidade, que deve ter sido fascinante, do futuro companheiro de Lênin. O cruzar caminhos deve, no entanto, ter deixado marcas; em 1925, quando publica *A crise nacional*, suas referências à revolução russa não vêm carregadas do anticomunismo comum à época, em São Paulo, no meio social em que então passou a ser o seu.

Para demonstrar a personalidade de Julio de Mesquita Filho, o autor do texto cita como prova de suas afirmações o livro *A crise nacional*. Se o leitor duvidar de suas asserções, poderá recorrer ao livro e chegar às mesmas conclusões que ele.

Ao saber partilhado, à informação nova, às provas o autor junta seus objetivos, pois todo texto visa chegar a algum lugar, tem “uma intenção que precisa ser cumprida”, como ensina Siqueira (1990, p. 32). No caso do texto em exame, parece que a intenção é transmitir uma imagem positiva do pai: um homem de rebeldia crítica, um homem de ação. Não só um homem de palavras, mas um cidadão que conhecia a realidade mundial e a local e que trabalhou para inserir o Brasil no contexto das nações européias.

Duas informações mais: todo texto trata de um assunto, a referência. Para saber qual a referência, o leitor deve interrogar-se: de que trata o texto? Além do assunto, o texto tem um tema; para conhecê-lo melhor, o leitor deve interro-

gar-se: sob que perspectiva o texto foi construído? No caso que está servindo de exemplo, a referência é o pai do emissor: Julio de Mesquita Filho. O tema são os traços de sua personalidade.

Texto de leitura fundamental para o aprofundamento das noções aqui expostas é *A articulação do texto*, de Elisa Guimarães.

5 Resumo: a Norma NBR 6028:2003

Embora já vistos o conceito e alguns elementos práticos de realização de resumos (ver tópico *Fichamento de resumo*), há outras informações que devem ser consideradas.

A Norma NBR 6028:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, define resumo como “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento”. Uma apresentação sucinta, compacta, dos pontos mais importantes de um texto.

Esta definição pode, no entanto, ser melhorada: resumo é uma apresentação sintética e seletiva das idéias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais idéias do autor do texto.

O resumo abrevia o tempo dos pesquisadores; difunde informações de tal modo que pode influenciar e estimular a consulta do texto completo. Em sua elaboração, devem-se destacar quanto ao conteúdo:

- ☐ o assunto do texto;
- ☐ o objetivo do texto;
- ☐ a articulação das idéias;
- ☐ as conclusões do autor do texto objeto do resumo.

Formalmente, o redator do resumo deve atentar para alguns procedimentos:

- ☐ ser redigido em linguagem objetiva;
- ☐ evitar a repetição de frases inteiras do original;
- ☐ respeitar a ordem em que as idéias ou fatos são apresentados.

Finalmente, o resumo:

- ☐ não deve apresentar juízo valorativo ou crítico (que pertencem a outro tipo de texto, a resenha);
- ☐ deve ser compreensível por si mesmo, isto é, dispensar a consulta ao original.

Para o pesquisador o resumo é um instrumento de trabalho.

São partes constantes de um resumo: natureza da pesquisa realizada, resultados e conclusões. Também devem ser destacados o valor e a originalidade das descobertas realizadas.

Os procedimentos para realizar um resumo incluem, em primeiro lugar, descobrir o plano da obra a ser resumida. Em segundo lugar, a pessoa que o está realizando deve responder, no resumo, a duas perguntas: o que o autor pretende demonstrar? De que trata o texto? Em terceiro lugar, deve-se ater às idéias principais do texto e a sua articulação. Muito importante nesta fase é distinguir as diferentes partes do texto. A fase seguinte é a de identificação de palavras-chaves. Finalmente, passa-se à redação do resumo.

A norma da ABNT classifica os resumos em crítico, indicativo, informativo.

O *resumo indicativo* indica apenas os pontos principais do documento; não apresenta dados qualitativos e quantitativos, mas não dispensa a leitura do original. É conhecido também como descritivo. Refere-se às partes mais importantes do texto. Exemplo:

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 184 p.

Estudo realizado sobre redações de vestibulandos da FUVEST. Examina os textos com base nas novas tendências dos estudos da linguagem, que buscam erigir uma gramática do texto, uma teoria do texto. São objeto de seu estudo a coesão, o clichê, a frase feita, o "não-texto" e o discurso indefinido. Parte de conjecturas e indagações, apresenta os critérios para a análise, informações sobre o candidato, o texto e farta exemplificação.

O *resumo informativo* é também conhecido como analítico. Pode dispensar a leitura do texto original. Deve salientar objetivo do texto, métodos e técnicas empregados, resultados e conclusões. Evitem-se comentários pessoais e juízos de valor. Exemplo:

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 284 p.

Examina 1.500 redações de candidatos a vestibulares (1978), obtidas da FUVEST. O livro resultou de uma tese de doutoramento apresentada à USP em maio de 1981. Objetiva caracterizar a linguagem escrita dos vestibulandos e a existência de uma crise na linguagem escrita, particularmente desses indivíduos. Escolheu redações de vestibulandos pela oportunidade de obtenção de um corpus homogêneo. Sua hipótese inicial é a da existência de uma possível crise na linguagem e, através do estudo, estabelecer relações entre os textos e o nível de estruturação mental de seus produtores. Entre os problemas, ressaltam-se a carência de nexos, de continuidade e quantidade de informações, ausência de originalidade. Também foram objeto de

análise condições externas como família, escola, cultura, fatores sociais e econômicos. Um dos critérios utilizados para a análise é a utilização do conceito de coesão. A autora preocupa-se ainda com a progressão discursiva, com o discurso tautológico, as contradições lógicas evidentes, o nonsense, os clichês, as frases feitas. Chegou à conclusão de que 34,8% dos vestibulandos demonstram incapacidade de domínio dos termos relacionais; 16,9% apresentam problemas de contradições lógicas evidentes. A redundância ocorreu em 15,2% dos textos. O uso excessivo de clichês e frases feitas aparece em 69,0% dos textos. Somente em 40 textos verificou-se a presença de linguagem criativa. Às vezes o discurso estrutura-se com frases bombásticas, pretensamente de efeito. Recomenda a autora que uma das formas de combater a crise estaria em se ensinar a refazer o discurso falho e a buscar a originalidade, valorizando o devaneio.

Segundo a NBR 6028:2003, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deve-se evitar o uso de parágrafos no meio do resumo. Portanto, o resumo é constituído de um só parágrafo.

O *resumo informativo* combina os dois tipos anteriores. Pode dispensar a leitura do texto original quanto às conclusões, mas não quanto aos demais aspectos tratados.

O *resumo crítico*, também denominado *recensão* ou *resenha*, é redigido por especialistas e compreende análise crítica de um texto. É objeto de um capítulo deste livro.

6 Regras de apresentação

O resumo ressalta o objetivo, o método, os resultados e as conclusões de um texto.

O resumo é precedido da referência do texto, com exceção do resumo que acompanha o próprio texto. Exemplo de referência:

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

Em seguida à referência, apresenta-se o resumo.

O resumo é composto de uma sequência de frases concisas (sujeito, verbo e objeto direto ou indireto, ou ambos; em geral, com menos de 30 palavras), afirmativas. Não é uma enumeração de tópicos. É recomendado o uso de um único parágrafo.

A primeira frase do resumo deve explicar o assunto do texto. Em seguida, deve-se especificar a categoria do tratamento: é uma memória, ou é um estudo de caso, ou é uma análise da situação, ou é um ensaio?

As frases são compostas com verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Exemplo:

O livro *Introdução à lingüística da enunciação* apresenta as teorias que são a base da pesquisa lingüística. É analisado de modo comparativo na obra o pensamento de autores como Cjharles Bily, Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, entre outros. O livro oferece também um roteiro de leitura das teorias da enunciação que têm ampla circulação no Brasil.

Voz ativa: “O livro *Introdução à lingüística da enunciação* **apresenta** as teorias...”

Voz passiva: “No livro *Introdução à lingüística da enunciação* **são apresentadas** as teorias...”

Primeira pessoa: **Apresento** em *Introdução à lingüística da enunciação* as teorias...

Terceira pessoa: O livro *Introdução à lingüística da enunciação* **apresenta**...

As palavras-chaves do texto devem vir logo após o resumo, antecedidas do título *Palavras-chave*; elas são separadas por ponto. *Palavra-chave* é a palavra que representa o conteúdo do texto (documento), escolhida em vocabulário controlado.

Exemplo:

Palavras-chave: Lingüística. Pesquisa lingüística. Polifonia, Dialogismo.

No resumo, devem-se evitar:

- a) símbolos ou contrações de uso não corrente;
- b) fórmulas, equações, diagramas etc., desde que não sejam necessários.

Se seu emprego for imprescindível, devem ser definidos na primeira vez que aparecerem.

Extensão do resumo. Devem ter:

- a) de 150 a 500 palavras os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos.
- b) de 100 a 250 palavras os artigos de periódicos;
- c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves.

Os resumos críticos, as chamadas resenhas, não estão sujeitos a limite de palavras.

7 Técnicas de elaboração de resumo

O resumo deve destacar:

- ☐ Elementos bibliográficos do texto; sua ficha técnica:
 - Sobrenome do autor, nome.
 - Título da obra.
 - Local de publicação do texto.
 - Editora.
 - Ano.
 - Páginas.
- ☐ Tipo de texto, o gênero a que se filia (literário, didático, acadêmico).
- ☐ Resumo do conteúdo: assunto do texto, objetivo, métodos, critérios utilizados, conclusões do autor da obra resumida.

Rebeca Peixoto da Silva e outros (s.d., p. 109) indicam que para resumir um trabalho é fundamental compreender sua organização. Apreende-se o todo por meio de leitura global do texto, com o objetivo de compreender o texto em seu conjunto, bem como em cada uma de suas partes. Assim, a preocupação inicial será verificar o enfoque que o autor dá ao assunto: filosófico ou científico? Sociológico ou psicológico? Quantitativo ou qualitativo?

Para a autora citada e seus co-autores (s.d., p. 109), o resumo “que guarde 1/3 ou 1/4 da extensão primitiva pode preservar os pontos essenciais”. A redução excessiva, no entanto, pode prejudicar a comunicação. Ao redator cabe atentar para verbos como: *é*, *deve*, *pode* e circunstâncias como: *somente*, *quase*, *na maior parte*; conjunções como: *se*, *a menos que*, para que o sentido jamais seja prejudicado.

A prática do resumo cerceia o plágio involuntário, além de assegurar ao leitor que o texto foi entendido e convertido a uma linguagem própria.

Segundo Rebeca Peixoto da Silva e outros (s.d., p. 110), a elaboração de resumos exige mais habilidade de leitura que de escrita. O resumo permite melhor compreensão das idéias expostas, uma vez que para realizá-lo é necessário apreender a estrutura do parágrafo. Para os autores citados, resumir é um processo que compreende vários passos, como: encontrar a idéia-tópico do parágrafo. Se a idéia principal estiver subentendida, será necessário isolar as frases-chaves para encontrar a idéia central. Em seguida, o leitor eliminará as idéias secundárias ou que não sejam essenciais para a compreensão da idéia central. Há passagens dentro de um texto que servem apenas para esclarecer e constituem, pois, paráfrases de passagens anteriores. Passa-se, então, à fase de primeira redação do resumo, escolhendo-se sempre a palavra mais simples e mais breve. Coloca-se o original à

parte, e põe-se a escrever segundo o que se compreendeu. Acompanhando o texto enquanto se escreve o resumo, corre-se o risco de copiar frases do texto original ou de cair na simples paráfrase. Finalmente, compara-se o resumo com o original. Para evitar cópias, transcrições, utiliza-se a seleção de idéias, distribuídas num quadro sinóptico, ou num plano (esquema).

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, em *Para entender o texto* (1990, p. 420), também examinam o resumo. Depois de defini-lo, recomendam que não se devem perder de vista três elementos:

- ☐ cada uma das partes fundamentais do texto;
- ☐ a progressão das idéias apresentadas;
- ☐ a correlação das partes do texto.

Segundo os autores citados, não cabem no resumo comentários ou julgamentos apreciativos. E ainda acrescentam que a dificuldade de resumir um texto pode advir da complexidade do texto (vocabulário, estrutura sintática, relações lógicas), bem como da competência do leitor. Para reduzir as dificuldades de elaboração de resumos, recomenda-se ler o texto do começo ao fim, sem interrupções. Nesta fase inicial, responde-se à questão: de que trata o texto? Na segunda leitura, descodificam-se frases complexas, recorre-se ao dicionário para solução do vocabulário. As palavras relacionais, os nexos serão observados com rigor (*mas, embora, ainda que* e outros). Em terceiro lugar, segmenta-se o texto, dividindo-o em blocos temáticos, de idéias (ou de espaço, ou de tempo, ou de personagens) que tenham unidade de significação. Finalmente, redige-se o resumo com as próprias palavras, "procurando não só condensar os segmentos mas encadeá-los na progressão em que se sucedem no texto e estabelecer as relações entre eles" (FIORIN; PLATÃO, 1990, p. 421).

João Hilton Sayeg de Siqueira (1990, p. 59-63), em *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*, examina o resumo no Capítulo 7. Para o autor, resumir é selecionar as partes principais de um texto. Por partes principais entende a apresentação de uma situação inicial, a colocação de uma informação nova, as justificativas, a conclusão. E ainda acrescenta que a prática do resumo é adequada quando inicialmente se determinam a referência (assunto do texto) e o tema (enfoque) do original. Não se dispensa a recuperação das relações lógicas existentes entre as partes.

A título de exemplificação, tome-se o texto de Asti Vera (1983, p. 123-124):

A documentação pode consistir em: (a) transcrições; (b) resumos; (c) síntese e (d) referências.

As transcrições textuais serão feitas quando os respectivos extratos tiverem que ser incluídos no trabalho por sua condição de fontes ou por constituírem um elemento de prova. No caso já citado do estudo sobre Parmênides, poderia ser conveniente transcrever alguns fragmentos do texto "Sobre a natureza", com o objetivo de reali-

zar um estudo sobre as notáveis diferenças de estilo existentes entre o Proêmio e a Primeira Parte. Não só por razões estilísticas, mas, além disso, porque deste cotejo de textos se poderá elucidar o sentido da obra e a intenção do autor. O Proêmio escrito numa linguagem religiosa, quase mística e muito poética, e o resto usando expressões lógicas, racionais.

A função básica dos resumos é instrumental, e, por isso, devem-se fazer quando as obras (ou as partes das mesmas) utilizadas pertencem a uma biblioteca pública, à qual deverão ser devolvidas depois de lidas.

A síntese – que não deve ser confundida com o resumo – é o trabalho mais importante, mas também o mais difícil; é o fim ideal da documentação. Consiste em expor as idéias centrais de um texto, sua significação e sua unidade de sentido. O trabalho de síntese intervém na parte básica do trabalho de pesquisa, sobretudo no desenvolvimento, na fundamentação e na conclusão.

As referências – breves e concisas – devem consignar-se quando se trata de obras conhecidas e de fácil acesso.

Para as transcrições e os resumos de certa extensão, torna-se prático utilizar folhas grandes, das chamadas tamanho “ofício”, ou pequenos cadernos que se acrescentarão às fichas respectivas.

O valor da técnica das fichas, como de todo método, depende também de quem o põe em prática. Além disso, assinalaremos alguns de seus inconvenientes mais notórios: um deles é a “fichamania”, isto é, a estéril acumulação de fichas que nunca serão aproveitadas num trabalho final. Em disciplinas históricas, onde a documentação é fundamental e não se pode prescindir da heurística, pode-se correr este risco. Daí a importância do estudo da filosofia da história, e inclusive de considerar a reconstrução histórica com um critério filosófico, como sustentaram historiadores do porte de Toynbee e Marrou.

Outras vezes, o compilador das fichas limita-se a um mero trabalho de transcrição das notas das mesmas. Finalmente, citaremos como uma situação extrema, dentro destas tendências, a destas monografias intermináveis que se apresentam como um subproduto de monumentais coleções de fichas, mas onde, em suma, nem o autor nem o leitor sabem por fim “a que se ater”.

O resumo do texto apresentado segue os seguintes passos:

A *referência* do texto é a documentação de uma pesquisa bibliográfica. Todo trabalho escrito, se realizado segundo critérios rígidos de metodologia científica, apóia-se em pesquisa documental. Segundo Asti Vera, a documentação pode ocorrer através de transcrições (citações diretas), resumos, sínteses e referências. O fragmento desenvolve cada uma dessas modalidades de documentação. Como é tematizada essa referência? É tematizada da perspectiva formal-metodológica, isto é, como proceder para documentar uma pesquisa.

A *situação inicial* afirma em que consiste a documentação: transcrições, resumos, sínteses, referências, isto é, define as várias modalidades pelas quais se pode valer de informações colhidas em uma obra. Trata-se de um conhecimento partilhado pela comunidade que realiza pesquisa.

A *informação nova* do texto é o estabelecimento do uso de um ou outro tipo de documentação: quando usar a transcrição, o resumo, a síntese, a simples referência. A transcrição textual justifica-se quando se tem necessidade de uma prova. O resumo tem função instrumental e é usado quando não se tem na própria biblioteca a obra utilizada. A síntese, que Asti Vera distingue de resumo, consiste na exposição das "idéias centrais de um texto". As referências são utilizadas no caso de obras conhecidas e de acesso fácil.

As *justificativas* para a realização de pesquisa documental resumem-se em: necessidade de provas (transcrição); obras de bibliotecas públicas devem ser resumidas, justamente porque não se tem acesso a elas com facilidade; realização do objetivo da pesquisa (síntese das idéias fundamentais); no caso de obras de fácil acesso e conhecidas, basta uma simples referência.

A *conclusão* ressalta que o trabalho científico não deve limitar-se a uma coleção de fichas que deixa o autor sem saber que fim tem em vista.

Com esta exposição, verifica-se a organização do texto. Há unidade temática do início ao fim: que procedimento adotar na documentação de uma pesquisa.

Ao selecionar as idéias para o resumo, cancelam-se alguns pormenores secundários. Veja-se:

- ☐ a referência é a pesquisa documental;
- ☐ a tematização é a metodologia de utilização da pesquisa documental;
- ☐ a situação inicial: em que consiste a pesquisa documental; quais são suas formas;
- ☐ a informação nova: quando utilizar cada tipo;
- ☐ conclusão: o que evitar.

Assim, pode-se dizer que um possível resumo do texto de Asti Vera é:

A pesquisa documental vale-se de transcrição, resumo, síntese e referência. As fichas não devem constituir-se em fim e são de quatro modalidades: transcrição, resumo, síntese, referência. As transcrições textuais são limitadas aos casos de necessidade de prova. O resumo é utilizado no caso de a obra pertencer a uma biblioteca pública. A síntese constitui-se num modo ideal de documentação. Através dela, expõem-se as idéias fundamentais do texto, seu significado e a unidade de seu sentido. O trabalho científico não se constitui numa coleção de fichas que não permitem ao autor e leitor identificar o objetivo da pesquisa.

Nesta fase do resumo, agrupam-se as idéias afins. Então selecionam-se novos elementos da situação inicial:

A pesquisa documental vale-se de transcrição, resumo, síntese, referência. As justificativas compreendem variadas necessidades de apoio da pesquisa: há casos em que é preciso transcrever, casos em que se deve resumir, sintetizar, referenciar. A con-

clusão afirma que as fichas não devem constituir-se em fim em si mesmas (mania), pois uma coleção de fichas não resulta numa obra.

Adaptando-se as idéias expostas, ter-se-ia:

As informações colhidas na pesquisa documental são fichadas através de transcrição, resumo, síntese, referências. A fichamania deve ser evitada se o pesquisador deseja que a obra não seja desconexa, pois uma coleção de fichas não resulta numa obra. As justificativas compreendem variadas necessidades de apoio da pesquisa: há casos em que é preciso transcrever, casos em que se deve resumir, sintetizar, referenciar.

Qual o ponto de vista do autor? Qual a sua conclusão? A que leva o texto? Talvez se pudesse dizer que o fragmento apresentado leva a concluir que o autor, embora considere a documentação uma necessidade, estabelece normas para a utilização das fontes de pesquisa. Poder-se-ia dizer que é pragmático, objetivo, uma vez que salienta inconvenientes que o ato de fichar pode acarretar: a fichamania, a mera transcrição de notas, as monografias intermináveis, resultado de coleção de fichas que deixam o autor e o leitor sem saber "a que se ater".

Reescrevendo o resumo na íntegra, tem-se:

Os procedimentos para a pesquisa documental compreendem a transcrição, o resumo, a síntese, a referência. A transcrição limita-se aos casos de necessidade de prova, enquanto a síntese se constitui no ideal de documentação. Se a documentação se reduz a mera transcrição de notas, ou à acumulação de fichas que levam à realização de obra interminável, este procedimento revela-se inconveniente e estéril, não permitindo ao autor nem ao leitor identificar com que deve preocupar-se.

Se se optar pelo modelo de Fiorin para a realização de resumos, responde-se inicialmente à questão: De que trata o texto?

Trata de procedimentos metodológicos de utilização de fontes de informação na pesquisa, isto é, como e quando utilizar a citação direta e a indireta.

Em seguida, divide-se o texto em partes:

- ☐ o primeiro parágrafo define em que consiste a documentação;
- ☐ os parágrafos 2-6 estabelecem normas sobre quando usar um ou outro procedimento;
- ☐ os parágrafos 7 e 8 falam do valor do fichamento e de seus inconvenientes.

Assim, após dizer que a documentação pode ser realizada segundo quatro modalidades: a transcrição, o resumo, a síntese, a referência, estabelece norma para a utilização da citação direta: só deve ser usada em caso de necessidade de provas. Ressalta que a documentação deveria ser feita, de preferência, por meio de sínteses, e não por meio de meros resumos indicativos ou simples referência. Finalmente, previne o estudioso dos inconvenientes que o procedimento do ficha-

mento pode acarretar. De grande utilidade (valor) para a pesquisa, pode transformar-se em procedimento estéril.

Como as idéias do texto se inter-relacionam? Elas estão ligadas de tal forma que constituem um texto, e não um aglomerado de informações; da definição de documentação, passando pela exposição das modalidades e usos formais, até a conclusão de que o fichamento é uma faca de dois fios (tanto pode constituir-se num valor, como, se mal-utilizado, em inconveniente e estéril), foi mantida a unidade temática.

Agora, pode-se escrever o resumo.

Outro modelo para a prática do resumo é o apresentado por Siqueira (1990, p. 63) e Serafini (1987, p. 188-189), esta última autora já foi vista na seção 2.2 do Capítulo 6.

Em primeiro lugar, diga-se: um resumo deriva da capacidade de leitura daquele que vai realizá-lo. A compreensão de um texto depende da competência do receptor. Essa competência envolve recursos culturais, experiência anterior, conhecimento prévio armazenado na memória. Além disso, o leitor pode contar com pistas lingüísticas distribuídas pelo texto. Não se dispensa a capacidade de raciocinar do leitor.

O resumo é um instrumento adequado tanto para a aprendizagem redacional, quanto para o aprimoramento da leitura. Um leitor que é capaz de resumir um texto com suas próprias palavras demonstra ter compreendido as idéias nele expostas. Para Siqueira (1990, p. 15), um leitor, se competente, deve, "diante de um texto, detectar quando ele está interrompido ou completo e conseguir, no caso de estar interrompido, completá-lo. Além disso, uma pessoa pode ser capaz de parafrasear um texto, resumi-lo, dar-lhe um título ou, a partir de um título, desenvolver um todo textual".

As regras mais comumente aplicadas para a prática do resumo são:

- ☐ *Apagamento de elementos redundantes e supérfluos ou não relevantes.* Inclui-se neste caso supressão de adjetivos e advérbios.
- ☐ *Generalização de idéias do texto.* O leitor deve ser capaz de, desprezando idéias particulares, registrar informações de ordem geral. Este conceito aproxima-se do de tematização.
- ☐ *Seleção das idéias principais.*
- ☐ *Combinação de dois ou três tópicos frasais de diferentes parágrafos quando repetem a mesma idéia.* Dispensável, já que pode ser feita pela invenção do novo texto.
- ☐ *Invenção ou construção.* Deve o leitor construir frases que incluam várias idéias expostas no texto, e fazê-lo de forma sintética.

Para Siqueira (1990, p. 63), os passos para resumir um texto são: (a) seleção das idéias principais; (b) cancelamento das idéias irrelevantes; (c) agrupamento das idéias que se relacionam entre si; (d) adaptação da linguagem devido aos agrupamentos realizados. Maria Teresa Serafini (1987, p. 188-189) ensina quatro regras para a redação de resumos: cancelamento, generalização, seleção e construção. Cancelamos palavras que se referem a pormenores que não são necessários à compreensão de outras partes do texto. Pelo processo de generalização substituímos "alguns elementos por outros mais gerais que os incluam". Pela seleção eliminamos os "elementos que exprimem detalhes óbvios". Durante a fase de construção, substituímos orações por outras novas.

Tomemos o seguinte texto como exemplo:

No painel reúnem-se várias pessoas para exporem suas idéias sobre determinado assunto ante um auditório. No painel, a conversação é basicamente informal, os membros não atuam como oradores, não expõem. [...]

Os membros do painel (painelistas) devem preparar o material necessário acerca do assunto a ser discutido, procurando orientar a discussão através de um raciocínio metódico e ao alcance do público.

Devem saber ouvir com atenção o que têm a dizer os outros participantes e interrompê-los quando oportuno, esperando o momento apropriado para isso.

Não se devem aferrar a um ponto de vista, só porque é o que defendem, e sim mudar de opinião sempre que os fatos ou a lógica provarem que estão errados.

Não devem os painelistas monopolizar a discussão, pois todos têm iguais oportunidades de falar. Convém, por isso, estabelecer que a duração máxima de cada intervenção será de dois ou três minutos. O coordenador deverá interferir sempre que um painalista ultrapassar os limites permitidos ou estender-se muito em digressões que não contribuam para o esclarecimento da discussão.

Falar apenas sobre o assunto proposto deve ser um dos lemas dos participantes do painel.

Outro objetivo que deve ser norma para os participantes é de que a atmosfera de discussão é informal e o diálogo deve processar-se em tom de conversa. Nada de discursos, de atitudes teatrais para a platéia ou de uso e abuso de expressões de efeito (MINICUCCI, 1992, p. 134-135).

Aplicando as regras para elaboração de resumo, tem-se:

1. Quanto ao apagamento

Cancelam-se palavras que podem ser dispensáveis:

Painel: reunião de pessoas para exporem suas idéias sobre um assunto, diante de um auditório. A conversação é informal. Os membros de um painel preparam o material, orientando a discussão pelo raciocínio metódico.

co. Devem ouvir os outros participantes e interrompê-los quando oportuno. Devem mudar de opinião se os fatos ou a lógica provarem que estão errados. Não devem monopolizar a discussão. Cada intervenção será de dois ou três minutos. O coordenador deve interferir no caso de um painelistas ultrapassar o tempo. Os painelistas devem falar sobre o assunto proposto. O diálogo deve processar-se em tom de conversa. Evitar discursos ou atitudes teatrais.

2. *Quanto à generalização*

Pela generalização, devem-se substituir enunciados específicos por gerais. Assim, se uma pessoa diz que reformou o banheiro, a cozinha, a sala, o telhado de sua casa, pode-se dizer que ela “reformou sua casa”. A expressão agora é generalizadora. No texto apresentado de Minicucci, as possibilidades de generalizações não são assim tão palpáveis, mas pode-se dizer, generalizando, que ele apresenta regras para a realização de um painel.

3. *Quanto à seleção de tópicos frasais e combinação deles*

No painel, várias pessoas expõem suas idéias para um auditório. A linguagem é informal e os membros que dele participam podem interromper seus colegas quando oportuno. Cada intervenção, regulada pelo coordenador, pode demorar de dois a três minutos. Os painelistas devem ater-se ao tema proposto.

Assim, o leitor pode verificar que o primeiro parágrafo apresenta duas idéias importantes: o painel é uma técnica de apresentação de comunicação da qual participam várias pessoas; o tom da apresentação é informal. O segundo parágrafo cuida da adaptação da exposição à audiência. O terceiro e o quarto parágrafos podem ser fundidos: o painelistas apresenta suas idéias e ouve observações dos colegas. O quinto parágrafo é uma explicitação dos dois anteriores e pode ser eliminado. O sexto parágrafo ocupa-se do impedimento de digressões e o último afirma, repetindo idéias do primeiro parágrafo, que o tom da apresentação é o informal.

4. *Quanto à invenção ou construção*

Aqui, recria-se o texto de Minicucci:

O painel, técnica de trabalho em grupo, consiste em variados participantes, diante de um auditório, apresentarem para discussão assuntos previamente estabelecidos. Entre as regras do painel, destacam-se: adaptar a exposição à audiência, ouvir os colegas e interrompê-los apenas quando oportuno, ser flexível na defesa dos próprios pontos de vista, permitir que os colegas exponham suas idéias, evitar digressões e atitudes teatrais, já que o tom do diálogo é informal. Ao coordenador caberá estabelecer tempo de duração das intervenções e manter a ordem.

Exercícios

1. *Segmentar o seguinte texto de Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Luiz Carlos Travaglia (1989, p. 11-14):*

Antes de mais nada, é preciso observar que nenhum dos conceitos encontrados na literatura é capaz de conter em si todos os aspectos que consideramos como definidores da coerência. Vamos, por isso, elencar, de forma sumária, os traços que têm sido mais comumente apontados.

A coerência teria a ver com a “boa formação” do texto, mas num sentido que não tem nada a ver com qualquer idéia assemelhada à noção de gramaticalidade usada no nível de frase, sendo mais ligada, talvez, a uma boa formação em termos de interlocução comunicativa. Portanto, a coerência é algo que se estabelece na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários. Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto. Assim, ela pode ser vista também como ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular o seu sentido. A coerência seria a possibilidade de estabelecer, no texto, alguma forma de unidade ou relação. Essa unidade é sempre apresentada como uma unidade de sentido no texto, o que caracteriza a coerência como global, isto é, referente ao texto como um todo.

A coerência é vista também como uma continuidade de sentidos perceptível no texto, resultando numa conexão conceitual cognitiva entre elementos do texto. Essa conexão não é apenas de tipo lógico e depende de fatores socioculturais diversos, devendo ser vista não só como o resultado de processos cognitivos, operantes entre os usuários, mas também de fatores interpessoais como as formas de influência do falante na situação de fala, as intenções comunicativas dos interlocutores, enfim, tudo o que se possa ligar a uma dimensão pragmática da coerência. Os processos cognitivos caracterizam a coerência à medida que possibilitam criar um mundo textual em face do conhecimento de mundo registrado na memória, o que levaria à compreensão do texto.

Como se percebe, a coerência é, ao mesmo tempo, *semântica* e *pragmática*; mas, para alguns, embora esses caracteres predominem, a coerência tem também uma dimensão sintática (gramatical, lingüística) que discutiremos mais adiante. Contudo, não se deve deduzir daí que a coerência tenha a ver com a superfície lingüística do texto: todos os estudos procuram demonstrar que a coerência é profunda, subjacente à superfície textual, não linear, não marcada explicitamente na estrutura de superfície. Além disso, é global e hierarquizadora dos elementos do texto (os sentidos desses elementos se

subordinam ao sentido global unitário, os atos de fala que realizam se subordinam ao macroato de fala que o texto como um todo representa).

Por tudo isso é que se pode dizer que a coerência é, basicamente, um princípio de interpretabilidade e compreensão do texto caracterizado por tudo de que o processo aí implicado possa depender. Como veremos, a coerência tem a ver também com a produção do texto à medida que quem o faz quer que seja entendido por seu interlocutor, conforme se supõe pelo princípio de cooperação.

O estudo da coerência poderia ser visto como uma teoria do sentido do texto (seja ele uma frase ou um livro todo, não importa a dimensão), dentro de um ponto de vista de que o usuário da língua tem competência textual e/ou comunicativa e que a língua só funciona na comunicação, na interlocução, com todos os seus componentes (sintáticos, semânticos, pragmáticos, socioculturais etc.). Estamos entendendo sentido como a atualização seletiva no texto de significados virtuais das expressões lingüísticas.

Paralelamente ao conceito de coerência, formando com ele uma espécie de par opositivo/distintivo, encontramos nos estudos textuais o conceito de coesão. Ao contrário da coerência, a coesão é explicitamente revelada através de marcas lingüísticas, índices formais na estrutura da sequência lingüística e superficial do texto, sendo, portanto, de caráter linear, já que se manifesta na organização seqüencial do texto. É nitidamente sintática e gramatical, mas é também semântica, pois, como afirma Halliday e Hasan (1976), a coesão é a relação semântica entre um elemento do texto e um outro elemento que é crucial para sua interpretação. A coesão é, então, a ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam para assegurar um desenvolvimento proposicional.

Muitos autores não distinguem entre coesão e coerência, utilizando um termo ou o outro para os dois fenômenos. Alguns fazem a distinção usando expressões como "coerência microestrutural" ou "coerência local", quando querem se referir ao que foi definido no parágrafo anterior como "coesão" e expressões como "coerência macroestrutural" ou "coerência global", quando desejam se referir ao que foi definido nos parágrafos iniciais deste item como "coerência". É o caso de Charolles (1987a) e de Van Dijk e Kinisch (1983), por exemplo. Já Charolles (1987a) subdivide a coesão em "coesão" e "conexão". Essas observações objetivam alertar o leitor para flutuações terminológicas ou de outro tipo que exigem que se preste atenção sobretudo às conceituações dadas e não apenas aos nomes utilizados.

2. *De que trata o texto de Koch e Travaglia?*
3. *Qual é a informação nova do texto?*

4. *Quais são as justificativas do texto?*
5. *Qual a conclusão dos autores?*
6. *Qual a referência do texto?*
7. *Qual a tematização do texto?*
8. *Redigir o resumo do texto apresentado, seguindo o modelo de resumo de Maria Teresa Serafini.*
9. *Redigir um resumo indicativo de um livro de seu interesse.*
10. *Redigir um resumo informativo de um livro de seu interesse.*
11. *Resumir o seguinte texto:*

Alfonso Quejana, sujeito de aproximadamente 50 anos, era um fidalgo espanhol de família tradicional; sem ser rico, vivia parcimoniosamente da renda de sua terra, situada em algum lugar da Mancha. Contava com a companhia de uma criada e da sobrinha, e a amizade do cura e do barbeiro. Não cultivava os prazeres de sua classe social: em vez de participar de caçadas ou festas, preferia ler livros de cavalaria: o gosto por eles era tanto, que chegava a vender partes de sua propriedade, para comprar volumes e mais volumes desse gênero de obra. A leitura o envolvia de tal modo, que passava noites em claro; e, como lembra o seu biógrafo, “do pouco dormir e do muito ler, secou-se-lhe o cérebro, de maneira que veio a perder o juízo”. Ato contínuo, resolveu ajustar sua vida ao mundo dos livros e, assim procedendo, proclamou-se, ele mesmo, cavaleiro andante, sob o nome de Dom Quixote, o mais tarde designado Cavaleiro da Triste Figura.

Miguel de Cervantes, autor de *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, criou sua imortal personagem em obra publicada em 1605. A tipografia era então uma invenção já centenária, pois a prensa mecânica, inovação atribuída a Gutenberg, aparecera em torno de 1450, na Alemanha, e espalhara-se com razoável rapidez ao longo do século XV. No entanto, livros impressos começaram a ser publicados em quantidade somente no século XVI, mas, daí em diante, o processo não se interrompeu. *Dom Quixote*, ele mesmo, foi um grande sucesso editorial, gerando imitações, como a de Alonso Fernández de Avellaneda, de 1614, que se adonou da personagem e propôs uma continuação, razão por que Cervantes tratou de elaborar, em 1615, o segundo volume de seu livro, garantindo a propriedade de sua invenção. No mesmo período, edições do romance original se sucederam, tanto legais, quanto piratas, registrando-se lançamentos da obra em lugares diferentes e distanciados, como Bélgica e Portugal, sempre com êxito. Cervantes, da sua parte, buscou proclamar o prestígio de seu trabalho no interior das falas das

personagens, que comentam terem sido vendidos 12 mil exemplares do livro, cifra respeitável na época e, para muitos casos, ainda nos nossos dias.

A consolidação do livro, na forma física em que ele ainda se apresenta, data de período anterior ao de Cervantes: o códex, de aparência similar, substituiu os volumes em rolo ainda na Antigüidade, facilitando a manipulação e o consumo. Mesmo nesse formato, contudo, o acesso ao material que circulava por escrito restringia-se a religiosos, ao longo da Idade Média, e a estudantes, no final desse período, quando se estabelecem as primeiras universidades na Europa. Com a expansão da prensa mecânica nascem as primeiras tipografias, amplia-se o comércio livreiro e aumenta o público leitor, não mais restrito a letrados e sacerdotes.

Não espanta, portanto, que, nos primeiros anos do século XVII, um novelista pudesse apresentar uma figura fictícia viciada em leitura, a ponto de preferir livros a qualquer outra atividade, mesmo as lucrativas, como a administração da fazenda, ou lúdicas, como a caça. O que surpreende é a declaração do narrador, estampada nos primeiros parágrafos da obra: o leitor, entregue à fantasia contida nos livros de leitura, perde o juízo, a ponto de abrir mão de sua identidade e criar, para ele mesmo, uma nova personalidade, construída a partir das personagens a que fora apresentado por meio das páginas impressas.

À leitura intensiva se atribui grave delito: ela transtorna e transforma seu leitor. Ao referir o crime atribuído à leitura, Cervantes não está sendo original: com efeito, ele parece reproduzir, de modo irônico e paródico, o que já passava na sociedade européia do século XVI. Período caracterizado pelos conflitos religiosos – de um lado, a Reforma, proclamada por luteranos, calvinistas e anglicanos, de outro, a Contra-Reforma, resposta católica aos descontentes do Norte da Europa –, foi marcado pela radicalização ideológica e violência. Adversários, contudo, seus adeptos adotaram uma prática similar, não importando que teses teológicas professassem: grupos contrários ou favoráveis à Igreja condenavam a leitura. Martinho Lutero valoriza a leitura individual da Bíblia, mas denuncia os perigos advindos de sua edição em língua vernácula; a Igreja reage aos perigos da heresia religiosa com a reativação do Tribunal do Santo Ofício e a publicação, em 1564, do *Index Librorum Prohibitorum*, rol de textos interditados e apartados dos fiéis, se não queimados em praça pública.

Cervantes reproduz a cena persecutória logo nos capítulos iniciais da novela: aproveitando que Dom Quixote dorme, seus dois amigos letrados, o cura e o barbeiro, invadem a biblioteca do fidalgo e eliminam as obras desaconselháveis. Ao entrarem, os dois homens estão acompanhados pela ama, que, contudo, recua, voltando logo em seguida acompanhada de água benta e hissope, com o fito de pedir ao padre que exorcize o local. A criada teme que os livros carreguem consigo algum feitiço que possa contaminá-los, assim como já haviam embruxado Dom Quixote (ZILBERMAN, 2001, p. 19-22).

Resenha

Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro (ORLANDI, 1993, p. 116).

Compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação (ORLANDI, 1993, p. 117).

1 Que é resenha?

Para Andrade (1995, p. 60), resenha é um tipo de trabalho que “exige conhecimento do assunto, para estabelecer comparação com outras obras da mesma área e maturidade intelectual para fazer avaliação e emitir juízo de valor”.

A mesma autora (1995, p. 61) define resenha como “tipo de resumo crítico, contudo mais abrangente: permite comentários e opiniões, inclui julgamentos de valor, comparações com outras obras da mesma área e avaliação da relevância da obra com relação às outras do mesmo gênero”.

Por isso, afirma ser a resenha tarefa de professores e especialistas no assunto da obra e que ela costuma ser pedida em cursos de pós-graduação, como exercício para a realização de trabalhos complexos (monografias).

Resenha é, portanto, um relato minucioso das propriedades de um objeto, ou de suas partes constitutivas; é um tipo de redação técnica que inclui várias modalidades de textos: descrição, narração e dissertação. Estruturalmente, descreve as propriedades da obra (descrição física da obra), relata as credenciais do autor, resume a obra, apresenta suas conclusões e metodologia empregada,

bem como expõe um quadro de referências em que o autor se apoiou (narração) e, finalmente, apresenta uma avaliação da obra e diz a quem a obra se destina (dissertação).

Além dos objetivos gerais da resenha (instrumento de pesquisa bibliográfica, atualização bibliográfica, decisão de consultar ou não o texto original), acrescentam-se os de desenvolvimento da capacidade de síntese, interpretação e crítica. Ela contribui para desenvolver a mentalidade científica e levar o iniciante à pesquisa e à elaboração de trabalhos monográficos.

A resenha crítica inclui-se entre os textos que têm por objetivo conduzir o leitor para informações puras, afirma Vanoye (1985, p. 74-75). Nesses textos, não se percebe nem a presença do emissor nem a do receptor. Daí a linguagem em terceira pessoa, implicando com isso certa neutralidade, que é, no entanto, limitada, uma vez que na seleção e organização do texto já ocorre intenção de quem escreve.

Analisando as mensagens referenciais, Vanoye (1985, p. 74) divide-as em dois tipos: a resenha e o informe:

- *Resenha*: configura-se como texto que se propõe prestar informações sobre elementos complexos. A resenha pode referir-se a elementos reais (reuniões) ou a referentes textuais (livros, peças teatrais, filmes). Há aqui resumo crítico.
- *Informe*: é assim definido o texto cujo objetivo é indicar ao leitor referentes reais, concretos. Envolve fatos, circunstâncias, cifras. São exemplos: comunicados, informes administrativos, boletins de ocorrência. Há aqui descrição.

A resenha crítica é também denominada *recensão crítica*. Ela combina resumo e julgamento de valor, ensinam Rebeca Peixoto da Silva e outros (s.d., p. 171). A Associação Brasileira de Normas Técnicas, por meio da NBR 6028:2003, denominou a resenha de resumo crítico. Seu objetivo é oferecer informações para que o leitor possa decidir quanto à consulta ou não do original. Daí a resenha dever resumir as idéias da obra, avaliar as informações nela contidas e a forma como foram expostas e justificar a avaliação realizada.

Antonio Joaquim Severino (1986, p. 121) examina as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos. O estudo dos princípios aí expostos favorece a prática da resenha. Para o autor citado, a leitura analítica é um método de estudo. Pode-se acrescentar que é a base da resenha, que, por sua vez, se revela instrumento de pesquisa.

Não obstante o rigor com que expõe a matéria, Antonio Joaquim Severino comete alguns deslizes quando defende determinados pontos de vista. Segundo o autor, os estudantes são habituados à análise de textos literários, mas apresentam dificuldades quando se trata de leitura de textos filosóficos e científicos. Afirma (1986, p. 121):

Em verdade, os textos de ciência e de filosofia apresentam obstáculos específicos, mas nem por isso insuperáveis. É claro que não se pode contar com os mesmos recursos disponíveis no estudo de textos literários, cuja leitura revela uma sequência de raciocínios e o enredo é apresentado dentro de quadros referenciais fornecidos pela imaginação, compreende-se o desenvolvimento da ação descrita e percebe-se logo o encadeamento da história. Por isso, a leitura está sempre situada, tornando-se possível entender, sem maiores problemas, a mensagem transmitida pelo autor.

A análise literária não se reduz à percepção imediata ("logo") do encadeamento da história, nem a mensagem do autor é entendida "sem maiores problemas". A crítica literária tem buscado um instrumental adequado para a análise de textos para fugir das interpretações impressionistas, das exposições subjetivistas. Northrop Frye, em *Anatomia da crítica*, faz extensa análise dos instrumentos de que um crítico literário pode valer-se no estudo e interpretação de uma obra literária.

Literatura e Filosofia merecem sempre o mesmo rigor de raciocínio, se se trata de analisar seus textos. Na análise do texto literário, o crítico não trabalha com a imaginação. Sua experiência poderá ser útil à medida que ela lhe proporciona maior competência comparativa, mas o texto sob análise é que será objeto de seu estudo. Tudo para ele convergir, e jamais poderá ser utilizado como pretexto para elucubrações de todo gênero.

Para criar condições de abordagem e inteligibilidade de qualquer texto, alguns recursos são sugeridos a seguir. Antes, porém, são precondições: compreender o processo de comunicação: emissor, receptor, código, mensagem, referente, repertório, e notar também que em um texto ocorrem interferências culturais e pessoais, o que põe em risco a objetividade da análise. Agora passemos às condições:

1. Delimitação da unidade de leitura.
2. Análise textual.
3. Análise temática.
4. Análise interpretativa.
5. Problematização.
6. Síntese pessoal.

O primeiro passo é, portanto, delimitar a extensão da leitura, que é realizada considerando-se sua natureza e familiaridade do leitor com o assunto tratado. A leitura de um texto é feita por etapas. Terminada uma etapa, passa-se a outra. Evitem-se intervalos longos entre uma leitura e outra, visto que prejudicam a compreensão do texto.

A análise textual compreende:

- ☐ estudo do vocabulário;
- ☐ verificação das doutrinas expostas;

- ☐ sondagem de fatos apresentados;
- ☐ autoridade dos autores citados;
- ☐ esquema das idéias expostas no texto.

Nessa fase da leitura, busca-se responder às questões: quem é o autor do texto? Que métodos utilizou? Estudam-se o vocabulário e os conceitos utilizados, bem como assinalam-se as dúvidas. Sem a compreensão dos conceitos, a leitura fica prejudicada. Examinem-se também as referências históricas, a referência a outras doutrinas e a outros autores. Às vezes, tais fatos aparecem no texto como pressupostos, e então cabe ao leitor analisá-los, buscando esclarecimentos em dicionários, enciclopédias, manuais, livros didáticos.

A análise textual, segundo Antonio Joaquim Severino (1985, p. 127), “pode ser encerrada com a esquematização do texto” (ver “anotações esquemáticas”, no Capítulo 1 deste livro). E ainda acrescenta que o melhor procedimento para sua realização é dividir o texto em introdução, desenvolvimento e conclusão.

A análise temática apreende o conteúdo da mensagem sem intervir nele. Responde a várias perguntas:

1. De que trata o texto? E assim obtém-se o assunto (a referência) do texto.
2. Sob que perspectiva o autor tratou do assunto (tema)? Quais os limites do texto?
3. Qual problema foi focalizado? Como foi o assunto problematizado?
4. Como o autor soluciona o problema? Que posição assume? E, assim, toma-se posse da tese do autor.
5. Como o autor demonstra seu raciocínio? Quais são seus argumentos?
6. Há outros assuntos paralelos à idéia central?

A análise interpretativa objetiva apresentar uma posição própria a respeito das idéias do texto. Força-se aqui o autor a dialogar com o leitor. Às vezes, cotejam-se as idéias do texto original com as de outro.

Deve-se situar o autor dentro de sua obra e no contexto da cultura de sua área. Destacam-se as contribuições originais.

O passo seguinte é a crítica, avaliação ditada pela natureza do texto. Responde-se às perguntas:

1. Qual sua coerência interna?
2. Qual a originalidade do texto?
3. Qual o alcance do texto?
4. Qual a validade das idéias?

5. Qual a relevância das idéias?
6. Que contribuições apresenta?
7. O autor atingiu os objetivos propostos?
8. O texto supera a pura retomada de textos de outros autores?
9. Há profundidade na exposição das idéias?
10. A tese foi demonstrada com eficácia?
11. A conclusão está apoiada em fatos?

Faz-se então a crítica às posições defendidas no texto.

A problematização é a penúltima etapa da análise de textos. Que questões o texto levanta?

Feita a reflexão sobre o texto, possibilitada pelas fases anteriores de leitura, passa-se à síntese, que é a fase de elaboração de um texto pessoal, que reflita sinteticamente as idéias do texto original.

2 Resenha descritiva e crítica

2.1 Resenha descritiva

Para Fiorin e Platão (1990, p. 426), “resenhar significa fazer uma relação das propriedades de um objeto, enumerar cuidadosamente seus aspectos relevantes, descrever as circunstâncias que o envolvem”.

Dessa forma, os autores citados consideram a resenha um texto descritivo. Essa característica pode prevalecer em uma resenha, visto que o objetivo do redator é transmitir ao leitor um conjunto de propriedades do objeto resenhado. Todavia, paralelamente à descrição, a resenha também pode ter *parágrafos narrativos*, em que sobressaem aspectos relativos ao espaço e ao tempo que denotam a transformação ou a alteração dos acontecimentos ou da abordagem de um texto. Finalmente, a resenha ainda pode ter *parágrafos dissertativos* sobre o valor da obra, argumentos que comprovem a qualidade do texto ou a ausência dela.

Como pode prevalecer a descrição sobre as outras modalidades discursivas, Platão e Fiorin salientam que o procedimento do resenhista é seletivo, uma vez que não pode abarcar a totalidade das propriedades de um objeto (texto, acontecimento). O que apresentar numa resenha depende da finalidade que se tem em vista, ou mesmo dos tipos de leitor que se pretende atingir. Podem os autores que sejam consideradas duas resenhas sobre um mesmo objeto, o treinamento dos atletas para uma copa mundial de futebol. Uma resenha seria destinada a uma coluna esportiva de um jornal e a outra, ao departamento médico que integra a comissão de treinamento. Enquanto o jornalista salientaria as qualidades de um

atleta, as jogadas, os gols; a resenha para o departamento médico se ocuparia de outros fatos e simplesmente desprezaria os pormenores jornalísticos citados.

Entre os objetos que podem motivar uma resenha, salientam os autores citados: um jogo de futebol, uma comemoração solene, um romance, uma peça de teatro, um filme.

Na resenha de livros, evidentemente, há aspectos que normalmente não interessam ao leitor de jornais, como, por exemplo, o custo de produção e os direitos autorais.

A resenha que, além de aspectos descritivos, apresenta julgamento ou apreciação da obra, notas e correlações estabelecidas pelo juízo crítico de quem a elaborou é chamada por Platão e Fiorin de *resenha crítica*.

A estrutura da resenha descritiva de um texto seria:

- ☐ nome do autor (ou dos autores);
- ☐ título e subtítulo da obra (livro, artigo de um periódico);
- ☐ se tradução, nome do tradutor;
- ☐ nome da editora;
- ☐ lugar e data da publicação da obra;
- ☐ número de páginas e volumes;
- ☐ descrição sumária de partes, capítulos, índices;
- ☐ resumo da obra, salientando objeto, objetivo, gênero (poesia, prosa, dramaturgia, ensaio literário, político);
- ☐ tom do texto;
- ☐ métodos utilizados (como o autor construiu sua obra);
- ☐ ponto de vista que defende.

Esses são os elementos que compõem uma resenha descritiva. É de salientar que, normalmente, as resenhas publicadas em periódicos não apresentam apenas a característica descritiva; elas manifestam apreciações e julgamentos sobre as idéias e pontos de vista defendidos pelo autor. Exemplos de resenha descritiva:

1º Exemplo

Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos (218 páginas), de Eni Puccinelli Orlandi, publicado (2001) pela Editora Pontes de Campinas, é uma obra composta de 13 capítulos. Entre eles, ressaltam-se: Análise de discurso e interpretação; A escrita da análise de discurso; Os efeitos de leitura na relação discurso/texto; O estatuto do texto na história da reflexão sobre a linguagem; Do sujeito na história e no simbólico; Ponto final: interdiscurso,

incompletude, textualização; Boatos e silêncios: os trajetos dos sentidos, os percursos do dizer; Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana; A textualização política do discurso sobre a terra.

A obra da Profa. Eni Puccinelli tem como objeto o discurso e seu funcionamento, área da qual jamais se afastou, como se pode verificar pelas dezenas de textos que publicou. Procura, na obra atual, dar resposta às questões "o que é texto?", "como se textualiza um discurso político, um discurso jurídico, um discurso científico?", "como os boatos funcionam no espaço social e político?" Ocupa-se a autora das diferentes maneiras pelas quais os sentidos são constituídos, são formulados e circulam. Essas maneiras de constituição dos sentidos são decisivas para a relação do homem com a sociedade, a natureza e a história. O texto é o momento fundamental da significação em que o sujeito, ao dizer de um modo e não de outro, define a maneira como o sentido faz sentido não apenas para ele mesmo, como também para os outros, para a sociedade em que vive.

A autora adota a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, como o leitor pode verificar pela bibliografia utilizada, pelos posicionamentos e pelos conceitos de que se vale para explicar o discurso. A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. E é essa mediação, que é o discurso, que torna possível a permanência e a continuidade, o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. Entre outros, o leitor vai deparar com autores citados como Courtine, Ducrot, Maingueneau, Pêcheux. Considera a autora, antes de tudo, a Análise de Discurso uma disciplina da interpretação. Trabalha não só a textualização do político, mas também a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso. Interessa-se pela determinação histórica dos processos de significação, pelos processos de subjetivação, pelos processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição de sentidos, assim como por sua formulação e circulação.

Outras informações o leitor poderá obter ao tomar a obra em suas mãos.

O resenhista pode iniciar seu texto de variadas formas:

- ☐ informar o leitor quem é o autor da obra; nesse caso, pode colher essas informações nas orelhas ou na quarta-capa do livro; às vezes, essas informações podem ser obtidas de uma apresentação feita ao livro por terceiros; catálogos da editora. Para discorrer sobre um autor, a estrutura é a seguinte: o que faz, onde atua, titulação acadêmica, obras publicadas;
- ☐ apresentar brevemente o conceito do objeto do livro, esclarecendo o leitor sobre a área que o assunto cobre, sua importância, em que pé se encontra o desenvolvimento científico ou das pesquisas na área;

- ❑ contar uma passagem da vida do autor, como o conheceu, uma palestra em que o resenhista esteve presente;
- ❑ discorrer sobre a expectativa da publicação, número de meses ou anos em que o autor não publicava; última publicação, relevância de suas idéias para o meio;
- ❑ relacionar idéias atuais com antigas já publicadas em outros livros; reformulações que ocorreram, transformações, progressos.

Como o leitor pode perceber, o resenhista precisa ter conhecimentos na área: saber onde pisa, quem são os autores que publicam sobre o assunto, estágio atual da pesquisa. Não se pede a uma pessoa que não conheça crítica literária, por exemplo, para resenhar um ensaio literário sobre Machado de Assis. Não obstante isso, o aluno de qualquer curso deve iniciar-se na prática da resenha para, paulatinamente, adquirir habilidade para vir a escrever resenhas sobre a área de sua especialidade. Deve dominar a estrutura da resenha; *saber que resenha não é resumo da obra*, nem transcrição de trechos. Deve ter habilidade para argumentar e esquecer tanto os elogios sem fundamento, como a crítica descabida. Deve ter bom-senso para ficar equidistante dos posicionamentos rígidos, das mesquinhasarias que aviltam o trabalho alheio. Um exemplo: com frequência, podem ser encontradas nos jornais e revistas resenhas que comentam sobre deslizes de traduções. Muitas vezes, são minúcias tão insignificantes ou um número tão pequeno de problemas que se nota ausência de equilíbrio na crítica. Tanto o elogio quanto a crítica devem ficar restritos à obra e jamais atingir o autor.

2º Exemplo:

Ingedore G. Villaça Koch oferece a seu público leitor mais uma obra que trata de texto e linguagem: *Desvendando os segredos do texto*, de 168 páginas, publicado em 2002 pela Editora Cortez, de São Paulo. A obra é composta de duas partes e 11 capítulos, assim distribuídos: Concepções de língua, sujeito, texto e sentido; Texto e contexto; Aspectos sociocognitivos do processamento textual; Os segredos do discurso; Texto e hipertexto; A referenciação; A progressão referencial; A anáfora indireta; A concordância associativa; A progressão textual; Os articuladores textuais. Finalmente, em epílogo, apresenta “Linguística textual: quo vadis?”

Em *Desvendando os segredos do texto*, a Profa. Ingedore baseia-se em pesquisas recentes que desenvolve no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

O objeto da obra da Profa. Ingedore é a reflexão sobre a construção textual dos sentidos. Ela que sempre se ocupou da Linguística Textual, examina, neste livro, as atividades de referenciação, as estratégias de progressão tex-

tual, os processos inferenciais envolvidos no processamento dos diferentes tipos de anáfora, os recursos de progressão e manutenção temática, de progressão e continuidade tópica e o funcionamento dos articuladores textuais. Assim, ocupa-se da articulação entre os dois grandes movimentos cognitivo-discursivos de retroação e avanço contínuos que orientam a construção da trama textual.

O resenhista pode perceber que nem sempre se ocupará de todos os elementos estruturais de uma resenha. Há livros em que comentar a metodologia utilizada é relevante; há outros em que é preciso discorrer sobre o autor, o progresso, a reformulação de suas idéias, as transformações; outros em que um comentário sobre a qualidade ou deslizes da tradução é que é importante. O que é fundamental numa resenha descritiva de um livro é indicar o autor, o título da obra, a editora, o ano da publicação, os capítulos que compõem o livro (informar o título de cada capítulo) e um resumo do texto que informe o objeto da obra e o objetivo. E como foi afirmado: como se trata de um texto descritivo, o resenhista precisa fazer uma seleção das propriedades do objeto de sua resenha. Jamais poderá abarcar a totalidade delas.

A resenha crítica contém, além dos elementos constantes da resenha descritiva, comentários sobre as idéias do autor e julgamentos do resenhista sobre as qualidades da obra.

Para ampliar a habilidade prática de um resenhista iniciante, recomenda-se a leitura de resenhas que podem ser encontradas em jornais, como *Folha de S. Paulo* (aos sábados, no caderno Ilustrada), *Jornal de Resenhas*, publicado uma vez por mês pela *Folha de S. Paulo* (em geral, na primeira quinzena do mês), *Jornal da Tarde*, revista *Cult*; *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (publicada esta última pela Editora 34, traz ao final um conjunto de resenhas – veja, por exemplo, o n° 1, 2000).¹ Ao final do livro *Machado de Assis: antologia e estudos*, publicado pela Ática (1982), organizado por Alfredo Bosi, José Carlos Garbuglio, Mario Curvello, Vantim Facioli, há um conjunto de resenhas de obras de ensaístas de Machado de Assis. O resenhista iniciante também deve exercitar-se na leitura e prática de outros tipos de resenhas, como exposição de obras de arte, CD, peça teatral, espetáculos de dança. Todos esses tipos de resenhas são encontrados com frequência em jornais e revistas, alguns com menos qualidade que outros, mas muitos com excelente desempenho e escritos por renomados professores de várias universidades.

¹ Há outras fontes a serem consultadas, principalmente revistas científicas ou endereçadas a áreas específicas, ou revistas de universidades.

2.2 Resenha crítica ou científica

Na resenha crítica, como já foi exposto, além dos elementos descritivos e narrativos, há os dissertativos, a defesa de um ponto de vista, a apresentação de argumentos, provas. Tome-se, por exemplo, a resenha de um CD de Cássia Eller, publicada na *Veja*, de 4 de dezembro de 2002. As apreciações ou juízos avaliativos são os seguintes:

Quando morreu, em dezembro de 2001, Cássia Eller estava empenhada em realizar uma metamorfose artística. Cansada do rótulo de roqueira barulhenta, ela queria consolidar a imagem de excelente intérprete, o que de fato era.

Já a primeira afirmação que abre a resenha revela um resenhista (Sérgio Martins) conhecedor da cantora e de sua obra. Na segunda, o leitor toma conhecimento de que a cantora não gostava do rótulo de "roqueira barulhenta" e de que "ela queria consolidar a imagem de excelente intérprete, o que de fato era". Esta última frase revela uma avaliação do resenhista, um juízo de valor. Para consolidar a imagem de excelente intérprete, lançaria em 2002 um disco com canções inéditas de Chico Buarque, Djavan, Lenine. E faz em seguida nova avaliação:

O CD póstumo 10 de Dezembro (o título é a data de aniversário da cantora), que chega às lojas na semana que vem, é fiel ao desejo de Cássia.

Nova avaliação aparece quando afirma que o CD traz 11 faixas registradas pela artista em diferentes fases, durante *shows* ou gravações informais:

Transformar essas gravações precárias em material audível não foi tarefa das mais fáceis. A versão de *All Star*, em que uma orquestra acompanha Cássia, é desde logo candidata a *hit*."

E mais à frente: "Conseguiram bons resultados em várias faixas."

O conhecimento do resenhista da obra e da cantora aparece em outra parte do texto:

Podem-se destacar ainda *Get Back* e *Julia*, duas *covers* dos Beatles – um grupo adorado por Cássia, que tinha um caderno apenas para anotar as letras de suas músicas.

Esses pormenores da vida de um autor, cantor, pintor, dançarino, diretor de um filme dão credibilidade ao resenhista; mostram que se trata de alguém que dispõe de conhecimentos para discorrer sobre a obra de um artista ou autor. Em outra passagem da resenha, afirma que o filho de Cássia Eller e Maria Eugênia Martins, companheira de Cássia durante 14 anos, "não tiveram coragem de ouvir as músicas do novo disco". E avalia: "De certa forma, continuam em luto. Para

suportar a perda de Cássia e reestruturar-se como família, estão freqüentando uma terapeuta."²

Tome-se agora a resenha de Marília Pacheco Florillo, publicada na *Veja*, de 6 de novembro de 2002. Ela aborda *Homem duplicado*, obra de José Saramago. Afirma, avaliando:

Saramago conta que imaginou o livro a partir do título. Naturalíssimo, pois o título por si só é quase um gênero literário, aquele que trata do duplo do "doppelgänger", do gêmeo maléfico.

Em seguida, faz referência a outro duplo da literatura, criado por Robert Louis Stevenson: Dr. Jekyll que se transformava em Mr. Hyde. E afirma: "Em geral fábulas morais, histórias de duplos costumam pôr em ação o bem contra o mal. Mas não é o que acontece em Saramago."

Toda a resenha é permeada de afirmações avaliativas, como em:

Já o autor português, com seu estilo digressivo, de cadência melancólica e regular como a de um fado, afasta o clima de pesadelo. Nada daquela estranheza, penumbra e sussurros que nos trazem Hyde – ou o William Wilson de Edgar Allan Poe, ou o Frankenstein de Mary Shelley. Talvez porque estes, apesar de funestos, possuam um certo humor. Tertuliano e Claro são sisudos demais para ser sinistros. São, provavelmente, o primeiro caso de duplo fantasmagórico em que tudo se passa de maneira um bocado natural.

Na resenha crítica, o leitor espera um posicionamento do resenhista; ela não pode ser fria e distante, temerosa de comprometimento, sob pena de tornar-se um texto indigesto, desinteressante. Todavia, os juízos avaliativos precisam apoiar-se em fatos, em provas, em argumentos consistentes. Afirmações genéricas pouco acrescentam, ou revelam desinteresse em aprofundamento da análise. Os juízos avaliativos também devem ser claros, para que o leitor possa concluir sobre a validade da aquisição ou leitura da obra. Deve ficar claro para o leitor se o resenhista adota como positivo ou negativo os posicionamentos, os conceitos, as idéias da obra resenhada.

A leitura e a redação de resenhas constituem exercícios que melhoram a qualidade da leitura e da redação.

Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, em *Fundamentos de metodologia científica* (1995b, p. 245), apresentam modelo para a prática de resenhas científicas.

² Resenhas produzidas por jornalistas contam com o apoio em textos informativos (press releases) que editores, gravadoras, produtores de espetáculos enviam aos jornais. São textos semiprontos que chegam às mãos do jornalista e que, em geral, apresentam informações que podem ter sido elaboradas pelos próprios autores ou tradutores. Daí os pormenores que deixam o leitor curioso sobre como o resenhista teria chegado a tais informações.

1. *Referência bibliográfica:*

- Autor.
- Título da obra.
- Elementos de impressão (local da edição, editora, data).
- Número de páginas.
- Formato.

Exemplo:

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980. 522 p. 14 × 21 cm.

2. *Credenciais do autor:*

- Informações sobre o autor, nacionalidade, formação universitária, títulos, livro ou artigo publicado.

3. *Resumo da obra (digesto):*

- Resumo das idéias principais da obra. De que trata o texto? Qual sua característica principal? Exige algum conhecimento prévio para entendê-la? Descrição do conteúdo dos capítulos ou partes da obra.

4. *Conclusões da autoria:*

- Quais as conclusões a que o autor chegou?

5. *Metodologia da autoria:*

- Que métodos utilizou? Dedutivo? Indutivo? Histórico? Comparativo? Estatístico?
- Que técnicas utilizou? Entrevista? Questionários?

6. *Quadro de referência do autor:*

- Que teoria serve de apoio ao estudo apresentado? Qual o modelo teórico utilizado?

7. *Crítica do resenhista (apreciação):*

- Julgamento da obra. Qual a contribuição da obra? As idéias são originais? Como é o estilo do autor: conciso, objetivo, simples? Idealista? Realista?

8. *Indicações do resenhista:*

- A quem é dirigida a obra? A obra é endereçada a que disciplina? Pode ser adotada em algum curso? Qual?

A resenha não é, pois, um resumo. Este é apenas um elemento da estrutura da resenha. Além disso, acrescente-se: se, por um lado, o resumo não admite o juízo valorativo, o comentário, a crítica; a resenha, por outro, exige tais elementos.

Em alguns casos, não é possível dar resposta a todas as interrogações feitas; outras vezes, se publicada em jornais ou revistas não especializados, pode-se omitir um ou outro elemento da estrutura da resenha. Numa publicação científica, porém, observar com rigor os pontos salientados.

Acrescente-se: se bem redigida, a resenha é um valioso instrumento de pesquisa; se, no entanto, a crítica apresentada é impressionista (gosto/não gosto), a resenha deixa de ter interesse para o pesquisador.

Veja-se um exemplo:

Referências bibliográficas	ANDRADE, Mário de. <i>Querida Henriqueta</i> : cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. 214 p.
Informações sobre o autor	Já foram publicadas cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, a Oneyda Alvarenga (<i>Mário de Andrade: um pouco</i>), a Álvaro Lins, a Fernando Sabino (<i>Cartas a um jovem escritor</i>), a Carlos Drummond de Andrade (<i>A lição do amigo</i>), a Prudente de Moraes Neto, a Pedro Nava (<i>Correspondente contumaz</i>), a Rodrigo de Melo Franco, e Anita Malfatti. Em todas elas, é possível verificar a surpreendente revelação da personalidade de Mário de Andrade, seus conhecimentos, suas preocupações, sua dedicação à arte, o entusiasmo com que tratava os escritores iniciantes.
Gênero da obra	Em <i>Querida Henriqueta</i> , reunião de cartas de Mário à poetisa Henriqueta Lisboa, Mário é tão generoso quanto o fora em <i>A lição do amigo</i> , tão competente quanto o fora nas cartas a Manuel Bandeira. A exposição é sempre franca, os temas abordados variados e a profundidade e o valor humano notáveis. Para alguns, as cartas de Mário, em seu conjunto, estão no mesmo nível que suas criações literárias.
Resumo ou digresso	É possível ver nas cartas o interesse de Mário pela motivação dos iniciantes, analisando com dedicação e competência tudo o que lhe chegava às mãos. Há em seu comportamento o sentido quase de missão estética. As recomendações são as mais variadas: ora sugere alterações, ora a supressão, ora o cuidado com o ritmo, ora com as manifestações de conteúdo cultural. Não é o mestre que fala, mas o amigo. Não é o professor, mas o artista experiente, que sabe o que diz e por que o diz, que tem

consciência de tudo o que fala, que leva o trabalho artístico muito a sério. As considerações não são, no entanto, apenas de ordem técnica. Mário de Andrade, por sua argúcia crítica, penetra na análise psicológica. Assim, examina os retratos feitos por diversos artistas, como Portinari, Anita Malfatti, Lasar Segall. Segundo ele, Segall ter-se-ia fixado em seu lado obscuro, quase oculto, malévolo de sua personalidade.

A relação angustiada do autor de *Macunaíma* consigo mesmo aparece nas cartas a Henriqueta Lisboa. Da mesma forma, aparecem o problema do remorso e da culpa, o cansaço diante da propaganda pessoal, do prestígio, da notoriedade, da polêmica. Não silencia sequer a análise das relações com a família. Aqui, não é a imagem de Mário revolucionário e exuberante que apresenta. Não. Também não há lamentações: tudo é exposto com extrema lucidez quanto às virtudes e defeitos. Mário abre o coração numa confiança de quem acredita na amiga e nas relações humanas.

Avaliação (Apreciação)

As cartas foram escritas de 1939 a 1945, quando Mário veio a falecer. E são mais do que uma fonte de informação ou depósito de idéias estéticas: são um retrato de seu autor, com suas angústias e expansões de alegria, de emoção e de rigidez comportamental.

Na resenha apresentada, há informações bibliográficas logo no início: nome do autor, título do livro, local da publicação, editora, ano de publicação, número de páginas.

Falta algum elemento da estrutura da resenha? Quais? São importantes? Devem ser ressaltados? Por quê? Informações como número de páginas e tamanho físico do livro são relevantes? Por quê?

Expõe, em seguida, informações sobre várias publicações de Mário de Andrade. Em vez de optar pela biografia do autor, preferiu elencar obras epistolares. Que você acha disso? Tal procedimento é correto? Que considerações faria a esse respeito? Ou seria melhor informar sobre sua vida e sobre sua obra de modo geral? No caso presente, somente os leitores de Mário saberiam que é autor de obra ficcional? Um leitor desprevenido saberia onde e quando teria nascido? Essa informação é importante?

A obra caracteriza-se como do gênero epistolar. Não se trata de romance nem de contos, mas de cartas de Mário de Andrade a uma amiga sua. Você sabe algo sobre Henriqueta Lisboa? Seria importante ressaltar quem é ela? Ou essa informação é destituída de valor?

As cartas trazem informações sobre poética, o que Mário entende por poesia, sobre procedimentos, contêm orientações. De modo geral, trata de questões estéticas, fala sobre a arte. E, assim, o autor da resenha vai resumindo as cartas de Mário que compõem esse volume.

O resumo da obra (digesto) aparece nos demais parágrafos. O autor preferiu comentar a obra em sua totalidade a simplesmente resumi-la, ou, se quiserem, resumi-la, comentando-a. Em vez de uma abordagem estanque dos elementos de uma resenha, preferiu a dinâmica: conforme vai apresentando as idéias, vai tecendo comentários. Que você acha deste método? Você tem uma idéia de que trata o texto, ou simplesmente tem informações insuficientes? Não seria desejável um resumo, com as informações progressivas, conforme aparecem na obra? Com base nas informações, é possível identificar real interesse pela obra? As informações não são excessivamente vagas? Gerais?

A crítica valorativa ou apreciativa do resenhista aparece particularmente no último parágrafo. Como não se trata de obra didática, ele evitou recomendá-la, mas é claro que, diante do exposto, os que se interessam pela obra de Mário e, em especial, por sua poética não podem deixar de lê-la.

Há algum valor em recomendar uma obra? O estudioso, através dessa informação, pode tomar alguma decisão? Você colocaria ou não essa informação numa resenha? Por quê?

Como se verifica, a resenha apresentada, ou arremedo de resenha, é mais crítica que descritiva. Estruturalmente, deixou de lado alguns elementos que seriam desejáveis a um pesquisador. No entanto, como exemplificação, foi feita para esclarecer alguns pormenores, para levar o leitor à reflexão. Seus defeitos podem servir como orientação que predisponha o leitor a uma prática correta.

3 Comentários sobre os elementos estruturais da resenha

Qual a importância de dizer o nome do autor por extenso e não abreviadamente? Ora, pode ocorrer que uma abreviatura leve a uma confusão; poderá haver mais de um autor com o mesmo nome; daí a necessidade de indicações precisas. Inicia-se a referência pelo sobrenome do autor, com letras maiúsculas; em seguida, colocam-se o nome e outros sobrenomes, se houver.

O título da obra é sublinhado (itálico). A observação dessa convenção facilita o reconhecimento de que se trata de obra e não de nome de pessoa (saliente-se que há obras cujo título é o nome de uma pessoa). Utiliza-se inicial maiúscula apenas para o primeiro nome do título, os demais nomes são grafados com letras minúsculas. Se houver subtítulo, esse é separado do título por dois-pontos. O subtítulo não é sublinhado (itálico). Em geral, ele aparece na capa do livro em caracteres menores que o do título principal.

O local de publicação é também importante, uma vez que esclarece ao leitor se pode ter fácil acesso a ele. Se o texto for publicado em país distante, o acesso ficará um pouco mais difícil; se publicado numa capital do Brasil, particularmente em São Paulo ou no Rio de Janeiro, poderá ser procurado imediatamente nas livrarias dessas cidades. Se a obra foi publicada numa cidade do interior do Brasil, outros procedimentos deverão ser adotados para sua localização.

A editora que publicou a obra é outra informação relevante. Se se tratar de uma casa publicadora conhecida, com distribuição pelo Brasil inteiro, fácil será seu acesso, mas se se tratar de uma publicação com circulação restrita, ou de algum órgão público, o leitor pode imaginar quanta dificuldade terá para entrar em contato com essa obra. Com informações precisas, poderá, no entanto, de uma forma ou de outra, entrar em contato com as informações ali expostas.

O ano de publicação interessa também ao pesquisador. Uma obra do século passado pode oferecer informações limitadas se se tratar de ciência que avançou nos últimos tempos. Por outro lado, há obras que são clássicas. Além disso, uma edição do século passado, se revista pelo autor, poderá ganhar em relevância, por oferecer segurança de informações.

Informação sobre edição é igualmente importante. A última edição pode ser a desejável. Em alguns casos, a edição *princeps* é que é a mais procurada e que mais interessa ao pesquisador.

O número de páginas é informação que interessa pela razão de que um assunto que exige profundidade de tratamento não pode ser objeto de um opúsculo diminuto. Com essa informação, o pesquisador pode criar uma expectativa sobre a obra.

Igualmente, podem-se oferecer ao leitor da resenha dados descritivos do tamanho físico do volume. Há livros em miniatura que ilustram apenas a habilidade do editor. Há coleções de grandes poetas que servem para ornamentação, devido sobretudo ao tamanho reduzido em que foram feitos os livros. Não têm fins didáticos, ou de pesquisa.

Os jornais costumam ainda apresentar o preço do volume ou volumes e endereço da editora. É mais uma orientação para o leitor, talvez necessária para sua decisão de comprar ou não a obra.

As *credenciais da autoria* indicam a relevância do autor. Quem é ele? Quais são seus títulos? Merece ser lido? Parece haver aqui resquício do argumento de autoridade;³ por isso, o exame desse elemento da resenha deve ser observado

³ Para Nerici (1982, p. 20), a verdade pode ser obtida por meio de seis critérios: experiência, necessidade lógica, sentido comum, consenso universal, evidência e, finalmente, pelo critério de autoridade: "O homem, individualmente, não pode verificar todos os detalhes e todos os fatos, por isso mesmo tem de dar crédito a pessoas que se impõem pela sua probidade e responsabilidade social, científica, cultural ou religiosa."

com cautela. O preconceito não traz benefícios à ciência. Se possível, diga de onde ele é; onde faz pesquisas; onde leciona, que obras publicou. Tornou-se relevante por algum fato?

O resumo da obra deve estampar, particularmente, o que foi objeto de estudo da obra. Qual seu assunto? De que perspectiva (tema) é tratado o assunto, a referência? Observe-se que o resumo deve ser realizado respeitando a progressão das idéias. Uma resenha não é feita a partir de informações de quarta-capa, de orelha, ou de prefácio. O resumo tem como objeto o próprio texto e não outro resumo. As orelhas e as quartas-capas oferecem informações reduzidas, com linguagem persuasiva. Seu objetivo é vender o livro. Já o resumo, numa resenha, objetiva informar o leitor sobre o que contém o livro, qual sua estrutura, quantas partes tem, quantos capítulos, qual a profundidade e a extensão dos assuntos abordados.

No tópico *conclusões do autor*, é preciso dizer a que conclusões o autor chegou. Não diga as conclusões a que você chegou, mas as do autor da obra. Daí a necessidade de leitura atenta, marcando-se à margem do texto as conclusões do autor. Às vezes, elas estão distribuídas por todo o texto. Observar, pois, palavras como: *portanto*, *logo*, *em consequência* e outras de valor semântico equivalente. Para facilitar o trabalho de redação da resenha, pode-se utilizar o sinal *c*, à margem do texto, sempre que o autor fizer uma observação conclusiva.

Que *métodos* o autor utilizou? Partiu de um exemplo? Partiu de um princípio geral? Qual o gênero do livro? Evidentemente, esta informação é importante. Um estudo crítico sobre Gregório de Matos, por exemplo, é diferente de uma obra romaneada sobre a vida de Gregório de Matos. Diga ao leitor o tipo de livro objeto da resenha.

Diga também em que autores o autor se apoiou. No final deste livro, apresenta-se uma resenha de Machado de Assis. Verifique que, para comentar *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, ele foi buscar informações em Zola. Leia atentamente o texto e colha nele essas informações. Diga apenas alguns nomes relevantes, sem se preocupar em ser exaustivo. Entre os autores citados, diga aqueles que serviram de apoio; se houver algum relevante que foi contestado, também poderá citá-lo. Atenção: não copie a bibliografia; encontre os autores importantes para a defesa das idéias no próprio texto.

Uma apreciação do resenhista é sempre desejável. Resenha sem manifestação crítica revela leitor passivo. A obra esclarece algum ponto obscuro? Há originalidade na exposição? Revela-se apenas uma coleção de fichas, de informações colhidas aqui e ali?

Finalmente, pode-se indicar a obra ao leitor, dizendo a quem o texto se dirige especificamente.

Exercícios

1. Ler atentamente o texto seguinte e responder às questões formuladas:

PIRANDELLO, Luigi. *Henrique IV*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas. São Paulo: Edusp, 1991.

Luigi Pirandello é natural de Agrigento. Nasceu na Sicília, em 1867, e morreu em Roma, em 1936. Romancista, contista, poeta, ensaísta, dramaturgo. Uma de suas obras mais famosas e constantemente representada é *Seis personagens à procura de um autor*, de 1921.

Esta tradução oferece ao leitor brasileiro a oportunidade de conhecer o texto de Luigi Pirandello, que focaliza o homem que enlouquece, vítima de uma experiência desastrosa. Recupera sua saúde mental, mas prefere continuar fingindo-se louco, uma vez que se sente incapaz de enfrentar a realidade. Assim, o autor rompe os limites da loucura e da sanidade, da ilusão e da realidade, e já não pode saber o que é a verdade. Erige-se, portanto, o reino da total relatividade.

O leitor está diante de uma obra teatral do maior dramaturgo deste século. Um autor que é, ao mesmo tempo, irônico, sagaz e, às vezes, até pessimista. O significado de sua obra não pode ser apreendido imediatamente, numa leitura linear, ou como espectador burguês, freqüentador de teatro para puro exibicionismo ou divertimento. É grande a profundidade das colocações de Pirandello e, conseqüentemente, grande seu valor, bem como o prazer que se extrai do texto. Pirandello destaca-se particularmente pela análise que faz da realidade/ilusão, falso/verdadeiro, a verdade das relações humanas e a máscara social.

Para a crítica, o autor de *O falecido Marias Pascal* é considerado um autor intelectual, muito mais para ser lido e refletido que, propriamente, representado. Engano. Sua representação consegue manter o espectador atento, tenso com o desenrolar da ação e é capaz de levá-lo ao entendimento das idéias que subjazem ao texto. Em verdade, o autor criou um estilo próprio, inconfundível.

Em *Henrique IV*, a personagem principal inventa para si uma personagem e transforma sua vida numa representação. Os espectadores e as próprias personagens que contracenam com Henrique IV vêem-no como louco, que pensa ser o imperador alemão do século XI. Vive numa casa de campo há 20 anos. Seus parentes transformaram a propriedade em um palácio e contrataram empregados para representar os mais diversos papéis, inclusive o de conde e de conselheiros.

Assim, todas as personagens representam para Henrique IV e alimentam sua loucura com encenações de situações históricas vividas pelo imperador alemão, particularmente suas discórdias com o papa Gregório VII.

No segundo ato, Henrique IV revela aos empregados que sua loucura tivera a duração de 12 anos e que há oito anos está totalmente lúcido, isto é, somente nos últimos anos é que vinha representando, com tanta competência que ninguém percebera nada.

Por que Henrique IV prefere a máscara da loucura à lucidez? Para rebelar-se contra a idéia de que o homem é o que a sociedade quer que seja. Retornando à vida normal, os outros é que lhe imporiam uma máscara, roubando-lhe a liberdade de ação. Com a loucura, pode tomar a iniciativa e submeter todos a seus caprichos e desejos. Prefere a loucura à sanidade para poder viver com prazer, viver para “vingar-me da brutalidade de uma pedra que me machucara a cabeça!”

A desgraça de Henrique IV fora causada pela marquesa Matilde Spina e seu amante Belcredi. Apaixonado, fantasiara-se de Henrique IV numa fatídica cavalcada que terminou com sua queda, após seu cavalo ter sido ferido pelo rival. Ódio e vingança explodem então dentro dele.

Após a revelação da personagem principal a seus empregados, a peça ganha ritmo tenso, alcançado pela ambigüidade que permanece até o fim.

Henrique IV apóia-se no enigma da lucidez/loucura, ser/parecer louco, que provoca tanto espectadores quanto leitores. Até o segundo ato o espectador tem a certeza de que a personagem está louca; daí em diante não poderá afirmar categoricamente sua lucidez. *Henrique IV* a todos confunde, misturando fatos da vida real com os da vida da personagem criada para si.

Ao final, o protagonista fere Belcredi com uma espada, concretizando sua vingança. É, assim, condena-se ao uso da máscara para sempre, uma única defesa contra a punição pelo assassinio de Belcredi. Agora, a máscara será uma imposição, uma prisão. É a personagem acaba não tendo outro nome que o de sua máscara.

Dividir o texto anterior segundo a estrutura da resenha. Indicar onde começa e termina determinado elemento:

- a) *Referências bibliográficas:* _____

- b) *Credenciais do autor:* _____

- c) *Resumo da obra (digesto):* _____

- d) *Conclusões do autor (se são mencionadas):* _____

- e) *Metodologia da autoria:* _____

f) *Quadro de referências do autor:* _____

g) *Crítica do resenhista (apreciação):* _____

h) *Indicações do resenhista:* _____

2. *Comentar a resenha de Henrique IV apresentada. Segue ela a estrutura da resenha? Há defeitos?*
3. *Resenhar Técnicas de comunicação escrita, de Izidoro Blikstein, publicado pela Ática.*
4. *Resenhar Texto e coerência, de Ingedore Grunfeld Villaça Koch e Luiz Carlos Travaglia, publicado pela Cortez.*
5. *Resenhar um livro de sua escolha.*
6. *Comentar a seguinte resenha:*

Foi só Machado de Assis publicar seu "Dom Casmurro", em 1899, que a personagem Capitu passou a viver uma das grandes perseguições literárias das que se tem notícia no Brasil. Traidora, dissimulada, rameira. Enganou o marido, Bentinho, justo com o amigo dele, Escobar.

O "joga a pedra" na Capitu continuou por longas seis décadas. Até que a morena "dos olhos de ressaca" encontrou, por fim, "advogada de defesa".

Com o livro "The Brazilian Othello of Machado de Assis", publicado nos EUA em 1960, a californiana Helen Caldwell fez um importante "espera aí" nessa história: como seria possível cravar que houve adultério se apenas uma das partes, o casmurro Bentinho, relatava o caso? "Praticamente três gerações – pelo menos de críticos – julgaram Capitu culpada. Permitam-nos reabrir o caso", escreve a ensaísta.

O trabalho de Caldwell deflagrou o grande debate da literatura brasileira, virou ponto de referência incontornável dos estudos machadianos, mas permanecia inédito no Brasil. Depois de quatro décadas, "O Otelo Brasileiro de Machado de Assis" ganha sua primeira edição no país.

Como o nome aponta, o trabalho de Caldwell (1904-1987) não fica restrito às especulações sobre as alcovas de Bentinho e Capitu. Otelo é o personagem de Shakespeare, e é a influência do bardo no bruxo do Cosme Velho um dos pontos de partida da ensaísta.

Só "Otelo", analisa Caldwell, teria aparecido no argumento de 28 narrativas, peças e artigos de Machado. E a estrutura clássica do triângulo de enciumados Iago, Desdêmona e Otelo daria a moldura de "Ressurreição", primeiro romance do carioca, feito 28 anos antes de "Dom Casmurro".

As relações feitas pela estudiosa entre Shakespeare e Machado acabam por não ser o foco central do estudo, mas não são gratuitas. Evocando a relação com o gigante inglês, Caldwell parece querer mostrar ao público americano, que praticamente ignorava Machado, o gigantismo do autor.

"Os brasileiros possuem uma jóia que deve ser motivo de inveja para todo o mundo, um verdadeiro Kohinoor [diamante indiano famoso por seu tamanho] entre escritores de ficção: Machado de Assis", marca ela no início do livro, antes de classificar "Dom Casmurro" como "talvez o maior de todos os romances do continente americano".

Caldwell, diga-se, conhecia cada curva da sinuosa narrativa machadiana. Após uma juventude na qual trabalhou nos estúdios de cinema RKO e aprendeu dança japonesa com o célebre coreógrafo Michio Ito (em cuja companhia chegou a se apresentar), mergulhou com vigor em duas empreitadas intelectuais: estudou grego e latim, tema sobre o qual lecionou por 28 anos na Universidade da Califórnia, e Machado de Assis.

Do "bruxo", ela pioneiramente traduziu, comentou e apresentou nos EUA quatro romances, aí incluída a história de Capitu e Bentinho. Sobre Machado publicou ainda inúmeros ensaios em revistas acadêmicas e também o livro "O Mestre Brasileiro e Seus Romances", trajetória que lhe rendeu a Ordem do Cruzeiro do Sul, em 1959. Mas seu romance com o escritor carioca nunca foi tão forte quanto em "O Otelo Brasileiro".

"Foi o primeiro livro todo dedicado a 'Dom Casmurro' e sobretudo um livro de ruptura, que obrigou a rever a pobre e tranqüila paz com que o romance, malgrado uma ou outra nota dissonante, ia sendo lido desde 1900", afirma à **Folha** o crítico português Abel Barros Baptista. "Espantoso" foi o termo escolhido pelo professor da Universidade Nova de Lisboa para o fato de o ensaio nunca ter sido publicado aqui.

"Caldwell apresenta um 'Dom Casmurro', não apenas diverso, senão que oposto ao que se supunha: e isso basta para fazer de 'O Otelo Brasileiro' um grande livro de crítica literária e uma peça maior da fortuna crítica machadiana", reforça Baptista.

Para o crítico, não é a possibilidade de inocência de Capitu ("sem dúvida decisiva para a leitura da obra-prima de Machado") a grande contribuição do ensaio de Caldwell. "Seu legado foi a necessidade de ler o livro contra o autor ficcional, Bento Santiago, descolando-o, separando-o, discernindo-o do próprio Machado e justamente em nome do mesmo Machado." O autor de obras machadianas como "Autobibliografias" afirma que essa possibili-

dade, “que apenas os herdeiros de Caldwell nos permitem ler no seu livro, revolucionou a leitura de toda a obra machadiana e a levou a um nível de complexidade que nunca atingira antes”.

Ouçamos um dos “herdeiros de Caldwell”, o crítico inglês John Gledson, figura de proa nos estudos machadianos.

“É enorme a importância de Caldwell”, afirma Gledson em depoimento por e-mail. Tradutor de “Dom Casmurro”, ele salienta o pioneirismo da percepção de que “Capitu não é necessariamente culpada de adultério” (vale lembrar que Capitu foi “absolvida” do adultério em “julgamento” promovido pela **Folha** com críticos e advogados em 99, para comemorar cem anos da obra).

“Pode-se dizer que ela exagera, ao acenar que é possível ‘provar’ a inocência de Capitu. Pode-se dizer que os argumentos dela são às vezes estranhos, usando os nomes das personagens, por exemplo, ou enredos de outras obras de Machado, para ‘Dom Casmurro’, sem dar a devida importância aos contextos diferentes. Mas até em seus exageros ela inspirou críticos posteriores a construir argumentos melhores”, conclui o professor da Universidade de Liverpool.

Alfredo Bosi, um dos grandes machadólogos nacionais, ao lado de autores como Roberto Schwarz e Silviano Santiago, aponta uma direção oposta. O crítico faz elogios sobretudo ao fato de Caldwell ter chamado a atenção da crítica americana para a obra de Machado, mas defende que o ensaio “não avança de modo significativo para a compreensão do romance”.

“O livro acaba desviando o leitor do núcleo dramático do romance, que é a transformação de Bentinho em Dom Casmurro”, afirma Bosi à **Folha**. Ainda assim, mesmo crítico do trabalho de Caldwell, comemora sua publicação, tardia, no Brasil. “De todo modo, a tradução da obra é uma iniciativa meritória”, conclui.

O OTELO BRASILEIRO DE MACHADO DE ASSIS. De: Helen Caldwell. Tradutor: Fábio Fonseca de Mello. Editora: Ateliê. Quanto: R\$ 25 (224 p.)” (MACHADO, Cassiano Elek. Capitu ganha “advogada de defesa” californiana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 nov. 2002, p. E-4).

Paráfrase e Citações Diretas e Indiretas (NBR 10520:2002)

À pergunta por que ler vamos associar, a partir de agora, um novo elemento: trata-se do como ler. Se ler é uma forma de viver, se leitura do mundo e leitura da palavra estão umbilicalmente ligadas, uma complementando a outra, o como fazê-lo é uma forma de dar sentido à vida, ou melhor, de procurar os sentidos, ao invés de aceitá-los prontos (AMARAL et al., 1994, p. 303).

1 Conceito de paráfrase

Greimas e Courtés (1989, p. 325) afirmam que a paráfrase “consiste em produzir, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva que seja semanticamente equivalente a uma outra unidade produzida anteriormente”. Embora as palavras sejam diferentes, o sentido continua o mesmo, equivalente ao do texto original. Dessa forma, a paráfrase reduz-se a uma questão formal.

Por que parafrasear?

Décio Pignatari, citado por Neide Rodrigues de Souza Mendonça (1987, p. IX), ensina:

Informações de primeiro grau são informações complexas a que poucos têm acesso; para que cheguem a um número maior de pessoas, é preciso diluí-las, trocá-las em miúdo, embora com alguma perda. É uma forma de tradução, é uma forma de degrau para a informação superior.

O primeiro dado é de que os textos originais contêm informações complexas, que podem apresentar dificuldades de entendimento. Dessa forma, a paráfrase

tem como objetivo traduzir um texto complexo em linguagem mais acessível. A tradução, no entanto, acarreta a diluição do conhecimento, da informação nova, e isto provoca alguma perda. Não obstante isso, revela-se útil, porque é um degrau que se sobe para atingir a informação superior.

Parafrasear é, pois, traduzir as palavras de um texto por outras de sentido equivalente, mantendo, porém, as idéias originais. A paráfrase inclui o desenvolvimento de um texto, o comentário, a explicitação. A substituição de uma palavra por outra revela-se a paráfrase que mais se aproxima do original. O desenvolvimento, o comentário, a explicitação, o resumo são textos parafrásticos, se comparados com o original.

Para Dubois e outros (1988, p. 453), "um enunciado A é denominado de *paráfrase* de um enunciado B se A contém a mesma informação que B, sendo, porém, mais longo. Pode-se, também, dizer que a frase passiva é a paráfrase da frase ativa correspondente". Enfim, na paráfrase ocorre uma transformação formal que não acrescenta informação nova em relação à frase sobre a qual foi efetuada a transformação. A nominalização, por exemplo, é um processo parafrástico:

O pesquisador publicou um livro que foi comemorado pelos amigos.

A publicação de um livro do pesquisador foi comemorada pelos amigos.

Afonso Romano Sant'Anna, em *Paródia, paráfrase & cia.* (1985, p. 81), afirma que tratou da questão *paródia, paráfrase, estilização e apropriação* de um ponto de vista atual,

que vê o jogo dos textos como uma técnica de infra e intertextualidade. Esse conceito explica muito melhor certos comportamentos num Manuel Bandeira e num Jorge de Lima, tirando a questão do enfoque velho que apenas falava de "fontes", "influências" e "plágios".

E continua à página 86:

Pode-se pensar a história da literatura brasileira e latino-americana como uma sucessão de três fases, dentro do que temos chamado de paráfrase, estilização e paródia. Há, efetivamente, um período onde predomina a imitação (até o séc. XVIII), um período romântico onde se introduz uma certa individualidade nacional, e um período moderno onde o processo criador atingiu maior autonomia.

Em outros termos: o Brasil até o séc. XVIII viveu no domínio da paráfrase. Seja porque a episteme da imitação era predominante no mundo ocidental, seja porque o país fosse ainda imaturo para produzir obras mais individualizadas. Um segundo período ocorre no século XIX, uma espécie de descoberta da estilização. Nesse sentido, o Romantismo é um avanço. Sendo um período de valorização do indivíduo, do nacionalismo e do subjetivismo, propicia uma caracterização ou participação maior da literatura nacional. E, enfim, um terceiro período seria o parodístico, e coincidiria com os movimentos de vanguarda que em nossa cultura são representados em torno

do Modernismo (1922). Um período crítico, autocrítico de nossa cultura, em que, tecnicamente, a paródia foi muito utilizada.

A transcrição literal sem colocação de aspas (ou outro tipo de destaque, como recuo, itálico, negrito, espaço interlinear, corpo diferente do usado no texto) e indicação da fonte constitui-se em fraude, ou plágio. Em geral, as citações até três linhas permanecem no mesmo parágrafo de quem está citando. Quando ultrapassam três linhas, devem ser destacadas e utilizar parágrafo(s) próprio(s).

Othon Garcia (1980, p. 185) indica a paráfrase como um dos exercícios mais proveitosos, que contribui para o aprimoramento do vocabulário e proporciona oportunidade de reestruturação fraseológica.

Dáí por que o estudioso e o pesquisador, freqüentemente, buscam o aprimoramento da paráfrase. Através dela, paulatinamente melhoram seu desempenho redacional, aprendem a fixar conteúdo, resumir, resenhar. Um trabalho monográfico, um artigo científico, um *paper* são produtos, em grande parte, de paráfrases.

2 Tipos de paráfrase

Há o entendimento de que uma simples substituição de vocábulos constitui uma paráfrase. Este seria o grau mais próximo de zero. No extremo oposto da escala, poder-se-iam encontrar o comentário apreciativo, o juízo valorativo a respeito de um texto. Intermediando os dois extremos há o resumo.

A reprodução (tradução livre, ou substituição de palavras por outras de sentido equivalente), o comentário explicativo, o resumo, o desenvolvimento (amplificação), a paródia são formas parafrásticas.

A *reprodução* implica reescrever um texto, substituindo os vocábulos. Consiste em repetir, com palavras simples, mas próprias, o pensamento do texto original. A reprodução pode optar por converter as frases negativas em afirmativas de igual valor. Por exemplo:

Se posso prever tudo o que uma pessoa me vai dizer, a mensagem é totalmente redundante e eu posso abster-me de a ouvir ou ela de o dizer; ao contrário, se nada posso prever do que ela me vai dizer – caso alguém que se dirigisse a mim numa língua que desconheço completamente – a comunicação também é impossível. Em ambos os casos não há possibilidade de intercâmbio de informação (PIGNATARI, 1988b, p. 52).

Substituindo os vocábulos por outros de sentido equivalente, o texto ficaria assim:

Quando se pode prever tudo aquilo que uma pessoa vai falar, o conteúdo de sua exposição é inteiramente redundante e eu posso deixar de prestar-lhe atenção ou ela de o dizer; diferentemente, se não posso conjecturar nada do que ela vai falar-me – caso alguma pessoa se dirigisse a mim num idioma que não conheço totalmente – a comunicação também não é possível. Nos dois casos, é impossível o intercâmbio de informação.

O pesquisador, o estudante, o redator de trabalhos acadêmicos evitarão este tipo de paráfrase, particularmente por contribuir muito pouco para o esclarecimento das idéias apresentadas. Nesses termos, a paráfrase revela-se um *pasticho*.

O *comentário explicativo*, ou explanação de idéias, desenvolve conceitos, argumenta, busca esclarecer tudo o que está mais ou menos obscuro. Não se trata de usar muitas palavras quando poucas são suficientes, mas de ampliar idéias para que o texto se torne claro, incisivo, evidente. Suponha-se o seguinte texto:

O apogeu já é decadência, porque sendo estagnação não pode conter em si um progresso, uma evolução ascensional. Bilac representa uma fase destrutiva da poesia, porque toda perfeição em arte significa destruição (Mário de Andrade, 1976, p. 32).

A explanação das idéias contidas no texto seria:

Se o apogeu é considerado o último degrau de uma escada, a partir do momento em que é alcançado, passa-se à estagnação, que é índice de deterioração, ou inicia-se o processo de declínio. A poesia parnasiana, que alcançou em Bilac um defensor máximo, representa uma estética literária que, levada às últimas conseqüências, destrói o poético da poesia. Mário de Andrade revela-se cuidadoso para não ferir susceptibilidades: considera Bilac um poeta rigoroso quanto aos princípios parnasianos, mas acrescenta que, chegando a esse limite, a poesia retorna de sua caminhada, na busca de outros elementos que a faz poética. E seu principal ingrediente acaba revelando-se a dinamicidade da procura.

O *desenvolvimento*, ou amplificação das idéias de um texto, consiste em re-escrevê-lo, adicionando exemplos, pormenores, comparações, contrastes, exposição de causa e efeitos, definição dos termos utilizados. Suponha-se:

Marcela morria de amores pelo Xavier. Não morria, vivia. Viver não é a mesma coisa que morrer; assim o afirmam todos os joalheiros deste mundo, gente muito vista na gramática. Bons joalheiros, que seria do amor se não fossem os vossos dizes e fiados? Um terço ou um quinto do universal comércio dos corações (Machado de Assis, 1979, v. 1, p. 536).

Veja-se um possível desenvolvimento do texto:

A ironia machadiana penetra a consciência do leitor acostumado aos romances da linha romântica. Desvenda as intenções humanas e mostra o mercantilismo também presente nas relações afetivas. *Dixe* é jóia, enfeite, ornamento de ouro ou pedraria. Sem o comércio de jóias e pedras preciosas, sem o crédito para a aquisição de

tais produtos, o amor em que pé estaria? Como seria? Não esquece o autor também de apresentar ataque aos gramáticos que gostam de usar a metáfora *joaalheiro* para os puristas e trabalhadores do estilo.

O *resumo*, forma por excelência de paráfrase, é apresentado em capítulo especial deste livro.

A *paródia*, segundo Massaud Moisés (1985a, p. 388), é o nome que se dá a toda composição literária que imita o tema ou a forma de uma obra séria, quer explorando aspectos cômicos, quer expondo aspectos satíricos. Seu objetivo é ridiculizar um estilo ou uma tendência dominante.

Para Linda Hutcheon (1989, p. 48), analisando o conceito de paródia, o prefixo *para* tem dois significados, mas apenas um deles é mencionado costumeiramente: o de *contra* ou *oposição*. Assim, a paródia contrasta os textos, ela os coloca em oposição. Daí o sentido de *ridículo* em que um texto é confrontado com outro para zombar dele, caricaturá-lo. O prefixo *para*, entretanto, também significa *ao longo de* e, portanto, remete à noção de *acordo* ou *intimidade*. Daí afirmar que “nada existe em paródia que necessite da inclusão de um conceito de ridículo, como existe, por exemplo, na piada, ou burla”.

É, pois, a paródia repetição com diferença. A distância entre uma obra e outra é assinalada pela ironia. Por isso, ela é transformadora em seu relacionamento com outros textos e permite ver no texto o discurso que foi silenciado, já que faz uma leitura do viés, do que se deixou de dizer, do que poderia ter sido dito, mas não se disse.

Além disso, a paródia é “uma forma de imitação caracterizada por uma inversão irônica, nem sempre às custas do texto parodiado” (HUTCHEON, 1989, p. 17). A autora citada apresenta um exemplo de paródia na escultura: a *Pietà*, de Max Ernst, seria uma inversão edipiana da escultura de Miguel Ângelo: o pai, petrificado, ampara o filho nos braços; diferente, pois, da escultura italiana original, em que a mãe viva segura o filho morto.

Assim sendo, a paródia é repetição, mas repetição com diferença e distanciamento crítico. A ironia da paródia pode ser depreciativa, ou criticamente construtiva, ou destrutiva. Distinta, portanto, da sátira que apenas distorce, deprecia, fere. A paródia, ao duplicar o texto, tem em vista assinalar dessemelhanças; difere, por conseguinte, do *pasticho*, da *alusão*, da *citação direta* (HUTCHEON, 1989, p. 73)

Dom Quixote, de Cervantes, é um exemplo clássico de paródia na literatura. A “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, foi parodiada por Oswald de Andrade (“Canto de regresso à pátria”) e por Murilo Mendes (“Canção do exílio”). Em “Canção do exílio”, de Casimiro de Abreu, ocorre paráfrase, enquanto em Chico Buarque de Holanda e Antônio Carlos Jobim (“Sabiá”) ocorre estilização. Ocorre em todos esses conceitos contigüidade de significantes. O emprego de uma pa-

lavra evoca os empregos precedentes, e, por meio deles, contextos precedentes. Na literatura, certas palavras são identificadas com correntes literárias, épocas ou autores. Uma palavra marcada por um contexto precedente dá origem a uma estilização. Se há contraste, inversão de sentido, ocorre paródia. Na paráfrase, há apenas a troca de palavras por outras de sentido equivalente.

A paródia não é exclusiva da literatura e das artes plásticas. Ela pode aparecer em qualquer manifestação cultural. Por exemplo, em cena de *Os intocáveis*, de Brian de Palma, é nítida a intenção parodística: uma mãe desce uma escadaria com um carrinho de bebê. Cena semelhante ocorre em *O encouraçado Potemkin*, de Sergei Eisenstein. Enquanto neste a cena salienta a estupidez do conflito entre marinheiros e a força do Czar, em *Os intocáveis*, a cena ressalta a estupidez da violência urbana. A violência está cada dia mais perto do homem e atinge-o desde a mais tenra idade.

Feitos esses comentários sobre paráfrase e paródia, podemos concluir este tópico afirmando que a redação de trabalhos científicos não se fixa na transcrição contínua; daí a necessidade de o redator valer-se da paráfrase ou da paródia para expor idéias já constantes de outros textos. Citar faz parte de qualquer trabalho de pesquisa, mas transcrever quando é possível parafrasear pode revelar incúria, desleixo, negligência da parte do pesquisador. O trabalho científico não pode reduzir-se a uma colcha de retalhos, a um amontoado de transcrições diretas (citações). Outro defeito grave seria a apropriação de idéias de textos alheios. Textos transcritos devem ter sua fonte identificada e o material copiado apresentar aspas no início e no final dele; caso contrário, ocorrerá plágio.

3 Citações

Citação é a “menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte” (NBR 10520:2002).

Citação é a menção em uma obra de informação colhida de outra fonte para esclarecer, comentar, ou dar como prova uma autoridade no assunto.

Citações não devem ser constituídas de assuntos sobejamente divulgados, de domínio público. Obras didáticas não são adequadas para apoiar um argumento e, portanto, não servem para citações.

As citações podem ser diretas ou indiretas. As primeiras são transpostas para o texto tal como se apresentam na fonte; as segundas mantêm o conteúdo do texto original, mas são escritas com outras palavras, são parafraseadas (“transcrição livre do texto do autor consultado” NBR 10520:2002).

A norma citada ainda apresenta um terceiro tipo: a citação de citação, que é a “transcrição direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original”.

Autores experientes evitam transcrições de textos amplamente difundidos, bem como a composição de um novo texto com freqüentes transcrições. Evitam o que popularmente se chama de “fazer do texto uma colcha de retalhos”.

Apostilas e anotações de aula não são fontes que mereçam grande consideração; por isso, são rejeitadas quase sempre como fundamentação de um argumento.

A citação pode ser direta (transcrição literal de um texto), ou indireta (paráfrase de um texto). Ela só se justifica quando o pensamento expresso é significativo, claro e necessário à exposição. As fontes que serviram para a citação direta ou indireta devem ser indicadas ou pelo sistema autor-data, ou pelo sistema numérico.

A NBR 10520:2002 define ainda **notas de referência**, que são notas que indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes da obra onde o assunto é tratado. As **notas de rodapé**, por sua vez, são constituídas por observações ou complementos ao texto feitos pelo autor, tradutor ou editor. Igualmente, **notas explicativas** são notas usadas para comentários, esclarecimentos que não podem ser incluídos no texto.

As citações podem aparecer no texto ou em notas de rodapé.

3.1 Regras gerais de apresentação das citações diretas e indiretas

As citações, sejam diretas sejam indiretas, exigem cuidados elementares com relação à elaboração da referência à fonte. A falta de rigor com relação a esse pormenor pode levar um trabalho à frustração, a alcançar resultado negativo, ainda que criterioso com relação à pesquisa científica propriamente dita. Para evitar a repetição de notas, utiliza-se modernamente uma técnica que compreende sobrenome do autor citado no texto e apenas a indicação de ano, abreviatura da palavra *página* e o número de páginas, entre parênteses. Por meio dessas informações, o leitor, recorrendo às referências (bibliografia), obtém as informações bibliográficas completas, como nome do autor, título da obra, edição, local, ano de publicação. Nesse caso, há economia de tempo de elaboração do trabalho, de papel, bem como se evitam erros, porque a citação completa aparece apenas uma vez, ao final do trabalho.

Diga-se, inicialmente, que a transcrição deve ser rigorosa. Não se deve inventar nada, nem alterar a pontuação, nem trocar palavras, nem omitir informações que distorçam o pensamento original. Um pesquisador descuidado em suas citações não consegue bom êxito ao final de seu trabalho.

Para indicar a fonte de suas citações, pode-se utilizar do sistema autor-data, ou sistema numérico.

Nas citações em que se utiliza o sistema autor-data, as entradas são feitas pelo sobrenome do autor, pelo nome da instituição responsável ou até mesmo pelo título incluído na sentença. Essas informações, graficamente, são apresentadas de forma diferente. Se o sobrenome do autor, ou nome da instituição responsável, ou título estiverem fora dos parênteses, deverá ser escrito com letras maiúsculas e minúsculas, mas se estiver dentro dos parênteses, deverá ser escrito com letras maiúsculas. Exemplo:

A competência sociocomunicativa dos falantes/ouvintes leva-os à percepção do que é adequado ou inadequado em cada uma das práticas sociais, afirma Koch (2002).

Aqui, a citação é à obra do autor, sem especificar nenhuma página. No exemplo seguinte, há a indicação precisa da página do livro onde aparece a idéia do autor referenciado:

Afirma Koch (2002, p. 17) que o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeitos; não é algo que preexistia a essa interação. Dessa forma, a coerência deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto; na verdade, diz respeito ao modo como os elementos presentes na superfície do texto, aliados a elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir uma configuração veiculadora de sentidos.

1 Na citação direta, devem ser especificados no texto o volume (se houver) e a página da fonte consultada. Estas informações devem seguir a data, separadas por vírgula e precedidas pela abreviatura do termo que as caracteriza (v., p.). Nas indicações de citações indiretas, a indicação das páginas consultadas é opcional.

Que acontece, porém, quando não trabalhamos com enunciados isolados, mas com textos? Nesse caso, verificamos que as figuras estabelecem entre si relações, formam uma rede. Aliás, devemos ter sempre presente que texto quer dizer tecido. O que interessa, pois, na análise textual é esse encadeamento de figuras, esse tecido figurativo. Ler um texto não é apreender figuras isoladas, mas perceber relações entre elas, avaliando a trama que constituem. A esse encadeamento de figuras, a essa rede relacional reserva-se o nome de *percurso figurativo* (FIORIN, 1989, p. 70).

Se se tratar de uma fonte com **mais de um volume**, juntamente com o sobrenome, devem ser especificados: ano da publicação do texto, volume, tomo, página. A forma é a seguinte:

(SOBRENOME, 2006, v. 2, p. 78-79)

"....." (MIRABETE, 2003, v. 1, p. 101).

Mirabete (2004, p. 101) afirma: "....."

Martins (2004, p. 117-119) demonstra que "....."

“.....” (MARTINS, 2004, p. 191).

A Secretaria de Educação (2004, p. 7), em 30-6-2004, determina...

.....” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 7).

“.....” (EXPERIÊNCIAS JURÍDICAS, 2004, p. 313).

Em “Experiências Jurídicas” (2004, p. 115),

Observar como é grafado diferentemente o sobrenome do autor citado, a pontuação utilizada (vírgulas), o ano, a abreviatura de volume, o número de volume em algarismo arábico, a abreviatura de página e o número da página em que se encontra o texto original. Com relação ao número de volume, não importa se a obra consultada traz o volume em algarismo romano. O volume é escrito em algarismo arábico. Também com relação ao número de página, esclarece-se que os números, mesmo que idênticos, devem ser repetidos:

p. 120-121 (e não 120-1)

p. 205-206 (e não 205-6)

2 As citações diretas de **até três linhas** devem ser contidas por aspas duplas. As aspas simples servem para indicar citação no interior de citação. Exemplo:

Afirma Orlandi (1999, p. 42) que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

3 As citações diretas com **mais de três linhas** devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas. Exemplo:

A linguagem não é constituída apenas pela mensagem

← 4 cm → Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 1999, p. 30).

4 Supressões, interpolações, comentários devem ser indicados entre colchetes e reticências [...]. Destaques são indicados com sublinha ou **bold**

(**negrito**) ou *itálico*, e informa-se ao leitor que se trata de um destaque que não consta do original. Exemplos:

O sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão-somente da estrutura textual em si mesma (daí a metáfora do texto como um *iceberg*). Os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa **implícita**. O produtor do texto pressupõe da parte do leitor/ouvinte conhecimentos textuais, situacionais e enciclopédicos e, orientando-se pelo *Princípio da Economia*, não explicita as informações consideradas redundantes. Ou seja, visto que não existem textos totalmente explícitos, o produtor de um texto necessita proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito. [...] Na verdade, é este o grande segredo do locutor competente (KOCH, 2005, p. 30) (destaque nosso).

Observe que a palavra *implícita* está em **bold**. As expressões que indicam destaque são: *grifo nosso*, *destaque nosso*.

5 Se a informação provém de **palestras, debates, comunicações**, indica-se entre parênteses a informação verbal, mencionando-se as informações disponíveis em nota de rodapé. Exemplo:

Variadas partes do Código Civil de 2002 apresentam tratamento diferenciado na exposição da lei, provavelmente por obra de sucessivas revisões ou de revisores diferentes das diferentes partes (informação verbal).¹

No rodapé:

¹ Afirmação do Prof. Fulano de Tal em aula inaugural na Faculdade de Direito X, em São Paulo, em fevereiro de 2006.

6 **Trabalhos citados que ainda não conheceram publicação** devem ser assim referenciados:

No texto:

O mais solene dos atos é o casamento (em fase de elaboração).¹

No rodapé:

¹ Dos fatos jurídicos, de autoria de Fulano de Tal, a ser editado pela Editora X, 2006.

7 Para **destacar trechos** de uma citação, faz-se a transcrição com o destaque, indicando ao final: *grifo nosso* entre parênteses, ou *grifo do autor*, se o destaque já fizer parte da obra consultada. Exemplos:

O perito tem o dever de cumprir o ofício que lhe foi conferido no prazo designado pelo juiz. Pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, ou pode

ser recusado pelas partes por impedimento ou suspeição (CPC, 423) (ROMAR, 2005, p. 132, grifo nosso).

Se o destaque for do autor:

A *inspeção judicial* é uma diligência processual realizada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, com o intuito de esclarecer fatos que interessem à solução do litígio, mediante uma verificação direta em pessoas ou coisas (ROMAR, 2005, p. 133, grifo do autor).

8 Se a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir, depois da chamada da citação, a expressão *tradução nossa*, entre parênteses. Exemplo:

Giuseppe Ferri afirma: “Todavia, não sendo na sociedade de pessoas um órgão de assembléia, não é preciso uma deliberação formal, mas é suficiente que a determinação corresponda à vontade da maior parte dos sócios” (FERRI, 1971, v. 10, p. 230-231, tradução nossa).

9 Sistema de chamada. As citações devem ser indicadas no texto por meio de um sistema autor-data, ou por um sistema numérico.

9.1 Não se devem misturar sistemas. Se se inicia com o sistema autor-data, deve-se seguir até o fim com esse sistema. Da mesma forma, se se utilizar o sistema numérico, deve-se seguir com ele até o fim do trabalho. Por exemplo: suponha-se que o sistema escolhido é o de autor-data e que de repente se introduza no texto algo como:

(SILVA, op. cit.),

(SILVA, idem, ibidem).

Essas formas são rejeitadas pela norma da ABNT.

9.1.1 Se o nome do autor ou instituição responsável estiver incluído na sentença, indicam-se a data e a página entre parênteses:

Conforme Orlandi (1999, p. 117), ...

Segundo Fiorin (1989, p. 72), ...

Citação de obra de **um autor**:

Segundo Koch (2005, p. 121), “a progressão textual (seqüenciação) diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem [...] diversos tipos de relações semânticas [...] à medida que faz o texto progredir”.

Na sentença, o nome do autor citado pode aparecer por extenso, ou alguns deles abreviados, ou apenas o sobrenome.

É necessário manter a uniformidade: se utilizar o nome completo, é preciso continuar com esse padrão em todo o texto; se optar por alguns nomes abreviados, não serão admitidas variações, ou seja, ora nome inteiro, ora nome abreviado.

Segundo Koch (2005, p. 39), “a eficiência de nosso pensamento, linguagem e ação repousam sobre a atuação conjunta dos componentes da memória”.

Segundo Ingedore G. Villaça Koch (2005, p. 39), “a eficiência de nosso pensamento, linguagem e ação repousam sobre a atuação conjunta dos componentes da memória”.

Segundo Ingedore B. V. Koch (2005, p. 39), “a eficiência de nosso pensamento, linguagem e ação repousam sobre a atuação conjunta dos componentes da memória”.

Entre parênteses, no entanto, é normal o uso apenas do sobrenome e todo escrito em letras maiúsculas:

“Os contratos de casamento babilônicos eram realizados em razão de acordo entre o futuro marido ou seus pais e os pais da futura esposa, com a entrega de uma soma em dinheiro, chamada *tírhatu*, que marcava o início de uma primeira fase da realização matrimonial” (AZEVEDO, 2004, p. 30).

No meio jurídico, é comum o uso do nome pelo qual o autor é mais conhecido. Então ficaria:

“Os contratos de casamento babilônicos eram realizados em razão de acordo entre o futuro marido ou seus pais e os pais da futura esposa, com a entrega de uma soma em dinheiro, chamada *tírhatu*, que marcava o início de uma primeira fase da realização matrimonial” (VILLAÇA, 2004, p. 30).

Vários textos de um mesmo autor:

Koch (1996, 2005) afirma...

“.....” (KOCH, 1996, 2005).

Nesse caso, como se pode verificar, a referência é a toda a obra, mas pode também ser a uma página específica:

Koch (1996, p. 34, 2005, p. 107) afirma que...

A ordem das obras citadas deve ser da mais antiga para a mais atual.

9.1.2 Se há mais de um autor com o mesmo sobrenome, são utilizados os prenomes ou abreviatura deles. Por exemplo:

“A incompetência relativa do juízo deprecado não pode servir de fundamento para devolver-se a carta sem cumprimento” (DINAMARCO, P. S. In: MARCATO, 2004, p. 535).

"Afirma-se que a ação rescisória serve como fator de equilíbrio, pois dá oportunidade à parte, tal qual os recursos, de se insurgir contra as decisões visando ao aprimoramento destas e à eliminação quase exauriente das injustiças" (DINAMARCO, M. C. A., 2004, p. 32).

(OLIVEIRA, A., 2006)

(OLIVEIRA, N., 2006)

Se houver coincidência de abreviatura de nomes, usa-se:

(SILVA, José, 2006)

(SILVA, João, 1999)

9.1.3 Citações de diferentes documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano. Nesse caso, são usadas letras minúsculas após a data e sem espaçamento:

... afirma Mirabete (2003a, p. 199).

... afirma Mirabete (2003b, p. 201)

"....." (SOARES, 2004a)

"....." (SOARES, 2004b)

9.1.4 Citações indiretas de vários documentos de um mesmo autor (ou seja: vários autores com a mesma idéia), publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, têm as datas separadas por vírgula:

(OLIVEIRA, 2002, 2006)

(SANTOS; OLIVEIRA; PESSOA, 2001, 2002, 2003)

(QUEIRÓS; NEGRÃO, 2003)

Sousa (2002, p. 99), Alves e Oliveira (2003, p. 53) e Silva (2004, p. 66) entendem que...

É necessário manter a ordem do mais antigo para o mais atual.

9.1.5 Citações indiretas de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem aparecer separadas por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética. Exemplo:

(OLIVEIRA, 2002; PEREIRA, 1989; SILVA, 2001)

10 Sistema numérico. As citações devem ter numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, para todo o capítulo ou parte. A ABNT não admite a numeração por página. Nesse sistema, remete-se a uma lista de referência ao final do trabalho, do capítulo ou parte, na ordem em que aparecem no texto.

10.1 O sistema numérico não deve ser usado quando há notas de rodapé. As notas remetem a uma lista de referências apresentadas ao final do texto. Exemplo:

Afirma Gil que “nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental”.⁵

Na **lista de referências**, aparecerá:

⁵ GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 46.

A indicação da numeração é apresentada entre parênteses, alinhada ao texto, ou elevada como se fosse um número expoente, após a pontuação. Exemplos:

Afirma Martins que “.....” (22)

Afirma Martins que “.....”²²

Ao final do capítulo, ou da parte, ou de toda a obra, devem ser feitas as referências, com SOBRENOME DO AUTOR, [vírgula] Nome. [ponto]. *Título da obra*. [em itálico e ponto]. Local: [dois-pontos], Editora, [vírgula] ano da publicação. [ponto]. abreviatura de página [p.] e número da página. [ponto]. Exemplos:

²¹ BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2004. p. 53.

²² GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 99.

No segundo exemplo, aparece o subtítulo, que deve ser precedido de dois-pontos e ser escrito em fonte normal, sem destaque. Depois do subtítulo, aparece a edição de forma abreviada.

11 Sistema autor-data. Nesse sistema a indicação da fonte é feita:

- a) pelo sobrenome do autor, ou nome de entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido da data de publicação do documento e da página da citação direta, separados por vírgula entre parênteses. Exemplos:

No texto:

“O direito de retirada nas sociedades limitadas encontra-se atualmente previsto no art. 1.077 do novo Código Civil” (FONSECA, 2005, p. 24).

Na lista de referências:

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio no novo Código Civil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Citação de fonte de **dois autores**:

(BITTAR; ALMEIDA, 2004, p. 23)

Fora dos parênteses:

Como afirmam Bittar e Almeida (2004, p. 23), ...

Se houver coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes. Se as letras iniciais dos prenomes coincidirem, escrevem-se os prenomes por extenso:

(DINAMARCO, R. S., 2004, p. 536).

(DINAMARCO, M. G. A., 2004, p. 32).

(DINAMARCO, C. R., 1986, p. 33).

(SILVA, J., 2004, p. 21).

(SILVA, M., 2004, p. 57).

(SOUSA, José, 2004).

(SOUSA, João, 2004).

Citação de fonte com **três autores**:

(ELIACHEVITH; NOLDE; TAGER, 1930, p. 45)

Fora dos parênteses:

Como afirmam Eliachevith, Nolde e Tager (1930, p. 45), ...

Citação de fonte com mais de **três autores**:

"....." (CUNHA et al., 1980, p. 55).

Os nomes seriam: L. Veiga da Cunha, A. Santos Gonçalves, V. Alves Figueira e Mário Lino, autores de *A gestão da água: princípios e sua aplicação em Portugal*, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Fora dos parênteses:

Informam Cunha et al. (1980, p. 55)...

Nesse tipo de citação com mais de um autor é sempre preciso muito cuidado com a concordância verbal (*informam* e não *informa*, porque o sujeito é composto: há mais de um autor).

Uma entidade pode constituir-se em autora:

“.....” (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2004, p. 21).

“.....” (SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1992, p. 21).

b) No caso de **obras sem indicação de autoria** ou responsabilidade, usam-se a primeira palavra do título seguida de reticências, data de publicação e página da citação. Exemplo:

No texto:

“Todas essas regras deverão ser observadas no caso de recuperação da empresa” (ANTEPROJETO..., 2006, p. 33).

Na lista de referências:

ANTEPROJETO de lei. *Conjunto de leis*, Brasília, DF, nº 11, p. 33, mar. 2006.

c) Se o título se inicia por artigo definido ou indefinido, este deve ser incluído na indicação da fonte. Exemplo:

No texto:

“Não era para tanto, segundo o senador Fulano de Tal” (*As discussões...*, 2006, p. 7).

Na lista de referências:

AS DISCUSSÕES legislativas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 5 maio 2006.

12 Notas de rodapé. Além das notas referenciais, podem ser necessários comentários e explicitações. Nesse caso, são indicadas as notas de rodapé, mesmo que o sistema utilizado seja o de autor-data. Para a NBR 10520:2002, “deve-se utilizar o sistema autor-data para as citações no texto e o numérico para as notas explicativas”. Exemplos de notas explicativas:

¹² Veja-se quadro ilustrativo em Orlandi (1999).

²³ Esse mesmo argumento é usado por Koch (2005).

12.1 Nas notas de referência, os números são grafados em algarismo arábico e a numeração é única e consecutiva para capítulo ou parte. Não se inicia a numeração a cada página.

12.1.1 A primeira citação de uma obra deve apresentar todos os elementos essenciais de uma nota bibliográfica: sobrenome e nome do autor, título da obra, edição, local, editora, ano, página.

12.1.2 As citações subseqüentes de uma mesma obra devem ser referenciadas de forma abreviada:

a) *Idem* = mesmo autor – *Id.*

¹¹ KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 45.

¹² *Idem*, 2005, p. 77.

¹³ *Idem*, 1996, p. 27.

Na nota 13, aparece o ano da publicação de outro livro da autora citada na nota 11. A referência completa deste livro pode ter sido apresentada em nota anterior, por exemplo, na nota 9.

⁹ KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 30.

b) *Ibidem* = na mesma obra – *Ibid.*

¹⁶ FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 24.

¹⁷ *Ibidem*, p. 51.

c) *Op. cit.* = *opus citatum* (obra citada)

¹⁵ KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 30.

¹⁶ FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 24.

¹⁷ KOCH, Ingedore Villaça. *Op. cit.*, p. 65.

O uso de *op. cit.* está condicionado ao aparecimento seqüencialmente de autores diferentes. Se na nota 56, por exemplo, a referência fosse a Dejalma de Campos, deveria ser usada a expressão *ibidem* e não *op. cit.*

d) *Passim* – aqui e ali, em diversas passagens

⁸ OLIVEIRA, 2006, *passim*.

e) *Loco citato* – no lugar citado – *loc. cit.*

¹¹ OLIVEIRA, 2006, p. 21-22.

²² OLIVEIRA, *loc. cit.*

f) Confira, confronto – Cf.

¹² Cf. OLIVEIRA, 2006.

g) Sequentia – seguinte ou que se segue – et seq.

²⁰ OLIVEIRA, 2003, p. 44 et seq.

12.1.3 As expressões latinas são utilizadas apenas em notas de rodapé, exceto a expressão *apud*, que é utilizada também no texto. As expressões latinas não recebem nenhum destaque. Exemplo:

Uso de *apud* no texto:

Conforme Fulano de Tal (1999, p. 75 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 131).

Uso de *apud* na lista final das notas:

²⁰ OLIVEIRA, 1999 *apud* SILVA, 2002, p. 11-13.

12.1.4 As expressões das alíneas *a*, *b*, *c* e *f* podem ser usadas apenas na mesma página da citação a que se referem.

13 Notas explicativas. A numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos, única para cada capítulo ou parte. Não se admite a numeração por página.

No texto:

O uso de normas técnicas é essencial na realização de trabalhos técnico-científicos e acadêmicos.⁵

No rodapé:

⁵ Vejam-se argumentos favoráveis ao uso da norma em Silva (2005, p. 207).

Exercícios

1. O primeiro tipo de paráfrase, a tradução livre, foi denominado reprodução. Considerando o seguinte texto, reescrevê-lo utilizando palavras de sentido equivalente.

Tabu é o elemento negativo da religião. Pode ser uma proibição ou um alerta (cuidado!) em relação a certos atos, geralmente relacionados a representações mágico-religiosas.

Nos primeiros estudos sobre a religião, o termo *tabu* indicava os símbolos da precaução contra coisas essencialmente perigosas, ou seja, os portadores de *mana* (poder). Os indivíduos temiam violar o padrão de conduta estabelecido, que poderia resultar em sérios castigos.

O tabu consiste, portanto, em um conjunto de normas, cada uma delas indicando um tipo de conduta que, infringidas, levam o sobrenatural a prejudicar o infrator. Quem infringe um tabu está sujeito a penalidades ou sanções diversas. A violação causa, automaticamente, um mal à pessoa que o transgredir.

A quebra de um tabu coloca o indivíduo em situação de perigo, acarretando desastres, desgraças, doenças, mortes etc. Todavia, pode-se anular o mal, realizando um ritual específico de purificação.

O tabu reside em deuses, homens e objetos. Um alto chefe pode possuir *mana* (poder) devido à sua ascendência dos deuses, sendo um tabu por si mesmo. Nesse caso, ninguém, de poderes menores do que os dele, pode tocá-lo, pois ele se torna perigoso para os demais.

Quem possui *mana* tem condições de impor um tabu, uma proibição a algo de sua propriedade, impedindo seu uso por outras pessoas. E estas respeitam a proibição por temerem castigos sobrenaturais. Dessa maneira, o tabu pode ter importantes consequências sociais. A proibição de tocar ou colher inhames maduros, pertencentes a alguém possuidor de *mana*, desestimula o roubo.

Hoebel e Frost [...] indicam três funções do tabu:

- a) *Manter o espírito de temor no sobrenatural* – na medida em que reforça as atitudes de cuidado e mistério, e de castigo, para os que desprezam ou profanam o que se refere ao sobrenatural.
- b) *Unir os membros de um grupo social* – separando-os dos outros grupos e fortalecendo seu senso de solidariedade.
- c) *Ser elemento básico de controle social* – dado que impõe certas restrições em determinadas circunstâncias.

Exemplos – Aproximar-se de autoridade política; plebeu tocar na cabeça de um chefe (Polinésia) etc. (MARCONI; PRESOTTO, 1992, p. 176-177).

2. *Fazer um comentário explicativo do seguinte texto:*

Gastei trinta dias para ir do Rocio Grande ao coração de Marcela, não já cavalgando o corcel do cego desejo, mas o asno da paciência, a um tempo manhoso e teimoso. Que, em verdade, há dois meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a chuva de ouro de Dânae, três inventos do padre Zeus, que,

por estarem fora da moda, aí ficam trocados no cavalo e no asno. Não direi as traças que urdi, nem as peitas, nem as alternativas de confiança e temor, nem as esperas baldadas, nem nenhuma outra dessas cousas preliminares. Afirmo-lhes que o asno foi digno do corcel, – um asno de Sancho, deveras filósofo, que me levou à casa dela, no fim do citado período; apeei-me, bati-lhe na anca e mandei-o pastar (ASSIS, 1979, v. 1, p. 534).

3. *Desenvolver as idéias do seguinte texto:*

CATAR FEIJÃO

Catar feijão se limita com escrever:
jogam-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na da folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a com o risco (MELO NETO, 1994, p. 346-347).

4. *Parafrasear o seguinte texto:*

Machado de Assis foi um autor que escreveu para mulheres e sobre mulheres. Pode-se ver que não só em *Brás Cubas*, como em *Quincas Borba*, existem várias passagens nas quais dialoga com uma leitora, isso mesmo, com uma leitora – no feminino. Conforme sabemos, seus romances foram, alguns deles, primeiramente escritos em jornais para moças. Foi ele um escritor que contribuiu para a libertação da mulher burguesa, condenada que estava a viver para a família, ou seja, casa, marido e filhos. Seus textos, como os de Flaubert, punham a mulher a sonhar – diríamos que da mesma forma que o *Manual dos confessores* da Idade Média as punha também a pecar. É na sua chamada fase da maturidade que ele apresentará a questão do pecado do adultério, que traz como subprodutos o ciúme e a disputa entre os homens por estas sedutoras de colos brancos, de ombros desnudos, de olhos convidativos, de talhes garbosos; assim como diria o mestre: uma lascívia.

Como afirmamos anteriormente, Machado foi um grande apreciador de Shakespeare. Em suas obras existem várias passagens em que se refere ao

dramaturgo inglês. É curioso, inclusive, como sempre gostou de fazer referências a *Otelo*. E em quantas passagens de seus personagens não surge a mesma temática – a traição? Em seu primeiro romance, *Ressurreição*, Félix passa grande parte de sua vida com a viúva Lúvia a pensar na possibilidade de ser traído. Machado o faz desistir do casamento após uma crise de ciúmes em que considerou a possibilidade de que Lúvia já traía o marido morto; ele também o seria. A temática já se apresentava nessa aurora. Estas situações triangulares vão também aparecer em outros personagens: Estevão, Luís Alves e Guiomar, de *A mão e a luva*, em Jorge, Luís Garcia e Valéria, de *Iaiá Garcia*, se bem que, nestes romances, a temática se restringe às possibilidades, ou seja, Estevão disputa com Luís Alves a preferência de Guiomar, contudo não há nenhuma possibilidade de adultério, somente ciúmes. Já Valéria ama Jorge, mas por conveniências sociais casa-se com Luís Garcia. A disputa é entre Valéria e Iaiá Garcia. O adultério, diríamos, é psicológico, ela ama, mas mantém-se completamente reprimida. Entretanto, em *Brás Cubas*, a situação é completamente diferente. Marcela trai abertamente, por dever de ofício, é prostituta de luxo, e a maravilhosa Virgília trai o marido Lobo Neves, mantendo com Brás Cubas uma casa na Gamboa para os encontros amorosos. Em *Quincas Borba*, em que há o maior número de referências a *Otelo*, o adultério como possibilidade é a tônica de todo o romance. Rubião está sempre à espera do *sim* de Sofia. Ela encarna a sedução – é a mais legítima representante do comentário de Freud de que *as hísticas sempre encantam nos salões*. Se não chegam às vias de fato, no entanto, a muitos, parece que *sim*. É a sedução consentida, é o triângulo que excita o marido, na sua admiração homossexual pelo potencial amante, o ricaço de Barbacena. Como todos sabemos, o paroxismo da traição por adultério é apresentado por Bento Santiago devido a sua posição de promotor de direito, que fez com que, inclusive durante muitos anos, se tentasse, ingenuamente, chegar a uma condenação ou a uma absolvição de Capitolina. A ironia do nosso mestre foi de criar um estado de espírito no leitor que o levasse a apaixonadamente tomar um partido. Ironicamente cutucava o leitor através dos comentários do casmurro Santiago: “...minha vida se casa bem à definição. Cantei um *duo* terníssimo, depois um *trio*, depois um *quatuor*...” (DC, p. 738). Levou-se algum tempo para se perceber que Capitu não fala, não pode dizer nada sobre si – um diário de outrem não pode ser apresentado como peça de acusação. A arte de Machado foi levantar a dúvida, talvez a cutucada tenha sido a de se divertir, pois sabia o quanto é difícil para o homem conviver com a dúvida – possivelmente sabia que o ser humano quer, sempre, dar sentido a tudo (FREITAS, 2001, p. 79-81).



Como Elaborar Referências Bibliográficas (NBR 6023:2002)

Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua visão; o telefone é a extensão de sua voz; em seguida, temos o arado e a espada, extensões de seu braço. O livro, porém, é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação (Jorge Luis Borges. O livro. *Humanidades*, Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, nº 1, p. 15, out./dez. 1982).

No Brasil, as referências bibliográficas são normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A norma que trata deste assunto é a NBR 6023:2002. Ela cuida das condições pelas quais devem ser referenciadas as publicações mencionadas em livros, artigos científicos, monografias, resenhas, resenhas e outros. Destina-se a autores, editores, bibliotecários que se interessam pela elaboração de referências a serem incluídas em textos.

1 Conceito

Entende-se por referência bibliográfica o conjunto de elementos que permitem a identificação de documentos impressos em variados tipos de material.

Ainda que sujeitas a críticas e discordâncias, são essas normas o parâmetro oficial obrigatório, no Brasil, para todos os envolvidos em atividades científicas, técnicas ou acadêmicas. Elas são internacionais, e estão em vigor nos meios técnicos, científicos e acadêmicos de todos os países do mundo e não há como ignorá-las, mesmo discordando ou criticando as falhas existentes em sua elaboração.

A NBR 6023:2002:

- ☐ fixa a ordem dos elementos das referências bibliográficas;
- ☐ estabelece convenções para a transcrição e apresentação dos elementos das referências bibliográficas.

A referência bibliográfica pode aparecer:

- ☐ inteiramente incluída no texto;
- ☐ parte no texto, parte em nota de rodapé;
- ☐ em nota de rodapé ou de fim de texto;
- ☐ em lista bibliográfica, sinalética ou analítica;
- ☐ encabeçando resumos ou resenhas.

Se inteiramente incluída no texto, a referência aparece entre parênteses, logo depois de uma transcrição direta ou indireta, ou logo após a citação do nome de um autor. Se redigida parte no texto e parte em nota de rodapé, deve aparecer no texto o nome do autor e, no rodapé, o nome da obra e os elementos de impressão. Se composta no rodapé ou no final do capítulo, ou da parte, ou de todo o texto, aparece no texto um número que remete ao texto da nota. Se composta em lista bibliográfica, sinalética ou analítica, há um número que remete a uma lista numerada, com as indicações referenciais bibliográficas. Pode, ainda, aparecer impressa no início de um texto, como resumos e resenhas, ou numa listagem, ordenada alfabeticamente pelo sobrenome, ao final de uma obra.

2 Elementos essenciais e complementares

São elementos essenciais de uma referência:

- ☐ autor(es);
- ☐ título e subtítulo (quando houver);
- ☐ edição;
- ☐ local;
- ☐ editora;
- ☐ data da publicação.

Os elementos complementares nas referências a livros são:

- ☐ ilustrador;
- ☐ tradutor;

- ☐ revisor;
- ☐ adaptador;
- ☐ compilador;
- ☐ número de páginas;
- ☐ volume;
- ☐ ilustrações;
- ☐ dimensões;
- ☐ série editorial ou coleção;
- ☐ notas (mimeografado, no prelo, não publicado, título original);
- ☐ ISBN (*International Standard Book Number*);
- ☐ índice.

Nos trabalhos acadêmicos, costumeiramente são indicados apenas os elementos essenciais; os documentos mais utilizados nas bibliografias desses trabalhos, de modo geral, são:

- ☐ livro;
- ☐ capítulo de livro;
- ☐ dissertação de mestrado;
- ☐ tese de doutorado;
- ☐ revista;
- ☐ artigo de jornal;
- ☐ arquivos eletrônicos;
- ☐ filme de vídeo.

Ao apresentar modelos para referenciar monografia no todo, a NBR 6023:2002 inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).

Tratar todos esses documentos da mesma forma que monografias significa adotar o mesmo padrão de disposição dos elementos referenciados.

Os elementos essenciais para a referência desses documentos são:

- ☐ **autor:** SOBRENOME em maiúsculas, vírgula, prenomes por extenso com as iniciais em maiúsculas ou abreviadamente, ponto;
- ☐ **título da obra:** *itálico*, grifado ou sublinhado, ponto. Quando há subtítulo, deve ser antecedido de dois-pontos, sem grifo. Considera-se grifo o emprego de qualquer tipo diferenciado: **bold**, *itálico*;

- ❑ **edição:** indica-se a edição a partir da segunda, em números arábicos, sem ordinal e com a palavra *edição* de forma abreviada: 2. ed.;
- ❑ **local da publicação:** o nome da cidade não pode ser abreviado. Caso existam cidades com o mesmo nome em Estados ou países diferentes, anota-se o Estado ou país, seguindo-se dois-pontos;
- ❑ **editora:** o nome da editora aparece após os dois-pontos, sem a razão social, parentescos etc. (Companhia, S.A., Ltda., Filhos & Irmãos, Sons, Livraria, Papelaria etc.). Admite-se a abreviatura para algumas delas: FGV (Fundação Getúlio Vargas), Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), Difel (Difusão Européia do Livro);

Bolonha: Il Mulino

Buenos Aires: Depalma

Curitiba: Juruá

Goiânia: AB Editora

La Plata: Platense

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa: Minerva

Londres: Stevens

Milão: Giuffrè

Nápoles: Jovenie

Pádua: Cedam

Paris: PUF

Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor

Rio de Janeiro: Forense

Rio de Janeiro: Forense Universitária

Rio de Janeiro: J. Olympio e não Editora José Olympio Ltda.

Roma: Edizione Scientifiche Italiane

São Paulo: Bushatsky

São Paulo: Revista dos Tribunais

Turim: Editrice Torinese

Turim: Utet

Se falta local:

FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e ragione: teoria del garantismo penale*. [S.l.]: Laterza, 1990.

(Observe-se que o S é maiúsculo.)

Duas são as editoras de um mesmo local:

São Paulo: Revista dos Tribunais: Edusp

Duas editoras, mas de locais diferentes:

São Paulo: Atlas; Brasília: UnB

- ❑ **data:** o ano da publicação deve ser grafado com algarismos arábicos, sem ponto no milhar, antecedido de vírgula e seguido de ponto. Se for absolutamente impossível identificar a data, anota-se uma data aproximada entre colchetes.

Data provável: [2002?]

Data certa, mas não indicada: [1973]

Data aproximada: [ca. 1999]

Década certa: [199-]

Década provável: [199-?]

Século certo: [19--]

Século provável: [19--?]

Observações:

- ❑ na impossibilidade de encontrar informações sobre o local e o editor da publicação, ainda que seja no final do livro, na contracapa ou no prefácio, emprega-se a notação S.l. (ausência do local) e s.n. [*sine nomine*] (ausência do editor);
- ❑ alinhamento é feito pela margem esquerda, deixando-se um espaço horizontal entre uma referência e outra;
- ❑ subtítulo não deve ser destacado (*itálico*, **bold**, ou sublinha);
- ❑ número de volumes da obra deve ser indicado após a data e o ponto final, com a palavra *volume* abreviada: 2 v.; não confundir 2 v. (dois volumes) com v. 2 (volume 2); a indicação de volume é feita com algarismos arábicos;
- ❑ quando há dois ou três autores, os nomes são separados pelo ponto-e-vírgula; se há mais de três autores, após o primeiro é acrescentada a expressão latina *et al.* (e outros), sem destaque;
- ❑ nome do autor de várias obras não deve ser repetido, mas substituído na bibliografia por um traço equivalente a seis espaços, seguido de ponto.

2.1 Citação de monografias (livros, separatas, dissertações)

São elementos imprescindíveis: autor, título da obra, edição, local, editor e ano de publicação.

São elementos complementares: organizador (ou coordenador), a descrição física do volume: número de páginas ou número de volumes, dimensões (em centímetros: largura e altura), série ou coleção, notas especiais, número do ISBN (*International Standard Book Number*):

1. Apenas com os elementos imprescindíveis:

a) Um autor

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

Notas:

1. Sobrenome em letras maiúsculas. Vírgula.
2. Prenome do autor em caixa alta e baixa. Ponto.
3. Título da obra destacado (*italico* ou **bold**). Ponto. O título deve ser escrito em caixa baixa, exceto a primeira letra da primeira palavra. Mesmo que se trate de um artigo, somente este aparecerá em caixa alta. *Os lusíadas*, por exemplo. A Norma não apresenta exceções para o uso de letras maiúsculas.
4. Número da edição (a partir da segunda). Ponto. (*Observar a abreviatura de 2ª = 2.; a palavra edição também é abreviada.*)
5. Local. Dois-pontos.
6. Editora. Vírgula. Não se usam palavras como *Editora, S.A., Cia., Filho, Ltda., Sons, Publishing, The*. Usa-se apenas o nome da editora.
7. Ano da publicação. Ponto.

Se a obra é publicada sob a organização, direção, coordenação de um autor, o modelo a seguir é:

BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

Para *coordenador*, usa-se a abreviatura *Coord.*; para *diretor*, *Dir.* A NBR 6023:2002 não admite o plural para essas expressões.

b) Dois autores

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1994.

c) Três autores

CASAGRANDE NETO, Humberto; SOUZA, Lucy; ROSSI, Maria Cecília. *Abertura do capital de empresas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

d) Quatro autores ou mais

MAGALHÃES, Antonio de Deus F et al. *Perícia contábil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

e) Livro em 1ª edição

ASSUNÇÃO, Lutero Xavier. *Princípios de direito na jurisprudência tributária*. São Paulo: Atlas, 2000.

f) Livro em 2ª ou mais edição

ICHIHARA, Ioshiaki. *Princípios da legalidade tributária na constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

g) Livro com título e subtítulo

CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugenia Teixeira. *Processo tributário: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

h) Livro com mais de um volume

TELES, Ney Moura. *Direito penal*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 2 v.

i) Citação de um livro específico numa obra em vários volumes

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direitos reais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. v. 5.

(O número do volume é grafado em algarismos arábicos.)

2. Com os elementos complementares (coordenação, organização ou direção, tradução, volume, número de páginas, dimensões físicas do volume, ISBN):

CHANLAT, Jean-François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. 2. ed. Tradução de Arakcy Martins Rodrigues; Luciano dos Santos

Gagno; Mauro Tapias Gomes; Ofélia de Lanna Sette Tôrres. Organização da edição brasileira de Ofélia de Lanna Sette Tôrres. São Paulo: Atlas, 1993. 2 v., v. 1, 206 p., 17 × 24 cm. ISBN 85.224.0964-1.

Notas:

1. O nome do coordenador aparece na ordem indireta (proceder da mesma forma em caso de diretor, organizador). Abreviaturas como *Coord.*, *Org.*, *Dir.* não são pluralizadas segundo a NBR 6023:2002.
2. Título em destaque.
3. O subtítulo aparece sem nenhum destaque. Ele é precedido de dois-pontos. Após o subtítulo, coloca-se ponto.
4. Edição.
5. Nome do tradutor na ordem direta. Nomes dos tradutores, se houver mais de um, separados por ponto-e-vírgula.
6. Local. Dois-pontos.
7. Editora. Vírgula.
8. Ano da publicação. Ponto.
9. Número de volumes. Vírgula.
10. Volume consultado. Vírgula.
11. Número total de páginas. Vírgula.
12. Dimensões físicas da obra em centímetros. Ponto.
13. Número do ISBN. Ponto. (Esse número é normalmente impresso na quarta-capa, na parte inferior, próximo ao dorso.)

3. Dissertação de mestrado e tese de doutorado

CARVALHO FILHO, Milton Paulo de. *Indenização por equidade no novo Código Civil*. 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Mackenzie, São Paulo.

HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na história da gramática portuguesa: uma mudança de conceitos gramaticais?* 1994. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Notas:

1. Sobrenome em letras maiúsculas. Vírgula.
2. Prenomes do autor. Ponto.

3. Título da tese ou dissertação em destaque. Ponto.
4. Ano estampado na publicação. Ponto.
5. Número de folhas (a palavra *folha* é abreviada no lugar de página).
6. Indicação de que se trata de dissertação ou tese. Parêntese de abrir. Informação sobre a área da dissertação ou tese. Parêntese de fechar. Traço. Nome da faculdade. Vírgula. Nome da Universidade. Vírgula.
7. Local. Ponto.

Monografia de final de curso

MEDEIROS, João Bosco. *Alucinação e magia na arte*. 1993. 86 f. Monografia (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Notas:

1. SOBRENOME, vírgula. Prenomes, ponto.
2. Título da monografia em destaque (pode ser *itálico* ou **bold**).
3. Ano da apresentação do trabalho. Ponto.
4. Número de folhas do trabalho. Ponto.
5. Dizeres: "Monografia (apresentada ao final do curso de...)". Traço sem espaço. (Adaptar os dizeres conforme a especialidade da monografia.)
6. Nome da faculdade, vírgula.
7. Nome da Universidade, vírgula.
8. Local. Ponto.

4. Livro de série ou coleção

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 128 p., 14 × 21 cm. (Fundamentos, 38.) ISBN 85-08-03249-8.

Notas:

1. Sobrenome do autor em letras maiúsculas. Vírgula.
2. Prenomes do autor. Ponto.
3. Título da obra em destaque. Ponto.
4. Edição abreviada.
5. Local. Dois-pontos.
6. Editora. Vírgula.

7. Ano da publicação. Ponto.
 8. Número total de páginas. Vírgula.
 9. Dimensões físicas do volume em centímetros. Ponto.
 10. Nome da série ou coleção entre parênteses. O ponto fica dentro dos parênteses. A palavra *série* ou *coleção* não deve aparecer.
 11. Número do ISBN. Ponto.
5. **Capítulo de um livro sem autoria especial**
- LÉVY-BRUHL, Henri. Os fatores da evolução do direito. In: _____. *Sociologia do direito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 79-85.
- (Nesse caso, é obrigatório citar o número das páginas compreendidas pelo texto citado.)

6. **Capítulo de um livro com autoria especial**
- MARCONI, Marina de Andrade. Cultura e sociedade. In: LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- (Nesse caso, é obrigatório citar o número das páginas compreendidas pelo texto citado.)

Notas:

1. Sobrenome do autor do texto (fragmento, capítulo) citado em maiúsculas. Vírgula.
 2. Prenomes do autor do fragmento ou capítulo. Ponto.
 3. Título do fragmento ou artigo, sem nenhum destaque. Ponto.
 4. A expressão In: (sem destaque) precede o nome do autor da obra em que o artigo ou fragmento está contido.
 5. Sobrenome do autor da obra. Vírgula.
 6. Prenome do autor da obra. Ponto.
 7. Título da obra em destaque. Ponto.
 8. Edição. Ponto.
 9. Local. Dois-pontos.
 10. Editora. Vírgula.
 11. Ano da publicação. Ponto.
7. **Anais**
- SOERENSEN, B.; MORENO, A.; BOLOGNANI, H. Contribuição para uso de imuno-supressores como teste de determinação da normalidade de animais de laboratório. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE MEDICINA VETERINÁRIA

E ZOOTECLIA, 8, 1977, Santo Domingo (República Dominicana). *Anais...* Santo Domingo, 1977. p. 52-56.

Notas:

1. Sobrenome. Vírgula.
2. Prenome. Ponto. Como, no caso, os autores são vários, seus nomes aparecem separados por ponto-e-vírgula.
3. Título do trabalho, subtítulo (se houver) seguido da expressão In: (sem destaque).
4. Título do evento em versal. Vírgula.
5. Número do evento (se houver). Observe como o ordinal aparece. Não use algarismos romanos. Vírgula.
6. Ano do evento. Vírgula.
7. Local de realização do evento. Ponto.
8. Título do documento: *anais, atas, tópico temático*, em destaque. Reticências.
9. Local da publicação do texto. Vírgula.
10. Data da publicação do texto. Ponto.
11. Páginas inicial e final da parte referenciada.

8. Simpósios

MEIRELES, Fernando Batista. Mão-de-obra, ensino técnico e desenvolvimento social. In: SIMPÓSIO SOBRE MÃO-DE-OBRA, 1976, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria do Trabalho e Administração, 1976.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9, 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1994. p. 16-29. (Exemplo transcrito da NBR 6023:2002.)

Notas:

1. Sobrenome. Vírgula.
2. Prenomes. Ponto. Como, no caso, os autores são vários, seus nomes aparecem separados por ponto-e-vírgula.
3. Título do trabalho, subtítulo (se houver) seguido da expressão In: (sem destaque).
4. Título do evento em versal. Vírgula.
5. Número do evento (se houver). Observe como o ordinal aparece. Não use algarismos romanos. Vírgula.

6. Ano do evento. Vírgula.
7. Local de realização do evento. Ponto.
8. Título do documento: *anais, atas, tópico temático*, em destaque. Reticências.
9. Local da publicação do texto. Dois-pontos se vier o nome do responsável pela publicação, ou vírgula se seguir apenas o ano da publicação.
10. Editora ou nome da instituição que publicou o texto.
11. Data da publicação do texto. Ponto.
12. Páginas inicial e final da parte referenciada. Ponto.

9. Entidades coletivas

Obras de responsabilidade coletiva são referenciadas iniciando-se pelo nome da entidade em versal:

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Relatório da diretoria-geral, 1984*. Rio de Janeiro, 1985.

No caso de a entidade coletiva ter denominação genérica, seu nome é precedido pelo nome do órgão superior.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. *Relatório geral*. Brasília, 1994.

2.2 Citação de artigos de periódicos (jornais e revistas)

A Norma estabelece:

“Inclui a coleção como um todo, fascículo ou número de revista, número de jornal, caderno etc. na íntegra, e a matéria existente em um número, volume ou fascículo de periódico (artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens etc.).”

Portanto:

- ☐ coleção na totalidade;
- ☐ fascículo;
- ☐ número de revista;
- ☐ volume de uma série;
- ☐ número de jornal;
- ☐ caderno;

- ☐ matéria existente em um número;
- ☐ volume ou fascículo de periódicos;
- ☐ artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens.

1. **Coleção de revista:**

IOB – INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Textos legais. São Paulo: IOB, 2000. Mensal. Índice trimestral.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939- . Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico do IBGE. Índice acumulado, 1939-1983. ISSN 0034-723X.

(Este último exemplo foi transcrito da NBR 6023:2002)

2. **Artigo de revista institucional:**

A Norma refere-se a periódicos de instituições.

Não se entende o uso de hífen depois do nome da revista, que a Norma traz no exemplo.

MORHY, Lauro. A ciência no Brasil. *UnB Revista*-Revista da Universidade de Brasília, Brasília, edição especial, jul. 2000.

VIEIRA, Sandra Medeiros. Uma pequena história do livro. *Ciência Hoje das Crianças: Revista de Divulgação Científica para Crianças*-Revista da SBPC, São Paulo, ano 13, nº 104, jul. 2000. ISSN 0103-2054.

3. **Artigo de revista:**

ABRANCHES, Sérgio. Bravo Brasil. *Veja*, edição 1771, ano 35, nº 39, p. 114, 2 out. 2002.

NASCIMENTO, Gilberto. Clandestinos do Brasil. *Isto É*, nº 1.509, p. 48-49, 2 set. 1998.

Artigo não assinado:

PATERNIDADE: qual laboratório escolher? *Panorama da Justiça*, São Paulo, TecJus, ano 3, nº 13, p. 12, ago./set. 1998.

(Observe que somente a primeira palavra é escrita em letras maiúsculas.)

4. **Artigo e/ou matéria de jornal:**

São elementos essenciais:

- ☐ autor(es) (se houver);
- ☐ título;

- ☐ subtítulo (se houver);
- ☐ título do jornal;
- ☐ local de publicação;
- ☐ data de publicação;
- ☐ caderno ou parte do jornal;
- ☐ paginação correspondente.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A democracia sobreviveu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2002, p. A3.

PALLAZZO JR., José Truda. A lei dos crimes ambientais sob ameaça. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 7 set. 1998, p. 2A.

Artigo não assinado:

CNBB apóia ato contra realidade perversa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 set. 1998. Caderno Brasil, p. 1-5.

5. Artigo de revista publicado eletronicamente:

SOUZA, Ailton Elisário de. Penhora e avaliação. *Dataveni@*, Campina Grande, ano 4, nº 33, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.datavenia.inf.br/frame-artig.html>>. Acesso em: 31 jul. 2000.

6. Matéria de revista não assinada, publicada eletronicamente:

PROCURADORES do caso Eduardo Jorge vão depor no Senado. *Veja On-line*, São Paulo, 7 ago. 2000. Disponível em: <<http://veja.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2000.

7. Matéria de jornal assinada, publicada eletronicamente:

BETING, Joelmir. Volta por cima. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editoriais/2001/03/09/eco812.html>>. Acesso em: 9 mar. 2001.

8. Matéria de jornal não assinada, publicada eletronicamente:

DIRETOR diz que revista se baseou em três fitas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editoriais/2001/03/09/po1094.html>>. Acesso em: 9 mar. 2001.

As referências de documentos eletrônicos seguem, em geral, o modelo de monografia, acrescentando-se informações relativas à descrição física do meio ou suporte.

PAU no gato! Por quê? Rio de Janeiro: Sony Music Book Case Multimedia Educational, [1990]. 1 CD-ROM. Windows 3.1.

Para as obras consultadas *on line* são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre <brackets>, precedido da expressão: "Disponível em:", e a data de acesso ao documento, precedida da expressão: "Acesso em:" Exemplos:

MUELLER, S. P. M. A pesquisa na formação do bibliotecário. Disponível em: <<http://www.biblioteconomia.cjb.net>>. Acesso em: 9 ago. 2000.

2.3 Trabalhos apresentados em congressos

Para referenciar trabalhos apresentados em congressos, siga o modelo exposto:

FIGUEIREDO, Carlos. A linguagem racista no futebol brasileiro. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4, 1968, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Stux/9231/racismo.html>>. Acesso em: 14 abr. 2000.

2.4 Legislação

A NBR 6023:2002 estabelece:

"7.9.1 Compreende a Constituição, as emendas constitucionais e os textos legais infraconstitucionais (lei complementar e ordinária, medida provisória, decreto em todas as suas formas, resolução do Senado Federal) e normas emanadas das entidades públicas e privadas (ato normativo, portaria, resolução, ordem de serviço, instrução normativa, comunicado, aviso, circular, decisão administrativa, entre outros)."

São elementos essenciais:

- ☐ jurisdição ou cabeçalho da entidade;
- ☐ título;
- ☐ numeração;
- ☐ data;
- ☐ ementa;
- ☐ dados de publicação.

1. Constituição Federal:

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

2. Emenda Constitucional:

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº . . . , de . . . de de 199. Dá nova redação ao art. . . . da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. São Paulo: Atlas, 2000.

3. Medida Provisória:

BRASIL. Medida Provisória nº, de . . . de de 200 . . . Estabelece, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Seção 1, p.

4. Decreto:

BRASIL. Decreto nº 71.790, de 31 de janeiro de 1993. Institui o Ano Nacional de Turismo e dá outras providências.

5. Código:

BRASIL. *Código civil*. Organização de Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 1993.

6. Jurisprudência (decisões judiciais):

BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região Apelação cível nº Apelante: Apelada: Relator: São Paulo, 2001. São Paulo,, v., nº, p., 2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº Não é admissível por ato administrativo restringir São Paulo: Atlas, 2001.

2.5 Observações técnicas gerais**Alinhamento e estética**

As referências são alinhadas à margem esquerda. Entre uma referência e outra na bibliografia, há um espaço maior.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha: trechos escolhidos*. Organizado por João Etienne Filho. Rio de Janeiro: Agir, 1961. (Nossos Clássicos, 54.)

Anais de congresso

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, 13, 1995, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1995.

SOUZA, L. S.; BORGES, A. L.; REZENDE, J. O. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21, 1994, Petrolina. *Anais...* Petrolina: Embrapa, CPATSA, 1994. p. 3-4.

(Exemplos da NBR 6023:2002.)

Ano da publicação

O ano da publicação é sempre indicado em algarismos arábicos. Não se usam pontos para separar as unidades.

1991 (e não 1.991)

Se a data não aparece na publicação, coloca-se entre colchetes a data provável:

[1991?]

Ou aproximada:

[ca. 1991]

Data certa, mas não indicada no documento:

[2002]

Década certa:

[199-]

Autor e título repetidos

Se autor e título forem repetidos, mas diferirem as edições, usam-se dois traços:

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

_____. _____. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

Autores repetidos

Em caso de autores repetidos, referencia-se ou em ordem alfabética do título da obra, ou por ordem cronológica, a partir do mais recente (vai-se, portanto, do mais atual para o mais antigo):

Ordem alfabética dos títulos:

GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

No caso em que se adota a ordem alfabética por títulos de obra, ficaria:

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Se apenas um dos autores é o mesmo:

MEDEIROS, João Bosco. *Português instrumental*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; ANDRADE, Maria Margarida de. *Manual de elaboração de referências bibliográficas*. São Paulo: Atlas, 2001.

Coleção

Coleções são referenciadas após o ano da publicação:

BLIKSTEIN, Izodoro. *Técnicas de comunicação escrita*. São Paulo: Ática, 1985. (Princípios.)

Destaque

Estabelece a NBR 6023:2002:

O recurso tipográfico (negrito, grifo ou itálico) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências de um mesmo documento. Isto não se aplica às obras sem indicação de autoria, ou de responsabilidade, cujo elemento de entrada é o próprio título, já destacado pelo uso de letras maiúsculas na primeira palavra, com exclusão de artigos (definidos e indefinidos) e palavras monossilábicas.

A Norma ocupa-se de estabelecer um padrão: o uso do negrito (**bold**) em uma referência deve ser repetido em todas as outras. Se se optar pelo *itálico*, deve-se proceder da mesma forma em todas as referências. A sublinha é pouco utilizada, particularmente com a difusão dos microcomputadores e do programa Word do Windows.

Emprega-se o versal (todas as letras em caixa alta) nos sobrenomes dos autores individuais, nos nomes das entidades coletivas, nos títulos de periódicos quando constituírem a entrada da referência:

SÚSSEKIND, Flora.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.

BRASIL. Ministério da Fazenda.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

TRATADOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS.

Nas referências a parte de obra, a indicação da obra principal, precedida do "In:", segue a mesma norma:

DALLARI, Dalmo de Abreu. Constituição resistente. In: MORAES, Alexandre de (Coord.). *Os 10 anos da Constituição Federal*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 45-63.

A letra maiúscula é utilizada na primeira letra de cada palavra dos títulos das séries e nos nomes das entidades coletivas e de editores. Exemplo:

Ministério da Educação e Cultura.

Coleção Documentos Brasileiros.

Fundação Calouste Gulbenkian.

O destaque (*itálico*, ou **bold**) é utilizado nos títulos das obras e de periódicos quando não iniciam a referência:

LESSING, G. E. *Laocoonte: ou sobre as fronteiras da pintura e da poesia*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Iluminuras, 1998.

Nas palavras latinas e abreviaturas de domínio comum, é desnecessário o uso do *itálico*:

Apud

et al.

et seq.

Ibidem

Idem

In

Op. cit.

passim

q. v.

Dimensão

Largura e altura são referenciadas:

14 × 21 cm

16 × 24 cm

Dissertação de mestrado e tese de doutorado

Dissertações e teses: são referenciadas conforme modelo a seguir:

MUAKAD, Irene Batista. *Prisão albergue: a experiência paulista*. 1979. 180 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito São Francisco, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Para citar teses, siga o modelo anterior, fazendo apenas uma pequena adaptação: onde está escrito *Mestrado em Direito Penal*, substitua por *Doutor em...*

Edição

A edição é sempre indicada em algarismos arábicos.

4. ed.; 5. ed.

Se há acréscimos à edição ou a obra foi alterada por terceiros, ou se se trata de uma edição especial, o procedimento é o seguinte:

LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. *Do casamento ao divórcio*. Edição atualizada por Carlos Augusto de Barros Levenhagen. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Entidades coletivas

Entidades coletivas, como órgãos governamentais, empresas, congressos, devem ser referenciadas com entrada pelo título.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Bibliografia brasileira*. Rio de Janeiro, v. 7, n° 1, p. 1-195, 1° trim. 1989. ISBN 0102-3144.

Anais são referenciados como segue:

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE CONTABILIDADE, 15, 1983, *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Contadores – Ibracon, 1983.

O título da entidade deve ser referenciado conforme aparece na publicação.

Estética do alinhamento

A segunda e as demais linhas da referência bibliográfica devem ser alinhadas à primeira. Toda a bibliografia é alinhada à esquerda; não há recuo de nenhuma linha.

Fonte dos elementos bibliográficos

Os elementos constantes de referências bibliográficas devem ser transcritos da folha de rosto (frontispício), ou “outras fontes equivalentes”.

COSTA, José Augusto Fontoura. *Normas de direito internacional: aplicação uniforme do direito uniforme*. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRAZ, Antonio Augusto de Camargo (Coord.). *Ministério público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 2 v.

SALVADOR, Antônio Raphael; SOUZA, Osni. *Mandado de segurança: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 1998.

Ilustração

Se a obra é ilustrada e é importante a referência à ilustração, indica-se, por exemplo, 300 p. il.

Letras maiúsculas e minúsculas

A maiúscula é usada para sobrenome de autores. Os títulos de livros têm a primeira letra inicial da primeira palavra em maiúscula:

Os lusíadas.

A riqueza das nações.

Nomes de periódicos são grafados com letra maiúscula em todas as palavras:

Folha de S. Paulo.

O Estado de S. Paulo.

Revista de Administração de Empresas.

Se o nome de um periódico constitui a entrada de uma referência, ele é escrito todo com letras maiúsculas:

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Empresa Folha da Manhã. Diário. São Paulo, 9 nov. 2002.

Se a matéria não é assinada, apenas a primeira palavra do título do artigo é escrita com letras maiúsculas:

CHILE deixa de comprar carne de MS por medo de febre aftosa do Paraguai.
Folha de S. Paulo, 5 nov. 2002, p. B-2.

Local e editora

O local da publicação deve ser transcrito da obra tal como aí figura. Havendo homônimos, acrescenta-se o Estado, o país:

Cambridge, Massachusetts.

Se nem o local nem o nome do editor aparecem na publicação, são utilizadas as abreviaturas:

[S.l.: s.n.]

Não constando local da publicação, indica-se entre colchetes [S.l.] (*Sine loco*).

Se o nome do editor não aparece na publicação, coloca-se entre colchetes [s.n.] (*sine nomine*).

Nomes de editoras figuram tal como aparecem no frontispício da obra, suprimindo-se os elementos que designam a natureza jurídica ou comercial (S.A., Ltda., Filhos, Editora, Editorial):

J. Olympio (e não Editora José Olympio)

Nacional (e não Editora Nacional)

Brasiliense (e não Editora Brasiliense)

Saraiva (e não Editora Saraiva)

No caso de editoras com nome de cidades ou países, coloca-se o nome *editora*:

Editora do Brasil

Porto Editora

Coimbra Editora

Editoras cujos nomes são abreviados devem assim aparecer:

EPU	Difel
Edusp	FTD
PUF	FGV

Duas editoras responsáveis por uma publicação são separadas por dois-pontos:

Atlas: Edusp, 2002.

Edusp: Objetiva, 2002.

Nomes de meses

Nomes de meses devem ser abreviados no idioma original da publicação. Não se abreviam meses com apenas quatro letras, ou menos. Quando abrangem um período, são separados por barra: *jan./ago.*

ABREVIATURAS DE NOME DE MESES

<i>Alemão:</i>	Jan. (Januar); Feb. (Februar); März (März); Apr. (April); Mai (Mai); Juni (Juni); Juli (Juli); Aug. (August); Sept. (September); Okt. (Oktober); Nov. (November); Dez. (Dezember).
<i>Espanhol:</i>	enero (enero); feb. (febrero); marzo (marzo); abr. (abril); mayo (mayo); jun. (junio); jul. (julio); agosto (agosto); sept. (septiembre); oct. (octubre); nov. (noviembre); dic. (diciembre).
<i>Francês:</i>	janv. (janvier); févr. (février); mars (mars); avril (avril); mai (mai); juin (juin); juil. (juillet); août (août); sept. (septembre); oct. (octobre); nov. (novembre); déc. (décembre).
<i>Inglês:</i>	Jan. (January); Feb. (February); Mar. (March); Apr. (April); May (May); June (June); July (July); Aug. (August); Sept. (September); Oct. (October); Nov. (November); Dec. (December).
<i>Italiano:</i>	genn. (gennaio); febr. (febbraio); mar. (marzo); apr. (aprile); magg. (maggio); giugno (giugno); luglio (luglio); ag. (agosto); sett. (settembre); ott. (ottobre); nov. (novembre); dic. (dicembre).
<i>Português:</i>	jan. (janeiro); fev. (fevereiro); mar. (março); abr. (abril); maio (maio); jun. (junho); jul. (julho); ago. (agosto); set. (setembro); out. (outubro); nov. (novembro); dez. (dezembro).
<i>Observação:</i>	Os nomes de meses em alemão e em inglês são grafados com inicial maiúscula.

Nome de autor/autores

Os autores são referenciados pelo último sobrenome, seguido pelos prenomes. Exemplo:

MORAES, Alexandre de

SANTOS, Luís dos

SCHILLER, Friedrich

SILVA, Manoel da

Se compostos, devem aparecer:

CARVALHO NETO, Inácio de
RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz¹
SIMÃO FILHO, Adalberto
MONTORO FILHO, André Franco
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra

Os nomes devem ser transcritos como aparecem no texto referenciado.

ASSIS, Machado de (e não ASSIS, Joaquim Maria Machado de).

Até três autores, todos devem ser referenciados completamente. Se há mais de três, após o primeiro coloca-se a expressão *et al.* (e outros) em redondo (tipo normal). Entre um nome e outro, deve ser usado ponto-e-vírgula:

SOARES, Ailton; SOUZA, Otávio Henrique Oliveira de; MORETTI, Roberto de Jesus. *Legislação policial militar anotada*. São Paulo: Atlas, 2000.

Organizador/Coordenador/Diretor

Organizador: no caso de obra constituída de vários textos de diferentes autores, com indicação na folha de rosto (frontispício) apenas do nome do organizador, ou coordenador, ou diretor, inicia-se a referência pelo responsável da obra:

MORAES, Alexandre de (Coord.). *Os 10 anos da Constituição Federal*: temas diversos. São Paulo: Atlas, 1999.

Organizador, coordenador e diretor são abreviados sempre no singular: Org., Coord., Dir.

Página

Os números de página são precedidos da abreviatura *p.* Observe-se que os números, mesmo que idênticos, são repetidos:

p. 16-17

p. 106-107

p. 675-678

¹ O referenciador deve respeitar a forma de apresentação de nomes e sobrenomes, apresentando-os como aparecem no frontispício do livro. Assim, escreverá *JR.* ou *JÚNIOR*. Também deve transcrever com rigor *s*, *z*, letras dobradas, acentos. A Norma não autoriza a uniformização de prenomes, abreviando-os.

Pontuação

Para a NBR 6023:2002:

"A pontuação segue padrões internacionais e deve ser uniforme para todas as referências. As abreviaturas devem ser conforme a NBR 10522."

A norma segue padrões internacionais de pontuação, em lugar do sistema de pontuação da Língua Portuguesa.

Ponto. Os vários elementos da referência bibliográfica (nome do autor, título da obra, notas tipográficas [imprenta], notas bibliográficas e notas especiais) devem ser separados entre si por ponto.

BOSSA, Nadia. *Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Ponto-e-vírgula. Sinal de pontuação que serve para separar nomes de autores de uma obra e editoras de diferentes localidades.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução de António Correia. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado; São Paulo: Martins Fontes, 1979. (Studium.)

Dois-pontos. Sinal de pontuação que serve para separar título de subtítulo, local de editora e depois da expressão latina *In*.

SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética: uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ, 2000.

PORTELA, Eduardo. O grito do silêncio. In: LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

Quando são duas as editoras, elas são separadas por dois-pontos:

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial: Unesp, 1999.

Vírgula. Serve para separar sobrenome de prenomes, editora de data de publicação.

PRAZ, Mario. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Tradução de Philadelpho Menezes. São Paulo: Unicamp, 1996.

Parênteses. A nota especial de série e coleção tradicionalmente é apresentada entre parênteses.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. (Princípios, 182.)

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. (Fundamentos.)

FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da literatura realista: 1871-1900*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1924. (Biblioteca de Estudos Históricos Nacionais, 5.)

Hífen. As páginas iniciais e finais das partes referenciadas, assim como os limites de determinado período da publicação, são separadas por hífen. Exemplo:

p. 12-23.

período 1950-1968.

Barra transversal. A barra transversal é usada para separar nome de meses e as datas a que se refere a publicação:

jun./ago.

São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1999/2000.

Colchete. Os colchetes são utilizados para indicar elementos que não figuram na obra referenciada:

São Paulo: Atlas, [1958].

Título da obra

Se necessário, ao título são acrescentados outros elementos identificadores da obra:

ALENCAR, José de. *Iracema*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

Tradução

Tradução: o nome do tradutor figura após o título da obra:

PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Volume

Publicações com mais de um volume são referenciadas indicando-se em algarismos arábicos a quantidade de volumes seguida da abreviatura v.:

5 v.; 8 v.

O número do volume consultado é indicado em algarismos arábicos e é precedido da abreviatura v.:

5 v.

quantidade de volumes

v. 3

número do volume

3 Ordenação das referências

“As referências dos documentos citados em um trabalho devem ser ordenadas de acordo com o sistema utilizado para citação no texto (conforme NBR 10520)” (NBR 6023:2002).

Os sistemas comumente utilizados são o alfabético (ordem alfabética de entrada) e o numérico (ordem de citação no texto). No primeiro caso, grafa-se o sobrenome do autor, abre-se parênteses, coloca-se o ano da publicação, vírgula, a abreviatura de página, o número da página, fecha-se parêntese. Exemplo:

Conforme afirma Orlandi (1999, p. 21), “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”.

A NBR 6023:2002 estabelece que, no caso de ser utilizado o sistema alfabético, as referências devem ser reunidas no final do texto (artigo, capítulo, parte, toda a obra), em uma única ordem alfabética. A chamada no texto deve ser a mesma utilizada na lista de referência, ou seja, se um autor aparece no texto como Silva Neto, na lista de referência deve aparecer Silva Neto. Não se pode chamar um mesmo autor de uma forma no texto e de outra nas referências.

Quando um autor é referenciado sucessivamente várias vezes na lista de referências e na mesma página, seu nome pode ser substituído nas referências seguintes à primeira por um traço equivalente a seis espaços e ponto. Exemplo:

ORLANDI, Eni E *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

O título de várias edições de uma mesma obra referenciado sucessivamente, na mesma página, também é substituído por um traço nas referências seguintes à primeira.

MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Se for usado o **sistema numérico** no texto, a lista de referências deve seguir a mesma ordem numérica crescente. A NBR 6023:2002 estabelece que “o sistema numérico não pode ser usado concomitantemente para notas de referência e notas explicativas”. Exemplo:

No texto, por exemplo, aparece:

Afirma Othon Garcia¹ que...

Para Massaud Moisés,² ...

Na lista de referências ao final do texto, deve aparecer:

¹ GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*. 13. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 21.

² MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p. 65.

Exercícios

1. *Fazer a referência bibliográfica considerando os seguintes elementos:*
Ano de publicação: 1988
Título da obra: Como ler, entender e redigir um texto
Autora: Enilde L. de J. Paulstich
Editora: Vozes
Número de páginas: 118.
2. *Fazer a citação bibliográfica de um artigo de revista.*
3. *Fazer a citação bibliográfica de um artigo de jornal.*
4. *Referenciar um capítulo de um livro.*
5. *Como proceder quando o local não é determinado no livro?*
6. *Que significa sine nomine? Quando usá-lo?*

7. *Como proceder quando não aparecer numa obra nem local nem editor?*
8. *Como se abreviam os nomes de meses em inglês?*
9. *Como citar o nome do tradutor de uma obra? Faça uma referência bibliográfica em que apareça o nome do tradutor.*
10. *Como proceder no caso de mais de uma publicação de um mesmo autor?*
11. *Referenciar um texto localizado na Internet.*
12. *Referenciar um texto veiculado em CD-ROM.*

Publicações Científicas

O conhecimento da gramática é apenas um dos meios para chegarmos a uma comunicação correta, mas não é um fim em si mesmo. Ao escrever, não devemos ficar obcecados em demonstrar erudição e cultura gramatical. Se quisermos escrever bem, isto é, de modo eficaz, devemos dirigir a nossa preocupação para as três funções básicas [da comunicação], produzir resposta, tornar comum e persuadir (BLIKSTEIN, 1985, p. 23).

1 Introdução

Utilizando o título de Robert Barras (1979), pode-se dizer que os cientistas precisam escrever para transmitir o resultado de suas atividades, de suas pesquisas, de seus conhecimentos.

São consideradas publicações científicas: artigo científico, comunicação científica, ensaio, informe científico, *paper*, resenha crítica, dissertações científicas (monografias, dissertações, teses).

2 Artigo científico

O artigo científico trata de problemas científicos, embora de extensão relativamente pequena. Apresenta o resultado de estudos e pesquisas. E, em geral, é publicado em revistas, jornais ou outro periódico especializado.

Os artigos científicos permitem que as experiências sejam repetidas.

Estruturalmente, são compostos de: título do trabalho, autor, credenciais do autor, local das atividades; sinopse (resumo em português e em uma língua estrangeira, de preferência, em inglês); corpo do artigo (introdução, desenvolvimento e conclusão); parte referencial (referências bibliográficas, como notas de rodapé ou de final de capítulo, bibliografia, que é a lista dos livros consultados ou relativos ao assunto, apêndice, anexos, agradecimentos, data).

Quanto ao conteúdo, os artigos científicos apresentam em geral abordagens atuais; às vezes, temas novos. Devem versar sobre um estudo pessoal, uma descoberta.

O conteúdo de um artigo científico pode ser muito variado, como, por exemplo, discorrer sobre um estudo pessoal, oferecer soluções para posições controvertidas.

Recomenda-se o uso de um plano para que não se repitam idéias, nem se deixe nada de importante de lado.

Sua redação leva em conta o público a que se destina.

Quanto aos tipos, eles podem ser analíticos, classificatórios ou argumentativos. Os analíticos descrevem, classificam e definem o assunto e levam em conta a forma e o objetivo que se têm em vista. Em geral, sua estrutura é a seguinte: definem o assunto, apresentam aspectos relevantes e irrelevantes, partes e relações existentes.

No artigo classificatório, há uma ordenação de aspectos de determinado assunto e a explicação de suas partes. Sua estrutura é a seguinte: definição do assunto, explicação da divisão, tabulação dos tipos e definição de cada espécie.

Já no artigo argumentativo, há o enfoque de um argumento e depois a apresentação dos fatos que provam ou refutam o fato. Exige pesquisa profunda do tema. Sua estrutura é a seguinte: exposição da teoria, apresentação de fatos, síntese dos fatos, conclusão.

São motivos para a elaboração de um artigo científico: existência de aspectos de um assunto que não foram estudados suficientemente ou o foram superficialmente; necessidade de esclarecer uma questão antiga; inexistência de um livro sobre o assunto; aparecimento de um erro.

O estilo, como em qualquer trabalho científico, deve ser claro, conciso e objetivo.

A linguagem será gramaticalmente correta, precisa, coerente, simples e, preferentemente, em terceira pessoa.

Evitem-se os adjetivos inúteis, supérfluos, repetições, rodeios, explicações desnecessárias. O excesso de concisão também traz prejuízo para o texto.

O título deve corresponder ao conteúdo.

3 Comunicação científica

A comunicação científica define-se como a informação que se apresenta em congressos, simpósios, reuniões, academias, sociedades científicas. Em tais encontros, são expostos os resultados realizados.

Portanto, o conhecimento científico não se resume à descoberta de fatos e leis novas, mas também em sua publicação. Trata-se de obter e comunicar resultados.

Um texto é considerado científico quando propaga informações científicas novas.

A comunicação científica em geral é limitada em sua extensão.

As exposições realizadas em congressos, reuniões e outros que tais são breves, ocupando tempo de 10 a 20 minutos.

O tema será, sem dúvida, atual. E, antes que a profundidade da análise, busca-se expor a fundamentação da exposição.

Em geral, as comunicações científicas não permitem a reprodução da experiência realizada e levam em consideração os seguintes elementos: finalidade, informações, estrutura, linguagem, abordagem.

A finalidade é fazer conhecida a descoberta, os resultados alcançados com a pesquisa.

As informações constantes da comunicação devem ser originais, criativas.

A estrutura da comunicação engloba: introdução (formulação do tema, justificativa, objetivos, metodologia, delimitação do problema, abordagem e exposição exata da idéia central).

O desenvolvimento inclui exposição detalhada do que se disse na introdução e fundamentação lógica das idéias apresentadas.

A conclusão busca a síntese dos resultados da pesquisa.

A preocupação seguinte é com a linguagem, cujo vocabulário deverá ser rigoroso, isto é, preciso, claro, não ambíguo.

Observação importante: a comunicação só se realiza quando o leitor ou ouvinte entende aquilo que se lhe comunicou.

São requisitos básicos para a divulgação científica: o conhecimento daquilo que se comunica, a precisão terminológica, a acessibilidade da linguagem, a adaptação à audiência.

A abordagem é a forma como o pesquisador interpreta uma situação, a forma como trata os problemas abordados, a posição que toma diante de determinada situação.

Os tipos de comunicação mais comuns são: estudos breves sobre aspectos da ciência; sugestões de solução de problemas; apreciação ou interpretação de obras; recensão de um texto.

A estrutura da comunicação é a seguinte:

1. Folha de rosto, que engloba o nome do congresso, simpósio, ou outro tipo de reunião; local da reunião; data, patrocinador, título do trabalho; nome do autor; credenciais do autor.
2. Sinopse: síntese do trabalho. A sinopse pode aparecer entre o título e o texto, ou ao final do texto. Ela pode ser escrita em português, inglês ou outra língua de difusão internacional.
3. O conteúdo abrange: introdução, desenvolvimento, conclusão.
4. Bibliografia.

A elaboração de uma comunicação científica envolve o estabelecimento de um plano.

Para a determinação do tema, recomenda-se o uso de adjuntos adnominais e/ou adverbiais. Os temas excessivamente complexos não possibilitam, em geral, a realização de um trabalho consistente.

Rigoroso cronograma das atividades de leitura (pesquisa documental) ou de campo é necessário. Portanto, que sejam estabelecidos previamente: campo, objeto e nível da investigação.

A comunicação ainda envolve: preparação do autor, que deverá estar apto a responder às questões que serão formuladas. A apresentação do material deve ser feita com clareza (oral, ou escrita). Deve-se prestar atenção às questões formuladas para respondê-las com precisão, sem divagações.

As apresentações de comunicação em geral se revestem de certa formalidade. Daí o aparato gráfico, o uso da modalidade formal da linguagem, a rigidez gramatical, o estilo impessoal.

4 Ensaio

É uma exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que se chegou após apurado exame de um assunto.

Massaud Moisés (1987b, p. 227) apresenta duas ramificações do ensaio: o informal e o formal. O informal é exemplificado com a obra de Montaigne (*Ensaíes*), marcado pela liberdade criadora e pela emoção. O ensaio formal caracteriza-se pela seriedade dos objetivos e lógica do texto. É exemplo deste tipo o *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke. Massaud Moisés considera insuficientes tais características para distinguir um do outro, e destaca como

características do ensaio formal: brevidade, serenidade (deixa de lado a polêmica e o tom enfático), uso da primeira pessoa. Além disso, o ensaio é problematizador, antidogmático e nele devem sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade.

5 Informe científico

Informe científico: caracteriza-se como relato escrito que divulga os resultados parciais ou totais de pesquisa. É o mais breve dos trabalhos científicos, pois se restringe à descrição dos resultados alcançados pela pesquisa.

Deve ser escrito de forma que possa ser compreendido e as experiências repetidas, se for de interesse do investigador.

6 Trabalhos científicos

A expressão *trabalho científico* compreende variados tipos de textos elaborados segundo estrutura e normas preestabelecidas. Entre eles podem ser citados: a resenha, o informe científico, o artigo científico, a monografia, o *paper*.

Comumente há ligeiro equívoco no uso de expressões como *dissertação*, *tese*, *monografia*: esta última identificaria trabalhos científicos realizados por graduandos e apresentados ao final de um curso; a dissertação seria o trabalho apresentado por candidato à obtenção do grau de mestre; a tese seria o trabalho apresentado para a obtenção do grau de doutor. Alguns afirmam haver necessidade de originalidade na realização de uma tese. Evidentemente, tal afirmação não se justifica. Sejam os trabalhos em nível de mestrado, sejam em nível de doutorado, eles sempre devem ser inéditos, originais e contribuir “não só para a ampliação de conhecimentos ou a compreensão de certos problemas, mas também servir de modelo ou oferecer subsídios para outros trabalhos” (Lakatos e Marconi, 1995b, p. 234).

Também não se justifica a nomenclatura difundida de que a tese pertence ao nível de doutorado e a dissertação ao nível de mestrado. Severino (1986, p. 192-193) distingue tese de dissertação, afirmando que a tese de doutoramento é “o tipo mais representativo do trabalho científico monográfico”. Quanto à dissertação de mestrado, ensina que ela “deve cumprir as exigências da monografia científica”. Em seguida, instrui que ela deve ser uma “comunicação dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão, que versa sobre um tema igualmente único e delimitado”. Para o autor citado, a dissertação deverá ser elaborada segundo “as mesmas diretrizes metodológicas, técnicas e lógicas do trabalho científico, como na tese de doutoramento”. E conclui afirmando que a diferença entre tese e dissertação “está no caráter de originalidade do trabalho” da primeira e que não se

pode exigir da dissertação de mestrado igual nível de originalidade e semelhante alcance de contribuição ao progresso e desenvolvimento da ciência na área.

Ora, tanto a chamada dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado são textos dissertativos e em ambos os textos pode haver a defesa de uma ou várias teses. Em geral, tanto um como outro tipo de trabalho científico constituem-se numa monografia. É o mesmo Severino (1986, p. 193) quem afirma que

tanto a tese de doutoramento como a dissertação de mestrado são, pois, monografias científicas que abordam temas únicos delimitados, servindo-se de um raciocínio rigoroso, de acordo com as diretrizes lógicas do conhecimento humano, onde há lugar tanto para a argumentação puramente dedutiva, como para o raciocínio indutivo baseado na observação e na experimentação.

Há, portanto, monografia para a obtenção do grau de doutor, monografia para a obtenção do grau de mestre e monografia de conclusão de curso de graduação para bacharelado ou licenciatura.

Os trabalhos científicos compreendem: observações ou descrições originais, trabalhos experimentais, embasamento teórico.

Para Severino (1986, p. 150), "a abordagem própria do trabalho científico deve ser a mais monográfica possível".

6.1 *Monografia*

Monografia é uma dissertação que trata de um assunto particular, de forma sistemática e completa. Esta é sua característica essencial. Para Lakatos e Marconi (1995d, p. 151), "trata-se de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia". Para Silva et al. (s.d., p. 181), "a monografia é um tipo especializado de dissertação". Ela estuda um assunto com originalidade e em profundidade, considerando todos os ângulos e aspectos. Originalidade aqui, no entanto, não quer dizer total novidade, uma vez que a ciência se sujeita a contínuas revisões.

Para o manual de normas da Universidade Federal do Paraná (2002, p. 2),

monografia é a exposição de um problema ou assunto específico, investigado cientificamente. O trabalho de pesquisa pode ser denominado monografia quando é apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista, ou pode ser denominado trabalho de conclusão de curso, quando é apresentado como requisito parcial para a conclusão de curso. A monografia pode ser defendida em público ou não. A monografia publicamente comunicada em congressos, encontros, simpósios, academias, sociedades científicas, segundo normas estipuladas pela coordenação dessas reuniões e/ou entidades, é denominada memória.

O Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação é responsável pelo caos terminológico, pois distingue *tese* de *dissertação*. A primeira é trabalho escrito para a obtenção do grau de doutor, enquanto a segunda caracteriza o trabalho escrito para a obtenção do grau de mestre.

O objetivo da monografia, segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 153), citando Barquero, é: (a) revelar gosto e tendências; (b) exteriorizar espírito de iniciativa e criatividade; (c) demonstrar amplitude de juízos; (d) manifestar capacidade de seleção em função das metas estabelecidas; (e) expor a experiência obtida pelas leituras e vivências pessoais; (f) apresentar capacidade analítica e valorativa; (g) revelar capacidade de distinguir fatos de opiniões.

Na **monografia de graduação**, é suficiente a revisão bibliográfica, ou revisão da literatura. É mais um trabalho de assimilação de conteúdos, de confecção de fichamentos e, sobretudo, de reflexão. É, propriamente, uma pesquisa bibliográfica, o que não exclui capacidade investigativa de conclusões ou afirmações dos autores consultados.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é outro nome que se dá às monografias apresentadas ao final dos cursos de graduação. Também recebe o nome de Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) e Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento (cursos de *lato sensu*).

A NBR 14724:2002 assim define esse tipo de trabalho acadêmico:

Documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

Na **monografia para a obtenção do grau de mestre**, além da revisão da literatura, é preciso dominar o conhecimento do método de pesquisa e informar a metodologia utilizada na pesquisa. É um trabalho de confecção de fichamentos e reflexão; embora não haja preocupação em apresentar novidades quanto às descobertas, o pesquisador expõe novas formas de ver uma realidade já conhecida. A apresentação de um ponto de vista pessoal é de rigor. Deve o trabalho revelar capacidade metodológica e de sistematização das informações, bem como domínio das técnicas de pesquisa.

Finalmente, na **monografia para a obtenção do grau de doutor**, são elementos fundamentais: a revisão da literatura, a metodologia utilizada, o rigor da argumentação e apresentação de provas, a profundidade das idéias, o avanço dos estudos na área.

Embora haja confusão quanto ao uso do termo *monografia*, devido a seu largo uso no meio acadêmico como trabalho apresentado ao final de cursos de graduação, ou como texto escrito relativo a seminário apresentado em cursos de pós-graduação, a expressão diz respeito a trabalhos escritos que versam so-

bre um assunto. A finalidade do trabalho pode ser de variados níveis: atender a exigências de cursos de graduação, pós-graduação em nível de mestrado, pós-graduação em nível de doutorado. O que diferencia um texto do outro é o nível da pesquisa. Assim, para um estudante de graduação é suficiente uma pesquisa bibliográfica restrita a uma dezena de livros ou pouco mais; de um estudante de pós-graduação se exige pesquisa bibliográfica mais elástica, reflexão demorada sobre os fatos relatados, criatividade em relacionar fatos e observações.

Portanto, não há razão para se falar em três níveis: monografia, dissertação e tese. O trabalho de graduação deve ser monográfico, assim como o apresentado para a obtenção dos títulos de mestre e doutor. Os três tipos de trabalhos são dissertativos, bem como pode aparecer em todos eles a defesa de uma tese. Talvez, a alternativa seja distinguir monografias escolares (graduação) de monografias científicas (mestrado e doutorado). Silva et al. (s.d., p. 181) informam que a monografia é semelhante à dissertação, desenvolvendo “a clássica estrutura tripartida: introdução, desenvolvimento e conclusão”, mas distingue ambos os tipos de trabalhos científicos, afirmando que na dissertação o pesquisador demonstra conhecimento da literatura relativa a um tema e define sua posição e que na monografia, além disso, é preciso revelar “conhecimento do método de pesquisa que leva à descoberta científica”. Em seguida, os autores citados distinguem monografias escolares de monografias científicas. As escolares são usadas em algumas universidades como iniciação à pesquisa, enquanto as científicas são o resultado de um estudo original de um tema delimitado, seguindo a metodologia própria da ciência.

Retomando, na monografia de graduação, o orientando concentra-se na revisão bibliográfica, ou revisão da literatura. É um trabalho de assimilação de conteúdos, por meio de resenhas ou de confecção de fichamentos. Na monografia para a obtenção do grau de mestre, é preciso dominar o conhecimento do método de pesquisa e informar a metodologia utilizada na pesquisa. É um trabalho de confecção de fichamentos e reflexão. É necessária a apresentação de um ponto de vista pessoal. Finalmente, na monografia para a obtenção do grau de doutor, serão elementos fundamentais: a originalidade, os métodos utilizados, o rigor da argumentação e apresentação de provas, a profundidade das idéias, o avanço dos estudos na área.

São características da monografia a sistematicidade e completude, a unidade temática, a investigação pormenorizada e exaustiva dos fatos, a profundidade, a metodologia, a originalidade e a contribuição da pesquisa para a ciência. Embora alguns autores considerem a extensão sua característica essencial, seu princípio regulador básico é a delimitação do assunto e o nível da pesquisa. Neste último caso, o resultado depende dos objetivos previamente fixados.

A estrutura da monografia compreende introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, o pesquisador formula claramente o objeto da investigação. Apresenta sinteticamente a questão a ser solucionada. Portanto, há necessidade

de problematizar a realidade para se buscar uma solução. Se não há problemas para resolver, não há por que iniciar a pesquisa e a redação da monografia. Na introdução, ainda, apresentam-se a justificativa do trabalho e a metodologia utilizada na pesquisa (levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, uso de questionários, pesquisa de laboratório) e faz-se referência à literatura relativa ao assunto, anteriormente publicada.

Escrita a introdução, o pesquisador passa para nova etapa da monografia: o desenvolvimento, que compreende explicação, discussão e demonstração. Portanto, etapa de exposição dos fundamentos lógicos do trabalho realizado; etapa de explicitação, de esclarecimento, de análise, de supressão do ambíguo, de exame e demonstração do raciocínio, de apresentação de provas, de argumentação.

Finalmente, a conclusão retoma as pré-conclusões anteriormente expostas em variadas partes do texto, e reforça a linha de pensamento que dá sustentação à monografia. Nesse momento, o pesquisador procura firmar a unidade temática, as idéias contidas na exposição. Trata-se de um resumo das conclusões espalhadas pela monografia, uma síntese das idéias defendidas na obra.

6.2 *Dissertação*

Para Salomon (1977, p. 222), a dissertação de mestrado, ou dissertação científica, é um texto realizado segundo o molde da tese, mas tese “inicial ou em miniatura”. Tem finalidade apenas didática. É um trabalho mais de natureza reflexiva que propriamente de descobertas, ou de idéias originais, embora deva ser pessoal e não mera transcrição de textos alheios.

Silva et al. (s.d., p. 175 e 181) distinguem dissertação de monografia e ensinam que a dissertação “consiste na ordenação de idéias sobre um tema determinado”. Parece-nos excessivamente aberta, ampla a definição apresentada, já que outras categorias de trabalhos científicos também ordenam idéias sobre um tema específico. Em seguida, os autores afirmam exigir a dissertação capacidade de sistematização das informações coletadas. Distinguem ainda dois tipos de dissertação: a expositiva e a argumentativa. No primeiro caso, o autor apenas reúne material de variadas fontes e faz uma apresentação compreensiva de um assunto. Nesse caso, é necessário habilidade para coletar e organizar material. No segundo caso, é preciso expor interpretação das idéias e posição do autor diante delas.

Para a NBR 14724:2002, a dissertação é o

documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de mestre.

No campo universitário, dissertação assumiu sentido mais restrito: defesa de um assunto para se obter o título de mestre ou mestrado.

A chamada impropriamente dissertação exige do redator a definição de um objetivo a atingir e do modo como fará isso. Utilizará a indução ou a dedução? Partirá do estabelecido para uma aplicação particular, ou partirá de um caso particular para chegar a uma verdade universal? Essa forma de tratamento do assunto determina o movimento do texto. Silva et al. (s.d., p. 175) indicam três tipos de movimento: para fora, para dentro e em ziguezague. No primeiro caso, o texto inicia-se com o concreto, o específico, o próximo e caminha em direção ao geral, à lei. Direciona-se do particular para o universal. Afirmam os autores citados:

O ponto de partida é o que está mais próximo do autor: sua experiência, sua época, o meio ambiente em que vive, detalhes específicos. A partir disso, o autor move-se em direção à experiência dos homens em geral, outras épocas, outros meios ambientes, teorias.

Os textos que se movimentam para dentro têm característica dedutiva. Inicia-se o texto com uma generalização para chegar a um caso particular. Os textos de movimento em ziguezague utilizam confrontos e comparações de idéias, fatos ou situações.

Estruturalmente, Silva et al. (s.d., p. 179) indicam ser a dissertação composta de três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, apresenta-se o objeto da dissertação, o enfoque dado ao assunto, o objetivo e a delimitação do texto. Faz-se referência a textos anteriores sobre o mesmo assunto e indica-se a metodologia utilizada. No desenvolvimento, apresentam-se fatos, argumentos, provas, exemplos, ilustrações. A finalidade do desenvolvimento é demonstrar o que foi proposto na introdução. A conclusão sintetiza as idéias apresentadas em todo o texto. A introdução aponta problemas; a conclusão, a postura do autor diante do problema.

Para a montagem final do trabalho, há que acrescentar os agradecimentos, o resumo, a bibliografia e os apêndices ou anexos, se houver.

6.3 Tese

Para Martins (1990, p. 18), a tese “é o relato de pesquisa exigido para obtenção do grau de doutor”. Por meio dela, seu autor “deve demonstrar capacidade de fazer avançar a área de estudo a que se dedica”. Outra exigência costumeira é a originalidade do trabalho. Se da dissertação se espera sistematização do conhecimento, da tese se deseja uma descoberta ou contribuição para a ciência.

A NBR 14724:2002 define tese como:

Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa à obtenção do título de doutor, ou similar.

Pelo que se viu até aqui, parece-nos que tanto a expressão *tese* (para doutorado), quanto *dissertação* (para mestrado) são impróprias. Qualquer trabalho científico é dissertativo e, se apresentado para a obtenção do grau de mestre ou de doutor, deverá ser monográfico. A expressão mais adequada talvez fosse *monografia* para obtenção do grau de mestre e *monografia* para o grau de doutor, ou *trabalho científico* para a obtenção do grau de mestre ou de doutor, ou ainda *dissertação científica* para obtenção do grau de mestre ou de doutor. As diferenças entre uma e outra apresentamos na seção 6.1.

A estrutura da tese é a da monografia, já vista. Há, porém, a necessidade de fazer um resumo em língua estrangeira, de preferência, o inglês.

6.4 Paper

Entende-se por *paper* uma síntese de pensamentos aplicados a um tema específico. Esta síntese deverá ser original e reconhecer a fonte do material utilizado. Em português, a palavra corresponde a *ensaio*, mas este nome não encontrou acolhida entre os pesquisadores.

Para Andrade (1995, p. 68), “*paper* é texto escrito de uma comunicação oral. Pode apresentar o resumo ou o conteúdo integral da comunicação e tem por objetivo sua publicação nas atas ou anais do evento em que foi apresentada”.

Para Audrey J. Roth (1994, p. 2), *paper* é um documento que se baseia em pesquisa bibliográfica e em descobertas pessoais. Se o autor apenas compilou informações sem fazer avaliações ou interpretações sobre elas, o produto de seu trabalho será um relatório.

O *paper* difere de um relatório sobretudo porque se espera de quem o escreve uma avaliação ou interpretação de fatos ou das informações que foram recolhidas. Num *paper*, espera-se (*lembra-se de que paper é um ensaio*) o desenvolvimento de um ponto de vista acerca de um tema, uma tomada de posição definida e a expressão dos pensamentos de forma original.

O *paper* é (ROTH, 1994, p. 3): (a) uma síntese de suas descobertas sobre um tema e seu julgamento, avaliação, interpretação sobre essas descobertas; (b) um trabalho que deve apresentar originalidade quanto às idéias; (c) um trabalho que deve reconhecer as fontes que foram utilizadas; (d) um trabalho que mostra que o pesquisador é parte da comunidade acadêmica.

O *paper* não é (ROTH, 1994, p. 4): (a) um resumo de um artigo ou livro (ou outra fonte); (b) idéias de outras pessoas, repetidas não criticamente; (c) uma

série de citações, não importa se habilmente postas juntas; (d) opinião pessoal não evidenciada, não demonstrada; (e) cópia do trabalho de outra pessoa sem reconhecê-la, quer o trabalho seja ou não publicado, profissional ou amador: isto é plágio.

Depois de informar que o tamanho do *paper* depende da complexidade do tema e da motivação do pesquisador para o trabalho e do tempo de que dispõe, Roth (1994, p. 6) ensina cinco passos para a realização de um *paper*: escolher um assunto, reunir informações, avaliar o material, organizar as idéias, escrever o *paper*.

Para redigir um *paper*, escolha um assunto, estabeleça limites¹ precisos para ele (dessa forma, você estará determinando o tema), eleja uma perspectiva sob a qual você tratará o tema (sociológico, psicológico, químico, físico, matemático, filosófico, histórico, geográfico). Em seguida, apresente o problema que estará resolvendo e construa uma hipótese de trabalho (antecipação de uma resposta para o problema). Diga o objetivo de seu *paper* e desenvolva suas idéias apoiando-se em fontes dignas de crédito. Após defender seu ponto de vista, demonstrá-lo e apresentar provas, conclua o *paper*. Uma bibliografia deve acompanhar o trabalho.

Quanto à estrutura, siga a da comunicação científica.

Quanto ao estilo, o *paper* deve ser escrito em terceira pessoa.

No meio acadêmico, *paper* vem sendo empregado com um sentido genérico; pode referir-se não só a comunicação científica, mas também a texto de um simpósio, mesa-redonda e mesmo a um artigo científico.

6.5 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O trabalho de Conclusão de Curso é um tipo de trabalho científico. É dissertativo e monográfico. Para a NBR 14724:2002, seu resultado “deve expressar conhecimento do assunto escolhido”, bem como emanar da disciplina ministrada e ser realizado sob a coordenação de um orientador. Veja outras informações na seção 6.1, deste capítulo.

7 Projeto de pesquisa

Antes de escrever o relatório da pesquisa, o estudioso elabora um projeto de pesquisa, que inclui os elementos estruturais do texto monográfico, mas ainda de forma preliminar.

¹ Estabelecer limites é delimitar, restringir um assunto para que se possa abordá-lo com mais profundidade. Aqui vale o princípio: “quanto maior a extensão, menor a compreensão; quanto menor a extensão, maior a compreensão”.

Durante o projeto de pesquisa, deve-se observar em que estado se encontra a questão que se vai pesquisar. Existem outros estudos que tratam do assunto? Está utilizando bibliografia atualizada?

8 Pesquisa-piloto

Terminado o projeto de pesquisa, é preciso testar os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, como, por exemplo, o questionário, utilizado em algumas áreas do conhecimento (Marketing, Lingüística). Por isso, diz-se que a principal função da pesquisa-piloto é testar o instrumento da coleta de dados. Durante a fase de aplicação do pré-teste, o pesquisador anotará as reações do entrevistado, grau de dificuldade de entendimento, embaraço quanto a algumas questões. O pré-teste serve ainda para verificação de perguntas desnecessárias, supérfluas, adequadas.

9 Relatório de pesquisa

O relatório é uma descrição objetiva dos fatos que ocorreram na pesquisa. Além disso, o pesquisador faz análise deles para chegar a conclusões ou tomar decisões.

Tendo projetado a pesquisa, estruturado o projeto, realizado a apresentação, estabelecido o objetivo, delimitado o tema, apresentado as justificativas, passa-se a abordar o objeto da pesquisa, o problema que se quer resolver. É hora de estabelecer as hipóteses básicas, as secundárias, as variáveis, a relação entre as variáveis. Em seguida, passa-se a comentar a metodologia de pesquisa utilizada, os métodos de abordagem (indutivo, dedutivo, dialético), os métodos de procedimento (histórico, comparativo, estudo de caso).

O relatório deve responder às seguintes perguntas: O quê, Por quê? Para quê e para quem? Onde? Como? Com quê? Quanto? Quando? Quem? Com quanto?

O pesquisador se utilizará de técnicas para a elaboração da pesquisa, que são o instrumental necessário a uma ciência para alcançar metas estabelecidas. Compreende duas fases: a documentação indireta e a documentação direta.

A metodologia da pesquisa implica a delimitação do universo que será investigado (*corpus*), o tipo da amostragem, o tratamento dos dados estatísticos.

Saliente-se aqui que a pesquisa não tem em vista apenas descrever fatos, mas interpretá-los.

Ainda no início do relatório, o autor exporá a revisão bibliográfica. Não se admite pesquisa que parta do nada, sem revisão da literatura, exceto nos casos de originalidade do tema. Tal fato evita desperdício de tempo, descobrindo o que já fora descoberto. A revisão bibliográfica permite novos pontos de vista, confir-

mação dos resultados obtidos por outrem, reformulação de conclusões e ainda apresentação da contribuição da pesquisa.

Outra etapa de importância relevante dentro da pesquisa refere-se à definição dos termos, das palavras utilizadas.

Faz-se em seguida o cronograma da pesquisa, quando iniciará e quando terminará, bem como se estabelece um orçamento dos gastos necessários à realização da pesquisa. Também é conveniente esclarecer quais serão os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa: questionários, formulários, testes. Finalmente, apresenta-se um elenco bibliográfico utilizado na pesquisa.

A estrutura do relatório para exame de qualificação é a mesma da monografia, acrescentando-se a ela cursos realizados e seu conteúdo, nome do professor, ou orientador, carga horária dos cursos realizados, número de créditos do curso, atividades realizadas, como fichamentos, resenhas, participação em simpósios, plano da monografia, estágio em que se encontra o trabalho de pesquisa. Ao final do relatório, deve-se apresentar um plano da monografia que será realizada, acompanhado de uma breve exposição de suas linhas gerais, e cronograma das etapas que falta cumprir.

Exercícios

1. *Quando um texto é considerado científico?*
2. *Qual a estrutura de uma comunicação científica?*
3. *Qual o objetivo de um artigo científico?*
4. *Qual o objetivo de um informe científico?*
5. *Discorra sobre monografia, dissertação, tese. Qual o termo mais adequado? Existe diferença entre dissertação e tese? Qual?*
6. *Quais são os elementos pré-textuais de um trabalho científico? Quais são os elementos pós-textuais de um trabalho científico?*
7. *Escreva um artigo científico sobre o assunto diretamente relacionado a uma disciplina que esteja estudando.*
8. *Que é um Trabalho de Conclusão de Curso?*
9. *Relacione dez assuntos sobre os quais gostaria de escrever um Trabalho de Conclusão de Curso.*
10. *Apresente uma lista de livros e artigos publicados em periódicos que tratam dos dez assuntos da questão. (Para cada possível TCC, redigir uma lista bibliográfica.)*



Estrutura do Texto Dissertativo

Há teses universitárias que são feiras de alusões e citações; as melhores padecem de uma erudição turística e carente de nexos lógicos; as piores fazem concorrência ao samba do crioulo doido (BOSI, 1992, p. 353).

1 Escrever: atividade social imprescindível

Para Mattoso Camara Jr. (1978, p. 58), escrever não é uma prerrogativa dos literatos, mas uma atividade social imprescindível. Segundo o mesmo professor, só é capaz de escrever bem aquele que sabe bem o que vai escrever. E isto implica aprender a pensar. Sem ter antes refletido sobre um assunto, o ato de escrever transforma-se num pesadelo. Por isso, o pesquisador só iniciará a redação de seu texto depois que estiver de posse de todos os fichamentos (de citações diretas, ou transcrições, de resumo, de comentários) e resenhas que elaborou. Nesse momento, talvez disponha de alguma informação ou conhecimento útil à comunidade e deseje transmiti-los.

No exercício da redação, na pesquisa ou na vida profissional, as situações são diferentes daquelas ocorridas no ensino fundamental e médio. Já não se trata de exercício formal, de texto criado para o professor. Escreve-se sobre um assunto que se domina, assunto de que se tem conhecimento consistente, da área da especialidade a que se dedica, para uma grande audiência. Daí a necessidade de considerar o repertório do leitor. O interesse dele depende da relevância do assunto de que o texto trata. Um texto motivador é adequado à resolução de problemas. Se o tema não interessa ao leitor, provavelmente deixará o texto de estimulá-lo para a leitura.

A linguagem será sem adornos, sem exageros estilísticos. O excesso de academismo, com citações a todo momento, tabelas, gráficos, incomoda a leitura e desmotiva o leitor. A extensão, em determinados momentos, principalmente se a exposição não comporta demora, também pode prejudicar o interesse do leitor.

Emprestar ao texto certa emoção e sensibilidade parece também constituir-se em fator desejável numa redação. A postura de neutralidade excessiva, não comprometedora, pode acarretar prejuízo ao redator. Assumir posições, ser polêmico, manifestar coragem para a crítica são comportamentos desejáveis.

A profundidade, a experiência que se tem do assunto, a segurança na exposição dos fatos, tudo isso motiva sobremaneira o leitor.

O pesquisador buscará particularmente o conhecimento da linguagem, uma vez que desconhecê-la é igualar-se a operários que "são canhestros e insipientes no exercício de sua profissão" (CAMARA JR., 1978, p. 12).

A linguagem tem pelo menos três aspectos a serem considerados para ser avaliada boa:

- ☐ adequação ao assunto;
- ☐ correção gramatical;
- ☐ estabelecimento de comunicação.

A preocupação gramatical possibilita que se evite a afronta ao padrão lingüístico estabelecido. Para Platão e Fiorin (1990, p. 219), um dos ângulos de que geralmente se esquece quanto à polêmica sobre a correção gramatical "é que falar, ou escrever, com correção é um dos procedimentos argumentativos. Colocamos o problema em outros termos, pode-se dizer que o uso de um certo padrão de linguagem concorre para aumentar ou diminuir o poder de persuasão daquele que fala". O uso adequado de um tipo de linguagem impõe respeito, enquanto o inadequado pode levar o falante ao ridículo. Por isso é que se afirma que o usuário da língua deve dominar diferentes variantes de seu idioma e saber utilizá-las apropriadamente.

A estilística e a correção gramatical concorrem para a boa linguagem. Segundo Camara Jr. (1978, p. 14), a correção gramatical, se excessiva, proporciona impressão de literatura, e é descabida. A forma, ainda que boa, pode tornar a linguagem má. No entanto, a obediência à gramática impõe-se por dois motivos:

- ☐ as convenções gramaticais representam o resultado da experiência coletiva em expressão lingüística; quem segue essa experiência corre menos risco de incompreensão;
- ☐ a correção gramatical facilita a exposição das idéias e a aceitação daquilo que se expõe. O uso da língua com objetivo prático deve ater-se à norma.

A linguagem escrita, em relação à oral, é uma linguagem controlada. Por causa das exigências de clareza, deve ser trabalhada. Na exposição oral, conta-se

com a presença daquele que fala com toda a soma de mímica, inflexões de voz e variações de tom, que suprem inúmeros esclarecimentos, que na linguagem escrita muitas vezes desaparecem. A frase, destituída da ajuda do ambiente, da entoação e da mímica, necessita de construção lógica e concatenada.

De tudo isso se conclui que o texto é um diálogo que o autor estabelece com o leitor. Orlandi ensina (1987, p. 61): "A significação está na interação entre locutor e receptor, havendo sempre modalização apreciativa. [...] É no lugar dessa interação, desse confronto, que, para mim, se caracteriza o funcionamento discursivo." É adiante, na página 83, afirma que a linguagem não é apenas instrumento de comunicação ou transmissão de informação, mas lugar de debate, de conflito e confronto ideológico. E na página 159 afirma que "o conceito de discurso se assenta sobre a relação dialógica na medida em que é constituído pelos interlocutores, ou seja, todo texto supõe a relação dialógica, se constitui pela ação dos interlocutores".

Finalmente, é de destacar que o pesquisador há de tomar cuidado com o uso de estrangeirismos, utilizando-os somente nos casos de indisponibilidade de vocábulo equivalente na língua portuguesa. Atualmente, por exemplo, já vai tornando-se comum: "o endereço da página de Fulano é..." e não: "o endereço da *home page* de Fulano é..."; "pesquisou o sítio da Editora Atlas..." e não: "pesquisou o *site* da Editora Atlas"; o "endereço do correio eletrônico de Fulano é..." e não: "o endereço do *e-mail* de Fulano é...".

2 Estrutura da monografia (dissertação científica ou trabalho acadêmico)

Denomina-se dissertativo todo texto que apresenta um juízo valorativo sobre um fato, ou acontecimento, ou uma opinião sobre um objeto ou ação, ou uma visão subjetiva sobre um assunto. Para Siqueira (1995, p. 11), se não houver a participação pessoal no texto, com a elaboração de um ponto de vista, "o texto produzido não será texto e sim um pseudotexto, pois apresentará simplesmente uma informação que já faz parte do saber partilhado, do conhecimento de todos".

Todo texto é composto de introdução, desenvolvimento e conclusão. O que expor em cada uma dessas partes constitui-se às vezes em embaraço para o redator.

Para a NBR 14724:2002, "a estrutura de tese, dissertação, de um trabalho acadêmico ou de um trabalho de conclusão de curso compreende: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais". Com a finalidade de orientar o leitor, a disposição dos elementos é a seguinte (o Quadro 11.1 apresenta seqüencialmente a ordem dos elementos de um trabalho acadêmico):

Quadro 11.1 *Elementos de um trabalho acadêmico.*

Estrutura	Elemento
Pré-textuais	Capa (obrigatório) (entidade, título e subtítulo se houver, autor, local, data) Lombada (opcional) Folha de rosto (obrigatório) (nome do autor, título e subtítulo se houver,¹ natureza [tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso] e objetivo [aprovação em disciplina, grau pretendido], nome da instituição a que é submetido, área de concentração, nome do orientador, local da instituição onde deve ser apresentado, ano. Verso da folha de rosto ("deve conter a ficha catalográfica, conforme o Código de Catalogação Anglo-americano vigente" [NBR 14724:2002]) Errata (opcional) Folha de aprovação (obrigatório)² Dedicatória(s) (opcional) Agradecimento(s) (opcional) Epígrafe (opcional) Resumo na língua vernácula (obrigatório³) Resumo em língua estrangeira (obrigatório) Lista de ilustrações (opcional) Lista de tabelas (opcional) Lista de abreviaturas e siglas (opcional) Lista de símbolos (opcional) Sumário (obrigatório)
Textuais	Introdução: objeto (problema, hipótese, variáveis), objetivo, tema, delimitação do tema, justificativa, metodologia, embasamento teórico (teoria de base) Desenvolvimento: revisão da literatura, apresentação dos dados e sua análise Conclusão
Pós-textuais	Referências (obrigatório) Glossário (opcional) Apêndice(s) (opcional) Anexo(s) (opcional) Índice(s) (opcional)

¹ Para a NBR 14724:2002, se houver subtítulo, "deve ser evidenciada a sua subordinação ao título principal, precedido de dois-pontos".

² Deve essa página aparecer logo após a folha de rosto; é constituída "pelo nome do autor do trabalho, título do trabalho e subtítulo (se houver), natureza, objetivo, nome da instituição a que é submetido, área de concentração, data de aprovação, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem. A data de aprovação e assinaturas dos membros componentes da banca examinadora são colocadas após a aprovação do trabalho" (NBR 14724:2002).

³ É "apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho".

2.1 Introdução

A introdução de qualquer texto monográfico, para fins acadêmicos ou científicos, deve apresentar:

- ☐ características de conteúdo:
 - ☐ objeto do trabalho e sua delimitação (estabelecimento claro dos limites da pesquisa);
 - ☐ estágio de desenvolvimento do assunto;
 - ☐ objetivo;
 - ☐ problema/problematização;
 - ☐ hipóteses e variáveis;
 - ☐ justificativa;
 - ☐ metodologia utilizada na pesquisa;
 - ☐ destaque de fontes bibliográficas utilizadas;
 - ☐ referência às partes do trabalho;
 - ☐ possibilidade de contribuição da pesquisa desenvolvida, sem anunciar conclusões e soluções;
- ☐ características formais e de redação:
 - ☐ brevidade (esta característica serve também para todo o trabalho);
 - ☐ uso de apenas uma pessoa gramatical (em geral, terceira pessoa; também esta característica serve para todo o trabalho; deve-se evitar a mistura de pessoas gramaticais: primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular);
 - ☐ correção gramatical (preocupação que deve manter-se em todo o trabalho);

Antes da introdução pode-se escrever uma apresentação; esta, no entanto, será a última parte do trabalho a ser definitivamente redigida.

A *introdução* explica minuciosamente como a pesquisa foi realizada, discorrendo sobre objeto e delimitação do assunto tratado, natureza do problema que serviu de base para justificar a obra e sobre as hipóteses e variáveis (se se tratar de uma tese de doutorado). Ressalta-se a importância da pesquisa realizada, o objeto investigado, o objetivo da investigação, e a justificativa de sua escolha e aplicação. Em geral, faz-se breve descrição das partes da monografia.

É da índole científica fazer referência às teorias em que o trabalho se baseou, não se esquecendo a definição de termos técnicos incorporados ao texto. A *introdução* jamais deverá ser o primeiro capítulo da monografia, ela é um texto descritivo-narrativo de todo o trabalho que segue.

2.1.1 Objetivo

O estabelecimento do objetivo de uma pesquisa é etapa que indica e caracteriza o que o pesquisador tem em vista alcançar com sua investigação. Em geral, a formulação do objetivo da pesquisa ocorre quando o problema já foi estabelecido. Caracteriza-se como fase em que o pesquisador procura dar resposta às questões: *Por que fazer a pesquisa? Para que realizar a pesquisa? Para quem?* E pode-se dizer que objetivos vagos ou enunciados de forma defeituosa conduzem a pesquisa ao fracasso. Por isso, a necessidade de precisão e concisão para o estabelecimento de objetivos que funcionam como guias da pesquisa. Marconi e Lakatos (1996, p. 22) ensinam que “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”.

Com os objetivos estabelecidos, definem-se a natureza do trabalho, o material a ser coletado, o problema a ser selecionado.

O pesquisador pode formular objetivos gerais e específicos. Os objetivos gerais definem o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação.

Em geral, uma pesquisa exploratória apresenta objetivo geral com verbos como: *conhecer, descobrir, identificar, levantar*. Já em uma pesquisa descritiva são mais comuns verbos como: *caracterizar, descrever, traçar*. Uma pesquisa explicativa vale-se de verbos como: *analisar, avaliar, verificar, explicar* (RICHARDSON, 1999, p. 63).

Os objetivos específicos definem as etapas do trabalho que devem ser realizadas para que se alcance o objetivo geral. Da mesma forma, são construídos com verbo no infinitivo: *aplicar, caracterizar, classificar, descrever, determinar, distinguir, enumerar, exemplificar, explicar, reconhecer, selecionar*.

Considerando, por exemplo, o mesmo objeto da pesquisa anterior: “*as novidades do mandado de injunção na Constituição brasileira de 1988*”, podem-se formular os seguintes objetivos específicos:

- a) Objetivos específicos exploratórios (*conhecer, identificar, levantar, descobrir*):

Levantar informações sobre articuladores textuais.

Identificar fatores que contribuíram para o aprimoramento do conceito nos estudos lingüísticos.

- b) Objetivos específicos descritivos (*caracterizar, descrever, traçar*):

Caracterizar o conceito de articulador textual.

- c) Objetivos específicos explicativos (*analisar, avaliar, verificar, explicar*):

Verificar como o conceito de articulador textual aparece na literatura da área.

Comparar os vários conceitos de articulador textual nos livros que tratam do assunto.

Para Richardson (1999, p. 63), o primeiro objetivo específico deve ser exploratório; o segundo, descritivo, e o terceiro (se necessário), explicativo. E recomenda que, ao formular objetivos, o pesquisador seja claro, preciso, conciso. O objetivo deve apresentar apenas uma idéia, ou seja, expor apenas um sujeito e um complemento. Acrescenta que o objetivo deve referir-se apenas à pesquisa que se tem em vista realizar.

Discussões, reflexões ou debates não constituem objetivos de pesquisa, pois todo trabalho científico é fruto de discussão, reflexão, debate de idéias, cujo lugar mais adequado é no espaço dedicado à revisão da literatura, dos modelos utilizados. Portanto, evitar a formulação de objetivos com os seguintes enunciados:

Este trabalho visa refletir sobre o conceito de articulador textual.

Este trabalho objetiva discutir o conceito de articulador textual.

Este trabalho pretende debater o conceito de articulador textual.

Alguns requisitos para a formulação de objetivos: *originalidade, exequibilidade, oportunidade, relevância, interesse*. Objetivos que apresentam quantificadores (metas) em geral são tidos como bem formulados (em geral, essa característica diz respeito à pesquisa na área de ciências sociais):

Ao final desta pesquisa de três anos sobre o avanço da irrigação no Nordeste brasileiro, espera-se que a aplicação das técnicas recomendadas alcance 20% mais de produtividade agrícola em comparação com o ano imediatamente anterior à difusão das novas tecnologias.

Para estabelecer o objetivo do texto, utilize verbos no infinitivo:

Este texto visa estudar...

Este texto objetiva analisar...

Este texto tem em vista questionar...

Este texto visa comparar...

Este texto objetiva introduzir...

Este texto tem em vista elucidar...

Este texto visa explicar...

Este texto objetiva contrastar...

Este texto tem em vista discutir os eventos segundo seu aparecimento cronológico.

Este texto visa apresentar os fatos e discuti-los segundo suas características espaciais.

Este texto objetiva estudar o fato X, examinando suas causas e seus efeitos.

Este texto tem em vista analisar os problemas X e Y e mostrar as soluções.

Este texto visa examinar os fatos segundo sua ordem de importância.

2.1.2 Problema/problemática

Cervo e Bervian (1983, p. 59) ensinam que se deve “redigir de forma interrogativa, clara, precisa e objetiva, a questão cuja solução viável possa ser alcançada pela pesquisa”. A formulação de um problema é posterior à revisão da literatura e da reflexão pessoal. O pesquisador deve ter idéia clara do problema que pretende resolver; caso contrário, sua pesquisa correrá o risco da prolixidade, da falta de direção, da ausência de algo para se resolver. Segundo Severino (1986, p. 148-149), “o raciocínio – parte essencial de um trabalho – não se desencadeia quando não se estabelece devidamente um problema”. O assunto deve ser problematizado e o pesquisador apresentar argumentos que visem solucioná-lo. E conclui Severino: “Portanto, antes da elaboração do trabalho, é preciso ter idéia clara do problema a ser resolvido, da dúvida a ser superada.” Se o problema é estabelecido de forma clara, ele desencadeará a formulação da hipótese geral, que será comprovada no desenvolvimento do texto. Ora, ao optar por uma solução que deseja demonstrar, tem-se uma tese. A unidade temática será então de rigor, uma vez que se deve demonstrar uma única idéia, comprovar uma tese tão-somente.

O ponto central de um tema necessita de uma resposta provável, provisória, ou seja, uma hipótese. A principal resposta recebe o nome de hipótese básica. As hipóteses secundárias são afirmações complementares da hipótese básica. Nem sempre, porém, hipóteses secundárias são elaboradas. Vejamos um exemplo, retirado da tese de doutorado de Sueli Cristina Marquesi (1990, p. 2): *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*: Hipótese: Existe uma superestrutura do Texto Descritivo, que se define por categorias e regras responsáveis por sua organização.

2.1.3 Hipóteses e variáveis

As hipóteses devem ser apresentadas como independentes, dependentes, moderadoras, antecedentes ou intervenientes.

A variável é um conceito que contém valores como quantidade, qualidade, característica, magnitude, traços.

As variáveis podem apresentar relações de simetria, isto é, nenhuma das variáveis exerce influência sobre a outra. A variável recíproca é aquela em que cada uma das variáveis é alternadamente causa e efeito. Nas relações assimétricas, uma variável independente exerce efeito sobre outra dependente.

2.1.4 Justificativa

Para Garcia (1998, p. 40), ao **justificar a pesquisa** realizada ou a realizar-se, o pesquisador informa sobre a relevância e oportunidade da investigação; deve especificar os motivos que a justificam e relacionar as contribuições da pesquisa, bem como a solução do problema que se deseja alcançar. Para Lakatos e Marconi (1992, p. 103), a justificativa é de suma importância e, freqüentemente, “é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pela(s) pessoa(s) ou entidade(s) que vai(ão) financiá-la”.

Segundo as autoras citadas, a justificativa consiste em exposição breve, mas completa, das razões de ordem teórica e prática que tornam relevante a realização da pesquisa. Essa parte da pesquisa responde à pergunta: por que se deseja realizar a pesquisa? Em geral, conforme Richardson (1999, p. 55 ss), fazem parte da justificativa: (a) informar o modo como se deu a escolha do fenômeno objeto da pesquisa; (b) como surgiu o problema para o qual se busca solução; (c) relação do problema estudado com o contexto; (d) motivos que justificam a pesquisa; (e) possíveis contribuições do resultado da pesquisa para o conhecimento humano; (f) viabilidade da execução da pesquisa; (g) originalidade da pesquisa; (h) informações sobre a escolha dos locais que serão pesquisados (local, regional, estadual, nacional, internacional).

O pesquisador pode iniciar a justificativa, afirmando algo sobre sua experiência relativa ao objeto que será examinado:

Em minha experiência de aluno do curso de Letras...

Minha experiência de redator de textos publicitários...

Minha experiência no estudo de “leitura”...

Minha experiência no estudo de “construção de textos”...

Exposta sua experiência, o pesquisador estabelece o problema que deseja investigar:

Por isso, pretendo analisar qual a contribuição que os estudos sobre o texto vêm proporcionando aos estudantes...

Com base nessa experiência e apoiado na literatura específica do assunto, procurarei caracterizar como os autores atuais elucidam a questão da construção do texto, quer quanto aos aspectos da criatividade, quer quanto aos da gramaticalidade.

Nunca é demais salientar que a formulação de problema é feita em termos de pergunta: Como? Qual? Quando? Quê?

Finalmente, na justificativa indicam-se as contribuições teóricas e práticas da pesquisa:

Este trabalho científico é relevante para a reformulação de teorias que tratam da elaboração de textos.

Esta pesquisa contribui para...

Esta pesquisa é importante pelos...

A justificativa é sempre pessoal e, por isso, não admite citações diretas ou indiretas. O conhecimento do pesquisador, bem como sua habilidade em apresentar argumentos consistentes, adequados e suficientes, são imprescindíveis para a elaboração de uma justificativa que leve ao convencimento.

2.1.5 Metodologia de pesquisa

O método de abordagem engloba: método indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, dialético. No método indutivo, parte-se de fatos particulares para leis e teorias. No método dedutivo, parte-se de leis ou teorias para os casos particulares. Isto é, realizam-se predições sobre a ocorrência de fenômenos particulares. No método hipotético-dedutivo, parte-se da percepção de lacunas nos conhecimentos, formulam-se hipóteses e testa-se a predição de ocorrência de fenômenos englobados pela hipótese. No método dialético, avança-se para o mundo dos fenômenos através da contradição inerente ao fenômeno.

Os métodos de procedimento englobam: histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista, estruturalista, etnográfico.

Os métodos de procedimentos constituem fases mais concretas da investigação.

2.2 Desenvolvimento

O **desenvolvimento** de um texto dissertativo envolve:

- 1 Análise: decomposição das partes para ressaltar pormenores
- 2 Enumeração dos pormenores relevantes
- 3 Discussão das hipóteses
- 4 Exposição da própria hipótese
- 5 Demonstração através de documentação
- 6 Busca de argumentos de validade intrínseca: domínio do assunto
- 7 Demonstração da tese*

* Referências a autores de nomeada conferem apoio ao texto. A demonstração da tese depende de análise e discussão dos elementos constantes do texto.

2.3 Conclusão

A **conclusão** retoma as pré-conclusões espalhadas pelo texto e desenvolve-as. Suas características são:

- 1 Brevidade
- 2 Espontaneidade
- 3 Reafirmação das idéias principais
- 4 Restrição ao corpo da exposição

2.4 Bibliografia

Finalmente, a **bibliografia** arrola todos os livros consultados e os que tratam do assunto da pesquisa.

3 Plano de trabalho escrito

A eficácia de um trabalho escrito que se pretenda claro e persuasivo está relacionada à habilidade do pesquisador em explorar as três partes de sua estrutura: introdução, desenvolvimento, conclusão. Acrescente-se que “as partes de um discurso não se distinguem por fronteiras marcadas a régua”, ensina Massaud Moisés (1979, p. 22).

A introdução evita o tratamento abrupto do tema do trabalho. Prepara-se o leitor, elucidando uma série de questões que, se desconsideradas, poderiam obscurecer as idéias expostas. Na introdução, coloca-se a proposição do tema, declarando-se o objeto do trabalho. Em seguida, por motivo de aprofundamento do estudo, delimita-se o tema, ou seja, explica-se ao leitor que aspectos serão tratados. Justifica-se por que tais aspectos foram escolhidos.

Explica-se ao leitor qual é o ponto de vista de quem realiza o trabalho, sob que perspectiva se situa. Que tese será defendida? Quais são as hipóteses de trabalho? Ressalta Massaud Moisés (1979, p. 23) que “uma redação escolar de duas páginas ou um artigo crítico de quatro laudas não podem apresentar introdução tão pormenorizada”.

O desenvolvimento é um elemento da estrutura do texto que busca examinar fatos extrínsecos e intrínsecos. A análise dos elementos extrínsecos conduz às idéias que subjazem às formas. Assim, ao desenvolver idéias, parte-se da investigação de formas externas para o exame de idéias internas. A argumentação utilizada para ambos os exames inclui análise de prós e contras, para que o leitor saia convencido da leitura. As opiniões não bastam; é preciso examinar os fatos e interpretá-los, bem como não deixar nada subentendido. Se possível, apresente-se farta exemplificação.

Após o desenvolvimento, passa-se à conclusão, que deve confirmar a hipótese inicial, ou a tese apresentada. Sintetiza-se o desenvolvimento em sua essência. Podem-se apontar perspectivas futuras abertas pela análise do tema.

A bibliografia, etapa final de um trabalho realizado segundo a metodologia científica, segue normas rígidas, estabelecidas, no Brasil, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6023:2002). É realizada em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores.

Para a realização de um plano de idéias de um trabalho escrito, Massaud Moisés (1979, p. 29) sugere:

- 1 Introdução
 - 1.1 Proposição do tema
 - 1.2 Limites do tema
 - 1.3 Ângulo de análise
 - 1.4 Hipótese ou tese
- 2 Desenvolvimento
 - 2.1 Elementos extrínsecos
 - 2.2 Elementos intrínsecos
 - 2.2.1 Argumentação
 - 2.2.2 Ilustração ou exemplificação
 - 2.2.3 Lógica interna e externa
 - 2.2.4 Clareza, ordem direta
- 3 Conclusões
 - 3.1 Confirmação da hipótese ou tese
 - 3.2 Síntese do desenvolvimento
 - 3.3 Perspectivas
- 4 Bibliografia

Para a análise de romances e contos, sugere-se:

- 1 Introdução (descrição da pesquisa)
 - 1.1 Proposição do tema
 - 1.2 Limites do tema
 - 1.3 Ângulo de análise
 - 1.4 Hipótese de trabalho

- 2 Elementos extrínsecos
 - 2.1 Informações históricas sobre a época
 - 2.2 Informações biobibliográficas do autor
- 3 Elementos formais
 - 3.1 Ação
 - 3.2 Tempo
 - 3.3 Espaço
 - 3.4 Personagens
 - 3.5 Foco narrativo
 - 3.6 Linguagem
- 4 Elementos intrínsecos
 - 4.1 Análise do tema X
 - 4.2 Análise do tema Y
 - 4.3 Análise do tema Z
- 5 Conclusão
- 6 Bibliografia

Pallottini (1989, p. 147) estabelece um roteiro de nove pontos para a análise de um texto dramático:

- 1. Informações sobre o autor
- 2. Lugar e época em que se passa a ação, tempo de duração da ação, número de personagens, estilo, gênero, características principais
- 3. Idéia central da ação principal e entrelaçamento das ações
- 4. Análise das personagens: importância, objetivos, grau de liberdade, determinações
- 5. Obstáculos que a personagem enfrenta: conflitos
- 6. Modo como as personagens foram caracterizadas
- 7. Situações dramáticas
- 8. Funções das personagens (vingador, perseguidor, salvador)
- 9. Adequação dos meios empregados aos objetivos que o autor tinha em vista

4 Formas de expansão do parágrafo

O parágrafo define-se como uma unidade do discurso que tem em vista atingir um objetivo. Essa unidade apresenta inicialmente uma frase genérica, básica,

denominada tópico frasal. A ela são associadas, pelo sentido, outras secundárias. Portanto, um parágrafo não comporta uma idéia-núcleo somente. Idéias diferentes, no entanto, cabem em parágrafos diferentes.

São exigências básicas de um parágrafo: a unidade e a coerência.

A unidade recomenda que idéias afins permaneçam juntas num mesmo parágrafo, não importando o tamanho físico, a extensão do parágrafo.

As idéias dispostas segundo uma ordenação lógica resultam em expressão coerente.

O princípio que orienta a formação de um parágrafo é o mesmo que norteia um texto com vários parágrafos: há sempre necessidade de introdução, desenvolvimento e conclusão.

Para atingir um objetivo preestabelecido, pode-se precisar de um ou mais parágrafos. Suponha-se que o assunto seja “o menor” e, após delimitado, resulte “a educação do menor” e que se queira alcançar o objetivo de mostrar a milenar ignorância dos adultos em relação à educação do menor. Antes, pois, de iniciar o parágrafo, já foram objeto de reflexão três fases:

- ❑ a seleção do assunto;
- ❑ a delimitação do assunto (tematização);
- ❑ o estabelecimento do objetivo.

Inicia-se o parágrafo com um tópico frasal; desenvolve-se a idéia, conclui-se.

As formas de desenvolvimento de um parágrafo são, entre outras, por tempo e espaço, por enumeração de pormenores ou fatos, por exploração de analogias ou contraste de idéias, por causas e conseqüências, por explicitação. Exemplos:

4.1 Desenvolvimento do parágrafo explorando características espaciais

O ano de 1886 vê a afirmação de uma estética aparecida a partir de 1884 no primeiro Salão dos Independentes: na oitava e última Exposição dos Impressionistas – Rua Lafitte, 1, de 15 de maio a 15 de junho – Seurat, cercado de Signac, de Camille Pissarro e de seu filho Lucien, apresenta, com efeito, *Uma tarde de domingo na Grande-Jatte* (Art. Institute Chicago) que se pode considerar como o manifesto de uma nova tendência pictórica, o Neo-Impressionismo (SERULLAZ, 1965, p. 102-103).

O início do parágrafo apóia-se (ancoragem) numa constatação; verificam-se determinados fatos. Em seguida, apresentam-se aspectos espaciais para expandi-lo, desenvolvê-lo. Aqui, o autor optou por aspectos espaciais para dar sustentação a sua opinião: a tela *Uma tarde de domingo* “se pode considerar como o manifesto de uma nova tendência pictórica, o Neo-Impressionismo”.

4.2 Desenvolvimento do parágrafo explorando características temporais

A retórica ou arte de bem falar não é muito prestigiada atualmente. Na sua origem (que remonta ao século V a.C.), consistia num conjunto de técnicas destinadas a reger a organização do discurso, segundo os objetivos a serem atingidos. Era um meio de chegar ao domínio da linguagem verbal. Além disso, a abordagem de tais técnicas levava a estudar a linguagem e seus componentes e a fazer disso um objeto de ciência. Infelizmente, a retórica confundiu rapidamente seus fins e seus meios. Reduziu-se a uma técnica de ornamentação do discurso, exagerando as sutilezas nas distinções das figuras. Depois de ter sido objeto de ensino prático da linguagem e da ciência, contribuiu para esclerosar a eloquência e sufocar o discurso verbal pela multiplicidade de regras e figuras: não tardou a apagar-se e a se tornar sinônima de afetação ou de declamação falsa. Mas, de alguns anos para cá, vem ela reconquistando seu lugar de honra. Assim, reeditam-se na França velhos tratados do século XVIII (Dumarsais) e do século XIX (Fontanier). Volta-se a estudar as figuras, sobretudo no domínio poético. Uma breve descrição dos principais elementos da retórica talvez nos ajude a compreender as razões de seu renascimento (VANOYE, 1985, p. 47).

Também aqui o autor se apoiou numa constatação: “a retórica ou arte de bem falar não é muito prestigiada atualmente”. A partir daí, para dar consistência a seu argumento, expande a idéia inicial, explorando características temporais. O argumento do autor contraria em parte a afirmação inicial: “mas, de alguns anos para cá, vem ela reconquistando seu lugar de honra”. Neste caso, a relação entre a ancoragem e a opinião do autor é de contrariedade. As outras três formas de relacionar uma ancoragem com a opinião do autor são: associatividade (o autor manifesta opinião semelhante à constatada ou tirada de uma citação direta), complementaridade (o autor complementa a informação da ancoragem, acrescentando alguma informação nova do tipo: *além disso...*) e incompatibilidade (o autor nega a informação apresentada na ancoragem).

A ancoragem de um parágrafo tem a função de “situar adequadamente o leitor dentro do texto e permitir que o assunto seja coerentemente abordado” (SIQUEIRA, 1995, p. 14). Ela pode dar-se com base no saber partilhado (conhecimento que se toma como do senso comum); a ancoragem pode ser: com base em fatos, com base numa citação ou num problema (vem expressa numa frase interrogativa).

Até aqui vimos, portanto, que o parágrafo inicia-se com uma ancoragem, em seguida temos uma opinião do autor que pode ocorrer por associação, complementaridade, contrariedade e incompatibilidade. Depois disso, temos os argumentos do autor. Os recursos argumentativos são, basicamente, a exemplificação, a explicitação, a enumeração, a comparação. As outras formas utilizadas para dar sustentação a um argumento são apresentar características espaciais, temporais, contrastivas, analógicas, causa e consequência.

4.3 Desenvolvimento do parágrafo por enumeração de pormenores ou fatos

A paráfrase é útil para avaliar um documento quando se quer saber se os usuários o compreenderam, sem implicar memorização do mesmo. Há três estratégias para parafrasear mensagens de documentos: Mudar a ordem e as palavras do original, substituindo-as por outras, mas com sentido equivalente. Transformar o texto em um "cenário" em que apareça uma terceira personagem neutra que deverá usar a informação representada no documento. Exemplo: X deve fazer Y e Z. Como deve proceder? Transformar o documento em uma situação problemática envolvendo o usuário, a quem caberá resolver o problema (MENDONÇA, 1987, p. 49).

4.4 Desenvolvimento do parágrafo por apresentação de contrastes

A primeira e a mais fundamental diferença que se apresenta entre as ciências diz respeito às ciências formais, estudo das idéias, e às ciências factuais, estudo dos fatos. Entre as primeiras encontram-se a lógica e a matemática que, não tendo relação com algo encontrado na realidade, não podem valer-se dos contatos com essa realidade para convalidar suas fórmulas. Por outro lado, a física e a sociologia, sendo ciências factuais, referem-se a fatos que supostamente ocorrem no mundo e, em consequência, recorrem à observação e à experimentação para comprovar (ou refutar) suas fórmulas (hipóteses) (LAKATOS, 1995c, p. 25).

4.5 Desenvolvimento do parágrafo por apresentação de analogia

À dificuldade de distinguir o necessário do supérfluo acresce outra, que é a de negar o supérfluo e ilícito, se nos não negarmos também em parte no lícito e necessário. Usemos para o declarar de outros símiles. Quero endireitar uma vara que está torcida; bastará porventura trazê-la com moderada força até aquele ponto em que fique direita? Não, por certo; senão que é necessário repuxar para a parte contrária, como se a minha tenção fosse não tirar-lhe o torcimento, senão trocá-lo por outro. Quero passar um rio caudaloso de ribeira a ribeira; bastará meter a proa em direitura da passagem onde pretendo desembarcar? Não por certo; senão que é necessário metê-la muito mais acima, porque a força da corrente me fará insensivelmente vir descaíndo. Pois, assim também, para uma pessoa endireitar as suas más inclinações, não basta que procure pôr a natureza em uma mediania racional, senão que é necessário puxar para o extremo contrário, e, para vir a sair com a mortificação ou negação do ilícito, é necessário emproar mais alto, abraçando a negação do lícito (BERNARDES, 1966, p. 135).

4.6 Desenvolvimento do parágrafo por causa e consequência

A maior parte do que se sabe a respeito da elaboração de questionários decorre da experiência. Resulta daí que boa parte do que se dispõe nesse domínio é consti-

tuída por receitas baseadas no senso comum, sem maior apoio em provas científicas rigorosas ou em teorias. Pode-se, no entanto, determinar alguns aspectos que devem ser observados na elaboração dos questionários de pesquisa. Os mais importantes são esclarecidos a seguir (GIL, 1989b, p. 126).

Por neutralidade, as ciências sociais produzem tendencialmente instrumentos de controle social. São profundamente desmobilizadoras, por mais que possam apreçoar em teoria o contrário. Sabem sobretudo como não mudar, a título de mudar. E é precisamente isso que o poder vigente espera delas. Nisso são demasiadamente úteis, como estrategicamente inúteis para os desiguais (DEMO, 1989, p. 85).

4.7 Desenvolvimento do parágrafo por explicitação

De maneira bastante prática, pode-se dizer que variável é qualquer coisa que pode ser classificada em duas ou mais categorias. "Sexo", por exemplo, é uma variável, pois envolve duas categorias: masculino e feminino. "Classe Social" também é variável, já que envolve diversas categorias, como alta, média e baixa. Também idade constitui uma variável, podendo abranger uma quantidade infinita de valores numéricos. Outros exemplos de variáveis são: estatura, estado civil, nível de escolaridade, agressividade, introversão, conservadorismo político, nível intelectual etc. (GIL, 1989b, p. 61-62).

A explicitação pode ocorrer por meio de definição:

A dúvida é um estado subjetivo de indefinição ou de suspensão do julgamento. Instala-se o estado de dúvida quando motivos para o "sim" e para o "não" apresentam-se com o mesmo peso. É uma espécie de "coluna do meio", quando as probabilidades das colunas um e dois são da ordem de cinquenta por cento. Deveremos observar que a dúvida pode ser real ou metódica. Será real quando a ponderação dos motivos conduz a um equilíbrio real. É metódica quando questiona temas já aceitos como resolvidos, a fim de reexaminar a validade de seus fundamentos (RUIZ, 1995, p. 20).

5 Articuladores textuais

Parágrafos, tópicos, subtópicos, partes de um texto, segmentos encadeiam-se em geral por meio de recursos lingüísticos que se chamam articuladores textuais. Os articuladores relacionam as coisas no tempo e no espaço e estabelecem entre elas relações lógico-semânticas; exercem funções enunciativas ou discursivo-argumentativas, bem como funções meta-enunciativas.

Os articuladores são: de conteúdo proposicional, enunciativos ou discursivo-argumentativos e meta-enunciativos (cf. KOCH, 2002, p. 133).

5.1 Articuladores de conteúdo proposicional

Os articuladores de conteúdo proposicional podem ser dos seguintes tipos: marcadores de relações espaço-temporais e indicadores de relações lógico-semânticas. Os articuladores que marcam relações de espaço e de tempo são, entre outros: *a primeira vez, a segunda vez, defronte de, diante de, em face de, antes, depois, atrás de*. Os articuladores que indicam relações lógico-semânticas são: de condicionalidade, causalidade, finalidade ou mediação, oposição, contraste, disjunção: *se, por causa de, para que, a fim de, porque, em oposição a, em contraste com*.

5.2 Articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos

São articuladores desse tipo “os que encadeiam atos de fala distintos, introduzindo, entre eles, relações discursivo-argumentativas: contrajunção (oposição/contraste/concessão), justificativa, explicação, generalização, disjunção argumentativa, especificação, comprovação” (KOCH, 2002, p. 234): *ou, mas, portanto, ainda que, daí que, afinal, aliás*.

5.3 Articuladores meta-enunciativos

De modo geral, tecem algum comentário da própria enunciação. São eles: delimitadores de domínio, organizadores textuais, modalizadores epistêmicos, atitudinais e afetivos, axiológicos, de caráter deôntico (obrigatório), atenuadores, metaformativos.

Os delimitadores de domínio estabelecem o âmbito dentro do qual o conteúdo do enunciado pode ser verificado. Incluem advérbios espaciais, de tempo, de modo:

Ontem, o posicionamento político era um; hoje, é outro. No interior do Estado, prevalecia o posicionamento conservador; na Capital, o não conservador.

Os organizadores textuais incluem: *primeiro, depois, em seguida, por um lado, por outro lado, às vezes, outras vezes, em primeiro lugar, em segundo lugar, por último*.

Os modalizadores epistêmicos assinalam o grau de comprometimento do locutor com seu enunciado: *evidentemente, não há como negar, aparentemente*.

Os atitudinais e afetivos “encenam a atitude psicológica com que o anunciador se apresenta diante dos eventos de que fala o enunciado” (KOCH, 2002, p. 136). São exemplos: *infelizmente, desgraçadamente*.

Os axiológicos expressam a valoração atribuída aos eventos, às ações e às situações a que o enunciado faz menção. São exemplos de tais articuladores: *curiosamente, mais uma vez*.

Os articuladores de caráter deôntico indicam o grau de imperatividade ou facultatividade atribuído ao conteúdo. Vejam-se os casos de *é indispensável, opcionalmente*.

Os atenuadores podem ser exemplificados com: *talvez fosse melhor, ao que me parece, no meu modo de entender, creio que*.

Os metaformativos são de variados tipos: (a) comentadores da forma como o enunciador apresenta-se ao interlocutor no ato da enunciação: *francamente, sinceramente*; (b) comentadores da forma do enunciado: *em síntese, para recordar, em suma, resumidamente*; (c) nomeadores do tipo de ato ilocucionário que o enunciado pretende realizar: *eis a questão, a título de garantia, minha crítica é que, cabe perguntar se...*; (d) comentadores da adequação do tema ou dos termos utilizados: *por assim dizer, como se diz habitualmente, na acepção ampla do termo, para falar de modo que todos me entendam, como chamamos habitualmente*; (e) introdutórios de reformulações ou correções: *quero dizer*; (f) introdutórios de tópico: *a respeito de...*; (g) interruptores e reintrodutores de tópico (marcadores de digressão): *quanto a [isso]..., é interessante lembrar que..., voltando ao assunto X*; (h) marcadores conversacionais que operam o amarramento de pedaços de textos: *aí, daí, então, agora*.

Os articuladores de texto são responsáveis, em geral, pela coesão textual, bem como pela orientação do sentido.

Exercícios

1. *Em que parte do texto dissertativo se coloca o objetivo? Escrever três fases apresentando os objetivos de um possível trabalho científico (monografia, dissertação, tese, trabalho de conclusão de curso).*
2. *Em que local do trabalho você relataria o estágio do desenvolvimento de um assunto?*
3. *Onde se faz a demonstração da argumentação, num texto dissertativo?*
4. *O que colocar no desenvolvimento de um texto?*
5. *Quais são as características de uma conclusão?*
6. *Esquematizar as idéias do texto de Maria Teresa Serafini, apresentado abaixo.*
7. *Segmentar o texto de Maria Teresa Serafini.*
8. *Resumir o texto "Identificação da tese".*

IDENTIFICAÇÃO DA TESE

Como exemplo de textos de tipo argumentativo, tomemos os artigos de terceira página da *Folha de S. Paulo*, intitulados "Tendências e debates": lendo qualquer um desses artigos, percebe-se que o autor faz várias considerações, todas relacionadas com uma idéia principal, que é o centro do artigo, a tese do autor. Quanto melhor o escritor, mais fácil identificar a tese central que ele quer demonstrar.

Ao escrever, devemos percorrer o caminho inverso: antes identificar a idéia que queremos defender, a nossa tese, e sobre ela construir nosso texto.

O estudante sem prática de escrever, sem o hábito de planejar seu texto e identificar claramente sua tese antes de começar a redação, freqüentemente inicia os primeiros parágrafos sustentando uma idéia, mas depois se contradiz defendendo outra que lhe vem à mente no decorrer da redação.

Um bom exemplo de texto argumentativo é a sentença de um juiz num tribunal; se interrogarmos um juiz sobre o modo pelo qual escreve a sentença relativa a uma controvérsia entre duas pessoas, ele certamente nos responderá que, antes de produzir o texto com o qual sustenta sua decisão, já tinha decidido a quem dar razão. Através da definição dos termos do problema, realizada de modo claro e utilizando leis e sentenças precedentes, o juiz conduz gradativamente o leitor a sua conclusão sobre a culpa de uma das partes mas, para que a sentença seja bem-feita, eficaz e sem contradições, a decisão deve ser bem-motivada *a priori* e a organização do texto completamente delineada antes de se iniciar sua confecção. É interessante notar que tanto o juiz como o estudante inexperiente podem começar a escrever um texto que serão obrigados a interromper a uma certa altura por falta de elementos a seu favor. Nessa hipótese, o juiz deve retomar o caso, procurando encontrar outros elementos para sustentar sua sentença ou até mesmo decidir mudá-la.

As redações argumentativas não são muito diferentes da sentença do juiz; nosso objetivo também é tentar mostrar uma opinião sobre o problema, só que, por sorte, com menos responsabilidade que um juiz. Há quem pense ser possível apenas descrever o problema sem tomar partido algum, mas na realidade o leitor gosta de ver surgir nossa opinião e de ler um texto claro e coeso pela presença de uma tese.

Dissemos que uma tese é uma idéia-guia, por isso é bom escrevê-la em uma frase ou em um parágrafo para que ela fique bem clara. Quem tem experiência pode achar isso desnecessário, mas convém que os principiantes explicitem as suas.

Examinemos mais uma vez a redação sobre o tráfego. Suponhamos que o aluno proponha como tese: "Causas, conseqüências e soluções para o tráfego nas grandes cidades modernas." Essa frase, de fato, não exprime uma

tese: um texto que relacionasse apenas as causas, conseqüências e soluções em ordem, provavelmente seguindo o mapa, talvez resultasse correto e organizado, mas sem dúvida pouco interessante, porque seria um conjunto de informações sem um elemento unificador. Um artifício útil para criar uma frase-tese é certificar-se de que ela tenha um sujeito e um verbo, isto é, que seja uma frase completa; ao exprimir uma idéia, dizemos (predicamos) algo sobre um sujeito. Um outro bom artifício é antecipar à frase-tese a expressão “penso que...”; se o novo texto funciona, então a frase é uma tese. Em nosso caso, obteríamos: “Penso que causas, conseqüências e soluções para o tráfego nas grandes cidades modernas”, que é um período sem sentido.

Uma tese possível, partindo de nosso material sobre o tráfego, é:

O tráfego das grandes cidades modernas torna a vida do cidadão insustentável porque estraga seu sistema nervoso, faz com que ele perca tempo, suja sua casa e cria um ambiente nada saudável. A situação, no entanto, pode ser melhorada se houver uma intervenção drástica sobre a cidade (e, por extensão, sobre os cidadãos), aprimorando o transporte coletivo (o metrô, em particular), construindo marginais e proibindo o tráfego particular no centro.

Essa tese enfatiza as soluções do mapa, mostrando, através de uma atitude ao mesmo tempo combativa e otimista, que a situação do tráfego nas grandes cidades não é um problema sem solução. A tese abaixo é, por sua vez, uma tese pessimista e individualista:

O tráfego das grandes cidades modernas como São Paulo é fruto da estratificação histórica de nossa civilização, mas também há falta de planejamento urbanístico devida à corrupção e à falta de visão dos governantes. A não ser que se destrua e se reconstrua a cidade, não vejo como melhorar a situação de um lugar como São Paulo. Eu, pessoalmente, não quero deixar o conforto do carro particular e, quando puder, irei morar numa cidade pequena ou no campo (SERAFINI, 1987:43-45).

9. *Considerando o texto seguinte, de Machado de Assis, que elementos apresenta na introdução? Qual é seu tema? Qual a hipótese de seu trabalho?*
10. *Quais elementos extrínsecos aparecem na análise de Machado de Assis? Quais elementos intrínsecos foram discutidos? A que conclusões chega o texto?*

EÇA DE QUEIRÓS: O PRIMO BASÍLIO

Um dos bons e vivazes talentos da atual geração portuguesa, o Sr. Eça de Queirós, acaba de publicar o seu segundo romance, *O primo Basílio*. O primeiro, *O crime do padre Amaro*, não foi decerto a sua estréia literária.

De ambos os lados do Atlântico, apreciávamos há muito o estilo vigoroso e brilhante do colaborador do Sr. Ramalho Ortigão, naquelas agudas *Farpas*, em que aliás os dois notáveis escritores formaram um só. Foi a estréia no romance, e tão ruidosa estréia, que a crítica e o público, de mãos dadas, puseram desde logo o nome do autor na primeira galeria dos contemporâneos. Estava obrigado a prosseguir na carreira encetada; digamos melhor, a colher a palma do triunfo. Que é, e completo e incontestável.

Mas esse triunfo é somente devido ao trabalho real do autor? O *crime do padre Amaro* revelou desde logo as tendências literárias do Sr. Eça de Queirós e a escola a que abertamente se filiava. O Sr. Eça de Queirós é um fiel e aspérrimo discípulo do realismo propagado pelo autor do *Assommoir*. Se fora simples copista, o dever da crítica era deixá-lo, sem defesa, nas mãos do entusiasmo cego, que acabaria por matá-lo; mas é homem de talento, transpôs ainda há pouco as portas da oficina literária; e eu, que lhe não nego a minha admiração, tomo a peito dizer-lhe francamente o que penso, já da obra em si, já das doutrinas e práticas, cujo iniciador é, na pátria de Alexandre Herculano e no idioma de Gonçalves Dias.

Que o Sr. Eça de Queirós é discípulo do autor do *Assommoir*, ninguém há que o não conheça. O próprio *O crime do padre Amaro* é imitação do romance de Zola, *La faute de l'abbé Mouret*. Situação análoga, iguais tendências; diferença do meio; diferença do desenlace; idêntico estilo; algumas reminiscências, como no capítulo da missa, e outras; enfim, o mesmo título. Quem os leu a ambos, não contestou decerto a originalidade do Sr. Eça de Queirós, porque ele a tinha, e tem, e a manifesta de modo afirmativo; creio até que essa mesma originalidade deu motivo ao maior defeito na concepção d'*O crime do padre Amaro*. O Sr. Eça de Queirós alterou naturalmente as circunstâncias que rodeavam o Padre Mouret, administrador espiritual de uma paróquia rústica, flanqueado de um padre austero e ríspido; o Padre Amaro vive numa cidade de província, no meio de mulheres, ao lado de outros que do sacerdócio só têm a batina e as propinas; vê-os concupiscentes e maritalmente estabelecidos, sem perderem um só átomo de influência e consideração. Sendo assim, não se compreende o terror do Padre Amaro, no dia em que do seu erro lhe nasce um filho, e muito menos se compreende que o mate. Das duas forças que lutam na alma do Padre Amaro, uma é real e efetiva – o sentimento da paternidade; a outra é quimérica e impossível – o terror da opinião, que ele tem visto tolerante e cúmplice no desvio dos seus confrades; e não obstante, é esta a força que triunfa. Haverá aí alguma verdade moral?

Ora bem, compreende-se a ruidosa aceitação d'*O crime do padre Amaro*. Era realismo implacável, conseqüente, lógico, levando à puerilidade e à obscuridade. Víamos aparecer na nossa língua um realista sem reboço, sem atenuações, sem melindres, resoluto a vibrar o camartelo no mármore da outra

escola, que aos olhos do Sr. Eça de Queirós parecia uma simples ruína, uma tradição acabada. Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuso e o digamos o próprio termo, pois tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem, – em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exaçação de inventário. A gente de gosto leu com prazer alguns quadros, excelentemente acabados, em que o Sr. Eça de Queirós esquecia por minutos as preocupações da escola; e, ainda nos quadros que lhe destoavam, achou mais de um rasgo feliz, mais de uma expressão verdadeira; a maioria, porém, atirou-se ao inventário. Pois que havia de fazer a maioria, senão admirar a fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada? Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha. Quanto à ação em si, e os episódios que a esmaltam, foram um dos atrativos d'*O crime do padre Amaro*, e o maior deles; tinham o mérito do pomo defeso. E tudo isso, saindo das mãos de um homem de talento, produziu o sucesso da obra.

Certo da vitória, o Sr. Eça de Queirós reincidiu no gênero, e trouxe-nos *O primo Basílio*, cujo êxito é evidentemente maior que o do primeiro romance, sem que, aliás, a ação seja mais intensa, mais interessante ou vivaz nem mais perfeito o estilo. A que atribuir a maior aceitação deste livro? Ao próprio fato da reincidência, e, outrossim, ao requinte de certos lances, que não destoaram do paladar público. Talvez o autor se enganou em um ponto. Uma das passagens que maior impressão fizeram, n'*O crime do padre Amaro*, foi a palavra de calculado cinismo, dita pelo herói. O herói d'*O primo Basílio* remata o livro com um dito análogo; e, se no primeiro romance é ele característico e novo, no segundo é já rebuscado, tem um ar de *clichê*; enfastia. Excluído esse lugar, a reprodução dos lances e do estilo é feita com o artifício necessário, para lhes dar novo aspecto e igual impressão.

Vejamos o que é *O primo Basílio* e comecemos por uma palavra que há nele. Um dos personagens, Sebastião, conta a outro o caso de Basílio, que, tendo namorado Luísa em solteira, estivera para casar com ela; mas falindo o pai, veio para o Brasil, donde escreveu desfazendo o casamento. – Mas é a *Eugênia Grandet*! exclama o outro. O Sr. Eça de Queirós incumbiu-se de nos dar o fio da sua concepção. Disse talvez consigo: – Balzac separa os dois primos, depois de um beijo (aliás, o mais casto dos beijos). Carlos vai para a América; a outra fica, e fica solteira. Se a casássemos com outro, qual seria o resultado do encontro dos dois na Europa? – Se tal foi a reflexão do autor, devo dizer, desde já, que de nenhum modo plagiou os personagens de Balzac. A Eugênia deste, a provinciana singela e boa, cujo corpo, aliás robusto, encerra uma alma apaixonada e sublime, nada tem com a Luísa do Sr. Eça de Queirós. Na Eugênia, há uma personalidade acentuada, uma figura

moral, que por isso mesmo nos interessa e prende; a Luísa – força é dizê-lo – a Luísa é um caráter negativo, e no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral.

Repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra coisa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência.

Casada com Jorge, faz este uma viagem ao Alentejo, ficando ela sozinha em Lisboa; aparece-lhe o primo Basílio, que a amou em solteira. Ela já o não ama; quando leu a notícia da chegada dele, doze dias antes, ficou muito “admirada”; depois foi cuidar dos coletes do marido. Agora, que o vê, começa por ficar nervosa; ele lhe fala das viagens, do patriarca de Jerusalém, do papa, das luvas de oito botões, de um rosário e dos namoros de outro tempo; diz-lhe que estimara ter vindo justamente na ocasião de estar o marido ausente. Era uma injúria: Luísa fez-se escarlate; mas à despedida dá-lhe a mão a beijar, dá-lhe até entender que o espera no dia seguinte. Ele sai; Luísa sente-se “afogueada, cansada”, vai despir-se diante de um espelho, “olhando-se muito, gostando de se ver branca”. A tarde e a noite gasta-as a pensar ora no primo, ora no marido. Tal é o intróito, de uma queda, que nenhuma razão moral explica, nenhuma paixão, sublime ou subalterna, nenhum amor, nenhum despeito, nenhuma perversão sequer. Luísa resvala no lodo, sem vontade, sem repulsa, sem consciência; Basílio não faz mais do que empuxá-la, como matéria inerte, que é. Uma vez rolada ao erro, como nenhuma flama espiritual a alenta, não acha ali a saciedade das grandes paixões criminosas: rebolca-se simplesmente.

Assim, essa ligação de algumas semanas, que é o fato inicial e essencial da ação, não passa de um incidente erótico, sem relevo, repugnante, vulgar. Que tem o leitor do livro com essas duas criaturas sem ocupação nem sentimentos? Positivamente nada.

E aqui chegamos ao defeito capital da concepção do Sr. Eça de Queirós. A situação tende a acabar, porque o marido está prestes a voltar do Alentejo, e Basílio começa a enfastiar-se, e, já por isso já porque o instiga um companheiro seu, não tardará a trasladar-se a Paris. Interveio, neste ponto, uma criada. Juliana, o caráter mais completo e verdadeiro do livro; Juliana está enfadada de servir; espregueia um meio de enriquecer depressa; logra apoderar-se de quatro cartas; é o triunfo, é a opulência. Um dia em que a ama lhe ralha com aspereza, Juliana denuncia as armas que possui. Luísa resolve fugir com o primo; prepara um saco de viagem, mete dentro alguns objetos, entre eles um retrato do marido. Ignoro inteiramente a razão fisiológica ou psicológica desta precaução de ternura conjugal: deve haver alguma; em todo caso, não é aparente. Não se efetua a fuga, porque o primo rejeita essa complicação; limita-se a oferecer o dinheiro para reaver as cartas –, dinheiro que a prima recusa – despede-se e retira-se de Lisboa. Daí em diante o

cordel que move a alma inerte de Luísa passa das mãos de Basílio para as da criada. Juliana, com a ameaça nas mãos, obtém de Luísa tudo, que lhe dê roupa, que lhe troque a alcova, que lha forre de palhinha, que a dispense de trabalhar. Faz mais: obriga-a a varrer, a engomar, a desempenhar outros misteres imundos. Um dia Luísa não se contém; confia tudo a um amigo de casa, que ameaça a criada com a polícia e a prisão, e obtém assim as fatais letras. Juliana sucumbe a um aneurisma; Luísa, que já padecia com a longa ameaça e perpétua humilhação, expira alguns dias depois.

Um leitor perspicaz terá já visto a incongruência da concepção do Sr. Eça de Queirós, e a inanidade do caráter da heroína. Suponhamos que tais cartas não eram descobertas, ou que Juliana não tinha a malícia de as procurar, ou enfim que não havia semelhante fâmula em casa, nem outra da mesma índole. Estava acabado o romance, porque o primo enfasiado seguiria para França, e Jorge regressaria do Alentejo; os dois esposos voltavam à vida anterior. Para obviar a esse inconveniente, o autor inventou a criada e o episódio das cartas, as ameaças, as humilhações, as angústias e logo a doença, e a morte da heroína. Como é que um espírito tão esclarecido, como o do autor, não viu que semelhante concepção era a coisa menos congruente e interessante do mundo? Que temos nós com essa luta intestina entre a ama e a criada, e em que nos pode interessar a doença de uma e a morte de ambas? Cá fora, uma senhora que sucumbisse às hostilidades de pessoas de seu serviço, em consequência de cartas extraviadas, despertaria certamente grande interesse, e imensa curiosidade; e, ou a condenássemos, ou lhe perdóássemos, era sempre um caso digno de lástima. No livro é outra coisa. Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma; seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, por Deus! dê-me a sua pessoa moral. Gastar o aço da paciência a fazer tapar a boca de uma cobiça subalterna, a substituí-la nos misteres ínfimos, a defendê-la dos ralhos do marido, é cortar todo o vínculo moral entre ela e nós. Já nenhum há, quando Luísa adoece e morre. Por quê? Porque sabemos que a catástrofe é o resultado de uma circunstância fortuita, e nada mais; e conseqüentemente por esta razão capital: Luísa não tem remorsos, tem medo.

Se o autor, visto que o Realismo também inculca vocação social e apostólica, intentou dar no seu romance algum ensinamento ou demonstrar com ele alguma tese, força é confessar que o não conseguiu, a menos de supor que a tese ou ensinamento seja isto: – A boa escolha dos fâmulos é uma condição de paz no adultério. A um escritor esclarecido e de boa-fé, como o Sr. Eça de Queirós, não seria lícito contestar que, por mais singular que pareça a conclusão, não há outra no seu livro. Mas o autor poderia retorquir: – Não, não quis formular nenhuma lição social ou moral; quis somente escrever uma hipótese; adoto o realismo, porque é a verdadeira forma da arte e a única própria do nosso tempo e adiantamento mental; mas não me proponho a le-

cionar ou curar; exerce a patologia, não a terapêutica. A isso responderia eu com vantagem: – Se escreveis uma hipótese lógica dai-me a hipótese lógica, humana, verdadeira. Sabemos todos que é aflitivo o espetáculo de uma grande dor física; e, não obstante, é máxima corrente em arte, que semelhante espetáculo, no teatro, não comove a ninguém; ali vale somente a dor moral. Ora bem; aplicai esta máxima ao vosso realismo, e sobretudo proporcionai o efeito à causa, e não exijais a minha comoção a troco de um equívoco.

E passemos agora ao mais grave, ao gravíssimo.

Parece que o Sr. Eça de Queirós quis dar-nos na heroína um produto da educação frívola e da vida ociosa; não obstante, há aí traços que fazem supor, à primeira vista, uma vocação sensual. A razão disso é a fatalidade das obras do Sr. Eça de Queirós – ou, noutros termos, do seu realismo sem condescendência: é a sensação física. Os exemplos acumulam-se de página a página; apontá-los, seria reuni-los e agravar o que há neles desvendado e cru. Os que de boa-fé supõem defender o livro, dizendo que podia ser expurgado de algumas cenas, para só ficar o pensamento moral ou social que o engendrou, esquecem ou não reparam que isso é justamente a medula da composição. Há episódios mais crus do que outros. Que importa eliminá-los? Não poderíamos eliminar o tom do livro. Ora, o tom é o espetáculo dos ardores, exigências e perversões físicas. Quando o fato não parece bastante caracterizado com o termo próprio, o autor acrescenta-lhe outro impróprio. De uma carvoeira, à porta da loja, diz ele que apresentava a “gravidez bestial”. Bestial por quê? Naturalmente, porque o adjetivo avolume o substantivo e o autor não vê ali o sinal da maternidade humana; vê um fenómeno animal, nada mais.

Com tais preocupações de escola, não admira que a pena do autor chegue ao extremo de correr o reposteiro conjugal; que nos talhe as suas mulheres pelos aspectos e trejeitos da concupiscência: que escreva reminiscências e alusões de um erotismo, que Proudhon chamaria onissexual e onímico; que no meio das tribulações que assaltam a heroína, não lhe infunda no coração, em relação ao esposo, as esperanças de um sentimento superior, mas somente os cálculos da sensualidade e os “ímpetos de concubina”; que nos dê as cenas repugnantes do *Paraíso*; que não esqueça sequer os desenhos torpes de um corredor de teatro. Não admira; é fatal; tão fatal como a outra preocupação correlativa. Ruim moléstia é o catarro; mas por que hão de padecer dela os personagens do Sr. Eça de Queirós? N’*O crime do padre Amaro* há bastantes afetados de tal achaque; n’*O primo Basílio* fala-se apenas de um caso: um indivíduo que morreu de catarro na bexiga. Em compensação há infinitos ‘jactos escuros de saliva’. Quanto à preocupação constante do acessório, bastará citar as confidências de Sebastião e Juliana, feitas casualmente à porta e dentro de uma confeitaria, para termos ocasião de ver reproduzidos o mostrador e as suas pirâmides de doces, os bancos, as mesas, um sujeito

que lê um jornal e cospe a miúdo, o choque das bolas de bilhar, uma rixa interior, e outro sujeito que sai a vociferar contra o parceiro; bastará citar o longo jantar do Conselheiro Acácio (transcrição do personagem de Henri Monier); finalmente, o capítulo do Teatro de S. Carlos, quase no fim do livro. Quando todo o interesse se concentra em casa de Luísa, onde Sebastião trata de reaver as cartas subtraídas pela criada, descreve-nos o autor uma noite inteira de espetáculos, a platéia, os camarotes, a cena, uma alteração de espectadores.

Que os três quadros estão acabados com muita arte, sobretudo o primeiro, é coisa que a crítica imparcial deve reconhecer; mas por que avolumar tais acessórios até o ponto de abafar o principal?

Talvez estes reparos sejam menos atendíveis, desde que o nosso ponto de vista é diferente. O Sr. Eça de Queirós não quer ser realista mitigado, mas intenso e completo; e daí vem que o tom carregado das tintas, que nos assusta, para ele é simplesmente o tom próprio. Dado, porém, que a doutrina do Sr. Eça de Queirós fosse verdadeira, ainda assim cumpria não acumular tanto as cores, nem acentuar tanto as linhas; e quem o diz é o próprio chefe da escola, de quem li, há pouco, e não sem pasmo, que o perigo do movimento realista é haver quem suponha que o traço grosso é o traço exato. Digo isto no interesse do talento do Sr. Eça de Queirós, não no da doutrina que lhe é adversa; porque a esta o que mais importa é que o Sr. Eça de Queirós escreva outros livros como *O primo Basílio*. Se tal suceder, o Realismo na nossa língua será estrangulado no berço; e a arte pura, apropriando-se do que ele contiver aproveitável (porque o há, quando se não despenha no excessivo, no tedioso, no obsceno, e até no ridículo), a arte pura, digo eu, voltará a beber aquelas águas sadias d'*O monge de Cister*, d'*O arco de Santa Ana* e d'*O guarani*.

A atual literatura portuguesa é assaz rica de força e talento para podermos afiançar que este resultado será certo, e que a herança de Garrett se transmitirá intacta às mãos da geração vindoura (ASSIS, 1979, v. 3, 903-908).

9. Redigir um texto dissertativo, comentando o seguinte poema de Ferreira Gullar (2000, p. 335). Considerar inicialmente a estética a que o autor se filia e as idéias principais apresentadas:

Traduzir-se

Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão;
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.

Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?

Apresentação Gráfica da Monografia* (NBR 14724:2002)

É fácil fazer com que um assunto complicado pareça complicado; é preciso inteligência e esforço, porém, para expor idéias e informações da maneira mais simples possível (BARRASS, 1979, p. 20).

A apresentação gráfica da monografia segundo normas técnicas, ao lado do conteúdo e da estruturação do texto, é um requisito que contribui para a consecução de um trabalho capaz de atingir seu objetivo. Monografia realizada sem a preocupação gráfica, em geral, acaba malsucedida.

1 Margem, espaçamento e formato

Considerando o uso do computador, as margens mais freqüentemente utilizadas são:

- ☐ Superior: 3 cm.
- ☐ Inferior: 2 cm.
- ☐ Lateral esquerda: 3 cm.
- ☐ Lateral direita: 2 cm.

Ao abrir a coluna “Arquivo” do menu do computador, o operador tem diante de si:

* Compreende tese, dissertação de mestrado, monografias para cursos lato sensu e trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Novo
 Abrir
 Fechar
 Salvar
 Salvar Como
 Salvar Tudo
 Localizar Arquivo
 Resumo Informativo
 Modelos...
 Configurar Página...
 ...

Ao abrir “Configurar Página”, o operador do computador obtém:

Margem	Tamanho do papel	Origem do papel	Layout
Superior			
Inferior			
Esquerda			
Direita			

Ao abrir “Tamanho do papel”, obterá:

Letter (8½ × 11 pol.)
 Legal (8½ × 14 pol.)
 Executive (7¼ × 10½ pol.)
 A4 (210 × 297 mm)
 ...

O tamanho da folha de papel mais utilizada é o A4.

O texto deve ser digitado ou datilografado em espaço duplo. Abrir "Formatar" do menu, para obter as seguintes tarefas:

Fonte

Parágrafo

1.1.1

Ao clicar em "Parágrafo", o operador obterá:

Recuos e espaçamento	Fluxo do texto
	Espaçamento
	Antes
	Depois
	Entrelinhas Simples 1,5 linhas

Ao tratar do **formato**, a NBR 14724:2002 estabelece:

Os textos devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados ou datilografados na cor preta, com exceção das ilustrações, no anverso das folhas, exceto a folha de rosto. [...]

Recomenda-se, para digitação, a utilização de fonte tamanho 12 para o texto e tamanho menor para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e tabelas. No caso de textos datilografados, para citações de mais de três linhas, deve-se observar apenas o recuo de 4 cm da margem esquerda.

Ao imprimir o texto, é mais comum o uso de apenas uma face do papel (branco).

2 Títulos e seções

O título da obra aparecerá na primeira página do texto, em caracteres maiúsculos (caixa alta). Se houver subtítulo, este aparecerá sob o título, em caracteres minúsculos, exceto as primeiras letras das palavras (caixa alta e baixa). Não se utilizam parênteses para os subtítulos. O título e o subtítulo de uma monografia admitem o uso do negrito (**bold**).

Para a NBR 14724:2002,

os títulos sem indicativo numérico – errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, referências, glossário, apêndice(s), anexo(s) e índice(s) – devem ser centralizados.

O nome do capítulo é digitado no alto da página, deixando 1/3 da página em branco. O nome do capítulo, bem como seu número sequencial, admitem o uso do negrito e a centralização. A seção (primeira divisão capitular) é escrita em caixa alta (letras maiúsculas). As seções admitem a centralização, ou o alinhamento à esquerda, bem como o uso do negrito. A subseção é escrita apenas com a primeira letra da primeira palavra em maiúscula. Admite também o uso do negrito.

10 GÊNERO LÍRICO

10.1 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10.1.1 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

a segunda e demais se pode usar o **bold (negrito)**. Para a divisão da seção terciária, podem-se utilizar alíneas em maiúsculas (A, B, C):

- ```

1 JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS
 1.1 Procedimento sumaríssimo para apuração das infrações penais
 1.1.1 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
 A. XXXXXXXXXXXX
 B. XXXXXXXXXXXX
 1.1.2 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

```

Para a divisão de letras, usam-se algarismos romanos. Não se deve, porém, ir além disso:

- ```

1 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
  1.1 XXXXXXXXXXXX
    1.1.1 XXXXX
        A. XXXXX
        B. XXXXXX
            I. XXXXXX
            II. XXXXXX
        C. XXXXXXXXXXXXXXXX
  
```

A divisão rigorosa de um texto, além de conferir-lhe qualidade na hierarquização das idéias, ajuda a facilitar a leitura e a assimilação do conteúdo. Acrescente-se que lhe adiciona qualidade estética, que não é desprezível em se tratando de trabalho de conclusão de curso, como a monografia. Se a divisão está excessivamente carregada (muitas subdivisões) ou há necessidade de criar novas formas de divisão sem acrescentar dígitos, pode-se optar pelo sistema de tópicos (em negrito) em parágrafos:

XX.

A SOCIEDADE MEDIEVAL. XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXX XXXX
XXXXX XXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Ou em caixa alta e baixa, em negrito:

XX.

A sociedade medieval. XXXXXXXXXX XXXXXXX XXXX XXXXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX.

A separação entre o nome da subdivisão e o texto pode ser feita de três formas:

- ☐ Usando ponto depois do tópico.
- ☐ Usando traço depois do tópico.
- ☐ Usando dois-pontos depois do tópico.

Nestes dois últimos casos, deve-se optar por iniciais minúsculas para o texto:

A sociedade medieval: é possível que...

O que conta, porém, é a uniformização textual, que deve ser rigorosa: o mesmo critério deve ser seguido do início ao final do texto. A propósito, se o autor faz alguma divisão de um parágrafo em vários itens, poderá utilizar para a série números arábicos, ou letras, ou bolinhas, ou traço, ou qualquer outro sinal, mas deverá manter a uniformidade do início ao final do texto. Evite-se, portanto, a mistura: ora letras, ora números, ora bolinhas, ora outro sinal:

São os seguintes os procedimentos para

1.
2.
3.

Também se pode dividir em letras:

São os seguintes os procedimentos para

- a.
- b.
- c.

Observe-se que depois das letras foram colocados pontos. Também se poderia colocar parêntese de fechar [)]. É necessário, porém, manter a uniformidade. Iniciando-se com um processo, deve-se prosseguir com ele até o final.

Finalmente, deve-se manter a uniformidade tipológica para qualquer divisão: título do capítulo, seção, subseção: se foi utilizado negrito (**bold**) para uma divisão, mantém-se o negrito para todas as divisões semelhantes; se foi usado itálico para uma subdivisão, mantém-se o itálico para todas as subdivisões de igual peso. Da mesma forma, se foi usado corpo 14 para o título de um capítulo, mantém-se a uniformidade para todos os demais. Se foi utilizada caixa alta para a primeira divisão capitular, deve-se manter o mesmo procedimento para todas as demais, e assim por diante. A uniformização deve ser sempre rigorosa.

Outras observações relevantes para as divisões:

- ☐ A seção é escrita em caixa alta.
- ☐ A subseção é escrita em caixa alta e baixa (somente a primeira letra da primeira palavra é escrita em maiúscula).
- ☐ Não se usa ponto ao final das seções e subseções.
- ☐ Depois de dois-pontos ou traço em divisão que se faz no início de um parágrafo (ver exemplo página anterior), usar letra minúscula.
- ☐ Uniformizar o uso de artigo definido nas divisões. Se utilizá-lo em uma delas, melhor será usá-lo em todas as demais. Recomenda-se não utilizar o artigo definido no início dos capítulos, das seções, subseções.

3 Tipos e corpos: itálico, bold (negrito), sublinha, letras maiúsculas

A primeira recomendação que se faz diz respeito à parcimônia na utilização desses destaques. Se há muito destaque, eles perdem o efeito. Há alguns deles que devem ser evitados a todo custo: o uso da caixa alta em palavras ou nomes próprios; também não se deve abusar das aspas. O excesso de expressões entre aspas transmite grau elevado de subjetividade ao texto, o que impede uma decodificação imediata por parte do leitor. A economia de destaques parece ser a solução recomendável, mas nem sempre observada nos tratados jurídicos.

Outro cuidado que o redator da monografia deve ter diz respeito às letras maiúsculas. A gramática restringe seu uso aos nomes próprios, de empresas, de periódicos, de ciências, de disciplinas, de logradouros, títulos honoríficos. Não se pode utilizar a bel-prazer, e sem nenhuma razão que a justifique, letra maiúscula para palavras comuns.

São as seguintes as observações para o uso de destaque, além do que já foi dito:

- ☐ Nomes de livros e periódicos são grafados em itálico; apenas a primeira letra dos nomes dos livros é escrita em letra maiúscula; já os periódicos têm todas as letras iniciais em maiúsculas: *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*. Títulos de obras são grafados apenas com a primeira letra da primeira palavra em maiúscula: *Juízado especial criminal*, de Marino Pazzaglini Filho et al.; *Direitos humanos fundamentais*, de Alexandre de Moraes.
- ☐ O itálico é utilizado no texto para destacar idéias ou para expressões estrangeiras. Em caso de expressões estrangeiras, recomenda-se a consulta ao *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda. Se a palavra é precedida de uma flecha, deve ser grafada em itálico.
- ☐ Caixa alta (letras maiúsculas) é utilizada para grafar: o título da monografia, o nome de seu autor na folha de rosto, ou frontispício, os nomes dos capítulos, as seções.
- ☐ Caixa alta e baixa é usada para subseções e todas as subdivisões das seções.

Os tipos *Times New Roman* ou *Arial* são os recomendados para a digitação de uma monografia.

Quanto ao tamanho da fonte, em geral dá-se preferência ao mais legível. A NBR 14724:2002 recomenda o uso da fonte tamanho 12 para o texto e tamanho menor para as citações de mais de três linhas e notas de rodapé.

4 Ordem de apresentação de trabalhos acadêmicos

É a seguinte a ordem de apresentação dos elementos de uma monografia:

- ☐ Capa: pode ser lisa, encadernada com couro ou em espiral.
- ☐ Folha de rosto.

- ☐ Verso da folha de rosto.
- ☐ Folha para indicação de aprovação da banca.
- ☐ Dedicatória (opcional).
- ☐ Agradecimentos (opcional).
- ☐ Inscrição (ou epígrafe) (opcional).
- ☐ Resumo ou sinopse.
- ☐ Lista de abreviaturas ou símbolos ou ilustração: dispensável.
- ☐ Sumário.
- ☐ Prefácio e apresentação: não há na monografia.
- ☐ Introdução: com apresentação do objeto da monografia, formulação do tema, delimitação do tema (no tempo e no espaço), problematização, hipóteses, variáveis, justificativa, metodologia, referência teórica.
- ☐ Desenvolvimento: revisão da literatura, pressupostos teóricos, análise e interpretação dos dados.
- ☐ Conclusão.
- ☐ Referências bibliográficas.
- ☐ Glossário: opcional.
- ☐ Apêndice: algum texto produzido pelo autor, que não pôde ser apresentado no interior do texto para não atrapalhar o raciocínio nem a exposição (tabelas, quadros, desenhos).
- ☐ Anexo (transcrição de uma lei, decreto, portaria, instrução normativa).
- ☐ Índices (opcionais).
- ☐ Capa.

5 Capa

A capa de monografia de final de curso de graduação deve conter os seguintes elementos:

- ☐ Nome da instituição (opcional).
- ☐ Nome do autor.
- ☐ Título.
- ☐ Subtítulo, se houver.
- ☐ Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentada.
- ☐ Ano de depósito (da entrega).

A seguir, exemplo de capa (observar a distribuição dos elementos, uso de maiúscula, centralização, espaçamento):

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
JOÃO DA SILVA**

GÊNERO LÍRICO

**São Paulo
2006**

6 Folha de rosto

O anverso da folha de rosto deve conter os seguintes elementos:

- ☐ Nome do autor.
- ☐ Título principal do trabalho.
- ☐ Subtítulo, se houver; deve ser precedido de dois-pontos e evidenciar subordinação.
- ☐ Natureza (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso) e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido), nome da instituição a que é submetido, área de concentração.
- ☐ Nome do orientador.
- ☐ Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado o trabalho.
- ☐ Ano de depósito (da entrega).

No verso da folha de rosto, deve constar ficha catalográfica.

A seguir, exemplo de folha de rosto:

JOÃO DA SILVA

**GÊNERO LÍRICO:
História e Formas**

**Trabalho de conclusão da disciplina
Teoria da Literatura do curso Letras da Universidade X.**

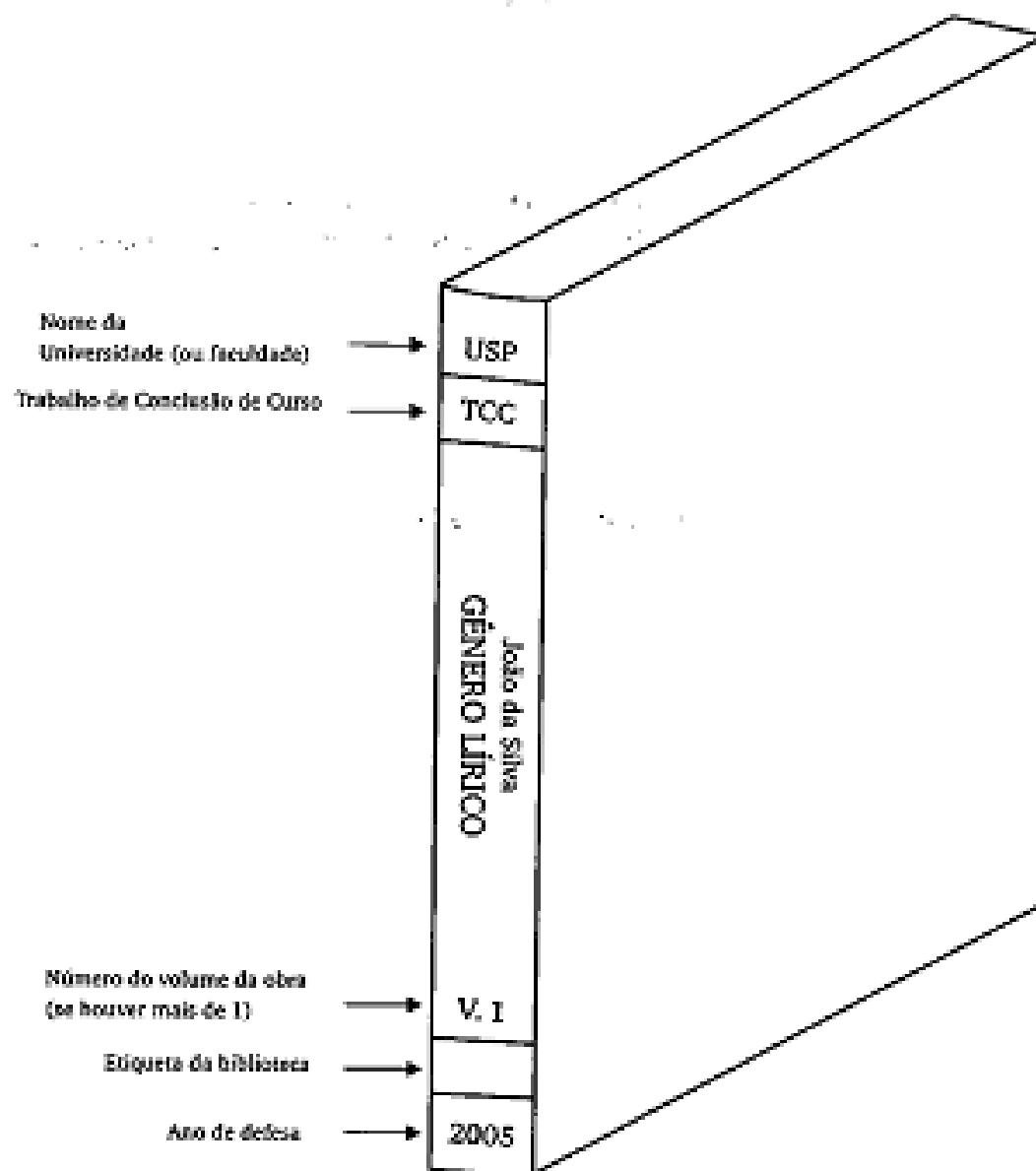
Orientador: Fulano de Tal

**São Paulo
2006**

7 Lombada

A lombada é opcional. É parte da capa que se opõe ao corte (à direita) do livro. Ela serve para enfeixar as folhas ou páginas de um trabalho impresso. O processo de reunião das páginas pode ser por colagem, costura, grampo. São elementos da lombada:

- ❑ Nome do autor, impresso longitudinalmente do alto para o pé da lombada.
- ❑ Título do trabalho, impresso da mesma forma que o nome do autor.
- ❑ Elementos alfanuméricos de identificação, como volume: v. 1, por exemplo.



Modelo de lombada.

8 Verso da folha de rosto

No verso da folha de rosto, deve constar a ficha catalográfica, que é elaborada de acordo com técnicas bibliotecárias. Em geral, um bibliotecário, para elaborar uma ficha, precisa das seguintes informações: nome do autor da obra, título e subtítulo do trabalho, número de volumes, nome do orientador, local e data, número de folhas do TCC, indicação da natureza acadêmica do trabalho (finalidade do trabalho), unidade de ensino e instituição onde o trabalho será apresentado, áreas de aplicação do trabalho.

Não é comum a exigência do verso de folha de rosto nos TCC.

FICHA CATALOGRÁFICA					
Silva, João da Gênero lírico: história e formas/João da Silva. TCC sob a orientação do Prof. Manoel da Silva – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 128 f. ISBN 85-224-3377-x 1. História e crítica 2. Literatura 3. Formas 4. Estética I. Título 05-2903 CDD-808.1 Índices para catálogo sistemático <table style="margin: auto;"> <tr> <td style="padding: 2px 10px;">1. Teoria literária</td> <td style="text-align: right; padding: 2px 10px;">808.1</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px 10px;">2. Literatura</td> <td style="text-align: right; padding: 2px 10px;">801</td> </tr> </table>		1. Teoria literária	808.1	2. Literatura	801
1. Teoria literária	808.1				
2. Literatura	801				

9 Folha de aprovação

São seus elementos:

- ☐ Nome do autor do trabalho.
- ☐ Título do trabalho e subtítulo (se houver).
- ☐ Natureza.
- ☐ Objetivo.
- ☐ Nome da instituição a que é submetido.
- ☐ Área de concentração.
- ☐ Data da aprovação.
- ☐ Nome, titulação e assinatura dos componentes da banca examinadora e instituições a que pertencem.
- ☐ Data de aprovação e assinaturas dos membros componentes da banca examinadora, colocadas após a aprovação do trabalho.

JOÃO DA SILVA

MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Administração no Curso de Administração da Universidade de São Paulo.

Habilitação: Administração

Data de Aprovação

____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Manoel da Silva

Orientador

Universidade de

Profa. Dra. Maria Cláudia Lombardi

Universidade de

Prof. Dr. Sebastião de Almeida

Universidade de

10 Dedicatória

Não é comum em trabalho dessa extensão apresentar uma dedicatória, embora não seja considerado errado. Ela deve ser breve e escrita sem muitos adjetivos. Em geral, uma preposição e o nome da pessoa são suficientes. Ela é escrita no terço final da folha:

Para Fulano de Tal.

Modelo de folha de dedicatória.

11 Inscrição e epígrafe

Há pessoas que gostam de transcrever um pensamento no início de um trabalho, em página isolada. Antes do prefácio, ou da introdução. Nesse caso, deve ser apropriado ao tema da monografia. Evitem-se, todavia, frases-feitas e clichês, colhidos em autores muito conhecidos e que nada transmitem. A sabedoria universal, gotas de otimismo, provérbios, textos de auto-ajuda não são adequados para epígrafe de monografias, ou qualquer outro trabalho acadêmico. Em geral, ela aparece no terço final da folha e bastante recuada em relação à margem esquerda, como a dedicatória.

Há algum tempo, considerava-se a pesquisa científica "coisa de gênio", ou seja, algo excepcional, fruto da "insplração", avesso a qualquer tipo de planejamento. Hoje, já não é mais possível admitir essa idéia de "estalo", pois sabe-se que as descobertas e as invenções do mundo moderno não ocorrem por acaso ou por "intuição", mas por meio de pesquisas sistemáticas, organizadas (ANDRADE, 1997, p. 11).

Se a citação vem logo sob o nome do capítulo, recebe o nome de epígrafe. É comum o uso do recuo à esquerda, aspas no início e no final da citação. Também se pode usar o *itálico*. A epígrafe não é texto ornamental; deve estar diretamente relacionada com o desenvolvimento do texto. Em geral, elas fornecem ao leitor uma pista interpretativa do texto capitular.

12 Sumário

Sumário é a lista de toda a matéria constante de um texto: é constituído do nome dos capítulos, das seções e subseções até três algarismos, com a indicação da página inicial. Exemplo:

SUMÁRIO	
<i>Introdução</i> , 13	
1	GÊNEROS, 17
1.1	Conceito, 18
1.2	Características, 21
2	FORMAS LITERÁRIAS, 27
3	XXXXXXXXX, 53
4	XXXXXXXXX, 69
Bibliografia , 81	

Modelo de folha de sumário.

Observe-se que os nomes dos capítulos são escritos com letras maiúsculas. Usa-se o tabulador para manter o alinhamento (tecla-se o número, em seguida o tabulador e, após, o nome da seção ou subseção).

Monografias com menos de 10 páginas, em geral, não apresentam sumário.

13 Agradecimentos

O monografista pode apresentar uma lista de pessoas a quem agradece por terem colaborado com ele durante a pesquisa e redação da monografia. Agradecerá, especialmente, a seu orientador e colegas que lhe prestaram favores, discutiram com ele determinadas partes do texto, enfim pessoas que o ajudaram na realização de sua obra.

14 Prefácio e introdução

Embora o prefácio seja dispensável em trabalhos de reduzida dimensão (por exemplo: uma monografia de menos de 10 páginas), é necessária uma breve introdução, salientando o objeto do texto, seu objetivo, o problema que pretende resolver, a delimitação (extensão) do trabalho, a justificativa (a relevância do estudo), a metodologia utilizada (em geral, pesquisa bibliográfica), o número de capítulos. Se o autor não escrever nem prefácio, nem introdução, deve logo ao início do texto dizer qual é o objetivo da monografia.

Para Margarida de Andrade (1998, p. 74), em *Introdução à metodologia do trabalho científico*, na introdução deve-se apresentar a revisão da bibliografia. Recomenda a professora:

nos trabalhos de maior envergadura, como dissertações de final de curso ou monografias minuciosas, faz-se referência às teorias, conceitos ou idéias que embasam o desenvolvimento ou argumentação. Indicam-se os trabalhos importantes do mesmo gênero, realizando-se, dessa forma, uma revisão da bibliografia existente sobre o assunto.

15 Desenvolvimento

Desenvolvimento é o corpo do trabalho; em geral, é dividido em capítulos, seções e subseções. Compõem o desenvolvimento: exposição do assunto, resolução do problema inicialmente apresentado, fatos, argumentos, contra-argumentos, discussão (que consiste na comparação de idéias), provas, sempre segundo os critérios da Lógica, ou seja, valendo-se de raciocínios dedutivos ou indutivos, considerados os dois métodos científicos por excelência. Para refutar idéias, o pesquisador vale-se da interpretação dos fatos ou idéias demonstrados.

16 Conclusão da monografia

Comumente, retomam-se conclusões parciais apresentadas no desenvolvimento. Não é lugar, portanto, para argumentos ou fatos novos. Pode-se optar por dois modelos: (a) desenvolver afirmações conclusivas do interior do corpo do trabalho; (b) fazer uma síntese do que foi visto.

Se o trabalho não for conclusivo, utiliza-se a expressão *considerações finais*.

17 Bibliografia da monografia

É a lista das obras consultadas. Sua elaboração segue normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6023:2000).

Os elementos principais de uma referência bibliográfica são:

- ☐ Sobrenome do autor e nome. Ponto.
- ☐ Título da obra em destaque (dois-pontos) e subtítulo (não destacado). Ponto.
- ☐ Edição abreviada.
- ☐ Local. Dois-pontos.
- ☐ Editora. Vírgula.
- ☐ Ano da publicação. Ponto.

Para outras informações sobre bibliografia, ver Capítulo 13.

18 Apêndice e anexo

Em uma monografia, raramente ocorre a necessidade de citar anexos (textos não produzidos pelo autor: transcrição de leis, tabelas estatísticas transcritas de alguma publicação) e apêndices (textos produzidos pelo próprio autor da monografia: questionários, entrevistas, tabelas, fotografias).

Os apêndices e anexos são textos complementares do trabalho; contêm documentos ilustrativos, ou exposições que se tornaram inviáveis no interior dos capítulos.

19 Índices

Índices são tábuas de expressões-chaves que remetem ao interior do texto; em geral, há os índices de assunto ou remissivos e os onomásticos (nomes de autores citados). Em uma monografia, não se justifica a apresentação de índices. Os índices devem ser apresentados depois da bibliografia.

20 Numeração das folhas da monografia

A monografia é numerada de modo contínuo: da folha de rosto até o final. Evidentemente, embora se conte a folha de rosto, ela não tem o número aparente, assim como não o têm a dedicatória e a inscrição, se houver. Ela tanto pode aparecer no topo da página, à direita, quanto centralizada; outra possibilidade: aparecer embaixo, à direita ou centralizada. Utilizam-se números arábicos.

21 Considerações finais sobre a apresentação da monografia

O autor de uma monografia deve estar atento ao equilíbrio das várias partes de texto. Imagine-se uma introdução de cinco páginas e um desenvolvimento (corpo do trabalho) com três páginas. Outro exemplo de desequilíbrio: uma bibliografia de 15 páginas para um trabalho de 10 páginas. Comumente, uma introdução tem de uma a quatro páginas; o desenvolvimento ocupa de 10 a 60 páginas; a conclusão tem em média de uma a seis páginas; a bibliografia relaciona 20 a 50 obras. Evidentemente, ela pode ser menor ou maior, mantendo-se sempre, porém, a proporção.

21.1 *Parágrafo*

Modernamente, por influência americana, encontram-se trabalhos científicos, relatórios, monografias em que não aparece o espaço branco indicativo de parágrafo. Em vez disso, os parágrafos são alinhados à esquerda e aparece entre eles um espaço interlinear duplo. Gramaticalmente, recomenda-se o uso do espaço branco no início dos parágrafos (espécie de “dente”).

21.2 *Revisão*

Todo trabalho escrito requer variadas leituras e revisões, quer relativamente ao conteúdo, quer relativamente ao uso da língua (aspectos gramaticais).

Exercícios

1. *Quais são as margens mais comumente utilizadas num trabalho científico?*
2. *Qual o formato de papel estabelecido pela NBR 14724:2002 para a realização de um trabalho científico? Qual o tamanho da fonte que deve ser utilizada na digitação do texto? Como proceder com relação às citações diretas?*

3. *Como devem ser digitados títulos e seções sem indicativo numérico?*
4. *Que tem a dizer sobre o uso de destaque no texto?*
5. *Qual é a ordem de apresentação das várias partes de um trabalho científico?*
6. *Quais são os dizeres de capa e folha de rosto?*
7. *Quais são os elementos de uma folha de aprovação?*
8. *De que é composto um sumário?*
9. *Que são apêndices? Que são anexos?*
10. *Quais são os elementos de uma referência bibliográfica?*
11. *Que são índices?*
12. *Que tem a dizer sobre o parágrafo? Qual a forma mais indicada (com ou sem recuo inicial – dente do parágrafo)?*
13. *Discorra sobre a necessidade de revisão gramatical de um trabalho científico.*



Bibliografia

ADLER, Mortimer J.; DOREN, Charles van. *Como ler um livro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Selinunte, 1990.

AMARAL, Emília; SEVERINO, Antônio; PATROCÍNIO, Mauro Ferreira do. *Novo manual de redação: gramática, literatura, interpretação de texto*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1982.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1994.

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ARRIGUCCI JR., Davi. *Coração partido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. 3 v.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Normas sobre documentação*. São Paulo: ABNT, s.d.

_____. *Informação e documentação – Referências – Elaboração*: NBR 6023:2002. São Paulo: ABNT, ago. 2002.

_____. *Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos*: NBR 10520:2001. São Paulo: ABNT, jul. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação*: NBR 14724:2002. São Paulo: ABNT, ago. 2002.

ASTI VERA, Armando. *Metodologia da pesquisa científica*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.

BARRAS, Robert. *Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros, estudantes*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BÉCHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Motivação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BERNARDES, Manoel. *As mais belas páginas de Bernardes*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. São Paulo: Ática, 1985.

BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1989. Introdução.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSSA, Nadia A. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985.

CADEMARTORI, Lúgia. *Períodos literários*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1961. (Nossos Clássicos, 54.)

DEESE, James; DEESE, Ellen K. *Como estudar*. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1988.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FAULSTICH, Enilde. L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FERNANDES, Millôr. *A história é uma história: e o homem o único animal que ri*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

_____; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. *Aprendizagem e inovação organizacional: São Paulo: as experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 11. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

FRY, Ron. *Write papers*. 2. ed. Hawtorn, NJ: Career, 1994.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GARCIA, Othon. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

_____. _____. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

_____. _____. 13. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989a.

_____. *Metodologia do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989b.

_____. *Técnicas de pesquisa em economia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GOLDSTEIN, Norma. *Análise do poema*. São Paulo: Ática, 1988.

COMIDE, Magdalena del Valle. *Aprendendo a estudar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia: 1950-1980*. São Paulo: Circulo do Livro, 1975.

_____. *Toda poesia: 1950-1999*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HARLOW, Eric; COMPTON, Henry. *Comunicação: processo, técnicas e práticas*. São Paulo: Atlas, 1980.

HOFFBECK, Gérard; WALTER, Jacques. *Como tomar notas rapidamente e bem*. São Paulo: Nobel, 1991.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70, 1989.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____; _____. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KORNHAUSER, Arthur W. *How to study*. 3. ed. Chicago: University of Chicago, 1993.

KOTAIT, Ivani. *Editoração científica*. São Paulo: Ática, 1981.

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995a.

_____; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991a.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995b.

_____. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995c.

_____. *Metodologia do trabalho científico*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991b.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995d.

_____. _____. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Pedro Sisnando. *A prática de elaboração de relatórios*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha; SANTOS, Martha Maria dos; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Elaboração e divulgação do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

- MARQUESI, Suelli Cristina. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. 1990. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias*. São Paulo: Atlas, 1990.
- MARTINS, Joel; CELANI, Maria Antonieta Alba. *Subsídio para redação de tese de mestrado e de doutoramento*. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MATOS, Francisco Gomes de. *Como resenhar um livro*. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 1985.
- MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação escrita*. São Paulo: Atlas, 1988.
- _____. *Redação empresarial*. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. *Técnicas de redação*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____; GOBBES, Adilson; ALVES, Fernando; LIMA, Luisa. *Manual de redação e revisão*. São Paulo: Atlas, 1995.
- MELO NETO, João Cabral de. *Antologia poética*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MENDONÇA, Neide Rodrigues de Souza. *Desburocratização linguística: como simplificar textos administrativos*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MINICUCCI, Agostinho. *Dinâmica de grupo: teorias e sistemas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. *Técnicas do trabalho de grupo*. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. _____. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Código de processo penal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MOISÉS, Carlos Felipe. *Literatura para quê?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1987a.
- _____. *A criação literária: poesia*. São Paulo: Cultrix, 1987b, v. 1.
- _____. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1994, v. 2.
- _____. *Dicionário de termos literários*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1985a.
- _____. *Guia prático de redação*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- _____. *História da literatura brasileira: origens, barroco, arcadismo*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985b.
- MOLINA, Olga. *Ler para aprender: desenvolvimento de habilidades de estudo*. São Paulo: EPU, 1992.
- MORAES, Irany Novah. *Elaboração da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Publicações Médicas, 1978.
- NÉRICI, Inideo Giuseppe. *Introdução à lógica*. 7. ed. São Paulo: Nobel, 1982.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NOVA, Sebastião Vila. *Introdução à sociologia*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Campinas: Unicamp, 1993.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia: a construção do personagem*. São Paulo: Ática, 1989.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PÉCORA, Alcir. *Problemas de redação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PIGNATARI, Décio. *O que é comunicação poética*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988a.

_____. *Comunicação poética*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1983.

_____. *Informação, linguagem, comunicação*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1988b.

PRADO, Heloisa de Almeida. *Organização e administração de bibliotecas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

REGO, José Lins. *Fogo morto*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

ROTH, Audrey J. *The research paper: process, form, and content*. 7. ed. Belmont: Wadsworth, 1994.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. _____. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SAATKAMP, Henry. *Como elaborar originais de livros*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 2. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia*. São Paulo: Ática, 1985.

SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

_____. *Como se faz um trabalho escolar: da escolha de um tema à composição do texto*. Lisboa: Presença, 1986.

SERULLAZ, Maurice. *O impressionismo*. São Paulo: Difel, 1965.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

_____. _____. 14. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SILVA, Benedicto. *A preparação de originais. Informação e indexação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

SILVA, Rebeca Peixoto da et al. *Redação técnica*. 2. ed. Porto Alegre: Formação, s.d.

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*. São Paulo: Selinunte, 1990.

_____. *Organização do texto dissertativo*. São Paulo: Selinunte, 1995.

_____. *Organização textual da narrativa*. São Paulo: Selinunte, 1992.

SOARES, Magda Becker; CAMPOS, Edson Nascimento. *Técnicas de redação: as articulações lingüísticas como técnicas de pensamento*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1978.

SOURIAU, Etienne. *Chaves da estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau: um breviário para o estudante de pós-graduação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Normas gerais para os trabalhos de grau universitário: um breviário para o estudante de pós-graduação*. São Paulo: Fernando Pessoa, 1974.

TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Almedina, 1983.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

TRIVINOS, Augusto N. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1990.

VANOYE, Francis. *Usos de linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

VERA, Armando Asti. *Metodologia da pesquisa científica*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.

VILLA-MOURA, Visconde de. *Filho d'Almeida*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.



Índice Remissivo

- Abstract*, 51
- Acervo bibliográfico, 55
- Acervo bibliográfico: utilização, 59
- Ambiente, 87
- Anais: referências bibliográficas, 205
- Análise, 100, 101
- Análise de problematização, 102
- Análise: descrição e interpretação, 102
- Análise de síntese, 101
- Análise do texto, 101
- Análise interpretativa, 101
- Análise literária, 103
- Análise temática, 102
- Análise textual, 102
- Análise: tipos, 102
- Ano de publicação em referências bibliográficas, 212
- Anotação, 20
- Anotações corridas, 21
- Anotações esquemáticas, 22
- Anotações resumidas, 24
- Apagamento no resumo, 146
- Aplicação da leitura, 104
- Aprendizagem, 17
- Aprendizagem: facilitação, 86
- Apresentação gráfica da monografia, 267
 - agradecimentos, 287
 - apêndice a anexo, 288
 - bibliografia, 288
 - capa e folha de rosto, 278
 - conclusão da monografia, 288
 - dedicatória, 284
 - desenvolvimento, 287
 - espaçamento, 267
 - folha de aprovação, 282
 - formato, 267, 269
 - índices, 288
 - inscrição e epígrafe, 285
 - itálico, 274
 - letras maiúsculas, 274
 - margem, 267
 - modelo de capa, 277
 - modelo de folha de rosto, 279

- numeração das folhas da monografia, 289
- ordem de apresentação, 275
- parágrafo, 289
- prefácio e introdução, 287
- revisão, 289
- seções e subseções, 271
- sublinha, 274
- sumário, 286
- tamanho do papel, 268
- tipos e corpos, 274
- títulos e seções, 270
- Aproveitamento da leitura, 86
- Apud*, 192
- Área semântica (verificação na leitura), 105
- Artigo científico, 225
- Artigo de jornal: assinado, 209
- Artigo de jornal: não assinado, 209
- Assunto, 106, 137
- Assunto: como localizar obras (cruzamento de palavras-chaves), 61
- Autor: referências bibliográficas, 218
- Avaliação, 100
- Avaliação da leitura, 84
- Avaliação de um texto, 84

- Barra na referência bibliográfica, 221
- Bibliografia: acesso, 47
- Biblioteca
 - especializada, 55
 - geral, 55
 - nacional, 55
 - pública, 55
- Brainstorming*, 32

- Capacidade de leitura, 76
- Catálogo do acervo bibliográfico, 59
- Ciências, 40
 - culturais, 41
 - divisão, 41
 - factuais, 41
 - formais, 41
 - naturais, 41
- Citação
 - autor entidade, 183
 - até três linhas, 183
 - com número e página, 183
 - com três linhas ou mais, 183
 - de citação: *apud*, 192
 - de livro em referências bibliográficas, 200
 - de monografia em referências bibliográficas, 201
 - de obra de um autor, 185
 - destaques, 184
 - direta e indireta, 181
 - dois autores com o mesmo sobrenome, 186
 - em rodapé, 190
 - expressões latinas e abreviaturas em referências bibliográficas, 191
 - interpolações, 183
 - mais de três autores, 189
 - omissão de expressões, 183
 - regras para compor notas, 188
 - sistema autor-data, 188
 - sistema de chamada, 185
 - sistema numérico, 187
 - tipologia, 184
 - três autores, 189
 - vários autores com a mesma idéia, 187
 - vários documentos de um mesmo autor, 187
 - vários textos de um mesmo autor com o mesmo ano de publicação, 187
- Classificação decimal de Dewey, 55
- Classificação decimal universal, 55
- Coleção em referências bibliográficas, **ver série**
- Coleção geral, 58
- Comentário de leitura, 125, 126
- Comentário explicativo, 178

- Compreensão na leitura, 86, 100
 Comunicação científica (*paper*), 227
 Conclusão, 135
 Conjunção: destaque como técnica para compreensão do texto, 84, 87
 observação na prática de resumos, 141
 Construção do resumo, 123
 Consulta bibliográfica, 54
 Contexto, 133
 Contexto imediato, 134
 Contexto situacional, 134
 Coordenador em referência bibliográfica, 157, 219
 Criação de idéias, 32
 Crítica, 85
 Crítica: elementos, 157
 Crítica valorativa, 161
Curriculum vitae, 52
- Delimitação do assunto, 33, 51, 235
 Desenvolvimento (técnica de paráfrase), 178
 Dicionário: uso, 58
 Digesto, 157, 158
 Diretor em referência bibliográfica, 146
 Discurso autoritário, 72
 Discurso: funcionamento, 68
 Discurso lúdico, 70
 Discurso polêmico, 70
 Dissertação, 233
 Dissertação científica: estrutura, 233
 Dissertações e teses em referência bibliográfica, 203
 Documentação direta, 46
 Documentação indireta, 47
 Documento primário, 47
 Documento secundário, 47
- Edição em referência bibliográfica, 215
 Edição: preferência, 52, 87
- Editora com nome de cidade ou país, 217
 Editor em referência bibliográfica, 217
 Eficácia na leitura, 87
 Eficácia nos estudos, 17
 Elementos estruturais do texto, 135
 Enciclopédia: uso, 58
 Ensaio, 228
 Entidades coletivas em referência bibliográfica, 207
 Escrever: atividade social, 239
 Esquematização de idéias: retenção, 87
 Essência do texto, 83
 Estilização (paráfrase), 134
 Estratégias de leitura, 76
 Estrutura do texto dissertativo, 239
 Estudo, 17
 cronograma, 19
 do vocabulário, 79
 eficácia, 17
 motivação, 18
 rendimento, 20
 Et al., 189
 Etapas da pesquisa, 44
 Et seq., 192
 Exame da área semântica, 105
 Expressões latinas e abreviaturas, 191
 Extensão do resumo, 139
- Fatores que constituem as condições de produção da leitura, 68
- Ficha
 de assunto, 115
 de classificação por assunto, 61
 de classificação por autor, 60
 de classificação por título, 60
 de conteúdo, 124
 de indicação bibliográfica, 114
 de leitura, 113
 de requisição de obras, 48
 de requisição de periódicos, 49

- de título de obra, 115
- de transcrição sem cortes, 117
- elementos estruturais, 111
- Ficha catalográfica, 281
- Ficha: tamanhos, 114
- Fichamento, 47, 110
 - de comentário, 125
 - de resumo, 121
 - de transcrição, 116
 - de transcrição com corte de parágrafo intermediário, 119
 - de transcrição com corte intermediário de algumas palavras, 118
 - tipos, 114
- Figura, 68
- Folha de aprovação, 283
- Fonte de pesquisa: qualidade, 54
- Fonte dos elementos bibliográficos, 216
- Fonte primária, 50, 58
- Fonte secundária, 50, 58
- Formação discursiva, 68
- Formação ideológica, 68
- Formulação de problemas, 44-45
- Funcionamento do discurso, 68
- Funcionamento do texto, 68

- Generalização no resumo, 123

- Hemeroteca, 58
- Hierarquização de idéias, 96, 100

- Ibidem, 191
- Idéias: criação, 33
- Idéias: hierarquização, 96, 100
- Idéias: organização, 33
- Idem, 191
- Identificação do material bibliográfico, 51
- Ideologia, 67
- Indução formal, 43
- Informação nova, 136
- Informe, 154
- Informe científico, 229
- Interpretação, 99
- Intertexto, 134
- Invenção ou construção no resumo, 147
- Ironia, 112

- Leitor competente, 77, 85
- Leitor crítico, 100
- Leitor e produção da leitura, 66
- Leitor inexperiente, 77
- Leitura
 - analítica, 77
 - aproveitamento, 86
 - avaliação, 84
 - capacidade, 76
 - conceito, 65
 - condições de abordagem, 134
 - crítica, 86, 100, 112
 - de estudo, 85
 - de reconhecimento, 86
 - determinação de objetivo, 86
 - do significado, 85
 - eficiência e eficácia, 87
 - elementar, 77
 - estratégias, 76
 - e suas técnicas, 76
 - fatores a serem considerados, 87
 - fatores que constituem as condições de produção, 68
 - informativa, 104
 - inspeccional, 77
 - interpretativa, 99, 104
 - mecânica, 101
 - na prática da redação, 104
 - parafrástica, 86, 112
 - passiva, 100
 - polissêmica, 112
 - prática, 65
 - racional, 111
 - resolução de problemas, 86, 88

- seleção, 51
- seletiva, 86
- sintópica, 77
- subjativa, 111
- tipos de, 85
- Linguagem não verbal, 83
- Litotes, 112
- Livro de referência, 58
- Local em referências bibliográficas, 217
- Localização de assunto, 61
- Lombada, 280
- Malúsculas: uso em referências bibliográficas, 216
- Material bibliográfico: identificação, 51
- Material primário, 58
- Material secundário, 58
- Memorização, 18
- Meses nas referências bibliográficas, 218
- Metáfora, 112
- Método
 - analítico, 121
 - comparativo, 42, 121
 - dialético, 43
 - estatístico, 43
 - estruturalista, 44
 - hipotético-dedutivo, 43
 - histórico, 43
- Metonímia, 112
- Monografia, 230
 - citação em bibliografia, 201
 - como citar em referência bibliográfica, 201
 - estrutura da –, 267
- Motivação no estudo, 18
- NBR 10520:2002, 181
- NBR 14724:2002, 267
- NBR 6023:2002, 196
- NBR 6028:2003, 137
- Nexos conjuntivos no resumo, 141
- Níveis de leitura, 77
- Normas de apresentação de referências bibliográficas, 196
- Notas de rodapé, 222
- Notas no texto e de rodapé, 222
- Número de página em referência bibliográfica, 219
- Objetivo na leitura, 86
- Obras de consulta, 59
- Obras de divulgação científica, 59
- Obras de leitura corrente, 59
- Obras literárias, 59
- Orelha, 52
- Organizador em referências bibliográficas, 235
- Originalidade (ilusão), 54
- Página em referência bibliográfica, 219
- Palavra, 80
- Palavras-chaves: identificação, 89
- Palavras-chaves: seleção, 89
- Palavras relacionais no resumo, 141
- Paper, 46, 235
- Paráfrase, 134
 - conceito, 175
 - prática para a leitura qualitativa, 87
 - tipos, 177
- Parágrafo
 - desenvolvimento, 252
 - formas de expansão, 251
- Paródia, 179, 180
- Passos da leitura, 78
- Passos da pesquisa bibliográfica, 50
- Pastiche, 178
- Pesquisa
 - bibliográfica, 46, 49
 - bibliográfica: passos, 50
 - científica, 40

- científica: divisão, 41
- de campo, 41
- de laboratório, 41
- descritiva, 41
- documental, 45
- etapas, 44
- êxito, 45
- explicativa, 41
- exploratória, 41
- fases, 45
- geral, 40
- piloto, 237
- qualidade das fontes de pesquisa, 54
- técnica, 46
- Plágio, 180
- Plano de idéias, 32
- Plano: elaboração, 51
- Política, 40
- Pontuação em referência bibliográfica, 169
- Prática da leitura, 65
- Pressupostos, 69
- Primeira leitura: visão geral do capítulo, 78
- Problema/problematização, 244
- Problemas: formulação, 44-45
- Problematização, 112
- Problematização na leitura, 157
- Projeto de pesquisa, 236
- Provas, 135

- Qualidade das fontes da pesquisa, 54
- Questionamento despertado pelo texto, 78

- Raciocínio
 - dedutivo, 42
 - indutivo, 43
- Redação: leitura na prática, 162
- Referência bibliográfica
 - alinhamento, 211
 - anais, 205
 - anais de congresso, 211
 - ano da publicação, 212
 - artigo de revista publicado eletronicamente, 209
 - artigo e/ou matéria de jornal, 208
 - artigos de revista, 208
 - autores repetidos, 212
 - autor e título repetidos, 212
 - capítulo de um livro com autoria especial, 205
 - capítulo de um livro sem autoria especial, 205
 - citação de artigos de periódicos (jornais e revistas), 207
 - citação de livros, separatas, dissertações, 201
 - coleção, 213
 - com elementos complementares, 202
 - com elementos imprescindíveis, 201
 - conceito, 196
 - data, 200
 - destaque, 213
 - dimensão, 215
 - dissertação de mestrado e tese de doutorado, 203, 215
 - dois autores, 202
 - edição, 199, 231
 - editora, 199
 - elementos essenciais e complementares, 197
 - entidades coletivas, 207, 215
 - estética do alinhamento, 216
 - fontes dos elementos, 216
 - ilustração, 216
 - legislação, 210
 - letras maiúsculas e minúsculas, 216
 - livro com mais de um volume, 202
 - livro com título e subtítulo, 202
 - livro de série ou coleção, 204
 - livro em 1ª edição, 202
 - livros em 2ª ou mais edição, 202
 - local da publicação, 199

- local e editora, 217
- matéria de jornal assinada, publicada eletronicamente, 209
- matéria de jornal não assinada, publicada eletronicamente, 209
- matéria de revista não assinada, publicada eletronicamente, 209
- monografia de final de curso, 204
- nome de autor/autores, 218
- nome de meses, 218
- normas, 196
- organizador/coordenador/diretor, 219
- página, 219
- pontuação, 220
- quatro autores ou mais, 202
- simpósios, 206
- título da obra, 198, 221
- trabalhos apresentados em congressos, 210
- tradução, 221
- três autores, 202
- volume, 222
- Referência de livros, 155
- Referência do texto (assunto), 103, 137
- Regras de apresentação, 144
- Regras de resumo, 122
- Regras para realização do resumo, 146
- Relatório de pesquisa, 237
- Rendimento – estudo, 20
- Repetição de obras de um mesmo autor, 212
- Reprodução, 177
- Resenha, 153
 - comentários sobre os elementos estruturais, 161
 - crítica, 157
 - descritiva, 157
- Resumo, 132, 137
 - crítico, 139
 - de textos descritivos, 84
 - de textos dissertativos, 84
 - de textos narrativos, 84
 - do texto, 84
 - forma de paráfrase, 176
 - indicativo, 138
 - informativo, 138
 - informativo/indicativo, 139
 - norma NBR 6028, 137
 - procedimentos, 138
 - regras, 122, 124
 - regras de apresentação, 139
 - técnicas de elaboração, 141
- Retenção de informações: esquematização de idéias, 87
- Rodapé, 154, 174
- Roteiro de seminário, 32
- Saber partilhado, 135
- Scanning, 85
- Segmentação
 - por espaço, 92
 - por personagens, 93
 - por temas, 95
 - por tempo, 89
 - temática, 95
 - textual, 89
- Seleção de idéias no resumo, 146
- Seleção de leitura, 51
- Seleção de obras, 88
- Seleção no resumo, 127
- Seminário, 30, 32
- Seminário: roteiro, 32
- Sequentia, 192
- Série em referências bibliográficas, 204
- Série ou coleções em referências bibliográficas, 204
- Simpósio em referências bibliográficas, 206
- Sinopse (*abstract*), 51
- Síntese, 100
- Sistemas de chamada, 185
- Sistemas de chamada, 185

- autor-data, 188
- sistema numérico, 187
- Skimming*, 85
- Subentendidos, 69
- Sublinha, 25
- Sujeito da enunciação, 70
- Sujeito do enunciado, 70
- Sujeito oracional, 70
- Sujeito textual, 70
- Supressão no resumo, 122

- Tabela "Pha", 59
- Técnicas de elaboração de resumo, 141
- Técnicas de leitura, 76
- Técnicas de pesquisa, 46
- Técnicas de pesquisa: conceito, 44
- Técnica SQ3R, 78
- Tema, 68, 106, 137
- Termo, 81
- Tese, 234
- Tese: referência bibliográfica, 203
- Texto
 - classificação, 47
 - conceito, 132
 - e contexto, 101
 - elementos estruturais, 135
 - essência, 83
 - funcionamento, 68
 - literário: roteiro para análise, 103
 - primário, 47
 - questionamento, 78
 - secundário, 47
 - segmentação, 89
 - terciário, 47
- Texto: análise, 101
- Tipos de análise, 102
- Tipos de discurso, 70
- Tipos de informação, 58
- Tipos de leitores, 71
- Tipos de leitura, 85
- Tipos de publicação, 58
- Título: análise, 51
- Tópico frasal, 104
- Tradução, 52
- Tradutor em referência bibliográfica, 221
- Transcrição com cortes, 183
- Transcrição direta, 116, 118, 119

- Utilização do acervo bibliográfico, 59

- Verdade: critérios, 162
- Verso da folha de rosto, 281
- Viés, 69
- Vocabulário, 28
- Vocabulário: enriquecimento, 28